

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

RAFAELA PAIVA COSTA

**CULTURA HISTÓRICA NA BELÉM MODERNA:
Narrativas Cívicas e seus Sentidos Pedagógicos (1889-1923)**

Belo Horizonte - MG

2018

RAFAELA PAIVA COSTA

**CULTURA HISTÓRICA NA BELÉM MODERNA:
Narrativas Cívicas e seus Sentidos Pedagógicos (1889-1923)**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora Profª. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca.

Belo Horizonte - MG

2018

C837c
T Costa, Rafaela Paiva, 1986-
Cultura histórica na Belém moderna [manuscrito] : narrativas
cívicas e seus sentidos pedagógicos (1889-1923) / Rafaela Paiva
Costa. - Belo Horizonte, 2018.
198 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.
Orientadora: Thais Nivia de Lima e Fonseca.
Bibliografia: f. 186-198.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- História -- Pará -- Teses.
3. Educação -- História -- Belém (PA) -- Teses. 4. Cultura -- Pará --
Teses. 5. Cultura -- Belém (PA) -- Teses. 6. Pará -- Educação --
História -- Teses. 7. Belém (PA) -- Educação -- História -- Teses.
I. Título. II. Lima e Fonseca, Thais Nivia de. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cultura Histórica na Belém Moderna: narrativas cívicas e seus sentidos pedagógicos (1889-1923)

RAFAELA PAIVA COSTA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 15 de junho de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Thais Nivia de Lima e Fonseca - Orientador

UFMG

Prof(a). Helena Miranda Mollo

UFOP

Prof(a). Aldrin Moura de Figueiredo

UFPA

Prof(a). Miriam Hermeto de Sa Motta

UFMG

Prof(a). Aline Choucair Vaz

UEMG

Belo Horizonte, 05 de abril de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 05/04/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1363275** e o código CRC **A94E0EA4**.

AGRADECIMENTOS

Com mais de 50 anos, minha mãe realizou o sonho de cursar Letras na Universidade Federal do Pará. Certamente, foi um dos dias mais felizes da minha vida. Essa mulher que me inspira diariamente, pela generosidade, bom humor e capacidade de se reinventar, que é o amor da minha vida, à ela são destinados os meus mais profundos agradecimentos.

Ao meu irmão, que sempre foi um pai, meu maior parceiro confiante e responsável por sempre tornar o meu caminho menos árduo e mais divertido.

Ao meu tio Elias, que com muita música, piadas e apoio, foi fundamental para a minha formação pessoal, escolar e acadêmica.

À Felipe Moraes, meu melhor amigo, por quem nutro infinito amor e admiração, pela sintonia, cumplicidade e companheirismo perpétuos.

Aos amigos de longa data, Ana Paula Campos, Glauce Monteiro, Andressa Castilho, Tamiris Monteiro, Eveline Sousa, Alfredo Garcia Neto, Marcel Rolim e Raphael Oliveira, que sempre me ofertaram a segurança e cumplicidade dos amores consolidados, e acompanharam ativamente toda essa trajetória, estando mais perto do que qualquer escala poderia mensurar.

Às amigas-irmãs que arrebataram o meu coração no último ano, e já fincaram raízes tão profundas que emocio ao escrever essas palavras, Renata Kelly Araújo e Ana Luíza Marques.

Aos amigos queridos com os quais compartilhei um sonho lindo: Pedro, Rodrigo, Carol, Marcinha, Thiago, Aline, Katruccy, Helen, Maria Izabel, Gustavo, Gláucia, Nathália, Cynthia, Érika e Simona.

Aos amigos de Minas Gerais, essa terra que me acolheu com tanto carinho: Maíra Viterbo, Juliana Ventura, Leide Mara Cota, Lenir Palhares, Pedro Cabral, e Joseni Reis.

Aos meus professores, que merecem os louros pelos melhores trechos desse texto: Mauro César Coelho, Wilma Baía Coelho e Aldrin Moura de Figueiredo, da Universidade Federal do Pará, com os quais peguei gosto pelo passado e aprendi os protocolos fundamentais da profissão, bem como a importância de pensar historicamente a educação; Thais Nívia de Lima e Fonseca, Aba Maria Galvão, Marcus Aurélio Taborda e Luciano Mendes Faria Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, que me abriram os caminhos para novas discussões e reflexões críticas preciosas sobre o *métier*.

Essa tese não teria sido possível sem o apoio e ajuda fundamentais de Felipe Moraes, Esther Paiva, Renata Araújo, Ana Luiza Marques, Aline e Igor Farias, que com muita generosidade e paciência escutaram, leram ou revisaram diferentes versões desses parágrafos, opinaram, ajudaram a transcrever ou fotografar algum documento. Eles também sempre dispuseram de algumas palavras de incentivo nos momentos de descrença.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Thais Nivia de Lima e Fonseca, que me inspirou academicamente, ainda antes de conhecê-la, e muito mais quando passei a experimentar de perto a sua competência, seriedade e generosidade. Ela representa, ainda, todos os professores da linha de pesquisa *História da Educação* do Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da UFMG.

Agradeço ao Professor Catedrático da Faculdade de Educação da Universidade de Lisboa, Justino Pereira de Magalhães, que promoveu diálogos individuais e coletivos enriquecedores durante o intercâmbio, sempre disponível a analisar dúvidas e contribuir com a pesquisa, gentil, competente e criativamente. Sua atenção e curiosidade agregou importantes ajustes e ideias muito bem-vindas, janelas para trabalhos futuros.

Lembro ainda o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou esta pesquisa, durante os quatro anos do doutorado, inclusive durante o período de estágio intercalar no exterior.

RESUMO

Entre o fim do século XIX e o início do XX, a Amazônia experimentou um período de grande efervescência cultural, política e econômica. Foram os anos áureos da comercialização do látex e da reestruturação da paisagem urbana de suas principais capitais, Belém e Manaus, aos moldes da *belle époque*. Em busca da brasilidade arquitetada a partir de uma perspectiva regional, a produção cultural da época se voltou para o passado, realinhando sua memória a narrativas históricas mais adequadas às ambições dos novos tempos. Essa história esteve presente na imprensa, institutos científicos e literários e nos estabelecimentos da Instrução Pública, espaços aqui entendidos como partes de uma mesma dimensão política de constituição do imaginário social moderno e republicano na região. A revisão de questões ligadas à pátria, ao povo e à nação levou ao desenvolvimento de narrativas que fundamentaram a composição do nacional e regional. Narrativas históricas veiculadas em jornais diários, revistas científicas, manuais escolares, dentre outros meios. O objetivo desta pesquisa é compreender a cultura histórica das primeiras décadas da República no Pará, a partir da análise das narrativas cívicas sobre determinados marcos da cronologia política da nação e da região, em especial a Independência do Brasil e Adesão do Pará à Independência. São investigadas as revistas científicas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os jornais A Província do Pará e Folha do Norte, e manuais escolares, entre 1890 e 1923, ano de comemoração do centenário da Adesão do Pará à Independência. Dentro e fora dos limites escolares, essas narrativas orientaram determinadas leituras sobre o passado pautadas em demandas do presente. Pretende-se enfatizar a dimensão pedagógica das representações políticas veiculadas em espaços não-escolares de circulação de narrativas históricas para a estruturação de um imaginário social sobre pertencimento e identidade, na tensão entre o nacional e o regional. A abordagem conceitual inscreve o objeto de pesquisa no domínio da História Política na confluência com a História da Educação, trabalhando principalmente a partir dos conceitos de *cultura histórica*, *imaginário social* e *representações políticas*.

Palavras-chave: Cultura Histórica; Narrativas Históricas; Datas Cívicas; Belle Époque; Modernismo.

ABSTRACT

From the late 19th century to the early 20th century, the Amazon region went through a period of great cultural, political and economic activity. Those were the golden years of a rich latex-based economy that reshaped the urban landscape of the region's main cities, Belém and Manaus, mirroring the then fashionable French style known as *belle époque*. In search of a regional approach to Brazilian identity, the era's cultural production turned to the past and realigned its memory to historical narratives better suited to the ruling ambitions of the day. This brand new history was discussed in the press, scientific and literary institutes, and Public Instruction establishments, all of which were part of the same political dimension: the development of the region's republican social imaginary. On reviewing pressing homeland-related issues, both people and nation succeeded in shaping the narratives in which the idea of national and regional was based. As a result, historical narratives often appeared in daily newspapers, scientific journals, school textbooks, and many other media. Therefore, this research intends to understand the historical culture in Pará at in the first decades of the Republic's first decades based on the analysis of civic narratives about certain milestones of the political chronology of the nation and of the region, especially the Independence of Brazil and the Adhesion of Pará to Independence. The scientific journals of the Historical and Geographic Institute of Pará (IHGP) and of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), the newspapers of the Province of Pará and Folha do Norte, and some textbooks between 1890 and 1923, year of commemoration of the centenary of the Adhesion of Pará to Independence. Within and outside school boundaries, these narratives have guided certain readings about the past based on the demands of the present. It is intended to emphasize the pedagogical dimension of the political representations conveyed in non-school spaces of circulation of historical narratives for the structuring of a social imaginary about belonging and identity in the tension between the national and the regional. The conceptual approach inscribes the object of research in the field of Political History, working mainly from the concepts of *historical culture*, *social imaginary* and *political representations*.

Key words: Historical Culture; Historical Narratives; Civic Dates; Belle Époque; Modernism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Doca do Ver-o-Peso.....	19
Figura 2 - Construção da linha do bonde elétrico em Belém	21
Figura 3 - Reservatório Paes de Carvalho	21
Figura 4 -O cine Olympia.....	21
Figura 5 - Geração de Belém Nova.....	25
Figura 6 - Capaz dos livros "Alma e Coração" e "Cuore"	74
Figura 7 - Tela de Modesto Y Brocos, <i>A redenção de Cã</i> (1895).....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Galeria história de 1918	121
Tabela 2 - Propostas de theses referentes ao movimento de adesão do Pará à independência do Brasil	167

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
Parte 1 - Modernidade e modernismo na amazônia brasileira.....	12
Parte 2 - Educação, Política e Cultura História	27
CAPÍTULO 1 CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO IDENTIDADE E DISCURSO AUTORIZADO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS.....	43
1.1 Narrativas cívicas, <i>verdade histórica</i> e discurso autorizado	44
1.2 <i>Evolução, Linearidade e Inevitabilidade</i> da História	70
CAPÍTULO 2 HERÓIS PATRIOTAS: <i>CULTURA HISTÓRIA E PEDAGOGIA DA NACIONALIDADE</i> NA BELÉM MODERNA.....	96
CAPÍTULO 3 CULTO CÍVICO: ADESÃO POPULAR AO CALENDÁRIO REPUBLICANO NA BELÉM MODERNA	116
CAPÍTULO 4 NACIONALISMO AMAZÔNICO: O <i>PIONEIRISMO</i> E OS <i>SILÊNCIOS</i> NA HISTÓRIA DO GRÃO-PARÁ.....	145
4.1 Engodos da civilização moderna: o problema da <i>raça</i>	146
4.2 O pioneirismo do <i>sentimento patriótico</i> amazônico	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	186

APRESENTAÇÃO

Parte 1 - Modernidade e Modernismo na Amazônia Brasileira

A partir do século XIX, a intensificação das transformações urbanas, industriais e científicas trouxe mudanças políticas, econômicas e sociais de repercussão internacional, acelerando os sentidos e a percepção do tempo e do espaço. Mais do que a difusão de instituições, valores e técnicas europeias, o período foi marcado por “um processo aberto e contínuo de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 768). O termo *moderno*¹ passou a qualificar indivíduos e suas criações; feitos e efeitos do processo da modernização, os despojos da modernidade.

Um otimismo em relação ao *progresso* tomou conta de grande parte do mundo ocidental, que então buscou rejeitar o passado convencional na preparação e evolução dos homens, sociedades e artes. A Modernidade se caracterizou por uma “sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica” (HARVEY, 2000, p. 21). Em reação a esse fenômeno², o *Modernismo* correspondeu a “um estado de espírito marcado por aspirações comuns, mas de valências diversas” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 766). Seus estilos e conteúdos poéticos indicavam o surgimento das vanguardas artísticas e novas descobertas científicas.

O movimento previa meios de absorver, codificar e refletir sobre as novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicações) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade e da moda de massas). De fato, ia além: sugeria linhas de ação capazes de modificar ou sustentar essas condições. “A tomada de consciência das rupturas com o passado e da vontade coletiva de as assumir”; uma consciência estética, psicológica e histórica dada pela “percepção daquilo que se passou a chamar, em certas épocas, a aceleração da história” e pela “pressão que os

¹ O termo Moderno aparece pela primeira vez no baixo latim, no século V, significando apenas ‘recente’. Em oposição, ‘antigo’, na Idade Média, podia ser ‘que pertence ao passado’ ou, mais especificamente, à Antiguidade, como a época é chamada no Ocidente desde o século XVI. Quando a história passa a ser dividida em três Idades: Antiga, Medieval e Moderna, o moderno se opõe mais à época imediatamente anterior (Medieval) que ao mundo antigo, cuja civilização gozava de prestígio entre os renascentistas. É na metade do século XIX que o moderno passa por sua maior transformação, com o aparecimento do conceito de ‘modernidade’ (LE GOFF, 1990).

² A Modernidade, enquanto fenômeno, é anterior ao turbilhão de eventos do mundo oitocentista. Em sua primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, há a experimentação da vida moderna, ainda sem senso de comunidade moderna *per se*. É a partir da Revolução Francesa (1789-1799) que este sentimento do público, da partilha do viver social e político, é ampliado, mas ainda com a lembrança do mundo anterior. Da dicotomia gerada por essa sensação de viver em dois mundos, nascem as ideias de modernismo e modernização (BERMAN, 1986).

progressos materiais exercem sobre as mentalidades contribuindo para as transformar” (LEGOFF, 1990, p. 173).

Estava, portanto, diretamente relacionado ao crescimento urbano, migração para as cidades, industrialização, mecanização e os consequentes problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos. Contudo, embora fosse a arte da modernização, o modernismo certamente superou classificação de acontecimento estético (BRADBURY; MCFARLANE, 1989). Materializou-se nas movimentações, articulações e discursos coletivos sobre o social, cultural, político, artístico e intelectual, desenvolvidos pelos modernistas diante das transformações que viviam. “Uma perturbada e fugidia resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização” (HARVEY, 2000, p. 97). Em outras palavras, uma ação, um movimento.

As reações dos modernistas ao processo de modernização em diferentes épocas foram as mais diversas. Suas visões e revisões constituíram “orientações ativas em relação à história, tentativas de conectar o conturbado presente com o passado e o futuro” (BERMAN, 1986, p. 31). Tensões entre internacionalismo e nacionalismo, globalismo e etnocentrismo, universalismo e privilégios de classe marcaram essas reações, caracterizadas também por um “forte apego à ideia de uma arte de vanguarda internacional de elite mantida numa frutífera relação com um forte sentido de lugar” (HARVEY, 2000, p. 33). Efetivamente, uma reação altamente estética acompanhou a tendência internacional, assinalada por um volume de ideias, formas e valores circulantes.

Por outro lado, o modernismo foi também um movimento “fundado no postulado de que o registro da consciência ou da experiência moderna não era um problema de representação, mas um profundo dilema cultural e estético” (BRADBURY; MCFARLANE, 1989, p. 21). Em suma, diversos países vivenciaram o modernismo como

[...] um louvor e uma denúncia de uma era tecnológica; uma alegre adesão à crença de que os antigos regimes da cultura haviam acabado, e um profundo desespero com o receio por um tal fim; uma mistura das convicções de que as novas formas eram fugas ao historicismo e às pressões do tempo com as convicções de que eram exatamente as expressões vivas dessas mesmas coisas. E, na maioria dos países, a década efervescente foi a de 1890. Assim, o modernismo realmente tem suas fases distintas e suas diversas linhas e tradições, mas seria muito proveitoso tentar relacioná-las e conciliá-las (BRADBURY; MCFARLANE, 1989, p. 35).

Todos os grandes modernistas do século XIX atacaram esse ambiente, com paixão, e se esforçaram por fazê-lo ruir ou explorá-lo a partir do seu interior; apesar disso, todos se sentem surpreendentemente à vontade em meio a isso tudo, sensíveis às novas possibilidades, positivos ainda em suas negações radicais, jocosos e irônicos ainda em seus momentos de mais grave seriedade e profundidade” (BERMAN, 1986, p. 17).

No Brasil, o movimento se consagrou tradicionalmente como uma ruptura artística inaugurada na Semana de Arte Moderna, evento possibilitado pelo crescimento econômico e demográfico de São Paulo na virada do século. Essa expressão cultural, geográfica e temporalmente localizada, se cristalizou a partir daí na versão homogênea do modernismo inscrita na narrativa canônica da história das artes no Brasil e no imaginário social³. “Boa parte da crítica e das histórias culturais e literárias produzidas, desde então, construíram modelos de interpretação, periodizaram, releeram o passado cultural do país, enfim, com as lentes do movimento de 1922” (HARDMAN, 1992, p. 290).

No entanto, a ideia de vanguarda estética, revolucionária, voltada para a consciência do nacional-popular, ignorou processos culturais relevantes e variados que também estavam sendo articulados em outras partes do país. Observados entre artistas e homens das letras e das ciências há décadas, os anseios de renovação e repulsa ao dogmatismo intelectual, que moldava as regras e os conceitos literários e artísticos, eram igualmente insuficientes na interpretação da sociedade que efervescia e das suas transformações, que ocorriam muito além de São Paulo.

Meio século antes dos paulistas, um movimento de contestação e reivindicação sociocultural já se inscrevia no que o célebre crítico literário e historiador paraense José Veríssimo chamaria de *modernismo*⁴. Vinculado ao modo como a experiência vinha se dando em outras partes do globo durante todo o século XIX, especialmente após 1848, o movimento apresentou características originais e se manifestou de maneiras diversas em várias partes do País. Numa ampla e diversificada produção literária, jornalística, sociológica, filosófica e artística, positivistas, evolucionistas e materialistas respondiam às alterações técnicas e culturais profundas que se disseminaram em escala mundial⁵.

³ Impulsionado pela exposição expressionista de Anita Mafalhti em 1917, que escandalizou o público e sofreu uma dura crítica de Monteiro Lobato, o movimento promoveu, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, uma declaração de ruptura com a arte acadêmica - orientação estética voltada ao realismo acadêmico, com influência neoclássica, desenvolvido entre os séculos XVII e XIX, tendo como características o rigor, as regras e os cânones formais. A proposta, no Teatro Municipal de São Paulo, foi a invenção de uma nova cultura brasileira. Desse movimento surgiu o *Grupo dos Cinco* – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia e Anita Mafalhti – que se desdobrou em diferentes tendências: o *Verde-Amarelismo* de Del Picchia, o *Grupo Anta* e seu nacionalismo ufanista e o *Movimento Pau-Brasil* de Tarsila e Oswald, sempre inspirados na descoberta da brasilidade popular e primitiva e em linguagens vanguardistas europeias. De fato, o sentimento de vanguarda, com novos temas e linguagens, orientaria a produção cultural na literatura, no teatro, no cinema e nas artes plásticas, espalhando-se pelos demais centros culturais do país (PEVSNER, 2005).

⁴ José Veríssimo (1857-1916) foi jornalista, professor, historiador, Diretor da Instrução Pública no Pará (1890-1891), crítico literário e membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Em “História da Literatura Brasileira”, de 1916, ele agrupou na denominação de *modernistas*: “o positivismo de Comte, o transformismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer, o intelectualismo de Taine e Renan, tudo vindo a calhar, no Brasil, na chamada Escola de Recife” (HARDMAN, 1992, p. 290).

⁵ Em vários centros urbanos, o movimento operário, a organização manufatureira e os conflitos sociais daí resultantes, sobretudo a partir de 1890, também fizeram desde cenário em transformação. São responsáveis em parte pela renovação linguística, estética e temática da tradicionalmente chamada literatura ‘pré-modernista’ que, na visão de Hardman (1992), já se apresentava plenamente moderna.

Uma das principais características desses intelectuais foi a mudança de percepção e sensibilidade sociais, presentes no anseio por mudanças políticas. O manifesto Republicano de 1870 é considerado um dos marcos da modernização brasileira. Na Faculdade de Direito de Recife teve início um movimento intelectual que rapidamente ganhou projeção nacional, a *Geração de 1870*. Liderado por Tobias Barreto, o grupo contava ainda Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha e seu objetivo era a integração do Brasil na cultura ocidental por meio de uma crítica literária e científica voltada para os elementos fundamentais que definiriam o Brasil e o brasileiro (VELLOSO, 2006).

Predominava, até então, uma visão pessimista da nacionalidade caracterizada pelo atraso cultural e inferioridade étnica. Na cartilha do *darwinismo social*, o Brasil ocupava uma posição desconfortável. A miscigenação não era bem vista nesse modelo, que organizava hierarquicamente os grupos humanos entre *civilizações fortes e fracas*. Esse quadro, no entanto, poderia ser modificado se o país conseguisse acelerar a sua *marcha evolutiva*, integrando-se ao contexto internacional. O instrumento científico seria a grande arma para essa geração e é através desse paradigma que o grupo buscava responder a questões sobre nacionalidade. Nessa perspectiva, a nacionalidade era entendida como a matéria-prima do saber científico das elites intelectuais.

A temática que, de fato, está mobilizando os intelectuais da geração de 1870 é a de buscar a compreensão da identidade múltipla da nacionalidade. Nos cantos, contos, poesias e danças, o brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço. Para os padrões valor ativos da época, essa ideia já significava um determinado avanço na interpretação do Brasil. Mesmo de uma forma que poderíamos denominar ‘envergonhada’ reconhecia-se a nossa identidade mestiça, buscando-se estudá-la. Mas predominava ainda a ideia da segmentação entre o superior (europeu) e inferior (Brasil), sendo reservado a cada uma das etnias o seu respectivo espaço (VELLOSO, 2006, p. 256).

Estavam inscritas nessa geração algumas das vertentes da *brasilidade* que seriam retomadas e reelaboradas pelos modernistas paulistas. Num primeiro momento, até 1924, esteve em questão a *atualização cultural* do Brasil em relação às civilizações europeias, num esforço de adequação étnico-cultural; em seguida, é a própria compreensão da cultura, da *brasilidade*, em sua variedade que vira o foco dos modernistas.

Apesar das diferenças conceituais e de abordagem, um ponto em comum entre essas gerações foi a inquietação social em torno da natureza da cultura brasileira, avaliada num contexto de mudanças e inserção na modernidade. São vertentes e variações do moderno que exprimem ritmos distintos e concepções próprias dentro de um mesmo processo histórico.

“Reconhecer a nossa identidade multifacetada foi, portanto, uma problemática comum às distintas gerações intelectuais” (VELLOSO, 2006, p. 382).

Assim, a passagem do Brasil à modernidade, de natureza notadamente contraditória⁶, vincula-se ao marco temporal de 1870, quando as instituições científicas, a produção cultural, os projetos políticos de Nação, o modo de produção, as estruturas urbanas e a própria consciência sobre o território passam por um complexo processo de transformações. Ao descreverem esse fenômeno, alguns estudiosos optam pelo uso da expressão *longo século XIX*, uma categoria historiográfica relacionada à consciência analítica de que os movimentos de sociedades e culturas não podem ser condicionados à periodização cronológica tradicional. Desse modo, as transformações das últimas décadas do século XIX, no que diz respeito ao processo de modernização, se estenderam pelas primeiras décadas do XX, notadamente até 1920 (HOBSBAWM, 2014).

Mas a historiografia subsequente não estabeleceu os vínculos de continuidade entre o pensamento intelectual das gerações de 1870 e 1920⁷. Predominou uma interpretação marcadamente estetizante do movimento modernista que priorizou o papel das vanguardas, “considerando apenas um discurso e uma determinada leitura sobre o *moderno*, apagando-se a expressão das demais memórias” (HARDMAN, 1992, p. 358). Passou-se a interpretar o *modernismo* como expressão de mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais que fomentaram ânimos de ruptura com o passado e de construções de identidades nacionais, um movimento político-intelectual desenvolvido a partir da consolidação do modo de produção capitalista no mundo ocidental e vinculado a projetos de *nação* e *nacionalidade*, desde a segunda metade do século XIX.

Modernismo, qual? Dos artistas de 1922 ou de 1900? Da geração de 1930 ou de 1870? Dos comunistas de 1922 ou do movimento operário socialista e libertário das décadas precedentes? Dos arquitetos acadêmicos ou dos engenheiros de obras públicas? Dos ‘tenentes’ dos anos 20 ou dos abolicionistas e republicanos de meio século antes? Dos

⁶ Marcada pela a “emergência do paradigma científico numa sociedade ainda escravocrata; a identificação simples e direta entre nação e conhecimento demarcado do território; a romantizada permanência da literatura como espaço de construção da identidade nacional, em um momento em que a arte já não era mais romântica; a continuidade e a reiteração da centralização de poder, a despeito da mudança de Império a República; e, por último, a permanência do conflito entre, por um lado, o modelo socioeconômico agrário e, por outro, o crescimento das cidades e das classes médias urbanas, conflito este associado à expectativa, por parte dessas camadas emergentes, de mais participação política e da implantação de um modelo econômico baseado em industrialização, o que só viria a ocorrer de maneira decisiva com a Revolução de 1930” (FREITAS, 2001, p. 16).

⁷ Para Hardman, o sentido unívoco atribuído ao movimento modernista encaminhou três efeitos nocivos, do ponto de vista heurístico: a) exclusão do amplo e multifacetado universo sociocultural, político e regional que não se enquadrava nos cânones de 1922; b) redução das relações internacionais da cultura brasileira aos contatos com movimentos estéticos europeus; c) definição esteticista do próprio modernismo, abandonando as dimensões políticas sociais, filosóficas e culturais, decisivas na percepção do choque de temporalidades, na experiência de antigo/moderno antes de 1922 (HARDMAN, 1992).

poetas metropolitanos ou dos seringueiros do Acre? Dos fios telegráficos da Comissão Rondon ou dos índios rebeldes? De Mário e Oswald de Andrade ou de Mário Pedrosa e Lívio Xavier? Da revolução ‘técnica’ ou da revolução ‘social’? Dos nacional-integralistas ou dos bolchevistas? Do Manifesto Antropófago ou do Primeiro de Maio? (HARDMAN, 1992, p. 303).

Tanto no século XIX quanto no XX, o *modernismo* representou a necessidade de atualização da inteligência brasileira diante das inovações técnicas e culturais que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos. O processo promovia um choque de temporalidade, um movimento simultâneo, contínuo e plural definido pela busca da brasilidade na tensão entre regional, nacional e universal (VELLOSO, 2006). De contornos estético-artísticos e político-intelectuais, o *modernismo* previa a constituição de uma história, cultura e nacionalidade com contribuições originais, em diferentes décadas e regiões. E a Amazônia da *belle époque* foi uma delas⁸.

Na virada do século, a Amazônia era um espaço de relevante dinamismo econômico, social, cultural e artístico, financiado pela riqueza decorrente do *boom* da goma elástica. Já se exportava *Hevea brasiliensis* desde o início do século XIX, mas o auge da exploração ocorreu entre as décadas de 1870 e 1910, quando a borracha brasileira se tornou um dos produtos mais procurados no mercado mundial. Esse período coincide com o nascimento e crescimento da indústria automobilística e a grande demanda pelo produto associada à fabricação de pneus.

Em pouco tempo, toda a economia brasileira passou a depender do látex, extraído da seringueira, árvore abundante e exclusiva da bacia hidrográfica do rio Amazonas até então. A quantidade anual de borracha exportada subiu de 460 toneladas em 1840 para 1,9 mil toneladas em 1850, atingindo 3,7 mil toneladas vinte anos depois. Os preços também subiram: de 118 libras por tonelada nos anos 1850, passando para 125 na década seguinte e chegando a 182 libras nos anos 1870. Entre 1909 e 1911, a cifra bateu 512 libras por tonelada (FURTADO, 2000).

Enquanto na Amazônia a borracha exportada era silvestre, o que limitava a quantidade de látex acumulado, nas colônias asiáticas inglesas (e posteriormente holandesas e francesas),

⁸ E seu domínio foi bastante visitado pela narrativa social brasileira, como no caso das transformações urbanas acontecidas em vários de seus grandes centros. O Rio de Janeiro, neste momento, é a capital do arrivismo e a República dos Conselheiros. A política do quadriênio de Campo Sales (1898-1902), fortalecida pelo arranjo político oligárquico da política dos governadores, proporcionou estabilidade econômica interna e recuperação da credibilidade junto aos centros financeiros internacionais. Isto garantiu a circulação de capitais estrangeiros, sobretudo inglês, somados aos excedentes da economia cafeeira no Vale do Paraíba, e o investimento e especulação no processo de modernização da capital da República. A implementação da vacinação obrigatória, a realização da Exposição Nacional e construção da Avenida Central, associados à ampla reorganização da infraestrutura produtiva e urbana, ficou conhecido na linguagem dos cronistas a época como “regeneração”: a modernização em curso concretizava-se segundo os princípios da higiene, exibicionismo, embelezamento e racionalidade burguesa (SEVCENKO, 2003).

as seringueiras passaram a ser cultivadas, aumentando o fornecimento e diminuindo os custos de produção e transporte. Foi o declínio da exportação em grande escala internacional da goma elástica amazônica (WEINSTEIN, 1993; MENDES, 2004). Mas antes disso, “à medida que a borracha subia de importância e de cotação no mercado internacional, mais a Amazônia se integrava, pelas vidas das relações de dependência, aos centros hegemônicos do capitalismo industrial e financeiro” (COELHO, 2011, p. 148).

E essas vias seriam as mesmas da circulação da cultura burguesa que se mundializava. Os fluxos de capitais ingleses e bens simbólicos franceses marcaram a inserção da Amazônia na modernidade: reestruturação e embelezamento urbano segundo a razão econômica e a estética cosmopolita (SARGES, 2012; COELHO, 2002).

O que no léxico da História Cultural ficou configurado como *belle époque* indica um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas, desenvolvidas no interior de um *corpus* reconhecido historicamente como o da cultura burguesa e da sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo industrial no final do século XIX. Em nome da identidade de um tempo cujos sujeitos sociais emergiram das novas condições econômicas e sociais dominantes no mundo do capital, a *belle époque* implica reconhecer linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidades que, construídos em escalas diferenciadas nos espaços hegemônicos da cultura burguesa, reproduziram-se, em escala planetária, também na condição das formas de ser e de agir em tempos que abrigavam o proclamado triunfo do Progresso e da sua homologia, a Civilização (COELHO, 2011, p. 141).

Belém se transformou de uma acanhada e barroca cidade colonial em uma capital moderna e cosmopolita, diretamente ligada às demandas europeias. A capital, conhecida como “cidade das mangueiras”, é produto de modificações que, mesmo já ocorrendo desde 1870, foram intensificadas por uma política de saneamento, urbanização e arborização durante a Intendência de Antonio Lemos (1897-1912), ainda no alvorecer da República⁹. O modelo urbanístico seguido foi o do Barão de Haussman, prefeito de Paris à época, que primava pela funcionalidade urbana e a beleza arquitetônica da cidade, focando suas áreas centrais. Importadora da civilização e exportadora de borracha, Belém se tornava a *Paris n’América*.

⁹ Antonio José de Lemos (1843-1913), maranhense, chegou em Belém ainda jovem com patente na marinha e experiência na Guerra do Paraguai. Igressou no Jornal *A Província do Pará*, jornal que posteriormente compraria. Assumiu vários cargos públicos até a Intendência municipal. Entrou para a memória e história da cidade como o responsável pela sua modernização urbanística e sanitária. Sob sua administração, o poder público paraense apançou que as riquezas da economia gomífera seriam meios de materialização do processo de modernização, mediante a vultosos empréstimos no Brasil e no exterior. As dívidas contraídas no Brasil, na ordem de 20 mil contos de réis, foram sanadas por dois empréstimos externos no valor de 1 milhão e 60 mil libras esterlinas, enquanto as receitas anuais da Intendência nem atingiam 7 mil contos de réis (SARGES, 2012).



Doca do Ver-o-Peso, provavelmente em 1901. Foto feita de um balão dirigível. Fonte: Album O Estado do Pará (1901-1909), 1908.

Imortalizadas pelos álbuns oficiais produzidos nas duas primeiras décadas republicanas (1899 e 1908), as representações de progresso e modernidade eram simbólica e materialmente expressas no crescimento acelerado da economia exportadora e pelo movimento incessante dos portos.

A aceleração do tempo e o encurtamento das distâncias entre a capital e cidades do interior, trazidas pelo incremento dos transportes e comunicações fluviais, além da intensidade de ritmos de vida e trabalho urbano, transformaram o cotidiano dos coronéis da borracha, seringalistas, financistas, exportadores, comerciantes, burocracia estatal e grupos integrantes das elites políticas e intelectuais; o mesmo pode ser dito sobre trabalhadores de ofícios mecânicos diversos e de fábricas, comerciantes, caixeiros, guarda-livros, criados e domésticos, funcionários de bancos, seguradoras, professores e toda sorte de pessoas adjetivadas como “sem profissão”, trabalhadores ao ganho e prestadores de serviços urbanos em geral.

O crescimento da população e da oferta de mão-de-obra para os seringais foi vertiginoso, desencadeado tanto pelos processos de migração interna de milhares de homens,

mulheres e crianças do Nordeste, “retirantes” fugindo da “grande seca” (1877-1880)¹⁰, quanto pelos projetos de colonização da região amazônica incentivados pelos governos. Foi igualmente o período da expulsão de boa parte da população pobre para áreas afastadas dos centros e da destruição dos casebres, palafitas e cortiços. Ocorreram constantes intervenções nas regiões portuária e central, abertura de ruas, avenidas, jardins e praças e instalação de infraestrutura urbana.

A efervescência do Mercado Municipal, dos cafés e teatros, escolas, colégios, liceus e institutos profissionais atingiu também a Biblioteca, Museu Goeldi e Arquivo Público. Avenidas foram alargadas e calçadas e construíram-se palácios, palacetes, teatros, igrejas, telégrafos, cemitérios, hospital, asilo de mendicidade, bolsa de valores e um necrotério. A reorganização do espaço público contou ainda com a criação de portos, docas, armazéns, trapiches e a instalação de energia elétrica (1894) e bondes elétricos (1907).

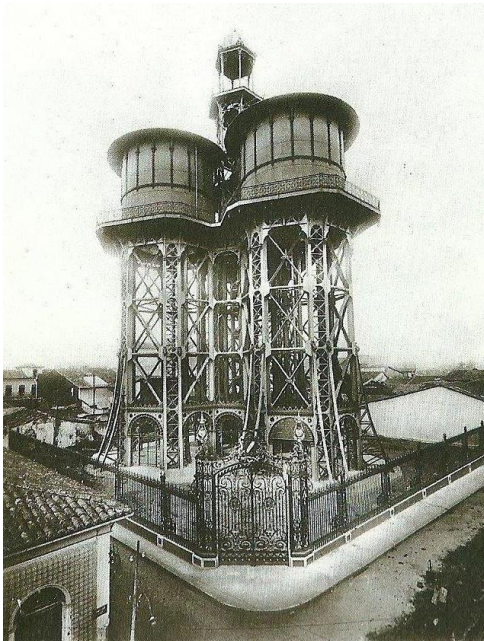
Também foi estabelecido o Código de Posturas Municipais, documento de concretização dos signos da modernidade no reordenamento da cidade sob os princípios da higienização e medicalização da cidade e pautados na funcionalidade e beleza. O Código era um severo instrumento de fiscalização de atividades comerciais e comportamentos sociais que buscou disciplinar os cidadãos ao regular, por exemplo, estabelecimentos comerciais considerados propícios à propagação de doenças epidêmicas. Mantinha-se a segregação entre o centro urbano embelezado e saneado e as periferias alagadas, emporcalhas, miasmáticas e fedorentas. Estiveram em pauta a regulação dos matadouros e a comercialização de carne verde; a limpeza pública e a coleta regular de lixo; a construção de fornos crematórios; a instauração do sistema de abastecimento de água e esgoto; e o estabelecimento de necrotérios (SARGES, 2012).

¹⁰ O Censo de 1872 registrou no Pará a existência de 275.237 habitantes, sendo 61.997 em Belém. A migração de nordestinos e a política de colonização do interior contribuíram para o “boom” populacional vivido na região: em 1900, registraram-se 445.507 habitantes em todo o Estado, concentrados 236.402 na capital.



Para Tramways—Old Track and Excavation for New Track on Rua C. Joao Alfredo

Construção da linha do bonde elétrico pela empresa inglesa Pará Electric Railways & Lighting Co. na rua Conselheiro João Alfredo, 1907. Fonte: Urban Transport in Latin America de Allen Morrison.



Reservatório Paes de Carvalho, arquitetura de ferro cuja montagem foi iniciada em 1904 e desmontada na década de 1960. Fonte: Album O Estado do Pará (1901-1909), 1908.



O Cine Olympia é o cinema em funcionamento mais antigo do Brasil. Foi inaugurado em 1912. Foto da fachada e vista lateral na década de 1920. Fonte: Album O Estado do Pará (1901-1909), 1908.

No campo das artes esse esforço de modernização foi sentido e incentivado. A produção artística regional contava não apenas com o consumo da elite paraense, mas especialmente com o costume de aquisição de peças pelos governantes para a ornamentação de espaços públicos. Esse financiamento esteve igualmente conectado à construção de uma imagem moderna da cidade, que solidificava “o papel do mecenato na postura e atuação das principais lideranças políticas locais” (FIGUEIREDO, 2001, p. 49). Não obstante, mesmo depois do declínio da exportação da borracha, a partir de 1908, esse cenário não sofreu retração. Pelo contrário: “o que se viu a partir de 1916 foi, (...) uma vigorosa inserção política dos intelectuais paraenses na arena pública e nos debates sobre a história do Brasil e da Amazônia” (FIGUEIREDO, 2001, p. 115).

Outra figura importante nesse período foi o então presidente do Estado, Lauro Sodré (1891-1897)¹¹, que incentivou várias sociedades científicas e literárias. Em paralelo às transformações urbanas de Lemos, Sodré gestou um grande projeto de estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Academia Paraense de Letras, (re)fundados ambos em 1900. Artistas europeus e exposições de arte foram acolhidos no Liceu Benjamin Constant, como passou a se chamar o antigo Liceu Paraense. Vários desses artistas, aliás, passaram a ocupar lugares no ensino e no mercado de artes que então se estruturava em Belém, tais como D. Mendelson, Domenico de Angelis, Giovanni Capranesi, Natale Attanazio, Davi Widhopff, Maurice Blaise e Luigi Lubutti – seguindo a tradição do mecenato do Estado, principal patrocinador das artes naquele momento (FIGUEIREDO, 2010).

Um grande acervo foi organizado em pinacotecas públicas e privadas, inclusive coleções de arte da municipalidade montadas por Antônio Lemos e obras compradas por seus antecessores, guardadas no antigo Paço Municipal. Também se somaram obras adquiridas por Lauro Sodré e pelos governos que o sucederam, nas figuras de José Paes de Carvalho (1897-1901) e Augusto Montenegro (1901-1909). Desde 1895, temporadas artísticas se tornaram mais frequentes e galerias de artes foram abertas em casas comerciais e residências particulares. Tornou-se moda entre a elite enriquecida o colecionismo e o financiamento da efervescência cultural da *petit Paris* (FIGUEIREDO, 2010).

Aos contemporâneos de Lemos não restavam dúvidas de que “existia de fato um projeto artístico-civilizador empreendido pelo mecenas do Pará” (FIGUEIREDO, 2010, p. 81). A proteção

¹¹ Lauro Nina Sodré (1858-1944), paraense, militar, político e um dos mais expressivos líderes republicanos brasileiros. Positivista e evolucionista, foi o primeiro governador republicano do Pará.

e o incentivo aos artistas faziam parte de uma estratégia de autopromoção do intendente, mas também de aproximação com o consumo burguês e o mercado das artes que inseririam Belém no mundo civilizado (SARGES, 1999). “O mecenato era, tanto para o protetor como para o artista, o percurso civilizado de vinculação da cidade com a arte brasileira, seguindo de perto um caminho já perfeitamente consolidado e admirado no Velho Mundo” (FIGUEIREDO, 2010, p. 82).

A construção da *Belém moderna* foi estimulada não apenas pelas principais lideranças políticas e elites locais, mas pela aproximação de artistas e intelectuais, cuja missão civilizadora se desenvolveu em torno do debate sobre *nacionalismo, identidade regional e história pátria*. No diálogo com o mundo estrangeiro, buscou-se a definição de uma identidade nacional fundada no “resgate” do passado, do lugar da Amazônia na História do Brasil; isto é, a composição de uma nova leitura da história nacional numa perspectiva amazônica (FIGUEIREDO, 2001). Tratava-se de uma produção cultural de enfrentamento, que abordava questões do presente a partir de uma leitura do passado. Nas artes, brasileiros e emigrados passaram a retratar a natureza equatorial com uma linguagem própria, no contexto de um diálogo político com o resto do país e sem perder de vista as especificidades locais e os interesses da nação.

Dentre os protegidos de Lemos, Theodoro Braga se destacou e se firmou como o nome mais influente da pintura paraense nas duas primeiras décadas do século XX. Theodoro “transformou a pintura em assunto de governo e o tema da história pátria em matéria de interesse popular” (FIGUEIREDO, 2001, p. XX). O esforço se orientava à construção de narrativas visuais que expressassem a *verdadeira síntese da história*:

A imperfeição do passado seria o principal ângulo de revisão da história visual, escrita pelas tintas nos contornos da censura e do patrocínio de intelectuais e governantes que pensaram as artes como tradução de uma experiência concreta diante da própria história que estavam construindo (FIGUEIREDO, 2001, p. 87).

Encabeçando a sua geração, e Theodoro elaborava em suas telas, teses e livros escolares uma história revisionista da produção oitocentista, cujo interesse estava em definir o papel e a importância da Amazônia na história do Brasil. Entre 1915 e 1920, intelectuais faziam da imprensa e outras publicações escolares e não-escolares o lugar do debate sobre as tradições nacionais, a partir da investigação e divulgação dos fatos históricos. O esforço estava em descobrir, registrar e traduzir antigos nomes e episódios considerados como desaparecidos da memória do povo. Foi o período se impulsionaram as comemorações cívicas. Os intelectuais se ocupavam da redescoberta

do Brasil, na perspectiva amazônica, desconfiando dos cânones, valores e linguagens europeus, o que duas décadas mais tarde se tornaria o elemento fundador de articulação – na qual a história, mais do que qualquer outro campo, fixou o rumo das interpretações sobre a nova face do país.

Essa perspectiva se intensificou com a geração de 1920, quando a defesa de uma arte *brasílica* e regional dentro do modernismo amazônico passou a traçar conexões e significados da arte e da história dentro dos círculos intelectuais, por meio de novas angulações, inclusive na afirmação *de um léxico local* (OLIVEIRA, 2011). Um grupo de jovens se reuniram no que chamaram de Academia do Ar Livre, ou Academia do Peixe Frito – quando suas reuniões se davam no Ver-o-Peso em torno desse banquete regional – ou mesmo Vândalos do Apocalipse, na pretensão de anunciar a poética dos novos tempos. Participavam do grupo Bruno de Menezes, Abguar Bastos, De Campos Ribeiro, Raul Bopp, Clóvis de Gusmão, Santana Marques, Nunes Pereira, Paulo Oliveira, Severino Silva.

O escritor Dalcídio Jurandir, autor do premiado romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, batizou esta geração dos anos 1920 e 1930 em Belém de “geração do peixe-frito”, que seria “constituída de rapazes paupérrimos que faziam heroicamente literatura lutando com todas as dificuldades econômicas possíveis” (JURANDIR, 1941, p. 3). O nome é em referência ao prato típico servido no mercado popular do Ver-o-Peso, onde algumas de suas reuniões aconteciam. Eles também se autodenominaram *Vândalos do Apocalipse*, título criado por Bruno de Menezes.

Considerado por muitos como o maior articulador dessa geração, Bruno de Menezes clamava, ainda em 1921, por uma *arte original*, em suas *ânsias de ineditismo* que o *vulgo material inda não usa!*¹². Pouco tempo depois ele seria o principal responsável pela fundação, em 15 de setembro de 1923, da revista *Belém Nova*, instituição agregadora dos considerados “novos”, ou ainda, nas palavras de Bruno, “reduto de ideias, literariamente avançadas” que renovariam as manifestações artísticas e culturais em Belém. O quinzenário circulou até 1929 e em suas páginas foram lançados quatro manifestos que buscam apresentar de maneira programática esta renovação: *O Manifesto da Beleza* (1923), de Francisco Galvão; *À Geração que Surge* (1923), de Abguar Bastos; *Uma reação necessária* (1923), de Bruno de Menezes; e *Flami-n’assú* (1927), também de Abguar Bastos.

¹² Trechos da primeira estrofe do poema “Arte Nova”, de Bruno de Menezes, de 1921.



Geração da Belém Nova: Paulo de Oliveira, Bruno de Menezes, Edgard de Souza Franco e Farias Gama (de pé, da esquerda para a direita); De Campos Ribeiro, Abguar Soriano de Oliveira (pernambucano) e Clóvis de Gusmão (sentados, nesta ordem). Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Pará.

No *Manifesto da Beleza*, Fernando Galvão compreende o movimento modernista como um movimento plural, constituído pelas distintas contribuições de artistas e autores de diferentes regiões e linguagens artísticas do Brasil. Por outro lado, Abguar Bastos, no *À Geração que Surge*, contradiz essa característica supostamente agregadora do modernismo, uma vez que considera existir certa hegemonia na produção cultural brasileira e era necessário desarticulá-la; segundo ele, era necessário que os intelectuais do Norte e Nordeste se afirmassem diante dos intelectuais sulistas a partir de ações – promoção de concursos literários, incentivos a publicações etc. – que movimentassem o cenário cultural.

Por sua vez, em *Uma reação necessária*, Bruno de Menezes propõe a independência aos modelos estrangeiros a partir da afirmação da produção artística com características cada vez mais regionais – em oposição ao modernismo paulista, que propunha um diálogo entre nacional e estrangeiro. Por fim, mais uma vez Abguar Bastos, no seu *Manifesto aos intelectuais paraenses*, também conhecido como *Flami-n'assú*, reafirmar sua verve regionalista ao propor o

posicionamento em relevo da cultura amazônica (sobretudo, pela característica peculiar de sua linguagem) sobre o cenário nacional, dominado por um timbre transoceânico.

Por diferentes formas, os manifestos procuraram separar a *tradição* da *inovação*, o *novo* do *velho*, demonstrando o *lugar* da cultura amazônica na formação da cultura brasileira (QUEIROZ, 2013). O homem das letras modernista pensava a literatura e a história numa perspectiva de renovação nacional, social, política e culturalmente. Essa renovação se estendia para os valores estéticos, e os manifestos situavam o ambiente intelectual daqueles anos 20 nesse sentido, implicando-se nessa busca de uma arte e de uma história nacional (COELHO, 2003). Publicar manifestos tornou-se para aquela geração de literatos locais algo “indispensável como profissão de fé para os crentes ortodoxos do Novo Credo” (RIBEIRO, 1973, p. 18).

Apesar da diversidade de significados que as vanguardas artísticas e literárias alcançariam na Amazônia das primeiras décadas do século XX, esses movimentos foram herdeiros e frutificaram a partir da longa experiência da virada do século XIX. Esse é o momento de definição, em diálogo com o mundo estrangeiro, de uma identidade nacional baseada no *resgate* do passado: “No Pará, a história inventou o modernismo e, certamente, o modernismo criou uma certa leitura da história da nação” (FIGUEIREDO, 2001, p. 190).

Para essas duas gerações foi necessário primeiro “pintar” um novo passado amazônico, firmando uma nova interpretação da Amazônia na história do país para, nos anos seguintes, estabelecer os contornos políticos desse movimento intelectual, no intenso cotidiano de festas e datas cívicas revestidas de cunho literário. “O modernismo amazônico, vale dizer, se configurou no rescaldo de tudo isso, com o aprendizado e a indignação dos novos letrados locais” (FIGUEIREDO, 2001, p. 190).

Parte 2 - Educação, Política e Cultura Histórica

A educação assumiu uma importância capital nos projetos modernistas de nação para o Brasil. Foi concebida como promotora de símbolos e significados sobre *nacionalismos*, *regionalismos*, *povo*, *raça*, *pátria* e *civilização*, centrais na formação político-cultural das novas gerações e difundidos por meios escolares e não-escolares. Em busca da *brasilidade* arquitetada a partir de uma perspectiva regional, a produção cultural da época se voltou para o passado, realinhando sua memória a narrativas históricas vinculadas às ambições dos novos tempos. Essa história esteve presente na imprensa, institutos científicos e literários e nos estabelecimentos da Instrução Pública, partes de uma mesma dimensão política de constituição do *imaginário social moderno e republicano* na região.

Esta é a abordagem a partir da qual se investiga a relação entre conhecimento histórico escolar e não escolar e projetos e expectativas modernizadoras em circulação na capital paraense entre 1890 e 1930, em torno da identidade nacional e regional amazônica. Nessa seção, será apresentado o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa, da construção do objeto à sua inscrição no domínio da História Política. Os conceitos principais são *Imaginário Político* (BACSKO, 1985), *Representações Políticas* (CAPELATO; DUTRA, 2000), *Cultura Histórica* (RÜSEN, 2001, 1994) e História Pública (ALBIERI, 2011). Além das reflexões conceituais, são apresentados os objetivos da investigação, as fontes que compõem o *corpus* documental por categoria e a estrutura em capítulos da tese.

O ponto de partida aqui é a compreensão da educação como uma dimensão do político, da prática política. O campo educacional engloba um conjunto muito vasto de temáticas, internas e externas ao ensino institucional, para as quais distintas abordagens são possíveis, dentre elas a da História Política¹³. Não se trata de um capítulo da história dos regimes ou da ação e consequência

¹³ Na narrativa historiográfica construída sobre a História Política, a Escola dos Annales teve um papel de destaque. Suas críticas promoveram o declínio de uma escrita da história tradicional, anacrônica, inadequada a um século de extremos. No entanto, sob suas diretrizes metodológicas e conceituais, essa mesma história foi reabilitada. Até o final do século XIX, uma escrita da história que privilegiava a narrativa de eventos políticos era preferida pelos historiadores, que se concentravam nas figuras do Estado e do poder. Essa história foi responsável pelo próprio estabelecimento da História como disciplina científica. Em diferentes linhas, a historiografia oitocentista compartilhou diretrizes orientadoras no campo, do rompimento com a filosofia à valorização da objetividade e do evento, estabelecendo um método baseado em documentos que tem sua contribuição em muitas das inflexões seguintes. Várias daquelas críticas foram assimiladas, fazendo com que os estudos de temas tradicionais passassem a ser trabalhados sob outras perspectivas, em paralelo com a proposição de novos objetos de investigação. Práticas e conceitos clássicos foram repensados. No contato com outras disciplinas, se estabeleceu a compreensão de que, se o político tem características próprias, ele tem relações com diversos aspectos da vida coletiva, sendo uma modalidade da prática

de conjunturas específicas, mas da dinâmica da disputa por poder, da monopolização dos saberes, em que se tecem formas discursivas e simbólicas pelas quais diferentes sujeitos representam sua participação; assim como na manifestação de práticas de ordenamento do conhecimento reconhecido como legítimo, seus objetivos e arranjos, e demais pautas político-educacionais (VEIGA, 2008).

Uma vez que não é possível definir o *político* nos termos de seus diversos objetos e espaços, os novos enfoques da História Política partiram para reflexões sobre o *poder* como campo de representação do social vinculado a diferentes aspectos da existência humana (RÉMOND, 2003). Isto contempla os fenômenos implicados na conquista e exercício do poder, ligado ou não à atuação e influência do Estado. Investiga-se a natureza social do poder político e as mudanças nas suas relações, onde Estado e sociedade são contemplados em sua complementariedade. Nesse caso, “a realidade estaria dada por uma dialética do conflito e da ordem sociais, encarada sob o ângulo do que se convencionou chamar de política” (CARDOSO, 2012, p. 38).

A História é uma narrativa sobre o passado que, por si só, é inacessível em sua totalidade. É preciso reconhecer a intervenção direta do sujeito no processo de produção do conhecimento. Como narrativa, a história informa sobre o modo como indivíduos e sociedades compreendem sua existência nos dois tempos, passado e presente, pressupondo interpretações. A própria linguagem, como empregada na produção de suas sínteses, assegura o vínculo inescapável com o presente, por meio do qual o passado é entendido e explicado. Assim se interpreta a produção desses homens de letras, ciências e artes, muitos deles membros dos institutos científicos, autores de manuais escolares e colaboradores em revistas e jornais locais: o modo com o qual eles se relacionaram com as questões do seu tempo, assim como a emergência de uma cultura local e nacional que alicerçava a identidade imperativa da nação.

Em todos esses espaços aos quais se vincularam, esteve presente a tônica da descoberta do passado, do resgate da memória de um povo. Essa necessidade gerou narrativas históricas que se relacionaram com seus interesses e com o contexto político-cultural modernista. A cultura histórica resultante das diversas narrativas em disputa nos espaços de legitimação do discurso no período é o foco desta pesquisa.

social. Sobre o tema, ver ainda: REIS, 2006; MENDONÇA, 2012; BOURDÉ, MARTIN, 1990; MARTINS, CALDAS, 2013; VAINFAS, 1997.

[...] 'Cultura histórica' debe denominar este aspecto abarcante y común. La 'cultura histórica' contempla las diferentes estrategias de la investigación científico-académica, de la creación artística, de la lucha política por el poder, de la educación escolar y extraescolar, del ocio y de otros procedimientos de memoria histórica pública, como concreciones y expresiones de una única potencia mental. De este modo, la 'cultura histórica' sintetiza la universidad, el museo, la escuela, la administración, los medios, y otras instituciones culturales como conjunto de lugares de la memoria colectiva, e integra las funciones de la enseñanza, del entretenimiento, de la legitimación, de la crítica, de la distracción, de la ilustración y de otras maneras de memorar, en la unidad global de la memoria histórica. (RÜSEN, 1994, p. 2).

Por cultura histórica entende-se, portanto, o conjunto de produções narrativas que demonstra as formas como as sociedades se relacionam com o seu passado. É um conhecimento produzido e difundido por diferentes profissionais e esferas do discurso, em diferentes linguagens e meios de comunicação, dentro e fora dos limites do cânone historiográfico (FLORES, 2007), e que é compartilhado por determinados grupos sociais de modo a responder, justificar e legitimar referências de identidade e distinção social.

Isso quer dizer que todo o processo de “formação histórica” (RÜSEN, 2001) dos grupos e sociedades é determinado não apenas pela Ciência Histórica: as narrativas referenciadas em um sistema teórico (pertinência interpretativa) e metodológico (pertinência experimental ou empírica), e por isso identificadas como a forma legítima de interpretar e narrar o passado (RÜSEN, 2007; BERGMANN, 1989). No processo também participam as narrativas de história que não apresentam as mesmas preocupações e interesses da história acadêmica ou escolar, como as produções históricas dos veículos de informação e entretenimento (SADDI, 2010). A interação entre essas narrativas promove a apropriação e difusão de saberes históricos e de um “pensar histórico” (FARIAS, 2010).

Desta forma, as relações são múltiplas: das narrativas históricas veiculadas nos jornais de maior circulação na época, na capital paraense, e a produção dos institutos científicos, nacional e local; dessa produção com a diretamente pensada para a formação escolar, especialmente os manuais escolares, fontes mais diretamente acessíveis no que diz respeito à estrutura do currículo prescrito, mas também os artigos de natureza histórica em circulação nas revistas pedagógicas, indicadas para a formação e atualização dos professores; e de ambos os espaços com as narrativas históricas em revistas de artes e literatura, assim como nas artes plásticas em casos específicos, com maior atenção às autorias que permitem conhecer a circulação de relações e influências.

Essas modalidades narrativas, especialmente as extracientíficas, operam a partir dos sentidos comuns do presente, com as crenças de seu público e ligadas ao imaginário social

contemporâneo. Também podem ser entendidas como uma história pública¹⁴ ou de grande circulação, que “explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais” (ZAHAVI, 2011, p. 53). O conjunto em diálogo dessas narrativas históricas, científicas, literárias, jornalísticas, artísticas, entre outras, compõe o aglomerado dinâmico, espacial e temporalmente determinado, que é a cultura histórica de um dado grupo social. Ela atua diretamente na forma pela qual o presente torna funcional referências no passado (SARLO, 2007), assim como também participam da construção de expectativas e projeções sobre as futuras gerações.

Este processo de transmissão cultural entre gerações se dá por uma combinação de elementos que são conservados e omitidos. O fenômeno é conhecido como “tradição seletiva”, por meio do qual é possível acessar memórias de uma cultura inventada, construída e reconstruída, que foram registradas no decorrer do tempo (WILLIAMS, 1961). Por *tradição* entende-se o passado considerado relevante no presente e por *seletiva* a natureza da operação que determina como importantes práticas e significados específicos, enquanto outros são desprezados. Seu conteúdo é mutável e fruto de escolhas sociais nada neutras, que informam um lugar de seleção, um espaço de poder e, sobretudo, de disputa.

A cultura ou conhecimento que permanecem não são impostos autoritariamente. Como resultado dessas disputas, são investidos de uma força de difícil desconstrução. As *tradições* são propriedades de grupos ou comunidades que compartilham crenças e sentimentos coletivos estruturados no presente, “uma vez que o que sobrevive não é determinado por seu próprio tempo, mas pelos tempos posteriores, que gradativamente compõem uma tradição” (OLIVEIRA, 2014, p. 264). Essa perpetuação é definida através do ritual e da repetição: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas (...) [visando] inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (...) um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

¹⁴ O campo denominado História Pública surgiu na Inglaterra, em meados dos anos 1970, refletindo acerca da “prática do uso público da história com fins político-ideológicos” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7). O interesse estava na construção de uma história voltada para as inter-relações entre memória, narrativa e identidades coletivas, no contexto do desenvolvimento da indústria cultural e de massas, aceleração dos processos de globalização, desintegração social e expansão dos direitos civis. Com a sua disseminação pela Europa e nos Estados Unidos, as preocupações passaram a focar também a divulgação da ciência na esfera pública e a função social da história frente às questões do presente (ALBIERI, 2011).

É o caso da elaboração do *currículo* como processo que inventa tradição (GOODSON, 1995a). Tradições e costumes inventados não são genuínos. São fabricados, construídos, reconstruídos e usados como veículos e espaços de poder. O ponto fundamental é que há conflitos em torno da definição de currículo, uma luta constante envolvendo aspirações e objetivos da escolarização. Em sua forma pré-ativa (trajetória de relações, negociações e disputas até a materialização de sua versão prescrita), o currículo oferece “parámetros para la realización interactiva y la gestión en la escuela, a pesar de las variaciones individuales y locales” (GOODSON, 1995b, p. 99).

O saber histórico escolar, para além dos contornos específicos da disciplina História, parte da noção de conhecimento como saber institucionalizado, organizado, sistematizado, transportado para o domínio da escrita e disciplinarizável (HÉBRARD, 1990). Ele esteve presente não apenas na *disciplina escolar*¹⁵ História, mas em outros espaços do *currículo*¹⁶. Essa noção de *conhecimento histórico* extrapola o espaço da *disciplina*. Ela articula a categoria *conhecimento* com a dinâmica própria assumida no ambiente escolar. Nos contornos de uma disciplina, comporta não somente os conteúdos, mas as práticas docentes, discentes e técnico-administrativas, assim como as grandes finalidades que prescindiram da sua constituição e dos resultados concretos que produz¹⁷.

Outra aproximação possível é a de “vasto conjunto cultural amplamente original (...) e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção à cultura da sociedade geral” (CHERVEL, 1990, p. 200). Proporciona a relação entre o conhecimento que está compreendido numa dada disciplina com o processo de transmissão cultural da tradição, terreno de disputas e negociações constantes.

¹⁵ Um conceito inicial de *disciplina escolar* do qual parte esta investigação é o de “conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo de que trata e formas próprias para sua apresentação” (FONSECA, 2016, p. 15).

¹⁶ Aqui nos referimos ao currículo prescrito. Ele é entendido como artefato social polissêmico e multifacetado, “o curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente constituído em nossa era por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis, junto com a formulação de tudo – ‘metas e objetivos’, conjuntos e roteiros – que, por assim dizer, constitui as normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado” (GOODSON, 1995a, p. 117).

¹⁷ “Se se pode atribuir um papel ‘estruturante’ à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares (...). Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas escolares merecem um interesse particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (CHERVEL, 1990, p. 184).

A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram este conhecimento institucionalizado alcançar um lugar específico, na medida em que lhe cabia a disseminação do passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Este foi o compromisso firmado com o Estado por uma historiografia que dialogou com os programas oficiais e livros didáticos. No Brasil, isto se deu no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império; desse momento até a década de 1930, a identidade esteve no centro das reflexões sobre a nação e a importância política do modo de contar esta história:

Não se pode afirmar, a rigor, que o advento da República alterou a essência do ensino de História, no que diz respeito às concepções predominantes neste campo do conhecimento. Mas é importante destacar uma preocupação mais evidente com os métodos empregados. Prova disso são os numerosos textos de orientação publicados nos livros didáticos e destinados aos professores e aos estudantes, sobre a melhor forma e os melhores recursos para se obter os resultados esperados, em função dos objetivos definidos para o ensino de História. Desde o início do século XX, diversos autores de livros para os ensinos primário e secundário [...] apostavam na eficácia do ensino de História na formação de um cidadão adaptado à ordem social e política vigente (FONSECA, 2016, p. 50).

A Independência gerou a necessidade de um tipo de conhecimento que reinterpretasse o Brasil, uma abordagem original de sua História que pudesse revelar as origens e o caminho em direção à formação do Estado Nacional, a partir dos interesses patrióticos. Para as escolas, “predominava a preocupação com a sistematização do saber histórico, de maneira a tornar atraente e interessante para o estudante, sem perder a objetividade, e que atendesse aos interesses pátrios e nacionais sem, no entanto, deixar de ser científica” (CARDOSO, 2013, p. 83).

À História, enquanto disciplina escolar, que se formou na esteira do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, inaugurado em 1838, foi legado o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 99)¹⁸. Objetivava instruir os brasileiros sobre a riqueza da nação e, já nas últimas décadas do século XIX, sobretudo com a proclamação da República (1889), também buscava preparar o novo cidadão republicano. Fora dos limites escolares, buscava-se para a disciplina seu status científico: uma história pautada na

¹⁸ Não obstante, em 1840, o instituto lançou um concurso a premiar o melhor projeto para escrever a História do Brasil. Seu vencedor foi o naturalista alemão Karl Von Martius. Ele considerou a mestiçagem entre as três principais raças formadoras do Brasil – a branca europeia, a negra africana e a indígena nativa – o elemento basilar para a articulação da narrativa historiográfica do instituto na produção de um passado, uma memória e uma identidade coletiva para a nação. A leitura de Martius é uma das primeiras matrizes que lança parâmetros para se pensar a História do Brasil, posteriormente sistematizada na *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (WEHLING, 1999).

imparcialidade do historiador e na farta pesquisa documental, aspectos imprescindíveis para um fazer histórico cada vez mais científico¹⁹.

Na virada do XIX, funda-se o Instituto Histórico e Etnográfico (posteriormente geográfico) do Pará (IHGP), em 1900, juntamente com Academia Paraense de Letras (APL), *locus* privilegiado da intelectualidade paraense a serviço das ideias civilizatórias, de modernidade e progresso, produzindo e pensando a realidade local. Como os demais institutos, se colocou na condição de intérprete e ‘guardião do passado’, cultuando os grandes vultos e heróis, exaltando as narrativas históricas e biográficas (CARDOSO, 2013).

Guardião da História do Pará e do Brasil, e de um tipo de memória e de história, o IHGP e seu olhar sobre o passado passaram a ser veiculados não só na RIHGP, mas também nos livros didáticos oficiais que circulavam em Belém nas primeiras décadas do século XX. A exemplo de seu par nacional, muitos intelectuais do IHGP se dedicaram a tarefa de elaboração desses compêndios, concernentes com o projeto patriótico dos institutos de maneira geral” (CARDOSO, 2013).

As narrativas históricas ocuparam um lugar relevante na formação elementar da população, presente em grande parte da instrumentalização deste nível de ensino, com destaque para os livros escolares – que compõem uma das principais categorias documentais desta pesquisa, com livros de leitura e de educação moral e cívica, além dos próprios manuais de história do Pará e História Pátria. Pela natureza e sentidos que lhes foram atribuídos, viabilizou a circulação de algumas das discussões e dilemas em pauta nos meios intelectuais do contexto da emergência de um novo regime político, dada a participação desses grupos na produção do conhecimento didático encaminhado às escolas.

A história que predominou nos livros era notadamente biográfica e factual, com o intuito de oferecer bons exemplos e lições cívico-patrióticas, tornando-se, junto com a Geografia Pátria e Língua Pátria, uma disciplina fundamental na formação do cidadão nacional (NADAI, 2011). Discurso ufanista, apresentando o Brasil aos brasileiros, ressaltando suas raízes, suas batalhas, a grandeza de seu território, suas qualidades naturais; seus heróis e feitos, seja de natureza política, militar ou científica serviram de modelo de tributos ou qualidades que deveriam ser cultivadas.

¹⁹ Outra instituição fundamental na estruturação da disciplina escolar História foi o Colégio Imperial Pedro II, criado no mesmo ano do IHGB. Estabelecimento oficial do ensino secundário, o Pedro II ocupava-se da formação da elite imperial, para a qual o projeto civilizatório do Estado estava direcionado. A maioria dos professores catedráticos eram também sócios do Instituto. Os programas de ensino eram estabelecidas pelo governo e seus conteúdos elaborados pelos professores catedráticos, muitos deles autores de livros didáticos utilizados pelos alunos e que passaram a ser referência nas demais províncias do Império (CARDOSO, 2013).

Não era muito diferente das narrativas históricas em circulação nos jornais e revistas da época, o que compreende uma rede de comunicação, formulação, influência e produção deste conhecimento transformado em conhecimento público e de formação de base.

Uma forma interessante de pensar nessas relações é a partir de uma rede comum de significações nas quais símbolos e significados de natureza política são produzidos, reconhecidos, apreendidos e utilizados coletivamente como dispositivos orientadores e/ou transformadores de práticas, valores e normas sociais de um determinado contexto histórico. Como um ponto de referência neste vasto sistema simbólico, elaborado por coletividades e por meio do qual elas se conhecem, se dividem e formulam seus objetivos, constitui-se o *imaginário social* (BACZKO, 1985). É também a partir dele que são construídas suas identidades, suas representações de si, seus papéis e posições sociais, suas crenças em comum e seus códigos de comportamento.

Enquanto sistema de interpretação e valorização, o imaginário suscita adesão a um sistema de valores e intervém nos processos de interiorização pelos indivíduos, de modo a conduzi-los para a ação comum. Na modernidade, os mitos políticos, as ideologias e as utopias, compõem lugares privilegiados na construção dos discursos que veiculam os imaginários sociais. Sua influência sobre as mentalidades depende, em larga medida, de sua difusão e, portanto, dos meios que garantem esta difusão para a garantia da dominação simbólica, visto que correspondem a instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças.

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. Com efeito, é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder *legítimo*, ou melhor, para ser mais exato, o problema da *legitimação* do poder (BACZKO, 1985, p. 310).

Para se tornar inteligível e comunicável, o imaginário social produz “discursos” nos quais e pelos quais são reunidas representações²⁰ coletivas em linguagens diversas: religiosa, filosófica,

²⁰ Segundo Falcon, duas acepções sobre “representar” originaram percursos intelectuais distintos no contexto da cultura ocidental. Para os modernos, a questão se colocava em termos epistemológicos, ou seja, “representação” como conceito para a análise de um fenômeno social concreto, assim como categoria inerente ao conhecimento histórico de uma “realidade”, existente independentemente de interpretações. Já para os pós-modernos, vinculados à virada linguística dos anos 1960 e 70, a questão se colocaria em termos hermenêuticos: o “real” enquanto “objeto” não existiria por si, apenas representações e interpretações dele; ou ainda, o “real” seria tão específico que a linguagem não conseguiria

política, arquitetônica, etc. Este sistema de representações traduz e ao mesmo tempo legitima uma ordem social, e o trabalho político das representações consiste em fazer ver e fazer crer, dar a conhecer e reconhecer, impondo definições legítimas das divisões do mundo social, impondo, legitimando ou transformando uma visão de mundo (CAPELATO; DUTRA, 2000).

Qualquer sociedade instala “guardiões” deste sistema que dispõem de técnicas de manejo dessas representações e símbolos que, por sua vez, só são eficazes quando assentados numa comunidade de imaginação ou de sentido – terreno prévio onde seus símbolos sejam assimiláveis (BACZKO, 1985). Entendemos a escola, os institutos científicos e os grupos literários/artísticos vinculados à vanguarda modernista da virada do século XIX par ao XX como alguns destes “guardiões”, uma vez que, dotados do discurso autorizado ou ainda sob a regulação e o controle do Estado, projetaram representações alinhadas a determinados interesses.

Assim, as narrativas históricas são entendido como elementos discursivos sobre um objeto no passado que não é reflexo da história vivida, mas a construção representativa de uma determinada realidade histórica. Os discursos em circulação são constituídos por enunciados do seu passado, legados pela tradição, e sobre o seu futuro, que falam dos objetivos e utopias dessa contemporaneidade. Isto porque, “os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro” (BACZKO, 1985, p. 312). E nenhuma narrativa circula fora do exercício de poder, em todas as suas relações, desde as do dia-a-dia até as do Estado. Portanto, entram na equação todas as esferas das atividades humanas, nas quais as narrativas são construídas em suas condições e finalidades específicas, e em interação com outras esferas.²¹

Nesta pesquisa, o objetivo é perscrutar as narrativas cívicas sobre alguns dos grandes marcos da cronologia política republicana veiculadas nos jornais, revistas científicas e livros escolares paraenses, de 1889 a 1923. Desde seus primeiros anos, a República ampliou os esforços institucionais para fazer da escola um bem público de responsabilidade do Estado. Daí a transformação na relação entre professores, alunos e métodos de ensino, e o surgimento das

dar conta dele, de modo que qualquer pretensão à veracidade de um relato seria absurda. Estas duas leituras “acabaram por promover e consolidar outra ideia de ‘representação’ associada, neste caso, ao imaginário, ao simbólico, à fantasia, sem compromissos com aquela ‘pobre e antiga ideia de real’” (FALCON, 2000, p. 48).

²¹ Partimos do pensamento de Mikhail Bakhtin sobre a propriedade dialógica da língua, pela qual todo discurso é construído em referência a outros discursos com os quais interage nas diversas esferas sociais em que circulam. Por essa razão, todo discurso informa não apenas o que explicita, mas ao que se alia e ao que se opõe, em relações de força e poder. Ver: BAKHTIN, 2003, 1979; FIORIN, 2011; FARACO, 2003; BRAIT, 2005; TEZZA, 2003.

estatísticas educacionais como demonstração dos feitos e dos desafios a serem enfrentados (GOMES, 2002). Reformas educacionais e formação de professores tomaram uma dimensão fundamental na constituição da instituição educativa por excelência, a escola, local de produção e reprodução não só de conhecimentos, mas de valores cívicos e morais necessários à regeneração da sociedade.

Um dos investimentos das elites políticas e as autoridades públicas para a árdua missão de *civilizar* a população, foi, sem dúvida, a difusão da escola primária. Desde a primeira metade do século XIX, ela foi “inventada” como instrumento legítimo de construção do Estado e da nação, e de produção de uma suposta população homogeneizada, encarnada no processo civilizador e no ideário liberal de um modelo de cidadania moderna (GONDRA; SCHUELER, 2008; VEIGA, 2002; RIZZINI, 2004). A escola primária e, sobretudo, os grupos escolares²², representam símbolos e instrumentos do avanço, assim como as festas e os desfiles cívicos se transformam em “espetáculos de civilidade”.

Também no Pará as instituições educacionais materializaram projetos, modelos e práticas de governo para a população (BARROSO, 2005; RIBEIRO, 1996). Ao longo do Oitocentos, a instrução primária da Província se concentrava nas escolas isoladas, na Casa de Educandos Artífices e no Colégio Nossa Senhora do Amparo para órfãs. Das 323 escolas públicas relacionadas no quadro da frequência diária de 1887 e 1888, 277 funcionavam no interior e 46 na capital (RIZZINI, 2004). A Escola Normal, o Instituto Paraense de Educandos Artífices (BARBOSA, 2011) e muitas escolas surgiram no calor dos debates dos anos 1870 (SCHUELER; RIZZINI, 2011).

No final do século XIX, novidades curriculares são introduzidas por reformas educacionais no processo de formação do futuro cidadão, para favorecer a formação de uma nova ordem social positiva. Destacaram-se as reformas da instrução pública realizadas nos governos das lideranças engajadas no movimento republicano do Pará: Justo Chermont (1890-1891), implementada em 07 de maio de 1890, na gestão de José Veríssimo, considerada pelos contemporâneos marco inicial da “grande jornada republicana em prol da instrução pública” (Mensagem, 1894, p. 17); Lauro Sodré (1891-1897), de 13 de julho de 1891, conduzida por

²² O grupo escolar foi o modelo mais disseminado no qual se destacaram aspectos como a construção de prédios apropriados para a finalidade educativa, o princípio da seriação e a importância dos métodos pedagógicos, em especial, o método intuitivo; assim como a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais no cotidiano da escola; a racionalização e o controle dos tempos e das atividades escolares (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

Alexandre Vaz Tavares (1891-1897); e, Paes de Carvalho (1897-1901), de 18 de janeiro de 1897, por Augusto Olímpio (BARROSO, 2005, p. 71).

O discurso de José Veríssimo na Direção da Instrução Pública no Pará reforçava a necessidade de reorganizar as bases do ensino primário e secundário e fortalecer o sistema de inspeção das escolas. Não obstante, a Reforma Geral da Instrução Pública e Ensino Especial do Estado do Pará, regulamentada pelo Decreto nº 149 de 07 de maio de 1890, estabeleceu, dentre outras coisas, que as escolas primárias fossem divididas em elementares e populares; criou os Conselhos Escolares Municipais, para envolver e responsabilizar os municípios na questão educacional; instituiu o fundo escolar, uma forma de complementar as despesas com o ensino público e viabilizou a frequência obrigatória (BARROSO, 2005, p. 101).

Mas as escolas primárias do Pará permaneceram organizadas como escolas unitárias, multisseriadas e isoladas. Nos anos seguintes, a instabilidade dos primeiros governos republicanos e ascensão de Lauro Sodré ao governo do Estado conduziram a adaptação das normas às mudanças na legislação educacional de instrução pública da Constituição de 1891. Foram suprimidos os Conselhos Escolares eletivos e estabelecidos o seu corpo permanente pela lei; criado o cargo de inspetor e o Estado do Pará foi dividido em circunscrições.

Na reforma de 13 de julho de 1891, a ênfase esteve na formação de professores pela Escola Normal e na exigência do diploma para o exercício do magistério primário. O concurso público de provimento dos cargos, pelo sistema de classificação dos candidatos, alocaria os professores mais bem classificados nas escolas urbanas dos municípios mais desenvolvidos, como Santarém, Cametá, Bragança e no centro de Belém. As escolas elementares de vilas, freguesias e povoações, bem como as da periferia da capital, ficariam sob a regência dos demais aprovados. A hierarquia entre os professores era também salarial e se expressava nas condições de trabalho e nas experiências diversas de exercer o ofício docente.

Embora os Relatórios oficiais e as Mensagens dos primeiros presidentes reiterassem frequentemente críticas a uma “cultura da reforma”, própria das medidas educacionais do Império, a lei continuou sendo o principal instrumento da modernização da escola. Nas duas reformas do governo Lauro Sodré, a educação popular era recorrentemente alçada à “grande dogma republicano”, instrumento cultural de elevação moral do povo e de constituição do cidadão. Era o princípio que fundamentava o ensino primário e secundário, a Escola Normal, o Lyceu Paraense e o Lyceu de Artes e Ofícios, assim como o Museu Paraense e a política de apoio e subvenção a

diversas instituições de formação profissional (públicas e privadas). No entanto, as Mensagens Presidenciais não deixaram de denunciar a insuficiência do número de escolas e a ineficácia das medidas tomadas pelos antecessores. Em 1889, a estatística oficial registrava o funcionamento de 580 escolas isoladas em todo o Estado do Pará, 538 delas elementares (SCHUELER; RIZZINI, 2011).

Na gestão de Augusto Montenegro (1901-1909), as referências ao modelo de escola graduada e aos grupos escolares da capital e do interior se pulverizam. É estabelecida uma nova política de remuneração dos professores e de hierarquização do trabalho docente, com o aumento dos vencimentos dos professores de grupos escolares na capital, que teriam perdido o subsídio referente aos aluguéis das antigas casas de escola. Aumento também dos salários de diretores de grupos escolares, suprimindo-se o cargo de inspetores. As seis escolas primárias modelos, anexas à Escola Normal, deveriam se transformar em grupos escolares e, no interior, registraram-se nove grupos escolares estaduais, contando com 45 professores.

Outra questão da primeira década do século XX é a suposta sobrecarga dos programas de ensino, presente nos modelos pedagógicos estrangeiros e apropriados em diversas reformas no país. Segundo Montenegro, seria adequada aos “países nos quais o ensino primário oficial é uma brilhante realidade”, não onde o clima tropical, o intenso calor e o grave problema do analfabetismo obrigavam a “sacrificar a intensidade do ensino em favor de sua pronta disseminação ao maior número de meninos”²³. A solução apresentada em vários relatórios oficiais e em diretrizes educacionais de outros Estados, como o do Rio de Janeiro, no mesmo período, foi a de simplificar os programas do ensino primário para as escolas do interior e investir na disseminação de um modelo de escola graduada, os grupos escolares. Em 1909, já se registrava 36 grupos escolares, 7 na capital e 29 no interior.

Todavia, mesmo não tendo sido inexpressivos no Estado do Pará, os grupos escolares não conseguiram afastar a histórica presença e importância das escolas isoladas, no interior e nas áreas periféricas de Belém, como propagandeava a administração Augusto Montenegro. Os dados apresentados no *Álbum do Pará*, de 1908, indicaram 37 grupos escolares e 111 escolas primárias isoladas no interior, administradas pelo Estado, sem contar as escolas municipais, que, se somadas, acresciam àquelas o quantitativo de 57 escolas. Ainda assim, pelas estatísticas oferecidas no *Álbum*,

²³ Mensagem, 1902, p. 36.

os grupos escolares concentravam cerca de metade das crianças matriculadas no ensino primário naquele ano.

As escolas dividiam-se em curso primário e complementar, com a presença do ensino de história pátria nos dois níveis e história do Pará no segundo. Os professores dos grupos precisavam ser formados pela Escola Normal, cujo currículo previa: instrução cívica, geografia, corografia e história do Brasil, curso completo da língua pátria, matemáticas, geometria, química e física, noções de floricultura, horticultura e agricultura em geral, ginástica, desenho, pedagogia – além trabalhos de agulha e bordados. Em 1908, freqüentaram suas classes 165 alunos e alunas.²⁴

A reorganização da instrução pública nessa virada de século, com suas reformas e criação de novas instituições educacionais, compunha a argumentação do próprio regime político. Nela, as escolas isoladas passaram a ser associadas ao atraso e ao descaso do regime anterior. Estas reformas são retratadas nas mensagens e relatórios de governo como “marco zero” do progresso e da modernidade educacional, protagonistas de discursos que buscavam construir e legitimar a relação do novo regime republicano com os princípios de democratização da instrução popular e do acesso à cidadania, da obrigatoriedade da escola primária e da igualdade de acesso a todos (SCHUELER; RIZZINI, 2011). Representavam uma memória republicana que antagonizava as políticas educacionais do Império com um conjunto de ações e práticas, públicas e particulares, em direto diálogo com os preceitos e práticas provinciais.

No entanto, compreendemos que a veiculação de narrativas cívicas que visaram uma formação histórica e identitária nos primeiros anos da República, esteve ativamente presente para além dos limites escolares, em outras esferas do discurso. Todas elas participação da produção de uma cultura histórica específica, que se relacionou com todas as disputas de poder e negociações daquele contexto. O objetivo é, portanto, analisar as narrativas cívicas em circulação nessas diferentes *esferas do discurso*, de modo a compreender a forma como a História, escolar e não-escolar, se relacionou com um ideário modernizador em andamento na Belém bellepoqueana.

Contamos com três principais categorias documentais: jornais, livros escolares e revistas científicas. A primeira categoria levantada foi a dos jornais, no caso os dois periódicos diários de maior circulação no Pará entre 1890 e 1930. Inaugurada em 1876, *A Província do Pará* contava com Joaquim José de Assis (redator), Francisco de Souza Cerqueira (tipógrafo) e Antônio Lemos (redator-gerente), líder do então Partido Republicano do Pará e futuro intendente da capital. A

²⁴ Álbum do Pará, 1908, p. 289.

Folha do Norte, por sua vez, foi criada 1896 por Enéas Martins e Cypriano Santos, alinhados a Lauro Sodré, chefe do Partido Republicano Federal e opositor público ao governo e ao legado lealista. Esse jornal circulou até 1968, enquanto *A Província* seria impressa por mais de um século, tornando-se um dos jornais mais antigos do Brasil e da América Latina até finalmente desligar as prensas, em 2001.

Dessa investida, surgiu a opção metodológica que acabou por estruturar a tese em si, que foi a de analisar as narrativas históricas específicas sobre as datas cívicas, transformadas em feriados nacionais pelo decreto 155-B, de 14 de janeiro de 1890. Considerou-se também o 15 de agosto, comemoração da adesão do Pará (aliás, última província a aderir, quase um ano depois) à Independência, e o 16 de novembro, dia da adesão do Estado ao regime republicano. Em seguida, do total dos feriados, foram priorizadas as datas de conteúdo histórico e cívico mais explícito, para levantamento e registro de notícias. Além disso, o exame se estendeu para dois dias anteriores e posteriores ao feriado, onde também foram encontradas referências ao evento.

A partir de uma categorização primária, essa relação foi novamente filtrada, chegando-se às cinco datas cívicas de maior ocorrência de notícias nos dois periódicos, em ordem crescente: 21 de abril, 13 de maio, 15 de agosto, 7 de setembro e 15/16 de novembro. Nos jornais, elas estão sendo analisadas a partir do lugar de produção da notícia no periódico, isto é, sua localização, tamanho, autoria, recorrência e recursos visuais; e por meio do seu conteúdo histórico, mais especificamente as informações factuais, os alinhamentos político-filosóficos e representações sobre *pátria, nação, povo, raça, civilização, nacionalismo e regionalismo*.

No que se refere às publicações científicas, optou-se pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo acervo completo é disponibilizado em sua página virtual (<https://ihgb.org.br/>); e a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), disponível na sede do Instituto em Belém. Fundado em 1838, o IHGB objetivou “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Com o mesmo intuito, o IHGP foi inaugurado juntamente com a Academia Paraense de Letras em 1900, para ser o *locus* privilegiado da intelectualidade paraense. Após uma breve atuação, foi fechado, sendo reaberto em 1917.

Já a revista do IHGP começou a circular ainda em 1900, continuando a partir de 1917 com a reabertura do Instituto. No período, publicaram-se teses sobre história e geografia do Pará,

produzidas e organizadas pelos membros da instituição. Os patronos do IHGP incluíam Jorge Hurley, Palma Muniz, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Theodoro Braga, Tito de Almeida e Hygino Amanajás, intelectuais de expressão regional e nacional. Esses autores também produziram expressivas teses históricas e manuais escolares, colaborando com jornais e revistas locais, além de atuarem no âmbito educacional em cargos públicos e privados.

Os manuais escolares e livros de leitura selecionados estão entre as categorias documentais mais importantes desta pesquisa. Sobretudo porque se pretende enfatizar a participação ativa do conhecimento histórico pensado para o ambiente escolar na formulação do ideário político-modernizador republicano. Essa categoria documental levanta especialmente questões sobre autoria e natureza do conhecimento histórico a partir da circularidade das narrativas produzidas e veiculadas em espaços escolares e não escolares. Busca-se compreender, em especial, as narrativas históricas nos manuais escolares e sua atuação na dimensão política do modernismo amazônico, na virada do século XIX para o XX.

Foram selecionados os manuais de história do Pará “Pontos de Historia do Pará”²⁵ (1919), de Arthur Vianna; “Apostillas de Historia do Pará”²⁶ (1915); “Noções de Historia Patria”²⁷ (1926), de Raymundo Proença e Sylvio Romero. Os livros de leitura “Ensaio de Leitura”²⁸ (1910), de Joaquim Pedro Correa de Freitas; e “Alma e Coração”²⁹ (1905), de Hygino Amanajás, também autor de “Noções de Educação Cívica” (1898). E ainda o “Ensino Cívico”³⁰ (1898), de Juvenal Tavares e “Ensaio de Educação Moral e Cívica”³¹ (1928), de Ignácio Moura.

Parte essencial na formação da consciência nacional, as narrativas de eventos e personagens dos livros de leitura trabalhavam valores como respeito à ordem, obediência e hierarquia, e o reconhecimento das ações dos heróis, exemplos para as futuras gerações. Tratavam, em geral, do período que se estende entre o descobrimento do Brasil, colonização e seus primeiros habitantes até a proclamação da República e os presidentes. A instrução moral e cívica visava

²⁵ VIANNA, Arthur. *Pontos de Historia do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1919.

²⁶ BRAGA, Theodoro. *Apostillas de Historia do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915.

²⁷ PROENÇA, Raimundo; ROMERO, Sylvio. *Noções de Historia Patria*. 3. ed. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926 [1920].

²⁸ FREITAS, Joaquim Pedro Correa de. *Ensaio de Leitura – Terceiro Livro*. 44. ed. Paris: Jablonset, Voot & Cia, 1910 [1881?].

²⁹ AMANAJÁS, Hygino. *Alma e Coração*. 2. ed. Belém: Typ. Imprensa Official, 1905 [1900].

³⁰ TAVARES, Juvenal. *Ensino Cívico: noções e princípios geraes de educação cívica e direito practico*. Belém: Typ. de Pinto Barbosa e Cia, 1898.

³¹ MOURA, Ignácio. *Ensaio de Educação Moral e Cívica*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928.

elucidar deveres e obrigações sociais, exaltar os sentimentos de patriotismo e nacionalismo e reconhecer os símbolos nacionais.

Na entrada do século XX, os temas de História Pátria foram não só instituídos nos programas de História, como também recomendados a serem abordados antes dos conteúdos de História Geral e Universal, mudança estabelecida com o regulamento do ensino primário de 1919, onde as temáticas de História do Pará são inseridas a partir do 2º ano primário Complementar. Essas transformações estão vinculadas à imprescindível necessidade de abordar e produzir temáticas locais pela intelectualidade, preocupações na qual os modernistas e sua produção didática são protagonistas (CARDOSO, 2013). Essas disciplinas seriam vitais para forjar uma identidade regional ou Amazônica baseada na memória do seu povo e de seus heróis.

Nos primeiros livros escolares de história publicados na região e destinados ao ensino primário, a partir da década de 1860, a representação da ‘terra de índio’ competiu com as imagens de Belém e Manaus como ‘centros de civilização’. A virada ocorreu no início do século XX, com a exposição de diferentes leituras entre os historiadores, sobretudo em relação ao papel do índio e do mestiço na história das sociedades amazônicas. Enquanto no primeiro decênio do século XX a tônica foi a redescoberta do Brasil, o questionamento dos cânones, linguagens e valores europeus; na década seguinte, esse reencontro com o passado se transformou em elemento fundador da nacionalidade nascente.

O interesse pelo passado se transformou em uma leitura da história vinculada ao tempo presente, a partir do estabelecimento das efemérides e datas cívicas. A construção imagética e historiográfica de uma *Belém Velha*, que tinha sido fundamental na virada do século, foi dando lugar, a partir dos anos 1920, à construção de uma *Belém Nova*. Isto porque, com a falência da exploração da goma elástica, o sentimento decadentista orientou uma profunda desconfiança sobre aquele passado de glórias, nutrido e sustentado nas festividades pátrias de então. Os ‘novos’ modernos estabeleceram uma luta direta com o passado e com valores outrora cultivados, na qual os conceitos de *bairrismo*, *regionalismo* e *nacionalismo* ganharam um sentido político inédito na região (FIGUEIREDO, 2001).

CAPÍTULO 1

Concepções de História na Amazônia Brasileira:***Evolução, Identidade e Discurso Autorizado nas primeiras décadas republicanas***

Pensar sobre o passado esteve na base da constituição dos projetos de *nação* que orientaram a política *republicana* e *modernista* entre o final do século XIX e o início do XX. A construção de uma memória que preenchesse os requisitos da pátria brasileira, em franca ascensão foi um elemento chave na sua autopromoção e inserção no Grêmio das nações civilizadas. Para isso, um processo de seleção, organização e homogeneização dessa *memória* foi empreendido.

Essa retomada do passado foi realizada a partir de instâncias sociais em constante intercâmbio. E se deu por meio da promoção de narrativas específicas carregadas de representações políticas que circularam em diferentes esferas que, em sua interação, formaram uma determinada *cultura histórica* na qual se articularam imposições nacionais de unidade e integração e perspectivas interpretativas do “nacional” a partir de questões sociais, políticas e culturais locais.

O objetivo deste capítulo é compreender a natureza da concepção histórica hegemônica nas *narrativas* sobre determinadas *datas cívicas*, parte integrante da *cultura histórica* da capital paraense nas décadas iniciais da República. Essa concepção se apoiava nas ideias de *progresso*, *evolução*, *linearidade* e *inevitabilidade* da história, consolidando uma cronologia política brasileira e reforçando a defesa de um *discurso autorizado* para a disciplina científica no momento da estruturação e profissionalização do campo.

Nessa operação, o *fato* histórico foi, em regra, *cientificamente* esterilizado de seus elementos contraditórios, violentos e paradoxais, destoantes da grande marcha evolutiva para a *civilização*; enquanto a Amazônia passou a integrar a narrativa agregadora da grande Nação Brasileira. Mas, nas narrativas elaboradas e em circulação na região, essas representações assumiram contornos específicos de acordo com demandas e especificidades em jogo. Essa caracterização não se restringiu ao passado, abrangendo também um fator que orientou a pauta das primeiras décadas republicanas no que diz respeito às projeções para o futuro. Um projeto de *modernização*, *civilidade* e *ordem* para o qual a História oferecia referências, diretrizes e o conforto da certeza de uma trajetória de desenvolvimento.

1.1 – Narrativas cívicas, *verdade histórica* e discurso autorizado

No século XIX, a escrita da história passou por relevantes transformações cujo fococentral foi a atribuição de um *estatuto científico* à disciplina, por meio do rompimento com a filosofia e a valorização da objetividade interpretativa e do evento. Observadas as devidas particularidades, suas vertentes ficaram conhecidas, num sentido amplo, como *historicistas*, quer dizer, “que recusam o absoluto da razão intemporal e a submetem às condições históricas objetivas” (REIS, 2006, p. 13)³².

Até aquele momento, o ponto de vista predominante era o da superação do fenômeno isolado e do reconhecimento das leis causais que determinavam o curso da história – incorporando as contribuições das ciências naturais no discurso histórico. Com o seu célebre *método erudito*, o alemão Leopold von Ranke³³ inaugurou um modo de saber e narrar o passado centrado no evento, devendo o historiador manter-se objetivamente fiel às fontes – vestígios escritos oficiais e voluntários, que geralmente estavam vinculados ao Estado e à Igreja. Nesse modelo, a história deveria ser produzida por um sujeito que, ao se neutralizar, revelaria o objeto; os fatos fariam por si, e deveriam ser conhecidos integralmente para sua verdade objetiva pudesse ser extraída.

A França foi o segundo país onde a história erudita se instalou e seu marco fundador foi a criação da *Révue Historique* (1876), por Gabriel Monod e Gustave Fagniez. A escola metódica se afirmava como objetiva e neutra, adepta da ciência positiva, e oficialmente contrária a qualquer pensamento teológico, filosófico ou literário, além de zelar pela valorização do orgulho nacional (BOURDÉ; MARTINS, 1990). Suas técnicas se baseavam na primazia do documento escrito e na máxima ocultação do historiador, em processos de exposição estritamente científicos, cujas afirmações deviam vir acompanhadas de provas, remissões às fontes e citações.

Outro marco da escola metódica foi a publicação dos manuais de metodologia da história, entre os quais o mais reconhecido e difundido foi o *Introduction aux études historiques* (1898), de

³² As vertentes que podem ser consideradas, *lato sensu*, como *historicistas*, por partilharem do esforço de construção de um estatuto científico para a História, rompendo com a tradição filosófica do século anterior e primando por protocolos de pesquisa com foco no objeto, são: *vertente rankeana*, mais próxima do modelo científico da física; a *vertente diltheyana*, que buscou a particularidade da história enquanto ciência diferenciada das ciências naturais; e a *vertente marxista*, que associava o conhecimento histórico-científico à práxis (REIS, 2006).

³³ Seus estudos abordavam os temas da formação e o desenvolvimento dos povos românicos e germânicos, a concentração no período moderno, do século XV ao XVIII, da história política como fio condutor da análise historiográfica. Esses trabalhos aplicavam três grandes princípios: rigor metódico para estabelecer a qualidade da informação da fonte; amplitude, circulação e complementariedade entre os campos do conhecimento; e recusa de toda forma de pensamento dogmático, transcendente ou dualista (MARTINS; CALDAS, 2013).

Charles Langlois e Charles Seignobos³⁴. É nessa obra que se encontra a definição do “espírito positivo” e a divisão do método em três etapas: a *heurística*, em que ocorre a localização e organização dos documentos; as *operações analíticas*, voltadas para a crítica externa e interna das fontes; e as *operações sintéticas*, que viabilizam o agrupamento dos fatos, a cronologia e a escrita histórica (REIS, 2006).

A história metódica tinha como objetivo a universalidade dos fatos e pretendia definir as leis que, em tese, orientavam o seu desenvolvimento. Nessa abordagem, havia categorias de leis: as *leis de ordem*, que mostram a semelhança das coisas; as *leis de relação*, que identificam causa e efeito; e a *lei suprema*, que determina o curso da história. Ranke queria escrever uma história universal que não estivesse baseada em leis naturais e incontornáveis, mas que indicasse um processo que, apesar de contingente, era dotado de sentido. Logo, é possível caracterizar a produção da historiografia metódica produziu como “positiva” e não “positivista”: era um modelo de conhecimento que se afirmava objetivo, verdadeiro e o mais próximo que se podia chegar de uma observação direta do fato passado (REIS, 2006, p. 27)³⁵.

Vale ainda ressaltar a participação da Escola Metódica na *organização escolar francesa*. Esta orientação atuou na instrução das novas gerações no sentido do amor à República, de modo a consolidar a base social do regime, e de recalcar o obscurantismo clerical, tirando o controle da Igreja sobre a escolarização. Cria-se, então, a escola laica, gratuita e obrigatória, afirmando claramente que a história não é neutra, mas deveria servir a um projeto político (BOURDÉ;

³⁴ Entre 1900 e 1911, houve ainda a publicação dos nove tomos da *Histoire de France depuis les origines jusqu'à la Révolution*, organizada por Ernest Lavisse. A coleção contou com a participação de historiadores conhecidos e foi desenvolvida a partir de princípios caros à escola, como o próprio fato de se tratar do estudo de um Estado-Nação no qual são acentuados os eventos políticos, militares e diplomáticos. A história é dividida em grandes períodos por marcadores políticos linearmente organizados em relação de causalidade.

³⁵ Ainda no século XIX, Wilhelm Dilthey também se opôs aos pressupostos comteanos para inaugurar um substituto à criticada filosofia da história hegeliana – um historicismo em sentido estrito. Esta nova filosofia crítica da história, de inspiração kantiana, visou a descoberta do caráter específico do conhecimento histórico, em oposição à aproximação positivista da história ao modelo único e definitivo de ciência de então, a física. Esta busca pela originalidade do conhecimento das ciências humanas, que também emergiu na Alemanha da segunda metade do Oitocentos, afasta-se, por sua vez, das formulações de Ranke e da Escola Metódica francesa na medida em que “seu objetivo é estabelecer um conjunto de critérios que singularize o conhecimento histórico, tornando-o independente dos modelos de objetividade da física e afastando-o da filosofia especulativa” (REIS, 2006, p. 34). Por sua vez, a história-ciência inaugurada por Karl Marx e Friedrich Engels defendeu uma concepção unitária de ciência na qual a história seria uma ciência de síntese, magna entre todas as ciências sociais. A partir de um conjunto de hipóteses e conceitos organizados em uma “teoria geral”, o materialismo histórico, busca-se um sentido para a história, sendo ela algo analisável, observável e quantificável. As dimensões materiais de produção e reprodução da vida humana seriam as condições necessárias da transformação histórica; as classes sociais, em luta, dão a tônica da própria trama da história, definindo-se por sua situação no processo produtivo; e a correspondência entre forças produtivas e relações de produção torna-se o objeto central da história-ciência (FERNANDES, 1984; VILAR, 1988).

MARTINS, 1990): “O valor da história é sobretudo pedagógico, o método crítico combate a credulidade e a submissão à autoridade. Os eventos passados são instrumentos da educação cívica” (REIS, 2006, p. 31).

No Brasil, a prática da história erudita foi iniciada com a chegada da família real, em 1808, e seus arranjos de infraestrutura política e cultural; e institucionalizada a partir da Independência, em 1822. A necessidade e o senso de oportunidade que germinou entre os homens de uma elite letrada – considerados ilustrados *homens de ciencia* e *homens de letras*, enfim, homens de cultura – vinculados ao Império delegou-os um trabalho de relevância política fundamental: a fundação de uma memória para a nova nação. Neste processo de promoção da nação brasileira, a História constituiu uma instância política em seu aprendizado e exercício (GUIMARÃES, 2011). Fazia parte da sua função fornecer exemplos e lições do passado que servissem de base para suas projeções de *desenvolvimento, progresso, evolução e civilização*.

Era, portanto, estrutural dentro das políticas de estabilização do Império brasileiro construir uma memória que agregasse e transmitisse uma interpretação oficial sobre o passado que estimulasse o patriotismo e a unidade nacional. Mas antes da elaboração de uma narrativa coesa, articulada e adequada à realidade política, social, cultural e racial do Brasil no século XIX, um empenho inicial se fazia necessário: a identificação, compilação e organização dos documentos e arquivos capazes de proporcionar a escrita de uma história pátria independente. Nesse contexto de consolidação do Estado Nacional, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838³⁶.

Nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, construiu-se um repertório de narrativas, fatos, heróis e datas comemorativas que legitimavam o processo de construção do Estado imperial sob hegemonia saquarema: ponto de vista da memória, erigia-se o concesso sobre a política de monopólios na qual a monarquia representativa, a escravidão, o catolicismo e o romantismo indigenista representavam a *tradição imperial*; por sua vez, a herança portuguesa, a

³⁶ A emergência da historiografia brasileira enquanto campo disciplinar e profissional ocorreu no último quartel do século XIX e meados do século XX, na transposição das *memórias* construídas no interior dos Institutos Históricos (notadamente, o IHGB e os seus congêneres regionais), passando pelos *ensaios* de interpretação da formação da sociedade brasileira nas páginas das nascentes ciências sociais, até chegar nas *teses* escritas nas recém inaugurados departamentos de História das universidades públicas, e mais tarde, consolidada, com o advento dos programas de pós-graduação em História. A respeito desta trajetória, ver: GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1993; BOTELHO, 2010; FERREIRA, 2013; FICO, 2015.

centralização política, a agricultura e a população nativa foram considerados símbolos de uma *civilização imperial* em construção no âmbito da história e da memória³⁷.

De fato, uma das ideias fundadas juntamente com o IHGB e que orientou o pensamento intelectual brasileiro naquele século, ecoando na nossa tradição historiográfica posterior, é a de que somente depois da constituição do estado independente se criaram as condições para uma escrita da história no Brasil. Essa premissa articula simbioticamente o Estado como artífice e instância legítima para a constituição da identidade nacional e de suas narrativas. Por isso, o IHGB foi o intérprete e o guardião maior da história e do ideal de nação civilizada nos trópicos, modulando, a partir da Corte, as pretensões de poder e a autoimagem da hegemonia política saquarema e seu programa conservador (WEHLING, 1998).

Nesse sentido, em 1840, o recém-nascido IHGB promoveu um concurso para premiar o melhor plano para a escrita da História do Brasil. Um projeto de unidade nacional já era corrente na elite ilustrada, com vistas à construção de representações sociais que refletissem o abandono do status de Colônia e a construção de uma auto-representação independente (WEHLING, 1998). O vencedor foi o naturalista alemão Karl Von Martius, com a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, que aos moldes da ciência evolucionista do momento, sugere a narrativa oficial da nação como resultado da união de três raças, cujas contribuições seriam: dos brancos, a herança da civilização; do negro, a força e o trabalho; e do índio, a ingenuidade e a pureza (DAMATTA, 1993; ORTIZ, 1985; SCHWARCZ, 1993 e 2001)³⁸.

³⁷ A respeito da relação *história, memória e nação*, conferir: MATTOS, 2004; ALONSO, 2002; SCHWARCZ, 1993.

³⁸ É no século XIX que a noção de *raça* entre os homens foi efetivamente proposta por Georges Cuvier, no que se refere à “existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (AZEVEDO, 1990; SCHWARCZ, 1993). Nesse contexto, “os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidade e do devir dos povos” (SCHWARCZ, 2001, p. 22). Mas a mistura que havia sido desenvolvida por séculos no Brasil era absolutamente condenada pela perspectiva biologizante na qual a ciência do ocidente estava envolvida. O Brasil – enquanto verdadeiro “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2001) – foi tido por intelectuais estrangeiros e muitos nacionais como um povo de raças degeneradas pela miscigenação e propenso ao insucesso. O que se fez então aqui, com o avançar do século XIX e início do XX, foi um uso criativo dessas teorias racistas, no momento em que, descartando o que não interessava e ressaltando tudo aquilo que pudesse abrir uma brecha para a interpretação de que esta era uma nação rumo à civilização e ao progresso, passou-se a interpretar a *miscigenação* não mais como elemento de condenação da nação (tal qual, de fato, uma leitura literal dessas teorias afirmaria), mas como saída capaz de proporcionar o *embranquecimento* da população (DAMATTA, 1987; ORTIZ, 1985; VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976; VIANNA, 1932). E, ainda que o seu resultado não tenha sido plenamente alcançado, porque, enfim, não se conseguiu “branquear a população”, viu-se em uma nação miscigenada a nova bandeira nacional, o elemento que identificava a nação brasileira e a distinguia de qualquer outra (além de servir como elemento de coesão social): o país da mistura, da cordialidade, da *democracia racial*.

Este programa historiográfico atingiu sua culminância na publicação de *A história geral do Brasil*, em dois volumes (1854 e 1857), de Francisco Adolfo Varnhagen³⁹. Nela, estão definidos os pilares que orientaram efetivamente o status erudito e autorizado da escrita da história a partir de então: preocupação intensa com a pesquisa em arquivos; uso de documentos originais e oficiais; descrição objetiva dos fatos; e imparcialidade do pesquisador na narrativa do homem branco, da nação e do Estado (ODÁLIA, 1997). Por pelo menos mais de duas décadas, o IHGB concentrou hegemonicamente este lugar social da produção histórica autorizada, até que começassem a surgir outros espaços congêneres como o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862). Os demais institutos regionais vieram mesmo já no período republicano, como o de São Paulo (1894), o do Pará (1900) e o de Minas Gerais (1907).

Com a crise do sistema de produção escravista, a queda do Império e ascensão republicana, novas perspectivas e interesses políticos vão dar o tom da produção deste instituto e de seus pares regionais, empreendendo um *revisionismo* em relação à sua herança. A Proclamação da República tornara-se um divisor de águas tanto para o debate político quanto da produção historiográfica. A herança monárquica era considerada um legado a ser superado, uma vez que o *Império* se tornava, nestas narrativas, sinônimo de *atraso* e a *República*, de *avanço*. Enquanto o IHGB entrava no ostracismo por ser uma instituição monarquista inaugurada sob as bênçãos do imperador, os Institutos Históricos regionais eram fundados refletindo o novo contexto político, produzindo uma história republicana da nação brasileira.

Neste particular, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), inaugurado em 1900, acompanhou essa tendência, ocupando-se, sobretudo, com estudos sobre a história paraense e suas interfaces com a chamada história nacional⁴⁰. Nas primeiras décadas do novo regime, passou-se então a registrar e revisitar as fontes e as narrativas históricas tradicionais, promovendo interpretações mais adequadas às necessidades e projeções políticas do novo contexto. A partir daí,

³⁹ Também conhecido por Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em São João de Ipanema, atual Itaperó, no interior de São Paulo, em 1816, e morreu em Viena, em 1878, de formação militar, dedicou-se a diplomacia e a pesquisa histórica. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1841 e exerceu o cargo de primeiro secretário. Na carreira diplomática serviu em Madrid e Lisboa, Paraguai, Venezuela, Equador, Chile e Países Baixos. A sua principal obra *A história geral do Brasil* tornou-se representativa do estilo historiográfico do IHGB. Sobre a trajetória e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, consultar: CEZAR, 2005, 2007; MOREIRA, 2010; KODAMA, 2009.

⁴⁰ Se, por um lado, no romance machadiano *Ésau e Jacó*, havia ainda a indefinição do dono da confeitaria com o novo nome do estabelecimento, conforme os ventos da mudança política, adotando, para satisfazer clientes da situação e da oposição, *Confeitaria do Regime*; por outro lado, nas primeiras décadas republicanas, a narrativa histórica praticamente consagrava a divisão laudatória em suas páginas do *antes* e *depois* da República. A esse respeito, consultar: GOMES, 2009, 2010; COELHO, 1981; FREITAS, 2007.

um pensamento antilusitano de matrizes republicanas e democráticas foi sendo incorporado especialmente nas narrativas dos levantes do passado, onde o *povo* ocupa um espaço inédito⁴¹.

Novos e velhos vultos são incorporados, reformados ou afastados do panteão nacional e regional, na medida em que atualizações e diferentes leituras dos fatos históricos tradicionais fazem parte dos esforços por uma cronologia política mais condizente com o cenário político-cultural do novo regime. Na publicação do primeiro volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará de 1917, quando da sua reinauguração⁴², um longo estudo sobre José Bonifácio trouxe trechos e citações dedicados aos procedimentos científicos para a confiabilidade dos resultados da produção historiográfica. Seu subtítulo é “duvida historica – Ante a exposição de factos reaes e indesmentíveis poder-se-há considerar ainda Jose Bonifacio, o patriarcha da Independencia?”.

Assinado por Raymundo José Martins Bessa⁴³, trata-se de uma análise bastante crítica à participação de Bonifácio na Independência do Brasil e à alcunha que lhe foi atribuída, questionando suas intenções e efetivas ações em prol da liberdade nacional⁴⁴. O texto abre com quatro citações da obra de Fidelino de Figueiredo⁴⁵, *O Espirito Historico*, de 1915.

⁴¹ A Conjuração Mineira, entre os levantes e revoltas da história brasileira, é o mais representativo da incorporação do ideal de República como *vontade popular* e a própria construção de mártir político da figura de Tiradentes. O imaginário político republicano, na contramão dos símbolos e brasões imperiais, destinou um espaço destacado para o *povo* consubstanciado na figura da *Marianne*. Talvez, esse seja um dos primeiros momentos, embora de forma elitista e hierárquica, na história brasileira de associação de um regime político à vontade popular, tendência que apenas se aprofundou no transcorrer do século XX. O sentimento cívico e engajamento da população nos principais episódios transformados em efemérides republicanas serão objetos dos próximos capítulos. Sobre essa discussão, ver: FONSECA, 2001, 2002; COELHO, 2002; FURTADO, 2000; CARVALHO, 1989, 1990.

⁴² Na virada do XIX, funda-se o Instituto Histórico e Etnográfico (posteriormente geográfico) do Pará (IHGP), em 1900, juntamente com Academia Paraense de Letras (APL), *locus* privilegiado da intelectualidade paraense a serviço das ideias civilizatórias, de modernidade e progresso, produzindo e pensando a realidade local. Como os demais institutos, o IHGP se colocou na condição de intérprete e ‘guardião do passado’, cultuando os grandes vultos e heróis, exaltando as narrativas históricas e biográficas. Após uma breve atuação, foi fechado, sendo reaberto em 1917. Já a revista do IHGP começou a circular ainda em 1900, continuando a partir de 1917 com a reabertura do Instituto. No período, publicaram-se teses sobre história e geografia do Pará, produzidas e organizadas pelos membros da instituição. Os patronos do IHGP incluíam Jorge Hurley, Palma Muniz, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Theodoro Braga, Tito de Almeida e Hygino Amanajás, intelectuais de expressão regional e nacional (CARDOSO, 2013).

⁴³ Raimundo José Martins Bessa foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) no ano de 1917 (FREITAS, 2007).

⁴⁴ Uma análise mais aprofundada acerca do conteúdo da crítica de Raymundo Bessa acerca da representação construída de José Bonifácio será realizada no capítulo seguinte. No presente capítulo, o foco está nos apontamentos sobre a natureza, os procedimentos metodológicos e os protocolos de validação da História como ciência.

⁴⁵ Fidelino de Sousa Figueiredo (1888-1967), nascido e falecido em Lisboa, formou em Letras em (1910) e foi um crítico literário, comparatista, professor, escritor, jornalista, pensador e político. Em 1913, adentrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depois de já ter solicitado o ingresso ao IHGB, no ano anterior, em carta dirigida a Max Fleuiss, o qual acompanhou dois de seus escritos: *O Espirito Historico* e *A Crítica literária em Portugal* (RODRÍGUEZ, 2000). Os primeiros contos e ensaios foram escritos em 1905, quando tinha apenas 17 anos. Na primeira República foi o fundador da Sociedade de Estudos Históricos e da *Revista de História* (1912-1928). Contrariando Teófilo Braga, reescreveu a historiografia literária portuguesa: *O Espirito Historico*, *A Crítica literária em Portugal* (1910), *A Crítica Literária como Ciência* (1912), *História da Literatura Romântica* (1913), *História da*

- (1) quando, porém, os estudos históricos mostraram para as mais vivas e actuais instituições as mais remotas origens, *a maneira de considerar esses problemas inteiramente se modificou; passaram a ser contemplados como élos duma longa cadeia de phenomenos, cujo decorrer se não verificava no espaço, como se verificava o dos phenomenos physicos, mas no tempo*. Para bem se comprehender qualquer estadio dessa evolução tornou-se necessario OBSERVAR os ANTECEDENTES e destes regressivamente remontar.
foi por esta forma, por solicitações de curiosidade scientifica, que nasceu *o espirito historico, que resumidamente consiste na consideração das variações temporaes e das succeções causaes*, quando se [*ilegível*] *os problemas que respeitam ao homem, em sociedade*, e que, por definição mais comprehensiva significará a certeza sempre presente do império do passado, e duma maneira ainda mais geral o gosto pelos estudos do passado
Fidelino de Figueiredo – “o Espirito Historico” – ed. 1915, pag.78.
- (2) o primeiro homem que contou a outro suas recordações *fez historia, porque reconstituiu factos passados*.
e desde logo existiu a *historia*, sendo sempre o que hoje é: *a reproducção de factos passados*. quantas definições della se possam dar, com todas as suas variantes, cabem todas na formula do mesmo passo breve e amplamente comprehensiva proposta por Michelet: *a ressurreição integral da vida passada*.
Fid. Figueiredo – obra cit., pag.25.
- (3) É certo que não se comprehendem trabalhos históricos se não para rebuscar, não somente factos, mas *relações causaes entre factos*; e essas relações não podem ser obtidas sem se recorrer a muito conhecimento psychologico, historico, sociologico, dum caracter geral e synthetico. a afirmação de *qualquer relação causal implica o sentimento ou o conhecimento duma ou muitas leis naturaes*.
Enfim é uma necessidade muito viva e muito legitima no historiador dar-se conta e informar o seu leitor da significação e do alcance dos resultados que elle obteve.
Ibdem, obra cit., pag. 51
- (4) *Não ha historia, sem interpretação que organize, condensando e simplificando, os factos, quaesquer que sejam os fundamentos dessa organização interpretadora*.
Ibdem, obra cit., pag.56⁴⁶

A remissão à obra de Fidelino no ensaio de Bessa estabelece de início a base dos procedimentos para a escrita da história como ciência, tal qual as ciências físicas – cujas verificações se dão, paralela e respectivamente, no tempo e no espaço. O *espírito histórico*, quer dizer, o *modus operandi* do historiador, que asseguraria a correta verificação das variações temporais e suas sucessões causais, faz desvelar o sentido maior dessa ciência: os elos da longa

Literatura Realista (1914), *História da Literatura Clássica* (1917-1924), entre outros. Foi ainda dirigente da Biblioteca Nacional entre 1918-1919 e 1927. Trabalhou em diversos países como Espanha, Inglaterra, Checoslováquia entre outros, até se fixar no Brasil, onde fundou os mais importantes estudos de literatura portuguesa, em São Paulo e Rio de Janeiro. Regressou a Lisboa em 1951 e veio a falecer em 1967. Sua obra em vida está disseminada entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo (ULYSSEI@S, 2016).

⁴⁶ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1917, vol. 1, p. 79-80 – grifos nossos.

cadeia de fenômenos pelos quais se escreve e se inscreve a experiência do homem em sociedade. A história, linear e evolutiva⁴⁷, se desvela para o observador munido dos protocolos pertinentes.

Ainda nas citações é possível identificar uma visão *lato e stricto sensu* do conhecimento histórico. Fazer história, para os contemporâneos Fidelino e Bessa, era reconstituir os fatos passados; ou ainda, ressucitar integralmente o passado – como mencionam os autores nas palavras de Michelet⁴⁸. Nesse caso, qualquer pessoa pode fazer história, e a história é feita constantemente.

Mas o trabalho do historiador, a narrativa histórica científica, autorizada pelos pilares metodológicos com os quais está compromissada, vai além da reconstituição. A inflexão do *métier* está na *interpretação* a partir da qual (e por meio da qual) os fatos reconstituídos são relacionados.

Nesse sentido, o trabalho do historiador é balizado fundamentalmente no *método científico* que orienta a pesquisa, mas também nos conhecimentos diversos – como os citados conhecimentos psicológicos, sociológicos, naturais – que aciona para estabelecer as relações de causa e efeito entre os fatos reconstituídos. Em comentários aos trechos citados, Bessa sentencia que essa reconstituição sucinta, na qual são expostos com precisão e clareza todos os antecedentes e consequências do fato passado – esse relato fiel, conhecimento exato – pode ser chamada, portanto, de *verdade histórica*.

O valor de uma asseveração historica é aferido pelo *gráo de realidade* do facto nella contido e por ella elucidado.

Assim, a par do estudioso e com elle, deve estar o perquiridor que para bem <dar-se conta e informar o seu leitor da significação e dos resultados que ele obteve> deve, para tal fim, obedecer e seguir em seu trabalho o duplo processo de investigação *analytica* e reconstituição *synthetica*. Investigação *analytica*, no exame do feito e de suas *causas reaes* e para o qual se torna altamente necessario ou <muito conhecimento *psychologico*, *historico*, *sociologico*> e – reconstituição *synthetica*, no tracejamento *pictural* do painel, em que elle nos revela o *commettimento*, e em que seja *effectivada*, em realidade, <a interpretação que organise condensando e simplificando os factos>.

Dahi, e por esse processo, nasce e faz-se em lettra, em verbo, que é pensamento vivo e que assim ha de perdurar, o relato fiel, e que se pode denominar – a verdade historica.

Resumindo, o que se pode entender por *verdade historica*, que mais não seja que *a explanação succinta dum facto, em a qual são expostos com precisão e clareza os antecedentes que germinaram e condicionaram o movimento, de que elle, facto, é expressão viva, e as consequencias logicas colhimadas por seus auctores, resultando dahi*

⁴⁷ Tema da próxima seção deste capítulo.

⁴⁸ A obra historiográfica, principalmente, *Histoire de France*, de Jules Michelet é a mais representativa da primeira metade do século XIX, entre os historiadores franceses que escreveram no contexto da Restauração e da Monarquia de Julho. Consistiu um duplo esforço de construção da identidade nacional francesa e do rigor metodológico da escrita histórica. Embora Michelet fosse adepto da escrita estilisticamente literária da narrativa histórica, tal procedimento apenas era possível em função da rigorosa pesquisa documental. A narrativa brotaria dos documentos. Nesse sentido, sendo os seus textos ricos em metáforas, o trabalho do historiador era *exumar* o passado, reviver aquilo que estava *morto*: a escrita da história era uma forma de colocar em contato os vivos com os mortos. Sobre a concepção de história em Michelet, conferir: SANTOS, 2001; CERTEAU, 1982.

*o conhecimento perfeito e exacto das causa determinantes e geradoras daquelle movimento, ou melhor, a sua razão de ser e a feição propria e a envergadura intellectual e moral de seus personagens ou a acção, a parte que em elle cada qual teve, dados seus valor e engenho.*⁴⁹

Amparado nos trechos citados de Fidelino e corroborando as ideias ali expostas, Bessa descreve o que seria, portanto, a *verdade histórica*, e a operação pela qual obtê-la – objetivo final do trabalho do historiador. O protocolo, em duas etapas, prevê, assim, o levantamento das causas *reais* que motivaram o fato investigado (investigação analítica), e a interpretação condensada e simplificada da relação de suas causas e efeitos (reconstrução sintética). O sucesso dessa operação implicaria no *grau de realidade* do conhecimento histórico e, em última instância, no seu sentido social, uma vez que caberia a ele saber e fazer saber a razão de ser e o valor das ações humanas e seus personagens notáveis.

É importante aqui compreender o discurso de Raymundo Bessa dentro da *esfera* da qual ele parte: um instituto científico que, à exemplo dos seus pares, foi construído para ser o intérprete e guardião de uma memória oficial da nação, cuja identidade, unidade e inserção no mundo civilizado eram questões primordiais. Suas ideias não apenas atendem como também refletem os protocolos e códigos de produção, confirmação, revisão e, inclusive, de censura, de uma comunidade na qual ele se inscreve, que reconhece e é reconhecida por ele, confirmando ou pelo menos negociando com suas expectativas e objetivos político-sociais.

Não se trata de uma produção fechada, uma vez que todo *discurso* é construído em referência a outros discursos com os quais interage nas diversas esferas sociais em que circulam (BAKHTIN, 1979, 2003). E é exatamente por essa razão que todo discurso informa não apenas o que explicita, mas ao que se alia e ao que se opõe, em relações de força e poder (FIORIN, 2011). Fidelino e Bessa, com o IHGP e a partir dele, não apenas informam uma noção objetiva de história científica, baseada em método, de *verdade histórica*, assim como, por extensão, identificam tudo aquilo que está fora dessa descrição.

Nos dois jornais de maior circulação na Belém das primeiras décadas republicanas, a supremacia do documento também é identificado como a base sobre a qual se estrutura a *verdade histórica*. As fontes atestam a confiabilidade das narrativas sobre os acontecimentos e os personagens relevantes para a memória da nação. No caso da adesão do Pará à independência, a

⁴⁹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1917, vol. 1, p. 80.

Folha do Norte chega a transcrever o relato na íntegra de um dos documentos que revelam “o prestigioso valor patriótico de Tenreiro Aranha”⁵⁰. O documento é antecedido da advertência de que o povo paraense deve “lêr com atenção e julgar com firmeza o alto valor histórico contido nos documentos seguintes [...]”⁵¹.

Ou ainda, no caso da *Historia da Conjuração Mineira*, “baseada em numerosos documentos impressos ou originaes existentes em varias repartições e citados em abundantes notas pelo auctor, J. Norberto de Souza Silva” são divulgados trechos do estudo “contendo particularidades interessantes que com certeza são desconhecidas da maior parte de nossos leitores”⁵². Os documentos oficiais, fontes da construção das narrativas *legítimas* acerca do passado, cumprem nos protocolos da construção do conhecimento histórico uma função central. Assim se afirma o lugar fundamental da História não apenas na construção da memória de um povo, como de suas expectativas como nação civilizada.

[...] colhidos à luz da verdade, não só nos leva a interpretação do passado naquilo que ele possui de enigmático, como nos conduzem seguros para as previsões do futuro. O que fomos no passado, na afirmação da nossa nacionalidade, *da raça em formação*, poderemos ser amanhã no afã de engrandecê-las, se nunca desviarmos as vistas dos anseios nascidos entre temores e esperanças, e que teriam sido o êxito, a liberdade, a independência, como sucedeu trinta anos depois...⁵³

São observadas, com frequência nos periódicos, notas sobre procedência das fontes e perspectivas históricas que compuseram as narrativas de comemoração das principais efemérides cívicas instituídas ou oficializadas pelo então recente regime. No geral, o tom é o de afirmação da autoridade científica das informações e enfoques adotados pelos especialistas detentores dos meios para a reconstrução *correta* do passado. Eles, por sua vez, legitimam as narrativas produzidas pelos jornais, já que ancoradas naquelas produções científicas: “Eis ahi o que nos dizem os historiadores sobre a adesão do Pará á Independência e os factos que, em consequencia, se succederam.”⁵⁴.

⁵⁰ João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1790-1861), nascido e falecido em Belém do Pará, foi professor, político brasileiro, bem como o primeiro presidente da província do Amazonas no período de 01/01 a 7/06/1852 (BLAKE, 1983). Algumas de suas obras literárias encontradas digitalizadas são: *Exposição que aos homens justos oferece*, etc. (1838), *Auto de Instalação da província de Amazonas pelo seu primeiro presidente* (1852) e *Parnaso brasileiro* (1855).

⁵¹ FOLHA DO NORTE, 14 de Agosto de 1911, p. 1.

⁵² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de abril de 1907, p. 1.

⁵³ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de abril de 1922, p.1 – grifo nosso.

⁵⁴ FOLHA DO NORTE, 15 de Agosto de 1907, p. 1.

Algumas vezes, porém, o jornal também se torna o espaço de divulgação das correções de uma história que ainda engatinha na segurança dos seus resultados:

Hoje commemoramos a adesão do Pará á Independencia do Brasil, em data errada, consoante affirma o Instituto Histórico e Geographico do Pará, pois o acontecimento occorreu a 11 e não a 15 de agosto de 1823.

Como andava errada a historia, como andamos todos nós errados!⁵⁵

Estas incertezas são vinculadas a fragilidades do presente:

Ainda ao certo não se sabe nada, como e a que horas foi proclamada a Republica, e já são tantos os nossos infortunios! Não se sabe onde, se no campo da Aclamação ou nos quartéis; não se sabe como, se pelo grito de Deodoro, *Viva a Republica!* Ou pela assinaturado decreto que no seu leito de enfermo lhe levou Jayme Benevolo; não se sabe a que horas, se pela madrugada ou pela tarde de 15 de novembro...

Inequivocadamente, nada sabemos disso, e já são tantos e tão grandes os desgostos, tantas e tão grandes as desilusões!

Raríssimo é o ‘republicano historico’ que não haja declarado: ‘Esta não é a Republica que eu sonhava’, enquanto a frase ‘republicanisar a Republica’ faz da moeda corrente nos discursos dos que se apresentam para salva-la. (Folha do Norte - 15/11/1921, p. 2)

Nesse sentido, nos jornais – *esfera* que pelos seus próprios protocolos de manutenção e reprodução diária – pode-se identificar não somente as fissuras em relação à construção da memória da pátria, a cobrança dos padrões de precisão e infalibilidade da produção dos institutos, instâncias às quais foi oficialmente delegada esta *missão*, como o vínculo inexorável entre as lições do passado e o panorama de sucessos e fracassos do presente e do futuro. Mas também fez parte das narrativas que circularam nos jornais de Belém, na última década do século XIX e iniciais do XX, a dupla afirmação acerca das suas limitações, quer dizer, daquela *esfera do discurso* em seus propósitos e atuações, para a divulgação do conhecimento histórico, tal qual ele deve ser produzido e socializado, assim como da indicação dos espaços específicos para isso.

rememorar o papel importante que em nossa vida politica teve esse facto; estar-lhe, enfim, as consequencias, - é tarefa que não cabe nos estreitos limites de uma noticia de jornal; - emprehendam-n’a os historiadores e aquelles sobre quem, no momento actual, pesam as responsabilidades da presente sitação da nossa patria.

A nós, jornalistas, cabe o dever – e dever imperioso, aliás – de, acompanhando os poderes competentes na commemoração do dia de hoje, lembrar ao povo, para seu ensinamento civico, que elle não deve deixar passar despercebidas as grandes datas nacionaes como a de hoje; deve, antes, contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para que tenham ellas condigna solennisação.⁵⁶

⁵⁵ FOLHA DO NORTE, 15 de Agosto de 1925, p. 1.

⁵⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1898, p. 1.

São marcados os limites de atuação, de função e de alcance de cada instância, mesmo que em todas se faça presente a necessidade de comunicar ao povo os fatos e personagens notáveis da história, imprescindíveis à sua formação cívica e patriótica. Dessa forma, cada efeméride seria lembrada e comentada nos jornais com tal propósito, respeitando os limites do seu espaço e ancorando seu papel de informar a importância do conteúdo histórico na vinculação e remissão frequente às instâncias nas quais aquele conhecimento é e deve ser efetivamente produzido e assim difundido. E mais do que isso, na relação que as duas esferas do discurso estabelecem entre si, faz parte do trabalho dos periódicos diários não apenas confirmar, mas *cobrar* e, se necessário, *censurar* os equívocos ou incompletudes daquele discurso autorizado, científico, da história produzidos nas publicações do IHGP.

A ciência histórica é, portanto, este conjunto de narrativas referenciadas em um sistema teórico (pertinência interpretativa) e metodológico (pertinência experimental ou empírica), e por isso identificada como a forma legítima de interpretar e narrar o passado (RÜSEN, 1994; BERGMANN, 1989). Mas a *cultura histórica* não é determinada apenas pela ciência histórica (RÜSEN, 2001). Trata-se do conjunto de produções narrativas que demonstra as formas como as sociedades se relacionam com o seu passado, por meio de narrativas que não apresentam necessariamente as mesmas preocupações e interesses da história científica ou escolar, como as produções históricas dos veículos de informação e entretenimento (SADDI, 2010).

É um conhecimento produzido e difundido em diferentes esferas do discurso, em diferentes linguagens e meios de comunicação, dentro e fora dos limites do cânone historiográfico (FLORES, 2007), e que é compartilhado por determinados grupos sociais de modo a responder, justificar e legitimar referências de identidade e distinção social. A interação entre essas narrativas promove a apropriação e difusão de saberes históricos e de um “pensar histórico” (FARIAS, 2010).

Desta maneira, as relações são múltiplas: das narrativas históricas veiculadas nos jornais de maior circulação na época, na capital paraense, e a produção dos institutos científicos, nacional e local; dessa produção com os materiais diretamente pensados para a formação escolar, especialmente os *manuais escolares*, mais diretamente acessíveis no que diz respeito à estrutura do currículo prescrito; mas também os artigos de natureza histórica em circulação nas *revistas pedagógicas*, indicadas para a formação e atualização dos professores; e de ambos os espaços com as narrativas históricas em revistas de artes e literatura, assim como nas artes plásticas, com maior atenção às autorias que permitem conhecer a circulação de relações e influências.

Essas modalidades narrativas, especialmente as extracientíficas, operam a partir dos sentidos comuns do presente, com as crenças de seu público e ligadas ao imaginário social contemporâneo. Também podem ser entendidas como uma *história pública*⁵⁷ ou de grande circulação, que “explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais” (ZAHAVI, 2011, p. 53). O conjunto em diálogo dessas narrativas históricas, científicas, literárias, jornalísticas, artísticas, entre outras, compõe o aglomerado dinâmico, espacial e temporalmente determinado, que é a *cultura histórica* de um dado grupo social. Ela atua diretamente na forma pela qual o presente torna funcional referências no passado (SARLO, 2007), assim como também participam da construção de expectativas e projeções sobre as futuras gerações.

Ainda refletindo sobre as dificuldades para se alcançar a *verdade histórica*, como forma de embasar a sua crítica às narrativas que sustentaram uma versão fantasiosa acerca da participação de José Bonifácio no processo da Independência, Bessa continua:

Todos nós, desde criança, aprendemos nos compendios didacticos aquelle mesmo enunciado. Mais tarde, vamos vindo pela vida fóra, a vê-lo assim repetido, tal qual o vimos no livro e esclarecido pelo preceptor, quasi nos mesmos termos transmittido e repetido de bocca em bocca, por onde quer que vamos, não já dos mestres, nem tão só dos collegas, mas a noção espalhada, disseminada pela multidão, pelo povo, pela grande familia humana, enfim.

(Aqui entre parentheses, eu creio, meus senhores, que ha uma atmospherã das idéas, que os espiritos duma epocha se cream, para seu fim de vida ou [*ilegível*]: ora, nós vivemos quando ainda sobre a terra, immersos na atmosphẽã das idéas em que formamos e educamos nosso espirito e à luz das quaes se fez em nosso intimo a sensação nitida da vida, respiramos o ar dessa idéas e nossa propria vida physio-organica, dellas, se alimenta em grande parte e só assim se dá bem na atmospherã dessas idéas). Os jornaes lançam esclarecem, ampliam e espalham e repetem, todo anno, aquelle mesmo enunciado, na mesma data e quasi com as mesmas expressões. Qualificam-n’o quasi com os mesmos adjectivos, [*ilegível*] em mais ou menos longos commentarios, tecidos e trabalhados à luz do mesmo criterio do compendio em que o jornalista, que é o escriptor do povo, quando menino e escolar aprendeu. Nos salões, nas academias, nas sociedades litterarias, em familia, as conversas seguem mesmo rumo e adoptam mesmo criterio. o auctor tal (principalmente si o auctor é professor ou tem um titulo ou qualquer diploma a sobredourar-lhe o nome, a opinião delle não se discute. quasi sempre o que mais prevalece, o que mais pesa na acceitação do conceito não é tanto a razão que o dictou e em que elle se firma, mas a auctoridade de quem o emite), o auctor tal avançou isto, desta fórmã, isto assim fica dicto pelos seculos e seculorum...lá uma vez outra um estudioso mais ousado

⁵⁷ O campo denominado *História Pública* surgiu na Inglaterra, em meados dos anos 1970, refletindo acerca da “prática do uso público da história com fins político-ideológicos” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7). O interesse estava na construção de uma história voltada para as inter-relações entre memória, narrativa e identidades coletivas, no contexto do desenvolvimento da indústria cultural e de massas, aceleração dos processos de globalização, desintegração social e expansão dos direitos civis. Com a sua disseminação pela Europa e nos Estados Unidos, as preocupações passaram a focar também a divulgação da ciência na esfera pública e a função social da história frente às questões do presente (ALBIERI, 2011).

se aventura a emitir uma opinião menos dogmática, porque original, a crítica passa, a noção conforme os compendios segue seu rumo, a alimentar e iluminar o cérebro das gerações que despertam...

É assim que o falso supposto se fôrma quasi insensivelmente verdade aceita admittida e não discutida.

A realidade dos factos é assim deturpada e assim deturpada por fim se torna e tal fica e se transmite, feita realidade histórica.⁵⁸

A base na qual Bessa estrutura a sua crítica referente à disseminação de uma noção histórica equivocada – como no caso da representação hegemônica de José Bonifácio como o patriarca da Independência – nos aponta indícios de como este autor compreende o processo de legitimação dos discursos em sociedade. Nesse ciclo de produção e reprodução de uma narrativa, as instâncias escolares e os periódicos assumem um papel de destaque, uma vez que atuam em algo similar à “formação histórica” (RÜSEN, 2001) primária dos indivíduos, assim como na rotina da sua visão de mundo. Há, portanto, uma *atmosfera das ideias* que é alimentada nas mais diversas esferas sociais do discurso de onde emanam e são constantemente confirmadas tais narrativas.

Assim, mesmo que para fazer a crítica sobre a existência de versões históricas falseadas que são constantemente confirmadas nos manuais escolares, pelos professores, jornais, sociedades literárias etc., e que merecem revisão e correção; há, no trecho, uma descrição objetiva de um *homem de ciência*, falando a partir de um instituto científico, de como funciona a formação do que aqui entendemos como a *cultura histórica* de um determinado contexto. Na mesma medida, ele afirma uma das principais funções da instância autorizada de produção do conhecimento histórico científico, legítimo: revisar, regular e corrigir uma memória não comprovada, não segura e, talvez, não conveniente, em circulação na sociedade.

Caberia, então, ao investigador autorizado, munido das competências e técnicas adequadas, reaver desse passado a justa medida dos seus fatos:

Lá um dia, porém, um pesquisador mais paciente, um desbravador de textos, um decifrador de documentos, obedecendo a um critério mais seguro e sério, vem [*ilegível*] um ponto da questão mal ventilado ou desmanchar ou desanuviar uma noção menos verificada, alcança aclarar um facto ou acção mal percebida, porque desvirtuada e dubiamente apreciada e estudada. Pouco a pouco uma acção revela uma attitude, um gesto ou palavra, ou pensamento que antes não fôra bem compreendido. É assim que pouco a pouco o facto real transparecem em semi-realidade e lentamente se esclarece, a questão é posta a nú e a gente chega <com a revelação de coisa> à primeira vista absurdas de aceitar, de tão extraordinarias no verdadeiro alcance, ao conhecimento exacto do escopo e esforço dos antepassados, sumidos no mysterio do tumulto, muita vez a de lá, do mysterioso silencio que os envolve, esquecidos por aquelles que lhes deviam fazer justiça e elevar e cultuar a santa memoria sorriem-nos com o sorriso tetrico e sarcastico da morte,

⁵⁸ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1917, vol. 1, p. 81-82.

que é a maior ironia dos destinos humanos, ainda a esta hora e sempre – enigma indecifrável...⁵⁹

A caracterização do cientista da história mais competente para realizar esse trabalho de produção, refino e correção da memória de um povo é, portanto, o pesquisador paciente, desbravador de textos, decifrador de documentos, gabaritado a partir de um método seguro e sério. É o perfil do *historiador autorizado*, vinculado às *instâncias autorizadas*. É o perfil do autor do texto que, agora, utiliza-se desse reconhecimento para colocar em cheque a memória tida como distorcida pelos interesses do passado e pelas paixões da memória.

Há, se não um equilíbrio, uma negociação entre as diretrizes internacionais de produção e legitimação do conhecimento histórico científico, que estabelece a interpretação isenta e imparcial do historiador frente aos vestígios do passado, e as contingências políticas do contexto com as quais ele necessariamente precisa lidar. A verdade histórica, a extração objetiva e irrefutável do fio condutor da experiência do homem em sociedade no tempo, é, assim, relativizada, ainda que tais transformações não invalidem os mesmos protocolos.

Nas comemorações cívicas da Independência do Brasil, em 1900, uma longa resenha não assinada é publicada na *Folha do Norte* a propósito da conferência ministrada por Elyseu Cesar⁶⁰, no Theatro da Paz. Nela, é considerado um *falseamento da história* a forma pela qual o conferencista narrava os fatos e a caracterização dos grandes vultos ligados à efeméride. Isso teria sido feito quando o orador atribuiu a

D. João VI de Portugal e a D. Pedro IV, um espirito de observação, um entendimento, e uma bravura, de que eram insusceptíveis aquelles dois reis, principalmente o primeiro, que depois de comprometter soffrivelmente o seu pais com allianças tolas e exdruxulas, levou sempre vida de fujão, de Portugal para o Brasil, e de cá pra lá.

⁵⁹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1917, vol. 1, p. 82.

⁶⁰ Eliseu Elias César (1871-1923), nascido e falecido na Paraíba, foi um elemento da elite paraibana tendo exercido, nas últimas décadas da Monarquia no Brasil, funções tanto de cunho intelectual como política. Sendo um homem negro, porém considerado “pardo livre” ou mesmo mestiço pela sociedade, foi considerado como um dos grandes intelectuais negros paraibanos. Viveu na sociedade oitocentista e teve uma atuação política considerável, estando presente na memória da Academia Paraibana de Letras como patrono, juntamente com Manoel Pedro Cardoso Vieira (1848-1880), que ocupa a Cadeira 10, e Eliseu Elias César com a Cadeira 14. Migrou para Pernambuco com 24 anos de idade, para estudar na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso em 1898. Em 1900, mudou-se para Belém e logo se vinculou politicamente ao senador e intendente do Pará Antônio Lemos. Em mais de uma década, exerceu as funções de administrador público (secretário da Intendência Municipal de Belém), Deputado estadual (1909), Jornalista (*Gazeta de Belém*, *A Província do Pará*, 1903) e diretor d’*O Jornal*, em 1905. Com a queda de Lemos, se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde continuou a escrever para jornais e atuar como advogado e orador (ROCHA, 2015).

(...) *Falseou a historia*, quando se esqueceu de que D. João VI considerou e elevou o Brasil à categoria de Estado unicamente para se elevar a si proprio e à sua côrte, uma vez que, fujão, bobo e covarde, aqui havia assentado os seus arraiaes. Ainda *falseou a historia* ao attribuir a D. Pedro IV tanto desinteresse e tanto amor à causa da independencia, quando é facto incontestavel que foi a ambição de ser imperador e rei que conduziu o irmão de D. Miguel aos ultimos extremos.⁶¹

A ideia de *falseamento* está necessariamente ligada a pelo menos duas noções, uma *epistemológica* e uma *moral*, sobre do conhecimento histórico: a de que há uma forma correta de se acessar e narrar o passado, baseada em protocolos já então amplamente considerados pela comunidade erudita vinculada a essa produção; e a de que há uma responsabilidade em se obedecer a esses protocolos de construção e narração do conhecimento – uma responsabilidade não apenas técnica ou profissional de um campo em franca consolidação, mas também pedagógica.

Faz parte da missão social da história e do historiador fornecer ao povo uma narrativa inteligível, organizada, sintética e compreensiva dos fatos e personagens mais relevantes do passado, base para a construção de uma memória identitária positiva e patriótica. Este é o *sentido cívico* de tais efemérides, das lições da história. A autorreferenciação é a base sobre a qual a *formação cidadã* se estabelecerá, e sem a qual não há progresso, unidade nacional e civilização. É, assim, uma responsabilidade profissional, moral, política e social do *historiador autorizado* produzir e divulgar nas *esferas do discurso* que lhes são próprias, exercendo influência sobre as outras, um conhecimento histórico cujo conteúdo cívico formasse os cidadãos do porvir.

Uma história *vigarista*, produzida por historiadores *superficiais*, também foi alvo de denúncia nos jornais paraenses da Primeira República. A crítica se concentra ao sentido atribuído aos inconfidentes mineiros e à reação *bestializada* do povo quando da proclamação da República:

(...) Não foi a *Inconfidencia* o que disseram [*ilegível*] escriptores contemporaneos, e o que reproduziram historiadores superficiaes, isto é, um cartel criminoso, planejado nas casernas, arremessado às faces do poder publico por paixões mesquinhas, sem idéal e sem importancia.

Informações exactas tiradas de documentos curiosos e, até certo tempo, não sabidos, salientam os generosos intuitos do movimento de 89, entre nós, e factos posteriores vieram patentear o seu alto significado moral e politico.⁶²

“(...) Completaram-se 15 anos que ao Brasil foi impingido o maior e mais arrojado dos contos conhecidos na historia *vigarista*. (...) o povo, bestificado, a victima, e a patria, no caminho adeantado da ruina, será quem ha de pagar os erros de seus filhos que, ofuscados

⁶¹ FOLHA DO NORTE, 08 de setembro de 1900, p.1 – grifo nosso.

⁶² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de abril de 1896, p.1.

pelos brilhos do poder, a sacrificam entregando-a à desordem e à banca-rota. – Ildefonso Tavares.⁶³

E essa responsabilidade é cobrada nos jornais. A cobrança que diz respeito ao equívoco ou má fé de uma interpretação errada dos sentidos da experiência dos inconfidentes assume contornos morais, uma vez que se aponta o impacto social de tal narrativa à um fato determinante da cronologia política brasileira então revisada. E, mais uma vez, a *revisão documental* sustenta a crítica como forma de *comprovação científica* do equívoco, ainda que o maior incômodo causado por esta interpretação seja, efetivamente, político.

Outra crítica à produção historiográfica que encontramos nos jornais se refere às causas da Abolição da Escravidão.

Que importa que o aulicismo, cego ao ineluctavel das correntes historicas, não visse no facto immortal mais do que a vontade de um princeza? Pretenderam fazer de um vulcão uma lamparina imperial? Esqueça-se, generosamente, a gentileza dos cortezãos, que a Historia se não lembrará delles, e o Brasil avultará na solidariedade do glorioso dever.⁶⁴

Por outro lado, uma versão em que esta leitura pela qual a abolição foi narrada enquanto decisão burocrática é interpretada do seguinte modo no mesmo jornal, quase duas décadas depois:

A abolição completa da escravatura, que na livre Republica dos Estados-Unidos da America do Norte custou muita vida preciosa, no nosso caro Brazil foi resolvida com discursos, musica e flores.
(...) de um traço de penna, de uma fôrma que a certos pontos de vista se poderia taxar de revolucionaria, estava abolida no Brazil a escravidão.⁶⁵

Nos dois trechos acima encontramos duas versões muito diferentes de interpretação de uma das datas mais destacadas da cronologia política construída nas primeiras décadas republicanas. Um ponto que revela essa diferença está no modo como cada período, mais próximo e mais distante do evento em questão, lê a ação do Estado na História. Se em 1898, dez anos depois da Abolição, parecia intolerável creditar um “vulcão” do movimento abolicionista a uma “lamparina imperial”, já em 1916, quase vinte anos depois da Abolição, o mesmo ato da “lamparina imperial” é visto como um “vulcão” revolucionário. Embora não esteja clara a razão das distintas leituras sobre a Abolição, ficou evidente como a ação do Estado é considerada de diferentes formas

⁶³ FOLHA DO NORTE, 17 de novembro de 1904, p.1.

⁶⁴ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1898, p.1.

⁶⁵ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1916, p.3.

conforme a conjuntura política – a produção histórica, nas distintas *esperas do discurso*, dialoga e intervém no debate político.

Ainda sobre a escrita histórica da Independência da nação, no volume de comemoração do seu centenário na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Palma Muniz⁶⁶, então primeiro secretário do Instituto, discorre a propósito da importância desse afastamento temporal nos protocolos de validação da reconstituição do passado:

Um seculo depois dos acontecimentos, já incineradas as paixões coevas, extinctos tambem os interesses individuaes, que sempre actuaram para empanar o brilho da verdade historica, póde fazer-se serena narrativa dos factos e isento commentario sobre o que escreveram os autores contemporaneos; e à luz dos documentos deixados pelos que intervieram, com amor ou forçadamente, nos acontecimentos, estudal-os com imparcialidade, concatenal-os e dar ao futuro historiador dos factos paraenses uma colectanea de documentos, que lhe permittam, sobre o periodo de 1820-1823, fazer exposição [ilegível] e critica efficiente.

Tambem cem annos decorridos, incumbe à geração actual apresentar a sua contribuição de estudo e trabalho, em relação à nossa historia local, que dirá do interesse que nos mereceu a data de 1922, sob o ponto de vista da Historia nacional, mostrando que o coração brasileiro, que pulsou em 1822 na conquista da emancipação politica da patria, ainda é o mesmo no patriotismo, vinte lustros depois, em procura do engrandecimento de sua vasta nação.

Exige a sequencia historica uma ligação a factos de 1820, que nos obriga a lembral-os, para concatenar a exposição de documentos que temos a fazer.⁶⁷

Na falta de documentos directos desse trabalho de alliciamento de adeptos, investiguemos os escriptores conteporaneos e os que trataram dos factos da revolução. (...)

É necessario entretanto, fazer a pesquisa desse antecedentes historicos, raciocinando sobre o que nos chegou pela entrelinhas do chronistas, afim de verificar bem a verdade historica sobre os factos e sobre os homens que nelles interferiram, em iniciativas tão adauciosas para o tempo.⁶⁸

E essa é uma ideia também presente nos jornais:

⁶⁶ João de Palma Muniz (1873-1927), nascido e falecido no Pará, foi engenheiro civil, membro fundador da reinstalação em 1917 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), bem como escritor brasileiro de livros históricos e geográficos. Considerado um dos membros consagrados da historiografia paraense, ocupou papel de destaque no IHGP, na produção do conhecimento da história regional paraense (BEZERRA NETO, 1998). No ano de 1995, especificamente em dezembro, foram lançadas as semestres do Projeto do Arquivo Palma Muniz, o qual atualmente contém boa parte do legado de João Muniz e que podem ser consultados por pesquisadores através do IHGP, por agendamento e consulta presencial. Alguns dos livros escritos pelo João Muniz foram: *Adesão do Grão-Pará à Independência*; *Delimitação intermunicipal do Estado do Grão-Pará*; *Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará*; *Índice geral dos registros de terras do Estado do Pará*; *O município de Itaituba*; *Terrenos discriminados na estrada de ferro de Bragança*; *O instituto Santo Antônio do Prata*: notícias históricas de sua fundação e desenvolvimento; *Carta geográfica do município de Belém*; *Carta geográfica da zona da estrada de ferro de Brangariça e da colonização do Estado do Pará*; *A orla marginal do rio Amazonas dentro do território brasileiro*; *Faixa territorial da república brasileira*; *Imigração e colonização do Estado do Grão-Pará*; *Grenfell na história do Pará*: 1823–1824 e *Diário abreviado*.

⁶⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, vol. IV, p. 4.

⁶⁸ *Id.*, p. 7.

Não comporta a estreiteza de uma noticia de Jornal, o estudo amplo e desapassionado, das causas que determinaram em parte, o fracasso do ideal republicano entre nós. É talvez muito cedo ainda, para que se faça, com imparcialidade a justiça, a historia de todos os acontecimentos que se têm desenvolvido em nossa patria, durante este lapso de tempo, mas, obriga-nos, o mais comesinho espirito de justiça a dizer que o Brazil, nestes vinte e três annos de governo republicano, tem progredido materialmente mais e se imposto no conceito das nações do que em sessenta e oito annos de administração monarchista.⁶⁹

Compõem, assim, os protocolos de validação da produção científica da história resistir às paixões da memória e aos interesses pessoais; postura profissional de isenção e imparcialidade; e o foco nos documentos, que devem ser adequadamente organizados e preparados para a interpretação pertinente. Palma Muniz vincula, então, todos esses protocolos a uma espécie de sentido social e moral do historiador com o resultado idôneo do seu trabalho e uma obrigação com a sociedade. Na verdade, seria tão responsabilidade do historiador atribuir a exata medida a cada fato analisado, indicando suas causas e consequências, quanto faria parte desde próprio trabalho a identificação dessas responsabilidades em relação aos personagens históricos, suas ações e os efeitos por elas causados:

Sendo a historia a rememoração dos *factos verdadeiramente occorridos*, sujeitos a um *natural encadeamento*, a sua construcção exige meticoloso exame de *causas*, profunda analyse dos acontecimentos e apanhamento claro de *consequencias ou effeitos*, para de tudo inferir-se da *responsabilidade moral e material dos homens* que interferiram na formação dos mesmos factos, occurrencias ou acontecimentos. (...)

É grandios demais para a nossa modesta penna essa these que apenas nos atrevemos a enunciar, na convicção de estar ainda afastado o tempo de sua explanação completa, à luz de uma infinidade de documentos, inacessiveis ao esforço de uma só mentalidade, a não ser quando estiverem reunidos, depois de vasta concurrencia de trabalhos.

Immensamente grande como é o nosso Brasil, não obstante o ingente esforço já despendido pelas associações de pesquisa de documentos e estudo de nossa historia diffundidas pelo seu territorio e bafejadas pelos governos locais, regionaes e geral, estamos ainda em phase de inicio, consituida pela publicação de documentos, em actos de exploração dos nosso archivos.⁷⁰

Muniz complementa a argumentação identificando a grandiosidade de tal empreendimento, que requer um investimento coletivo e que dê conta da dimensão geográfica do país, a partir dos esforços particulares de cada localidade, de cada região. Ele deixa clara a vinculação ou o afinamento entre o seu ponto de vista, de um pesquisador refletindo sobre os potenciais, os objetivos e os limites do seu trabalho, e o próprio projeto institucional da instância à qual está vinculado, um instituto científico pensado, junto com seus pares, para construir esta

⁶⁹ FOLHA DO NORTE, 15 de novembro de 1912, p.1.

⁷⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922, vol. IV, p. 310.

memória oficial da nação, de toda a nação – embora seja construída em função da região; no limite, construída partindo da região.

Ainda dando ênfase à necessidade de se trabalhar com os estudos já produzidos – seja para amparar-se neles, seja para respeitosamente corrigi-los – discorre recorrentemente acerca da necessidade de se produzir conhecimento regional: “É necessario bem explicar a nossa historia local, ainda pouco conhecida e menos estudada nas minucias dos seus factos. (...) Nos seja perdoada em relação a tão notavel autor a contradicta, produzida a bem da verdade historica”⁷¹.

Nesse sentido, encontramos igualmente nos jornais um indicativo da representação corrente sobre o desenvolvimento do conhecimento histórico, no que diz respeito ao caso da Inconfidência Mineira. Refletia-se sobre o acúmulo de estudos, uma vez que “À medida que os annos se escoam, que estudos mais detalhados se fazem sobre a conjuração que visava dar ao nosso paiz a livre fôrma republicana, mais grandiosa avulta a nobre e altiva figura de Tiradentes”⁷².

Na subseção intitulada “As Mallogradas Insurreições de 14 de abril e de 28 de maio de 1823” da sua tese de comemoração do centenário da Independência e adesão do Pará, Muniz reclama das barreiras documentais que limitam o acesso completo às informações imprescindíveis à narração destes acontecimentos. “O desconhecimento dos processos de devassa elaborados em relação às duas sedições não nos permite desdobrar as suas peripecias, estudar as inquirições, apreciar depoimentos de accusação e de defesa e averiguar o numero dos implicados em cada um delles”⁷³. E complementa o comentário sobre os problemas da inacessibilidade às fontes com a correção, ainda que elogiosa, de aspectos do célebre trabalho de Domingos Rayol⁷⁴:

⁷¹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, vol. IV, p. 73.

⁷² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de abril de 1912, p.1.

⁷³ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, vol. IV, p. 279.

⁷⁴ Domingos Antônio Rayol (1830-1912), nascido e falecido no Pará, foi um político e advogado considerado um dos mais proeminentes historiadores e intelectuais do Norte do Brasil de sua época (LIMA, 2010). Foi Presidente de diversas províncias sendo nomeado por carta imperial, iniciando por Alagoas (1882), Ceará (1882) e por fim, São Paulo (1883). Neste último ano, recebeu a honraria de Barão de Guajará, anterior a sua nomeação para presidente da província de São Paulo. Tinha preferência pelo regime monárquico, apesar de ter sido eleito novamente como deputado do Pará (1889) com a Proclamação da República. Viajou em seguida para Recife, a posteriori para Belém, em 1912, ano de sua morte (REIS, 2005). Foi também Procurador da Fazenda Nacional do Pará e Deputado geral na 12ª legislatura do Pará (1864), bem como fundador da Academia Paraense de Letras, no ano de 1900, uma das mais antigas entidades literárias brasileiras, depois da Academia Cearense de Letras (1894), a primeira do país, seguida da Academia Brasileira de Letras (1897). Sua obra considerada de maior importância se referia a temática da Cabanagem, denominada *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* (PINTO, 2013). A publicação desta obra foi o marco fundador da historiografia cabana. Outras obras escritas pelo autor foram: *Abertura do Amazonas; Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni; Um Capítulo de História Colonial do Pará*; e, *Visões do Crepúsculo* (REIS, 2005). Dedicou grande parte de sua existência a vasta pesquisa em arquivos, bibliotecas e coleta de depoimentos, os quais seriam primordiais para compor uma obra essencial para entender as lutas político-sociais no Grão-Pará, durante a primeira metade do século XIX (LIMA, 2010).

A falta de todos esses elementos impede o estabelecimento de uma lista completa dos patriotas envolvidos nos dois levantes.

Nos *Motins Politicos*, seja-nos permittida a critica, o seu illustre autor, antes de tratar do movimento de 28 de maio de 1823 em Muaná, envia logo para Lisbôa a galera *Andorinha do Tejo* com 271 presos condemnados a morte, deixando o leitor na convicção de que esses eram os conjurados de 14 de abril. O repetimos, para ter opportunidade de discutir a questão nesta pagina.

Julgamos uma precipitação de narrativa do notavel historiographo paraense, não discernir bem claramente que os dois movimentos de 14 de abril e 28 de maio confundem-se, no acto da remessa dos prisioneiros para Lisbôa, em uma unica embarcação. Provem desse facto a maior difficuldade que possuímos em separar os nomes dos conjurados que pertencem às duas revoluções. E importa muito ao culto civico que devemos tributar aos nossos heroes conhecer os homens e os seus feitos patrioticos, nas acções em que tomaram parte, e nas luctas pelo ideal da independencia.⁷⁵

Se nos excertos anteriores o *distanciamento temporal* é um dos protocolos fundamentais para a interpretação objetiva dos fatos históricos, livre dos partidarismos e paixões da memória, é igualmente imprescindível, para Muniz e a *esfera* a partir da qual se pronuncia, o *acesso integral aos documentos históricos*, pois apenas os fatos e eventos reconstituídos pela crítica interna e externa das fontes possibilitaria a base necessária para a interpretação e narração fidedigna do passado. Não há, portanto, problema em se perscrutar as limitações mesmo dos estudos mais tradicionais do campo; especialmente quando este estudo dialoga intimamente com um outro contexto político de produção da escrita da história.

Outra correção apontada por Muniz diz respeito ao livro *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, do “grande historiador” Conselheiro Pereira da Silva⁷⁶. Em narrativa descrita pelo secretário do IHGP como “deprimente ao character e aos nobres sentimentos do brasileiro do Grão-

⁷⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, vol. IV, p. 280.

⁷⁶ João Manuel Pereira da Silva (1817-1898), nascido no Rio de Janeiro e falecido em Paris, foi político, romancista, historiador, crítico literário, biógrafo, poeta e tradutor. Formou-se em Letras em Paris (1838), e após retornar ao Brasil exerceu a função de advogado e político, no Partido Conservador, no qual foi eleito como deputado provincial, posteriormente, geral, praticamente sem interrupção entre 1840-1888, quando entrou para o Senado, além de claro, ter sido titular do Conselho do Império (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018). Escreveu várias obras com gêneros diferenciados iniciando como ficcionista com o romance *Uma paixão de artista* (1838), e que seguiram as novelas históricas *O aniversário de D. Manuel em 1828* (1839) e *Jerônimo Corte-Real* (1840). No âmbito da história e crítica literária, publicou dois volumes do *Parnaso Brasileiro* (1843 e 1848), sendo um longo ensaio sobre nossa literatura, e ainda escreveu *Plutarco Brasileiro* (1847) e *Varões Ilustres do Brasil durante os tempos coloniais* (1858), ambos livros em dois volumes. Suas Biografias são quase em sua totalidade de intelectuais como Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo de Varnhagen entre outros. Enquanto historiador, sua obra mais importante é *História da fundação do Império*, em 7 volumes, entre o período de 1864 e 1868, seguidamente de *Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil* (1871) e *História do Brasil*, de 1831 a 1840 (1879). Escreveu diversos outros livros, e perto de falecer em Paris, com 81 anos de idade, publicou a obra *Memórias do meu tempo* (1897). Pertenceu a Academia Brasileira de Letras, fazendo parte da cadeira 34, tendo como patrono Sousa Caldas, e foi também seu fundador quando já tinha 80 anos (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2018).

Pará” e “uma inverdade histórica”, Muniz critica a interpretação de Pereira da Silva sobre o episódio do estratagema utilizado por Greenfell para convencer as autoridades provinciais à aderirem à nação independente.

Aqui, os documentos, que chegam mesmo a ser transcritos para contestar a narrativa de Pereira da Silva, assumem o peso de prova cabal contra o equívoco de uma história injusta, baseada na falta de conhecimento dos arquivos e da história regional:

Não se cortaram de sustos os membros da Junta do Governo à presença do brigadeiro Maranhão; foram discutir o caso, e como cabeças de um povo de fortes, resolver pelo voto da maioria si se faria retroceder o parlamentarismo ou adherir à independência. Este proceder não é de quem se corta de sustos.

Fazendo justiça aos nossos antepassados, precisamos refugar energicamente essa attitude de acovardados que o illustre historiador da nossa independência à elles empresta, por não haver descido ao estudo dos documentos da historia regional do Pará, demonstrativos da honra e dignidade dos homens que fizeram (não se diga acceitaram) a adhesão de mais de um terço do seu territorio à Nação Brasileira.

Tambem o Grão-Pará não implorou a magnanimidade imperial, como diz o trecho acima citado. A acta da sessão de 11 de agosto de 1823, transcripta na integra, é um documento de honra e dignidade incompativel com aquellas expressões, do qual certamente não teve conhecimento o conselheiro Pereira da Silva, ao traçar apressadamente a sua injustiça aos brasileiros do Pará.

Bem estudada a nossa Historia Patria, verifica-se que o Grão-Pará proclamou por primeiro no Brasil o constitucionalismo (1º de janeiro de 1821); foram os seus filhos os primeiros que bradaram pela independência da Patria em 1821, antes que no sul se levantasse essa idéa; sem auxilio algum, sem elementos, fizeram o 14 de abril e o 28 de maio, indo expiar nos carcereiros do forte <S. Julião da Barra> em Portugal, a ousadia de tamanho crime.

(...) Não é, portanto, historico o facto do susto e muito menos admissivel, deante dos documentos, a imploração da magnanimidade imperial.⁷⁷

A crítica de Palma Muniz é exemplar dos protocolos da escrita historiográfica que estavam sendo legitimados na *cultura histórica* divulgada na revista do IHGP, uma vez que se pauta na observância do acesso integral a documentos e a interpretação minuciosa dos fatos narrados. Conselheiro Pereira da Silva, conforme Palma Muniz, equivocara-se na sua interpretação sobre Adesão do Pará a Independência, afirmando que os membros da Junta se “cortaram de medo” ao avistar o Brigadeiro Maranhão, apelando, deste modo, a “magnanimidade imperial”. Isto teria ocorrido porque não consultou os documentos da história regional do Pará, e a sua interpretação aligeirada causou injustiça aos brasileiros do Pará, tendo em vista que os paraenses em 1821 foram os pioneiros em reconhecer a independência da pátria. Dessa forma, não seriam *históricos* os fatos do suposto *susto* e apelo a *magnanimidade imperial* por não haver suporte em comprovação

⁷⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1922, vol. IV, p. 325-326.

documental, respaldo que embasa a observação crítica de Palma Muniz – um historiador de critério versado nos arquivos do Extremo Norte.

Fechando o volume de mais de seicentas páginas de comemoração do centenário da independência do Brasil, o discurso do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará oferece um longo comentário acerca do ofício do historiador e os propósitos sociais do seu trabalho, assim como da própria existência da instituição, berço por excelência desta produção científica. O Dr. Henrique Americo Santa Rosa⁷⁸ sentencia que:

Verdade absoluta não ha na affirmativa de Paul Adam de que - <é singular a negligencia dos Brasileiros pelo seu passado e por suas tradições> a que allude Alberto Rangel, sustentando por sua vez, que <damos a idéa de ser um pobre povo resolvido a fazer julgamentos à priori>

Em termos mais severos se expressa Oliveira Vianna quando diz que: <nós somos um dos povos que menos se estudam a si mesmos; quasi tudo ignoramos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas regiões, às nossas tradições, à nossa vida, emfim, como aggregado humano independente>

Que ha exagero em tão acerbas observações, dão prova as varias publicações que tem apparecido, nos ultimos tempos, como fructos amadurecidos de investigações cuidadas, e o prodigioso concurso de monographias e momeorias eruditas, apresentadas aos differentes congressos realizados dentro do paiz com referencia à sua historia, à geographia e à ethnographia.

Não se póde negar a difficuldade que, para a recomposição dos factos historicos, deriva do extravio de documentos, apesar do relativamente curto periodo de nossa existencia civilisada, sem que, por isso, se faça impossivel explical-os no seu conjuncto, com apreciação justa da epocha e do meio, e analyse meditada dos accidentes e dos factores.

Contra esse extravio se revolta Alberto Rangel, tendo tido opportunidade de verificar os seus prejuizos, e exclamando:

<garantindo a desmemoria do passado andam os documentos perdidos por desfeitos na moinha das traças, por extraviados na despreocupaçõ de ajuntal-os no devido tempo, ou por destruidos no capricho nihilista de successores e legatarios ou meros [ilegível] gratuito>

<Deixando evaporarem-se os elementos de prova historica pelo nosso desamor ao que não nos interessa immediata e materialmente, pela relazação funesta aos superiores motivos da Civilisação, teremos que inventar a nossa vida>

Si por um lado é incontestavel o prejuiso que essa omissão acarreta na compulsação dos factos que o historiador futuro haverá de fazer; tambem negar não se póde que a apreciação coetanea nem sempre é a significativa da verdade, podendo, desde logo, serem envolvidos na sombra muitos acontecimentos, em virtude das suggestões do momento, ou das paixões dominantes na occasião.

⁷⁸ Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933) nasceu na capital do Estado do Pará. Formou-se aos 20 anos de idade em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Mais tarde, também seria geógrafo e historiador e se destacaria nas letras e nos principais debates regionais. Atuou, de 1890 a 1911, na diretoria geral da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará. No período que esteve a frente da Secretaria, em 1900, ao lado de Ignácio Moura, Palma Muniz e Domingos Antonio Raiol, entre outros, ajudou a fundar o Instituto Histórico Geográfico e Etnológico do Pará, do qual, além de sócio-fundador, foi também vice-presidente. Também redesenhou duas ementas ao regimento interno das escolas públicas do ensino primário, atuando como membro do Conselho Superior de Educação Pública do Pará. A partir de 1911, atuou como propagador da ciência no campo histórico-geográfico-etnológico sobre os estudos da região amazônica, redesenhando, sob o pensamento republicano e moderno, o Instituto Histórico Geográfico e Etnológico do Pará, desenvolvendo diversos trabalhos, inclusive como gestor deste local em 1922.

Como bem reconheceu e enunciou H. Spencer – a faculdade emocional do homem é uma fonte de serios embaraços na observação das verdades sociais - <*Aquella que as estuda tem paixões mais ou menos fortes, que o impellem a achar a prova do que elle deseja, a desprezar os factos que o contrariam e a se prender à conclusão que antes houvera formulado*>

A serenidade que requer o julgamento da historia resulta da calma que pôde assistir à apreciação dos factos, quando o decorrer dos tempos tem afastado de sobre elles os elementos perturbadores de uma visão nitida.

E, mesmo depois desses tempos decorridos, pôde ainda ser falseado o julgamento pelo que Spencer chama – as difficuldade subjectivas – *intellectuaes ou emocionaes* – devidas às qualidades intrinsecas ou características do proprio observador.

Exemplo sensível disto se observa nas apreciações diversas e até mesmo contrarias, que vemos constantemente expeditas com relação a certos factos e com referencia a muitos dos nossos grandes homens, como si cada um dos observadores haja procurado uma lente diversamente faceada, para maior desvio dos raios visuaes.

(...)

Entretanto, todas estas perturbações e antagonismos no modo de apreciar as cousas e os homens, não prejudicam o julgamento final da Historia, posteriormente firmado no consenso e na verdade; da mesma fôrma por que, uma vez restabelecido o equilibrio em liquidos diversos que se misturam, vêm as respectivas camadas se dispôr inconfundiveis na razão das suas densidades.

Também os factos historicos tendem a um equilibrio, para o qual deverão concorrer os que procuram estudal-os, removendo as causas perturbadoras do julgamento, e entre ellasos proprios sentimentos pessoases capazes de influencia nociva.

É neste sentido que devem convergir os nossos esforços nesta associação, procurando elucidar factos que ainda se encontram por demais obscurecidos em nossa historia, e verificando se têm sido bem julgados outros que hão contribuido para a condemnação de seus agentes, sem exame detalhado das circumstancias que hajam influido para a sua realização.⁷⁹

Santa Rosa contesta, portanto, duas afirmações de Alberto Rangel e Oliveira Vianna acerca da ignorância e negligência dos brasileiros em relação ao seu passado e à construção da sua memória como nação. A despeito das dificuldades nos processos, ele afirma a existência de uma produção científica, leia-se a dos próprios institutos científicos dentre os quais ele fala, que contradiz esta ideia, apresentando investigações cuidadosas, trabalhos eruditos e amadurecidos compartilhados em eventos por todo o país, quer dizer, uma vida científica suficiente.

Efetivamente, segundo o diretor, há dificuldades especialmente em relação aos arquivos, mas também aos protocolos de produção muitas vezes contaminados por influências contemporâneas que, com o afastamento temporal, apresentam riscos à confiabilidade dos estudos. Mesmo assim, avançando no discurso, Santa Rosa dirige palavras animadoras baseadas em uma noção de inevitabilidade dos processos históricos, e da tessitura de narrativas nas quais a *verdade* vem à tona. Para ele, os fatos históricos tendem ao equilíbrio e faz parte da missão do historiador conduzir, ou pelo menos auxiliar, este processo.

⁷⁹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, vol. IV, p. 603-605.

A ciência histórica oitocentista, no Brasil e nos grandes centros de referências político-culturais, sofreu fortes críticas no limiar do século XX. A partir da década de 1920, com a *Révue de Synthèse Historique*, e de 1930, com a *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, grande parte desta historiografia historicista do século XIX passou a ser criticada, sobretudo a Escola Metódica (HUGHES-WARRINGTON, 2002). Foram destacadas as suas limitações em relação à atenção restrita ao documento escrito e aos testemunhos voluntários, enquanto documentos de outras naturezas e testemunhos involuntários, para esta nova geração de historiadores, informariam igualmente sobre a atividade humana; à ênfase ao fato particular em um tempo curto, quando seria mais interessante apreender a vida das sociedades a partir de fatos vulgares e repetidos em um longo tempo; ao privilégio das dimensões política, diplomática e militar em detrimento da econômica, social e cultural; e, por fim, à renúncia às sínteses e interpretações generalizantes (BOURDÉ & MARTIN, 1990).

A crítica de Lucien Febvre e Marc Bloch àquilo que denominaram *história historicizante* – somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo de natureza política, diplomática e militar, e que se pretendia científica a partir da crença na apreensão da verdade dos fatos por meio da análise de documentos verdadeiros e autênticos – transformou-se, no século XX, numa das mais consagradas representações acerca da historiografia oitocentista, e em muito contribuiu para a sua estigmatização. Contra ela, propunham uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, com as estruturas em movimento dando ênfase às condições da vida material, ainda que sem a determinância marxista do econômico sobre a totalidade social (VAINFAS, 1997).

Mas esta caracterização *a posteriori* do historicismo ratifica a importância do estabelecimento das estruturas da História enquanto disciplina científica. O afastamento da filosofia da história e o estabelecimento de um método baseado em documentos são fundamentos legados por esta historiografia do século XIX, e que possibilitaram as inflexões seguintes, sobretudo a partir dos *Annales*. Mesmo com a diversificação das abordagens conceituais e metodológicas, muitos dos seus procedimentos permanecem compondo a prática historiográfica, como a inevitável construção narrativa e relevância do evento, a organização temporal (construção de periodização) e a crítica documental – ainda que não se limitem aos seus termos originais.

Efetivamente, como visto frequentemente na produção do IHGP e dos jornais paraenses nas décadas iniciais da República, o discurso pela imparcialidade e neutralidade do pesquisador, mesmo que se mantivesse ao longo do século XIX, teve de conviver com demandas mais

imperativas. Se a História tem uma função social de formação cívica e patriótica, o historiador necessariamente precisaria regular a sua interpretação isenta à missão de unir um povo em torno da nação. No alvorecer do novo regime, tanto *povo* quanto *nação* ganham outros significados e expectativas, democráticas, modernas. E desta maneira, ressignificando antigas narrativas, fundando outras, o passado se aproxima das necessidades do presente e suas projeções de futuro.

1.2 – *Evolução, Linearidade e Inevitabilidade da História*

Durante o século XIX, o conhecimento histórico se desenvolveu em protocolos de investigação, construção de narrativas e *ethos* profissional, em um movimento de institucionalização do campo científico. Surgiram, então, instituições oficialmente organizadas neste sentido, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e seus correspondentes regionais, museus e agremiações diversas. Nelas, os homens de uma elite letrada vinculada política e financeiramente ao Estado construíram a memória e um projeto de futuro para a Nação recente, no qual a escrita da História teve relevância central (WEHLING, 1998; GUIMARÃES, 2011; SCHWARCZ, 1993).

A noção de *verdade histórica* circulou nas diversas instâncias onde narrativas sobre o passado foram produzidas e reproduzidas. Nos jornais, revistas científicas e manuais escolares, esteve presente a defesa da forma *correta* de se acessar e contar o passado, de acordo com os rigores de um método específico, adotado por um investigador habilitado. Isso não apenas definiu *esferas autorizadas* para a construção do conhecimento histórico, como implicou outros espaços sociais em uma rede de suporte, divulgação e vigilância desse discurso histórico científico.

O que não quer dizer que conhecimento histórico não fosse produzido e posto em circulação nas demais instâncias públicas que pensaram e construíram memória e identidade nacionais e regionais; nem que houvesse um caminho único de socialização deste conhecimento, com participações coadjuvantes de outros setores em relação àqueles considerados espaços de produção legítima. Compreendemos que a *cultura histórica* de uma época e lugar está ligada, necessariamente, ao intercâmbio de autorias, referências e mútua influência entre as *esferas do discurso* histórico, que têm assim definidas suas participações a partir dos códigos, objetivos e raios de atuação que lhes são próprios (RÜSEN, 1994, 2001; BAKHTIN, 1979, 2003).

Nesta seção, o foco está nas representações de *evolução, linearidade e inevitabilidade* atribuídas aos acontecimentos do passado, a partir da estruturação de uma rede de relações de causa, efeito e sentido pedagógico. Nos primeiros anos da República, a cronologia política do Brasil teve marcadores incorporados, abandonados ou revitalizados, de acordo com os interesses políticos em disputa no novo regime. E a História foi interpretada como uma marcha do desenvolvimento contínuo e inexorável da pátria, fadada ao sucesso e à incorporação no panteão das grandes nações universais. Caberia ao historiador ligar os pontos, revelando os fatos e personagens fundamentais neste processo. Na Amazônia, isso não foi diferente.

Uma das representações mais recorrentes nas narrativas sobre os marcos cívicos que estruturam a cronologia política republicana é a de que a história pode ser racionalizada enquanto *processo evolutivo*.

Assim, nas comemorações da *Independência do Brasil*, foi frequente a remissão ao acontecimento nos jornais paraenses como “obra da evolução de alguns decennios mais”⁸⁰; o ponto de partida de uma “commovedora evolução do passado”⁸¹. Este seria um marco destacado da história política brasileira, uma vez que “passamos a ser um povo livre e independente, percorrendo os estadios mais gloriosos de uma nacionalidade pujante, que occupa entre os paizes cultos posição condigna e proeminente.”⁸².

No primeiro volume, após a reabertura do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)⁸³, em 1917, Raymundo José Martins Bessa⁸⁴ explana as etapas desse processo evolutivo da História, na apresentação de sua tese “Jose Bonifacio e a Independencia do Brazil”:

O progresso, dos povos, é uma *marcha evolutiva* e [ilegível]. Esta marcha do natural, do bem innato, [ilegível], pouco a pouco presentido, para o melhor idealizado, a realizar-se, e do melhor, alcançado, realizado, para o mais perfeito, estado constante peremne da Natureza em sua mais plena e eterna eclosão de forças, essa *marcha natural e evolutiva dos povos* é feita de continuas e successivas alternativas e intermitencias. Cada povo a faz a seu modo. Forças ocultas vêm às vezes detê-la em certa phase e por determinado tempo. Porque não dizer melhor, vêm preparal-a para melhor desenvolvimento. Uma vez refreada, [ilegível] elle se avoluma, se adensa e rebustece em melhores forças, adquire novos elementos, se refaz e quando menos se espera, eis que de novo ella rebenta já em nova e mais ampla e larga fôrma e onde menos se cuidava e com mais força, de fôrma que em fim de contas torna-se impossivel qualquer resistencia, ella vence seja por que fôrma fôr.

Para o movimento dessa marcha entram todos e quaesquer esforços. De em meio do povo, cada individuo alli é um elemento, cada idéa uma força. À medida que o dia das grandes e largas idéas se levanta e derrama em luz sobre a consciencia dos povos o movimento se forma e desloca em acção, os lamentos se vêm agglomerando e reunindo ao grande bloco, que é o todo harmonico, para o qual todos convergem e se vão fazendo e operando vida dentro nelle e por elle, de tal forma que um ou mais que se afastem e se deixem ficar à margem, em atrazo, pouco importa, a grande corrente segue sua marcha e força alguma ha que possa detê-la ou de detonal-a. E foi o que se passou em nosso paiz. De descontentamento a descontentamento, de decepção a decepção, de affronta a affronta, a onda de reacção a cada dia mais e mais se avolumava e mais fundo separava naturaes do paiz, brasileiros, e o elemento extranho, o portuguez que em elle se viera installar e queria à viva força implantar a seu modo e a seu interesse um senhorio absoluto.⁸⁵

⁸⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1920, p. 1.

⁸¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1922, p. 1.

⁸² FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1915, p. 1.

⁸³ Assim como a Academia Paraense de Letras, o IHGP foi inaugurado em 1900, para ser o *locus* privilegiado da intelectualidade paraense. Após uma breve atuação, foi fechado, sendo reaberto em 1917. Já a revista do IHGP começou a circular ainda em 1900, continuando a partir de 1917 com a reabertura do Instituto. No período, publicaram-se teses sobre história e geografia do Pará, produzidas e organizadas pelos membros da instituição. Como os demais institutos, se colocou na condição de intérprete e ‘guardião do passado’, cultuando os grandes vultos e heróis, exaltando as narrativas históricas e biográficas (CARDOSO, 2013).

⁸⁴ Ver nota 12.

⁸⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1917, vol. 1 – grifo nosso.

Dessa forma, a *marcha natural e evolutiva* seria percorrida, inevitavelmente, por todos os povos, cada um à sua maneira, em contínuas e sucessivas alternativas e intermitências. Nesse processo, *forças ocultas* viriam, às vezes, detê-lo em determinados estágios, o que apenas proporcionaria fases nas quais seriam desenvolvidas, concentradas e melhoradas as forças e consistências, até o ponto de se tornar irrefreável em seu curso. Esta ideia abstrata de uma marcha constante rumo ao *progresso* das nações não ignora a *participação popular*, uma vez que cada indivíduo representaria um elemento e cada ideia uma força que a movimenta para frente. Sua fermentação estaria ligada ao adensamento dos lamentos, descontentamentos, decepções e afrontamentos do povo, como no caso da Independência do Brasil, de modo a que se produzisse uma reação patriótica diante da tentativa de dominação estrangeira.

Esta evolução dos acontecimentos, o desenvolvimento da trajetória do país rumo ao *progresso* e à inserção no rol das nações mais avançadas, seria impulsionada pela própria *evolução* das mentalidades, das *ideias* que movem as ações dos homens:

Tempos gloriosos aquellos em que a acção conjuncta de estrenuos defensores da nossa emancipação politica, era secundada pelo patriotismo de todos os brasileiros, que já não podiam supportar o jugo estranho da metropole, *pela evolução das novas idéas*, pelo fermento das paixões em jogo, pelo choque de interesses privados, e pela successiva ordem de factores que pertubava a serenidade dos espiritos, já insubmissos ás conveniencias de uma politica bastarda e escoasa.

As idéas liberais avançavam dia a dia com a propaganda dos que se interessavam pelo advento de uma monarchia constitucional, unico factor capaz de offerecer a estabilidade e a concordia aos animos conturbados.⁸⁶

O cenário descrito no trecho é o de uma crescente inflamação de diversos fatores que, integradamente, empurraram a história para frente, quer dizer, fermentaram o nascimento de uma nação. Os termos aqui são importantes, porque dão o tom dessa marcha: *choque, paixões, perturbação dos espíritos, insubmissão às conveniências*. O patriotismo dos grandes personagens, ancorado no patriotismo de toda a população, em consonância com a pulverização de *novas ideias*, notadamente *liberais*, teriam gerado o conflito de interesses que culminou na ruptura política com a metrópole. Por sua vez, o ato final desse

⁸⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1915, p. 1 – grifo nosso.

encadeamento agitado de mobilização e perturbação, senão generalizada, pelo menos extensa, foi o advento de uma monarquia constitucional, descrita como única saída estável e consensual no contexto⁸⁷.

Na maior parte dessas narrativas, a Independência teria sido “o primeiro passo que demos na vereda larga das reivindicações, abrindo no mappa o nosso lugar como nação independente”⁸⁸, numa “jornada promissora que levou o nosso paiz até 15 de Novembro, outra grande data que faz o orgulho da nossa nacionalidade”⁸⁹. O “precursor dos grandes movimentos reformadores que, com intervalo embora de lustros, trouxeram-nos até o glorioso acontecimento de 15 de Novembro de 1889”⁹⁰, quando “a nação brasileira escolheu a forma governativa mais compatível com suas tendencias democraticas desenvolvidas no periodo daquela data até esta”⁹¹. A ideia é, pois, a da trajetória *evolutiva, hierarquica e linear* dos fatos históricos.

O ato da emancipação política da Nação abriria “o caminho glorioso por onde transitou a democracia nacional até a proclamação da República em 15 de novembro de 89 suprema e patriótica aspiração deste grande e generoso povo”⁹². Um “prenuncio glorioso das nossas conquistas posteriores, que a 15 de novembro de 1889 deviam ter como apothese sublime” (Folha do Norte, 7/09/1902, p. 1). Além disso, em comparação:

O jugo da metrópole, quando eramos apenas um núcleo de colônias sujeitas ao manto prepotente dos governadores, pesava-nos muito mais do que o jugo ferrenho da monarchia que se assenhoreou do nosso governo, mas que ainda assim nos facilitou a desejada conquista definitiva da nossa emancipação, sonho que veio alimentado de longos annos pelos nossos grandes heroes e martyres.⁹³

⁸⁷ A definição do Estado brasileiro pós-independência enquanto “Monarquia Constitucional” deveu-se aos embates políticos entre liberais (“Luzias”) e conservadores (“Saquaremas”), que defendiam formas distintas de governar a sociedade em *três mundos* – o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem –, opondo *princípio democrático* (descentralização) e *princípio monárquico* (centralização). Nestes embates, os *saquaremas* fizeram valer as prerrogativas de *ordem e autoridade*, pois elas representavam a consolidação dos *monopólios* da classe senhorial – a saber: sobre a terra, sobre a força de trabalho e sobre o governo. Portanto, o *princípio monárquico* consistiu na direção moral e intelectual imposta pelos *saquaremas* na organização do Estado imperial em consolidação, pois legitimava a hierarquia entre coisas (escravos) e pessoas (cidadãos), ao mesmo tempo, era a forma mais segura de manutenção da ordem social e integridade territorial (MATTOS, 2004).

⁸⁸ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1903, p. 1.

⁸⁹ Id.

⁹⁰ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1897, p. 1.

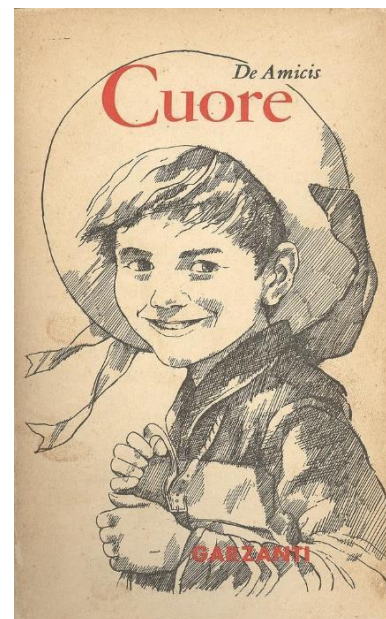
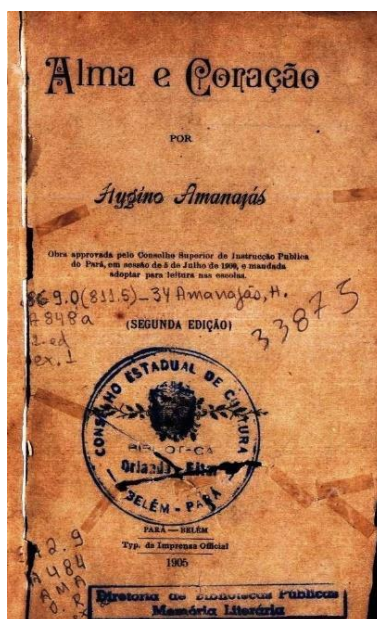
⁹¹ Id.

⁹² Id.

⁹³ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1903, p. 1.

O encadeamento desses acontecimentos selecionados na composição da cronologia política republicana dispõe os eventos em uma *marcha evolutiva*, na qual o *período monárquico* é interpretado como um *estágio intermediário* entre a libertação das amarras coloniais e a real emancipação, operada com a proclamação da República. O termo “jugo” é constante nessas narrativas; e, no trecho acima, é evidenciado o peso e o caráter progressivo do desenvolvimento caracterizado pela disposição das datas cívicas em destaque. Não apenas os acontecimentos representariam degraus dessa *evolução*, como os heróis e mártires são encarados como indícios do que estaria por vir nesta teleologia histórica.

Esta mesma noção de história *linear, evolutiva e autônoma* está também presente no livro de leitura *Alma e Coração* (1905)⁹⁴, de Hygino Amanajás⁹⁵. Organizado em cartas endereçadas à mãe, a narrativa registra o cotidiano de um aluno do interior do Estado do Pará que vai estudar em Belém, descrevendo a sua adaptação numa cidade em efervescência político-econômico-cultural pelas transformações da



⁹⁴ AMANAJÁS, Hygino. *Alma e Coração*. 2. ed. Typ. Imprensa Oficial, 1905. Inspirado em *Cuore*, de Edmund de Amicis (1886), *Alma e Coração* é um livro de leitura de 173 páginas, publicado pela primeira vez em 1900, pela Tipografia J.B. dos Santos, e reeditado pela Imprensa Oficial do Estado, em cinco edições – a última em 1905. O Conselho Superior de Instrução Pública o indicou para os alunos do segundo ano do curso primário superior. Pela reforma do ensino de 1899 no Estado do Pará, o ensino primário foi dividido em elementar, com quatro anos de duração; médio e superior com dois anos de duração cada um. Assim, o livro passou a ser indicado para os alunos do último ano do curso primário, com habilidades de leitura mais avançadas. A obra recebeu parecer elogioso do Conselho, assinado pelos professores Francisco Vilhena Alves, Paulino de Brito e Cornélio Pereira de Barros Junior, com a recomendação para ser usado de modo proveitoso pela mocidade estudiosa. Composto por lições de História, Geografia e Educação Moral e Cívica, o personagem central, Ernesto, é um adolescente registra suas aventuras em trinta e uma cartas, sendo vinte e oito cartas enviadas à Angelina, residente no interior do Estado, e três cartas escritas por Angelina, em resposta às cartas do filho. A grande diferença em relação à versão original é o conteúdo político republicano dos registros escolares do narrador. Segundo a *Revista do Ensino*, publicada pela Diretoria de Instrução Pública, além do Estado do Pará, o livro também foi enviado a escolas de Minas Gerais. Exemplares podem ser encontrados na Biblioteca do Centro de Referência do Professor de Belo Horizonte (COELHO, 2011; MACIEL; ROCHA, 2015).

⁹⁵ Hygino Amanajás (1852-1921) nasceu na antiga Freguesia de Nossa Senhora do Abaeté, hoje o município de Abaetetuba - PA. Foi jornalista e parlamentar da Assembleia Legislativa Provincial, por três mandatos consecutivos – responsável pelo projeto da bandeira do Estado – e 1º Diretor da Imprensa Oficial do Estado, por mais de duas décadas (1891-1917). Além de *Alma e Coração*, Amanajás escreveu também o livro escolar *Noções de Educação Cívica*, publicado pela Tipografia da Imprensa Oficial, em 1896 e com segunda edição em 1898 (MACIEL; ROCHA, 2015).

modernidade e da República, bem como sua rotina escolar de comemorações cívicas e lições de História, Geografia e Educação Moral, durante todo o ano letivo.

A obra foi um grande sucesso editorial, uma vez que contou com inúmeros anúncios no *Diário Oficial do Estado do Pará* e na revista *A Escola*⁹⁶, ambos editados pela *Imprensa Oficial*, em Belém – órgão do qual Amanajás era diretor (MACIEL; ROCHA, 2015). Dentre as datas históricas celebradas no calendário escolar de Ernesto, estão os dias 24 de fevereiro, promulgação da Constituição de 1890; 21 de abril, Tiradentes; 22 de abril, descobrimento do Brasil; 13 de maio, libertação dos escravos; 12 de outubro, descoberta da América; 2 de novembro, dia de finados e 15 de novembro, proclamação da República. Estes eventos mobilizavam estudantes, professores e populares, aglomerados nas ruas e praças para tomar parte de grandes festividades amplamente comentadas nos jornais locais.

Na carta que Ernesto envia à mãe dando notícias sobre as comemorações da “aurora da nossa independência”, a *Inconfidência Mineira* é descrita pelo professor como o “facto heroico” que representou “a semente fecunda em terreno próprio para a sua germinação dando-nos, como fructo, a proclamação do governo republicano” (AMANAJÁS, 1905, p. 53). Já sobre a Abolição da Escravatura, o mestre dizia que “desde que no Brazil ninguém mais nascesse escravo, a escravidão estava morta na nossa terra. Era uma conquista republicana, sem duvida, a primeira aplicação desse lemma: - *liberdade, igualdade, fraternidade*”, pois “era o espirito republicano, o espirito da igualdade, que triumphava” (AMANAJÁS, 1905, p. 55). Porque “sim, a monarchia estava morta desde esse momento; porque a idéa republicana triumphava até no seio do próprio governo do Imperador; mas o Brazil conquistava o seu logar de nação livre no convívio universal” (AMANAJÁS, 1905, p. 55)⁹⁷.

Desse modo, há uma ligação direta e recorrente entre as diversas datas que compõem o calendário cívico republicano, inclusive ou especialmente o escolar, e o próprio advento da República. Eles descreveriam uma trajetória ascendente, triunfante, do desenvolvimento político e moral da Pátria, o acerto

⁹⁶ Fundada por Virgílio Cardoso de Oliveira, então diretor Geral de Instrução Pública do Estado, “A Escola: revista oficial de ensino do Estado do Pará” foi a primeira revista pedagógica de iniciativa oficial a ser impressa no Pará, circulando mensalmente entre 1900 e 1905. Continha seções sobre instrução pública, biografias, exercícios escolares, programas de ensino, discursos, decretos e normativas oficiais, além uma seção especial, intitulada Pontos da História do Pará. Foi substituída pelo “Boletim Oficial da Instrução Pública”, publicado trimestralmente entre 1905 e 1908. Informava sobre atos, leis e decisões oficiais relacionados à instrução pública, relatórios de inspetores de ensino e estatística das escolas, porém não incluía textos de pedagogia e/ou assuntos afins.

⁹⁷ Ainda sobre o *13 de maio*, Hygino complementa a narrativa sobre a efeméride que o professor havia feito para os seus alunos com uma ressalva: “É certo que entre nós, os paraenses, o escravo foi menos infeliz. Fazia parte da família, era estimado e recebia, às vezes, instrução e educação” (AMANAJÁS, 1905, p. 55). O trecho se destaca não só pela distinção regional e abrandamento na caracterização de uma das instituições mais funestas e tão recente na memória das primeiras décadas republicanas; mas também por remeter o leitor contemporâneo a uma longa tradição de representações sobre o trabalho doméstico, muitas vezes infante-juvenil, na Amazônia e em várias outras partes do Brasil, vinculadas ao âmbito familiar, pessoal, emocional, em detrimento das condições objetivas e materiais do trabalho.

de vários erros cometidos no passado, a reparação das máculas, até a concretização de um projeto formador e conformador frente aos grandes exemplos internacionais. Nessa perspectiva, a História seria a racionalização científica e autorizada dos eventos notáveis – isto é, selecionados e identificados como legítimos – transformada em narrativas que devem informar e dotar o povo de uma *memória*, uma *identidade* e uma *projeção* de Nação específicas.

Da mesma forma, no texto *Em marcha para a Independência*, nas comemorações do seu centenário, o Professor Manoel Braga Ribeiro⁹⁸, 2º secretário do IHGP, dissertava que:

A emancipação politica do Brasil era um *facto consumado e irremediavel*; era o corollario de theoremas demonstrados seguidamente, na mathematica insophismavel dos acontecimentos humanos. Com Pedro I ou sem elle, ella viria fatalmente.

Dizem que o Brasil foi o ultimo, à excepção do Uruguay, no grito de Independencia, quando foi elle um dos primeiros a ser conhecido como perfeitamente apto para a Liberdade!

(...)

O 7 de setembro não recorda somente o grito de D. Pedro, declarando a Independencia, cuja bandeira já havia sido costurada desde as praias de S. Luiz, do cômodo de Olinda, dos arrecifes de Pernambuco até às cerrancias de Diamantina, por centenas de martyres, cujos espiritos superiores assistem ao desenvolvimento da grande nação onde tiveram a fortuna de nascer; mas, também, as imagens ensanguentadas dos epigonos que trabalharam pela victoriosa.

O Brasil não é uma concessão dada, mas uma nação crescente. Coberto pelo véo immenso do azul, elle caminha, em busca de um futuro brilhante. E a alma de seu povo, povoada de brancas esperanças, ha de fazel-o subir tão alto, tão limpido, tão bello <que pareça uma estrella do céu que está cantando>!...⁹⁹

Aqui, o senso de *linearidade* e *inevitabilidade* da História se somam à matriz *evolutiva*, e a celebração do centenário da Independência proporciona a interpretação de um fato *consumado*, *irremediável* e *fatal* – independente, inclusive, dos seus participantes, especialmente quando estes se tratam dos grandes vultos do regime anterior. A marcha é, assim, autônoma, e o curso, irrefreável. Em uma defesa revisionista sobre termos sido um dos últimos povos a se emancipar, Braga Ribeiro enfatiza a existência de uma determinada e reconhecida aptidão para a liberdade. Além disso, o professor ainda destaca que a data cívica

⁹⁸ Manoel Braga Ribeiro foi professor, sócio fundador do Instituto Histórico do Pará no ano de 1917, sendo conselheiro e diretor de 1935-1936 deste (FREITAS, 2007), ocupando a cadeira 31, como consta no site do IHGP.

⁹⁹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, Vol. IV – grifo nosso.

não rende homenagem apenas ao episódio do grito de D. Pedro, mas a toda trajetória de movimentações políticas e seus heróis que encaminharam aquele acontecimento.

Além disso, as narrativas que circularam na capital paraense nas primeiras décadas republicanas acerca da importância da *Independência do Brasil* demonstraram uma faceta interessante do calendário cívico nacional, ligada à disputa entre monarquistas e republicanos acerca da disposição hierárquica dos marcos históricos herdados ou eleitos pelo novo regime¹⁰⁰. A questão central se encerrava, basicamente, no nível de relevância que a *Independência do Brasil* deveria gozar no imaginário patriótico republicano em estruturação: teria sido este o capítulo mais importante do desenvolvimento e progresso da pátria, ou apenas um dos degraus proeminentes, porém não o mais notório, da sua trajetória?

De um modo geral, o discurso mais frequente foi o que interpretou o evento como um capítulo fundamental, mas não o mais importante, no panteão dos eventos históricos da evolução política nacional. Na maior parte dos casos, portanto, a data cívica foi narrada como apenas mais um estágio da *ascensão evolutiva* que culminaria na *Proclamação da República* – feito efetivamente magnânimo da libertação, do progresso e da inserção definitiva do país no mundo civilizado das grandes nações. Mas apesar de hegemônica, essa perspectiva disputou frequentemente espaço político-ideológico nas comemorações patrióticas, especialmente nos jornais.

Acontece que o marco fundador da nação não poderia ser ignorado nas narrativas cívicas republicanas, dada sua expressividade factual em toda literatura histórica e memorialista produzida até então, além de suas raízes na *cultura histórica* de uma população surpreendida com o golpe de 1889¹⁰¹. Um forte traço da campanha republicana da segunda metade do século XIX foi a maior ênfase na crítica ao

¹⁰⁰ A partir de 1870, e o aprofundamento do processo de modernização conservadora iniciado no Gabinete Rio Branco (1871), acirraram-se os embates entre as forças da *tradição imperial* e as forças da *política científica*, respectivamente representadas por conservadores/católicos e liberais/republicanos. Por um lado, os conservadores/católicos propunham a restauração e atualização de uma *civilização cristã e imperial*, pautada, sobretudo, na centralização política e na escravidão. Por outro, os liberais/republicanos advogavam o advento de uma *civilização laica e federativa*, assentada na secularização das instituições do Estado, a descentralização política e a abolição da escravidão. Assim, não havia uma oposição irreduzível entre monarquistas e republicanos, uma vez que liberais e republicanos compartilhavam determinados valores e conceitos políticos, embora discordassem, por exemplo, na forma de governo – os liberais criticavam a centralização, mas eram monarquistas. No Pará, estas forças estavam organizadas, respectivamente, do ponto de vista da propaganda política, nos jornais *A Constituição* e *A Boa Nova*, e *O Liberal do Pará*, *A Província do Pará* e *A República*. Sobre esse debate político no contexto paraense, conferir: NEVES, 2009; BEZERRA NETO, 2009; FARIAS, 2005.

¹⁰¹ Durante grande parte do século XX, uma representação tradicional sobre a proclamação da República alimentou a memória de um evento inevitável na História do Brasil. Segundo Celso Castro, isto teria tido forte influência pelo efetivo sucesso do Golpe de 1889, cuja própria natureza política – de golpe – foi obliterada de suas narrativas. O fato é que, dos que estavam presentes naquela manhã do dia 15 de novembro, muitos pensaram que talvez se tratasse de uma parada militar. Entre os próprios militares, grande parte dos praças levados por seus superiores à frente do Quartel-General não sabia que se tratava de uma ação contra o Império; quando souberam, alguns se voltaram contra a ação e estiveram presentes nos vários acontecimentos contra o novo regime que ocorreram nos turbulentos primeiros anos da República (CASTRO, 2000).

regime imperial vigente, em detrimento da exposição de uma proposta concreta de governo. Proclamada a República, iniciou-se um período de muitas crises políticas, econômicas e sociais, já que os militares – que mais estavam à frente do movimento – não chegaram sequer a compor um grupo coeso, em suas propostas e interesses (CASTRO, 2000)¹⁰².

Daí a dura crítica feita nas comemorações da proclamação da República, na *Folha do Norte* de 1924, em relação à interpretação de Aristides Lobo¹⁰³ de que o povo teria assistido *bestializado* a toda aquela movimentação, confundida com uma parada militar na manhã do dia 15 de novembro. A população, no geral, era monarquista e não abandonaria facilmente as raízes que o conectava aos símbolos do antigo regime. Na visão apresentada pelo periódico, não foi uma reação baseada na surpresa despropositada, e sim na “*espontaneidade da evolução histórica*, que determinou esse notável acontecimento”¹⁰⁴.

Existem duas ideias relevantes para a análise aqui proposta nesta afirmação do jornal paraense: a primeira diz respeito a uma das características que aqui se busca destacar em relação à natureza do conhecimento e do próprio processo histórico, da forma pela qual ele é entendido no contexto – como um processo *involuntário, espontâneo, inevitável*; e a segunda ideia de que, por consequência, dada esta natureza, o processo se daria independente da intervenção dos homens ou, mais especificamente, da população. Quer dizer, ainda que em diversas narrativas, os *heróis* sejam destacados e a eles sejam dados

¹⁰² Ainda segundo Celso Castro (2000), os militares não representavam um grupo homogêneo naquela sociedade; inclusive, foi um grupo bem específico dentro dele que acabou elaborando e conduzindo a mudança de regime político, e a República não foi o resultado de um longo processo histórico cujo início data da Guerra do Paraguai, ou mesmo da formação do Estado Brasileiro. Os jovens oficiais do exército da Escola Militar da Praia Vermelha, ou o “Tabernáculo da Ciência”, foram o elemento iniciador e dinâmico da conspiração republicana no interior do Exército. Para alcançarem seu objetivo, trouxeram o seu professor, Benjamin Constant, para a causa republicana. Sua ação inspirava-se no positivismo de Comte e no evolucionismo de Spencer e Haeckel e seu republicanismo era oriundo da valorização simbólica do mérito individual, somado à cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais. A “Questão Militar” não os tornou republicanos, mas intensificou o seu sentimento e ação. Assim, foram eles que lutaram para que o mínimo de unidade da “classe militar” não fosse dissolvido; e que acompanhavam os grandes nomes presentes no 15 de novembro. Entretanto, essa frágil unidade forjada às pressas foi logo desfeita. Após os primeiros anos, os militares foram afastados da liderança do novo regime, o Tabernáculo fechado, as alianças desfeitas, e o “soldado-cidadão” rapidamente tirado de cena.

¹⁰³ Aristides da Silveira Lobo (1838-1896), nasceu na Paraíba e faleceu em Minas Gerais. Seu avô materno foi um dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817, o Tenente Coronel Francisco José da Silveira. A sua infância se consolidou em Alagoas, onde não apenas estudou como também deu início a sua vida pública, e por tal alguns biógrafos se equivocaram ao tratar sua naturalidade como deste Estado. Foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, no período da Monarquia (1864-1870), Deputado Geral e Promotor Público da Corte. No governo provisório (1889-1890) exerceu a função de Ministro, Deputado à Constituinte bem como Senador Federal (1892-1896). Abandonou o Partido Liberal e entrou para o Republicano. Dirigiu o jornal *A República* (03/12/1870), porém em 1873, quando comemorava com sua equipe a implantação da República Espanhola, o jornal já não andava em bons rumos. Também dirigiu outros jornais, a citar: *O Republicano*, *O Íris Acadêmico* e *O Diário Popular*, de São Paulo. Na época do Governo da República foi nomeado Ministro do Interior e Justiça, contudo pediu exoneração por desentendimentos com Marechal Deodoro da Fonseca (ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS, 2018). Tal Academia dedicou a Aristides Lobo o Patronato de sua cadeira número 6.

¹⁰⁴ FOLHA DO NORTE, 15 de novembro de 1924, p.1 – grifo nosso.

créditos pela evolução dos acontecimentos, no geral, a ideia preponderante é a de que o devir histórico age ou é operado autonomamente.

Afinal de contas, seria “por força dessa lei fatal, que o Brasil rompeu e separou-se”¹⁰⁵. Essa ideia estava em consonância com as narrativas históricas também divulgadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*¹⁰⁶. Tristão de Alencar Araripe¹⁰⁷ discutia sobre os *Patriarchas da Independencia*, em 1894, fazendo suas as palavras do Marquês de Sapucaí que, em 1833, apontava um sentido da História que tornava esta uma impossibilidade objetiva. A relevância dos grandes vultos é relativizada por uma concepção do processo histórico na qual *os factos encaminhariam os homens e não os homens os factos*:

Sabido é já que ninguém pode arrogar-se a gloria, não digo só de ter feito, mas de ter apresentado a declaração de emancipação política do Brazil; este acto operou-se tão aceleradamente e por tal unanimidade de votos de todos os brasileiros, que pode dizer-se com verdade que *os factos ecaminharam os homens e não os homens os factos*. O grito da Independencia repercutiu em todos os angulos da terra de Santa Cruz com geral espontaneidade e pouca diferença de tempo, sem que precedesse sedução, porque os

¹⁰⁵ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1912, p. 1.

¹⁰⁶ Não existiu uma forma única de narrar os grandes acontecimentos experimentados e documentados pelos membros do instituto científico mais importante do país, no século XIX. Mesmo que o órgão tenha nascido e se mantido para ocupar o lugar de produção da história mais autorizada, verdadeira, legítima, da nação, dentre os associados do IHGB, diferentes versões, muitas vezes contraditórias, circularam nas páginas de suas revistas. Exemplo disso foram as representações de *proclamação* ou *revolta* atribuídas ao 15 de Novembro. Elas agiram como molduras que destacaram o acontecimento do passado, atribuindo-lhe margens e limites que lhes imprime uma identidade. A moldura da *revolta* foi notadamente uma reação monarquista oitocentista que teve a sua expressividade nos embates e acomodações à nova estrutura política, assim como numa expectativa do retorno à *anarquia* do período regencial; contudo, a moldura da *proclamação* foi a mais frequente naquela escrita da história institucional: “O passado colonial se tornava um passado negativo a ser superado, ao mesmo tempo em que os levantes que se deram nele se tornavam referências fundamentais para expor uma disposição inata para a República na América” (2015, p. 216).

¹⁰⁷ Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) nascido em Icó, Província do Ceará e falecido no Rio de Janeiro, foi escritor, magistrado, jurista, heraldista e político no Brasil. Recebeu o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1845. Em 1847, foi nomeado por decreto Juiz Municipal e de Órfãos do termo da comarca de Fortaleza e vila de Aquiraz e também, em mesmo ano, eleito Deputado à Assembleia Legislativa da província do Ceará, onde foi Presidente, e tomou posse em quatro legislaturas em anos diferenciados; Em 1854 como Juiz de Direito da comarca de Bragança, no Pará, e 1856 nomeado também a Chefe de Polícia do Espírito Santo, sendo transferido para o mesmo cargo para Pernambuco, em 1858. No ano de 1870, foi nomeado por decreto a Desembargador da Relação da Bahia, contudo, logo em 6 de outubro seguinte, em aviso do Ministro da Justiça, no mesmo ano, ele foi exercer na Relação da Corte, sendo também removido para São Paulo em 1873, e nomeado Presidente desta, e todos sempre por decreto. Também foi denominado como Presidente de duas províncias do Império, no Pará (1885-1886) e Rio Grande do Sul (1876-1877). Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 27 de novembro de 1886. Ainda no período Imperial, recebeu como honraria o oficialato da Ordem da Rosa e título do Conselho, em decreto de 24 de janeiro de 1874. Foi escritor de inúmeras obras e ministrou conferências, principalmente sobre história da Pátria e literatura jurídica, onde citamos algumas mais importantes: *Relações do Império- Compilação jurídica* (1874); “Como cumpre escrever a história pátria”- Conferência em (07/02/1876); “Patriarcas da Independência” Conferência (12/03/1876); *Consolidação do Processo Criminal do Brasil* (1876); *Pode o cidadão brasileiro ser exautorado de sua nacionalidade por decreto do poder executivo?* (1877); *Julgamento de Nulidade na Relação* (1879); *Guerra Civil no Rio Grande do Sul- Memória acompanhada de documentos, lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (1881) entre outras (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

animos estavam preparados e muito mais quando se viu que as Côrtes de Lisboa, por seus actos hostis, tendiam a recolonisar o Brazil.¹⁰⁸

Mais na frente, ele continua dizendo que

Com efeito, senhores, a idéa da emancipação política do Brazil axava-se desenvolvida ou enraizada no paiz, desde que o Brazil passara de colônia à categoria de Reino em 1815 e desde 1817 a revolução patriótica tentara a emancipação. A idéia da independência surgiu espontanea no animo de todos os brasileiros, ela foi simultanea em diversos pontos do paiz, de maneira que ao primeiro brado ela generalizouse não podendo-se quasi dizer-se com certeza onde esse brado primeiro levantou-se¹⁰⁹.

A argumentação de Araripe joga com o extremo da caracterização de um processo histórico *inevitável*. A emancipação política é narrada como evento espontâneo, acelerado, unânime e geograficamente simultâneo, uma vez que a sua ideia-matriz já estaria bem desenvolvida e enraizada no seio da população, e para a qual os acontecimentos anteriores atuariam direta e *linearmente* como prenúncios. Assim, “não era para admirar que em 1822 se podesse afinal proclamar a independência do Brasil, fazendo-o penetrar no plano das nações livres e soberanas, austeras e progressoras”¹¹⁰.

Nesse sentido, “a monarchia sabia que, extinguindo a escravatura no sólo patrio, lavrava a sua sentença de morte” e, por assim dizer, “a Republica foi uma consequencia logica das revoluções liberaes”¹¹¹, que “muito embora de longe venha a propaganda, foi uma quasi consequencia da lei de 88”¹¹². Isto teria feito com que a *razão* caminhasse “a passos largos, desafogada e tranquilla, para a perfectibilidade extrema que a espera quando dentro de pouco tempo, a ambição do poder deserta o anima soffrego dos maus servidores da causa democratica”¹¹³.

Nada comprova mais claramente a verdade de que a democracia era vocação realizada nos factos da nossa vida publica, mas ainda imatura na consciencia dos homens. Com effeito, tudo, na ordem dos factos historicos, postulava a perfeita adequação da mentalidade nacional no novo regimen. Tudo: - desde o systema colonial de administração até o systema dos partidos na monarchia; desde a formação da nossa cultura pelas ideas da

¹⁰⁸ SAPUCAÍ *apud* ARARIPE, p. 169 – grifo nosso.

¹⁰⁹ ARARIPE, , Tristão de Alencar. Patriarchas da Independencia. *Revista do IHGB*, t. 57, p. 167-184, 1894, p. 169-170.

¹¹⁰ FOLHA DO NORTE, 07 de setembro de 1896, p. 1.

¹¹¹ Folha do Norte - 15/11/1921, p. 2.

¹¹² Folha do Norte, 13/05/1908, p. 1.

¹¹³ A Província do Pará, 14/11/1906, p. 1.

revolução franceza até a tradição das varias tentativas de independencia; desde as denuncias dos proprios partidos monarchicos contra a seriedade de uns e outros até a infiltração do filosofismo agnostico nas altas camadas pensantes do país.¹¹⁴

Portanto, a ideia de *perfectibilidade* também era uma constante na estruturação das narrativas cívicas que postularam uma habilidade inata, uma vocação para a democracia, no caso brasileiro. Esta *perfeita adequação da mentalidade nacional no novo regime* seria precedida por um longo rastro de indícios do passado que confirmariam a justa afirmação histórica da República: sistema colonial; sistema de partidos monárquicos; formação cultural baseada nas ideias da Revolução Francesa; tradição das variadas tentativas de Independência por todo o território ainda colonial; denúncias e desarranjos da política imperial; infiltração do filosofismo agnóstico na elite letrada do país. O reconhecimento desse caminho trilhado até o mais alto grau de desenvolvimento político-cultural de um povo expressaria, assim, o devir histórico fundamental da Nação.

A noção de uma certa *inevitabilidade* da história esteve igualmente presente no trecho a seguir:

O nosso futuro de nação independente já estava mais ou menos assegurado – quando tivemos que dar hospedagem ao rei João e sua côrte que vieram refugiar-se no Rio de Janeiro em 1808, d’onde somente declararam guerra aos francezes e promoveram a tomada de Cayena. Mas, após a revolução portuguesa de 1820, logo que os fugitivos foram de novo obrigados a mudar de residencia e deixar com saudades o nosso paiz, desenvolveu-se em todo ele e a despeito das guarnições soldadêscas, um purido de lutas pela liberdade política, proveniente sobretudo, da plena consciencia brasileira de que se tramava a nossa recolonização. (...) Entretanto, mal sabiam os dominadores que o povo da colônia não era mais o do primeiro século da colonização, não tinham o critério para bem julgar das gerações brasileiras descendentes muitas d’ellas de victimas da metrópole portugueza e já esclarecidos da história de sua exploração e atentados como a respeito das nobres reacções suas e reivindicações políticas dos Estados Unidos e da França.¹¹⁵

Aqui também, a ideia de que o processo histórico que levaria o Brasil a se tornar uma nação independente já estava em curso e *asegurado*, mesmo antes da chegada da família real e todas as transformações promovidas a partir de então, alheio às intenções portuguesas de controle e exposto nas agitações de caráter nacionalista pela liberdade política que eclodiram em toda Colônia. A caracterização é a de fenômeno *inevitável, autônomo*, transparecido nos indícios captados pelos olhos treinados do historiador. A esse olhar caberia a identificação e organização dos elementos destacáveis da trajetória de

¹¹⁴ Folha do Norte, 15/11/1924, p. 1.

¹¹⁵ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1.

construção da consciência brasileira que passara a reconhecer a sua exploração a partir do conhecimento do seu passado colonial e dos exemplos libertários das grandes nações.

Este excerto destaca ainda outra nuance da mesma ideia: a ligação entre os fatos e as ações dos grandes personagens, ou mesmo do povo, que se encaixam no curso da história num sentido quase *anônimo*, *amorfo*, como uma grande *massa em fermentação* a partir da qual são traçados os passos inevitáveis rumo ao *progresso* da Nação. Dentro da cronologia política da República, esse discurso faz ainda mais sentido no contexto da carência de engajamento popular na transição e consolidação do novo regime. A relação de causa e efeito é estabelecida entre os acontecimentos, em um fluxo ascendente que independe das relações entre as pessoas. Mesmo os grandes vultos representam, então, índices, protuberâncias desse tecido histórico.

Segundo José Murilo de Carvalho, ainda que o povo não tenha estado presente na proclamação da República, causa da consensual decepção entre os intelectuais da época e muitos posteriores, baseados nas declarações dos primeiros, e que o novo regime tenha contado mesmo com essa apatia em um primeiro momento, no esforço de se legitimar, tal leitura não poderia ter se estendido, como se estendeu, às décadas seguintes, quando essas camadas populares efetivamente se mobilizaram em resistência àquilo que julgaram arbitrariedades desrespeitosas e inconcebíveis, e que foram equivocadamente interpretadas (CARVALHO, 1987, 1990)¹¹⁶.

Embora o sentimento democrático já estivesse entranhado na vida nacional nos últimos dias do Império, nem por isto a grande maioria estava apta à mudança que se operou na forma de governo e nos hábitos do povo brasileiro. (...) *talvez por uma questão de temperamento do nosso povo e por influências outras*, o que é certo é que o Brasil, logo após a adoção do regime republicano, sofreu sérios abalos, que perturbaram aquela preparação que devera ter sido previa.¹¹⁷

¹¹⁶ Foi o caso da Revolta da Vacina, movimento de caráter popular caracterizado pelo apedrejamento de prédios públicos, destruição de bondes, derrubada a iluminação das ruas, entre outros, que estourou no Rio de Janeiro em novembro de 1904, desencadeado pela campanha de vacinação obrigatória contra a varíola proposta por Oswaldo Cruz no governo do então presidente Rodrigues Alves, em meio a um conjunto de medidas sanitárias, de embelezamento e higienização do país, aos moldes dos grandes centros mundiais, como Paris e Inglaterra. No entanto, suas causas são mais profundas e estão ligadas à insatisfação do povo em relação ao ritmo de modificações que o novo regime impunha, o qual comprometia o modo de vida e a organização cotidiana da população, além da vigilância e controle estatais empreendidos em seu ambiente de trabalho, de lazer e familiar. Revoltavam-se contra a falta de empregos, a inflação, o alto custo de vida, a reforma urbana, que os expulsou do centro da cidade, contra a derrubada dos cortiços e outros tipos de habitações mais simples, etc. (CARVALHO, 1987).

¹¹⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15/11/1924, p. 1 – grifo nosso.

Esse trecho da Província é representativo porque, assumindo um tom revisionista, passadas três décadas da proclamação da República, a narrativa de comemoração do evento admitia o problema da falta de engajamento populacional inicial, e levantava hipóteses para isto. Na verdade, indica-se no periódico que *o sentimento democrático* estava lá, porém a reação do povo não foi a esperada, pelo menos não no momento esperado. Os abalos e perturbações sociais típicas dos primeiros anos no novo regime poderiam, então, estar ligados ao *temperamento do nosso povo* ou *influências outras*. A contradição, portanto, é atribuída à uma espécie de deficiência natural da população em relação à sua formação política, inapta às mudanças que se desenrolaram. Exatamente por isso, mais necessárias se faziam as celebrações em torno desta data e de todas as que lhe fariam referência ou eco.

Assim, um dos maiores *slogans* da campanha diz respeito à ampliação da participação da população no novo regime, em detrimento do que eles apontavam que ocorria no antigo regime. Na prática, a República não aumentou significativamente tal participação, e é mesmo possível que a tenha diminuído (CARVALHO, 1987). Mas os esforços pela popularização de seus signos, bem ou mal sucedidos, estiveram presentes em todas as *esferas do discurso* aqui analisadas (BAKHTIN, 1979, 2003). “Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país” (SEVCENKO, 2003, p. 103).

Entre os propagandistas, houve uma notável influência dos símbolos e alegorias existentes na cultura francesa, sobretudo por conta do centenário da Revolução de 1789. Símbolos como o da figura feminina para retratar a República, semelhante em tudo à Marianne¹¹⁸, e a construção de heróis nacionais por meio das figuras de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, foram elaborados, mas, na maioria dos casos, não obtiveram sucesso (CARVALHO, 1990). No pouco em que lograram êxito, este esteve mais relacionado a tradições já existentes no período imperial que à releitura republicana, como no caso de Tiradentes¹¹⁹.

¹¹⁸ Baseada no modelo francês e sem nenhuma ligação com a cultura popular, a utilização da figura feminina na tentativa de construção de um imaginário sobre a República pode ser considerada o maior fracasso do esforço dos propagandistas republicanos. Bem depressa os caricaturistas passaram a usá-la para ridicularizar o novo regime: a virgem ou mulher heroica era transformada em mulher da vida, prostituta, a “mulher pública” da época. “Os obstáculos ao uso da alegoria feminina eram aparentemente intransponíveis. Ela falhava dos dois lados – do significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual inexistia a mulher cívica, tanto na realidade como em sua representação artística” (CARVALHO, 1990, p. 96).

¹¹⁹ “A luta entre a memória de Pedro I, promovida pelo governo, e Tiradentes, símbolo dos republicanos, tornou-se aos poucos emblemática da batalha entre Monarquia e República” (CARVALHO, 1990, p. 61). Na década de 1870, entretanto, é o trabalho de Joaquim Norberto de Souza Silva que começa a definir a construção desse mito. De revolucionário patriota, Tiradentes foi se transformando em místico católico muito parecido com Cristo. Isso conjugava vários interesses. Foi necessária a eliminação do seu caráter jacobino do período monarquista para consagrá-lo no herói cívico-religioso, mártir, integrador, portador da imagem do povo. Ao final do Império, mesmo os monarquistas

A Marselhesa foi, talvez, o exemplo mais categórico dessa influência. Composta em abril de 1792, por Rouget de Lisle, como “o canto de guerra para o exército do Reno”, foi adotada como hino oficial da República Francesa, em 1794. A partir de então, teve uma história conturbada aos sabores das reviravoltas políticas. Somente em 1879, Gambetta lhe reconstituiu o caráter de hino nacional, mas, para chegar a isso, teve reduzida grande parte do seu aspecto belicoso e revolucionário, para adaptar-se às condições políticas da Terceira República. No entanto, fora da França, a Marselhesa continuou a ser entoada como um grito de guerra e de revolta, e foi desta maneira que ela foi apropriada pelos republicanos abolicionistas brasileiros, cantada na manhã do dia 15 de novembro de 1889 e em diversos eventos em que se proclamava o fim do Império e da escravatura (CARVALHO, 1990).

Mas este esforço republicano para divulgar e legitimar seus símbolos esbarrou, no caso do Brasil, na ausência de uma *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido* – terreno prévio no *imaginário social* onde seus símbolos sejam assimiláveis (BACZKO, 1985). “Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultura no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elemento de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo” (CARVALHO, 1990, p. 89).

Enquanto sistema de interpretação e valorização, o *imaginário social* suscita adesão a um sistema de valores e intervém nos processos de interiorização pelos indivíduos, de modo a conduzi-los para a ação comum. Na modernidade, os mitos políticos, as ideologias e as utopias, compõem lugares privilegiados na construção dos discursos que veiculam os imaginários sociais. Mas sua influência sobre as mentalidades depende, em larga medida, de sua difusão e, portanto, dos meios que garantem esta difusão para a garantia da dominação simbólica, visto que correspondem a instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças (BACZKO, 1985).

Para se tornar inteligível e comunicável, o *imaginário social* produz “discursos” nos quais são reunidas representações coletivas em linguagens diversas: religiosa, filosófica, política, arquitetônica, etc. Este sistema de representações traduz e, ao mesmo tempo, legitima uma ordem social, e o trabalho político das representações fazem ver e crer, dar a conhecer e reconhecer definições legítimas das divisões do mundo social em perspectivas impostas, legitimadas ou transformadas (CAPELATO; DUTRA, 2000).

No caso do Pará, esse esforço propagandista intensificou-se, principalmente, a partir de 1886, com a fundação do *Club Republicano* no Pará nas reuniões na sede da agremiação e na imprensa paraense,

começaram a reivindicar para si a herança de Tiradentes. “O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado” (CARVALHO, 1990, p. 141). As narrativas em torno da construção e legitimação de heróis nacionais serão o foco do capítulo a seguir.

sobretudo no jornal *A República*, fundado naquele ano¹²⁰. No advento da República, a propaganda do *Club Republicano* teve a sua participação ao lado dos descontentamentos com relação ao Império, da Abolição, dos desentendimentos entre Monarquia e Igreja, e da ação de alguns grupos militares, cujo papel foi fundamental nesse processo. A República foi resultado da conjugação dos esforços dos republicanos históricos e outros que aderiram ao movimento militar (FARIAS, 2000)¹²¹.

Mas, mesmo com a hegemonia do discurso no qual todos os grandes eventos históricos são anunciados como prelúdios ou etapas do desenvolvimento rumo à República, também estão em circulação

¹²⁰ Em 11 de abril de 1886, o jornal *Diario de Noticias* publicava a lacônica nota: “Alguns cavalheiros de nossa sociedade, pretendendo fundar um Clube Republicano nesta capital, reunir-se-ão, no próximo domingo, a uma hora da tarde, na casa nº 16, situada no arraial de Nazaré, e convidam todas as pessoas que comunguem dos mesmos ideais republicanos, a comparecem a essa primeira reunião” (BORGES, 1983, p. 31). A reunião foi presidida pelo tenente Lauro Sodré, o advogado Justo Chermont e o médico Paes de Carvalho, firmando, a partir de então, a luta contra os dois Partidos Monárquicos – o Conservador e o Liberal – em favor da federação e da abolição. O programa dos republicanos, os chamados “republicanos históricos”, foi apresentado à sociedade paraense em dois manifestos. O Primeiro Manifesto, redigido por Lauro Sodré, foi lido pelo primeiro secretário Justo Chermont, sob frementes aplausos na quarta reunião do clube em 31 de maio: “(...) onde outrora o símbolo da Monarquia hereditária, surgirá o estandarte da República eletiva; opomos a uma Monarquia de escravos, a República dos homens livres; (...) será para nós a gloriosa Hégira de onde datará a nossa vida como nação livre e independente, a proclamação da República” (BORGES, 1983, p. 32). O Segundo Manifesto, provavelmente escrito por Lauro Sodré, foi publicado nas páginas do jornal da agremiação, *A República*, em 7 de setembro de 1887, no qual se intensificava a crítica à escravidão, demonstrados seus efeitos nocivos à sociedade brasileira e paraense, e evocando que a abolição é uma das etapas do movimento republicano, por não haver conciliação entre escravidão e república. Uma vez proclamada a República no Pará, em 16 de novembro de 1889, uma Junta Governativa presidiria o Governo Provisório, formada por representante civil, do Exército e da Marinha, respectivamente, o advogado Justo Chermont, tenente-coronel Bento José Fernandes Júnior e capitão-de-fragata José Maria do Nascimento. Em 1891, com a Constituição federal promulgada, a constituição estadual também foi aprovada em Assembleia Constituinte, ocasião na qual, foi eleito o seu primeiro governador republicano: Lauro Nina Sodré, cujo governo durou até 1897, responsável pela consolidação da República no Pará, no contexto do turbulento governo de Floriano Peixoto. Em 1897, seria eleito mais um “republicano histórico”, o médico Paes de Carvalho. Lauro Sodré voltaria a ser governador para um segundo mandato, em 1917. Sobre a trajetória dos “republicanos históricos” no Pará, consultar: BORGES, 1983; ROCQUE, 1996; MEIRA, 1981; FARIAS, 2000, 2005.

¹²¹ A propaganda republicana no Pará iniciou, embora de forma efêmera, com o jornal *O Futuro* em 1872: semanário cuja propriedade do Dr. Joaquim José de Assis durou até o décimo número, retornando o Dr. Assis às fileiras do Partido Liberal. Outras iniciativas igualmente efêmeras foram *O Democrata* (1876) e *a Revolução* (1880). *A Província do Pará*, fundada em 25 de março de 1876, sendo outra iniciativa de Dr. Assis na imprensa, estava mais alinhada aos liberais, embora compartilhasse de valores republicanos – sobretudo, a abolição –, por isso, abria espaço para a colaboração de republicanos, como foi o caso de Lauro Sodré, que escrevia com o pseudônimo “Danton” em razão da sua condição de militar. *A República*, órgão oficial do *Club Republicano* no Pará, iniciava sua circulação em 1º de setembro de 1886, com a epígrafe de Victor Hugo: “Il faut agir! Il faut marcher! Il faut vouloir!”. O corpo de redatores era formado por Lauro Sodré, Justo Chermont, Henrique de Santa Rosa e Manuel Barata. A linha editorial do jornal pautava-se por uma abordagem noticiosa (informativa) e doutrinária (política), cuja “linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortês, nunca sendo permitido à redação tratar de assuntos pessoais” (BORGES, 1983, p. 33) – conforme boatos, essa abordagem tinha pouco apelo popular. Jornal de quatro páginas por quatro colunas, as duas páginas iniciais eram dedicadas ao editorial, as resenhas, os ensaios e os artigos de opinião, e nas duas finais à propaganda de diversos gêneros, da máquina de costura Singer ao xarope para tosse – a estrutura típica do jornal oitocentista. Nas duas páginas de abertura circulavam, sobretudo, artigos de opinião polemizando com os católicos e os conservadores – e algumas vezes, com os liberais – com artigos de opinião e editoriais que tratam de assuntos cotidianos da província, como decisões na Assembleia Provincial ou questões de orçamento, assim como questões políticas associadas à federação, à abolição e à instrução; ao mesmo tempo, que republicava artigos de outros jornais nacionais e internacionais abordando assuntos literários, científicos e políticos (MORAES, 2011).

– e com uma frequência considerável, especialmente nos jornais – narrativas históricas sobre a *Independência do Brasil* que promoveram a interpretação do evento como o mais importante da história política do país. Nesse caso, o *7 de Setembro* é considerado o “acontecimento aureo da nossa existencia nacional”¹²², “a data maior da nossa patria”¹²³ ou “o primeiro e o maior dia do Brasil”¹²⁴, o “mais solenne e augusta da historia brasileira”¹²⁵, “primacial entre as demais datas historicas que depois sobrevieram como seus corollarios naturaes”¹²⁶.

Effetivamente se em 1684 o povo do Maranhão tinha sentimentos de pátria para se levantar á voz de Beckimão e expulsar os usurpadores, sem o menor prejuízo para a sua vida e propriedade; se em 1710 os pernambucanos seguiram o sargento-mór Bernardo Vieira de Mello, depuseram o governador da capitania e os *mascates* do Recife, defendendo a sua dignidade de brasileiros, assim como haviam antes defendido a pátria do domínio hollandez; se em 1720 e 1789 os mineiros puderam se insurgir nobremente contra os máos governos do conde de Assumár e do marquez de Barbacena, de modo a quasi conseguirem a liberdade econômica e administrativa para três capitancias visinhas; se finalmente Pernambuco em 1817 lançava-se na revolução republicana que se alastrou pelo norte da colônia, para pôr termo a tantas vexações soffridas impunemente, não era para admirar que em 1822 se podesse afinal proclamar a independência do Brasil, fazendo-o penetrar no plano das nações livres e soberanas, austeras e progressoras.¹²⁷

No caso das narrativas históricas que caracterizaram o *7 de Setembro* como o marco cívico mais importante da cronologia política da Nação, é possível perceber a permanência de um modelo explicativo muito similar àquele que orientou as narrativas nas quais o *15 de Novembro* teria ocupado este destaque. Assim, constata-se a existência de um protocolo historiográfico disseminado pelas diversas *esferas do discurso*, inclusive nos periódicos diários, por meio do qual a narrativa se baseia na exposição de uma trajetória de acontecimentos prévios apontados como índices de um percurso *linear, consequente, espontâneo, evolutivo e inevitável* de desenvolvimento histórico que, ao mesmo tempo, *preannunciam e estruturam* o grande marco cívico da Nação, seja ele qual for.

Naquele caso, então, a *Independência* representaria “para a nossa historia politica e social (...) a sua mais fulgurante pagina”¹²⁸, uma vez que “a vida de uma nação, de um povo, tem inicio no dia em que é

¹²² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1922, p. 1.

¹²³ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1916, p. 3.

¹²⁴ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1920, p. 1.

¹²⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 8 de setembro de 1902, p. 2.

¹²⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1901, p. 1.

¹²⁷ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1.

¹²⁸ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1909, p. 1.

proclamada a sua independência”¹²⁹, “a maior de nossas datas nacionais”¹³⁰, “o dia máximo, ou por excellencia, da nossa nacionalidade”¹³¹. A data em que se se dilata a alma nacional e triunfa o patriotismo, ao comemorar “o maior esforço (...) popular pela liberdade”¹³², assim como “o primeiro passo para as largas conquistas subsequentes”¹³³.

Por isso, as comemorações de “um dos mais gloriosos feitos da historia do Brasil”¹³⁴ unificaria a todos, “tocados do mesmo elevado sentimento de patriotismo, para cultuar a Patria maravilhosa e fertil que lhes deu o berço, que os ampara e os dignifica”¹³⁵. Isso se estenderia inclusive aos estrangeiros, “que nos prestam o auxilio do seu braço”¹³⁶; para eles, a data deve marcar “a libertação politica de um povo amigo, a cuja amizade e lealdade nunca recorreram inutilmente”¹³⁷.

Agora, diferente dessas narrativas sobre a Independência do Brasil, no caso específico da *Proclamação da República*, há uma especificidade: um sentido de *conclusão, completude, estabilização* de uma trajetória ascendente. Os jornais paraenses da virada do século também caracterizam este evento, ainda com mais frequência, como “uma evolução do espirito”, “uma parte ingênita da Consciencia Nacional” que tornou “o Brazil mais conhecido do mundo”¹³⁸. O ponto auge do desenvolvimento da nação, “fructo de uma propaganda insistente, resultado também da propria laxidão dos caracteres sob o imperio”¹³⁹, fazendo ruir “o carcomido throno, já desmoronado, havia alguns lustres, perante a opinião nacional”¹⁴⁰.

O advento da *República* teria trazido “o enorme, incontestavel desenvolvimento que impulsionou todas as esferas da vida nacional, abrindo-nos, desvendando-nos amplamente os destinos superiores que estavam reservados a esta vasta porção do sul do continente americano”¹⁴¹ – o atestado da sua paridade com as nações de referência, e que assim deveria ser expresso em sua cronologia política. Nela, “o trabalho completaria a victoria da democracia visionada”, que “no breve percurso da sua existencia, o Brasil tem firmado o seu nome no conceito mundial como paiz de alta civilização”¹⁴²; “pacto constitucional de paiz

¹²⁹ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1916, p. 3.

¹³⁰ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1917, p. 1-2.

¹³¹ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1922, p. 1-3.

¹³² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1899, p. 1.

¹³³ Id.

¹³⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1921, p. 1.

¹³⁵ Id.

¹³⁶ Id.

¹³⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1921, p. 1.

¹³⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de novembro de 1892, p. 1.

¹³⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ - 15 de novembro de 1901, p. 1.

¹⁴⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 de novembro de 1902, p. 2.

¹⁴¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de novembro de 1906, p. 1.

¹⁴² A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de novembro de 1921, p. 1.

livre, conservando, então como sempre, como seu maior apanágio, a moderação e a grandeza d'alma com que tem operado as suas maiores reformas, entre risos, entre dôres e entre festas"¹⁴³.

A natureza violenta ou pacífica do episódio também foi um traço marcante nas narrativas cívicas da proclamação da *República*. Uma parte delas defendeu que “a Republica, para sustentar-se, a Republica para triunfar de seus pretensos demolidores, teve de banhar-se em jorros de sangue, sahindo finalmente consolidada desse tremendo Jordão cujas aguas constituíram-se tormenta indomita”¹⁴⁴. Por outro lado, a maior parte das narrativas defendeu que “o regimen de liberdade e de progresso instituido em 89, sem que o sangue dos patriotas necessitasse de ser vertido, está ahi solidamente implantado, fazendo que a razão caminhe a passos largos, desafoxada e tranquilla”¹⁴⁵. Também nesse caso, houve ainda a comparação com o processo violento de outras nações: “O que nos Estados Unidos da Norte-America custou sete annos de luctas fraticidas, rios de dinheiro, rios de sangue, desolação e miseria, fel-o o Brasil como costuma fazer os seus grandes, majestosos actos sociaes: - com musica e flores, ao delirio da multidão satisfeita”¹⁴⁶.

O país comprovaria a maturidade política necessária para partilhar do *status* de Nação civilizada entre as suas referências europeias e norte-americana. *A República* – esta “infancia da democracia brasileira, já experimentada heroicamente nas grandes luctas por ela própria”¹⁴⁷ – seria “a Confraternização Nacional, o grito do trabalho e o estímulo do futuro (...) ha de ser um dia o pharol da humanidade inteira nacionalizada com uma só bandeira”¹⁴⁸.

Por isso que, ainda em 1896, as comemorações do *15 de Novembro* lembrariam “todos os sacrificios empregados por um povo jovem ao qual o jugo portuguez não pôde fazer embotar os sentimentos de nobreza e liberdade”¹⁴⁹, assim como “um élo brilhante da cadeia de nossa *evolução democrática*, fechada, ainda há pouco e no mesmo século, pela Republica”¹⁵⁰. Teria sido essa uma “*evolução social e politica da nação* sob os influxos vertiginosos de ideaes e realizações praticas”¹⁵¹, em cuja trajetória estiveram ainda “o termino da escravatura, em 13 de maio de 88, sessenta e seis annos depois do gesto de Pedro I, e a consequente proclamação da Republica, a 15 de novembro de 89”¹⁵².

¹⁴³ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 19 de novembro de 1902, p. 2. Um dos raros artigos assinados nos jornais, nesse caso, por Oscar Abrantes. Texto repetido na íntegra pelo periódico, *A Província do Pará*, nas celebrações cívicas do ano seguinte, 1922.

¹⁴⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de novembro de 1895, p. 1.

¹⁴⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14 de novembro de 1906, p. 1.

¹⁴⁶ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1908, p. 1.

¹⁴⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de novembro de 1895, p. 1.

¹⁴⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 15 de novembro de 1892, p. 1.

¹⁴⁹ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1.

¹⁵⁰ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1 – grifo nosso.

¹⁵¹ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1927, p. 1 – grifo nosso.

¹⁵² FOLHA DO NORTE, 7/09/1927, p. 1.

Dentro da cronologia política republicana, evento estreita e recorrentemente relacionado à proclamação da República, o *13 de Maio* é outra data cívica cujas narrativas são férteis em representações de uma *história evolutiva*:

Complemento da nossa independencia e uma das circunstancias preparatórias da transformação politica de 15 de Novembro, o 13 de Maio, data em que foi extinccta no Brasil a escravidão, assignala o fim de um período histórico, e abre gloriosamente para nós o periodo de verdadeira civilização.

Ninguém desconhece os beneficios fecundissimos da transformação social do trabalho operada por aquella lei que o povo brasileiro distinguio com o qualitativo de *aurea*.

E, effectivamente, só vantajosos foram e poderiam ser os seus resultados, que, no curto periodo que tem decorrido desde o anno de 1888 até hoje já se têm feito sentir claramente a escravidão era entre nós, como alhures tem sido, um empecilho invencivel para a educação moral e civica do povo, para o desenvolvimento economico do paiz.

Salve, pois, a data quiçá a mais gloriosa da historia patria, que memora a consecução da que foi uma[ilegível] nacional, e, que cobrio de honra e de lustre o povo brasileiro.¹⁵³

O trecho acima exprime uma ideia fundamental na caracterização da *Abolição da Escravatura* enquanto marco cívico. Dentro da cronologia política da nação: ela representaria uma *ponte* entre o seu episódio original-fundador, a *Independência*, e o ápice do seu desenvolvimento, a *República*. Quer dizer, sua importância estaria exatamente nesta natureza tríplice que faz do evento um *élo*, um *complemento* e uma *preparação*. Por essa razão, é narrado como “um dos passos mais avançados e gigantescos da patria brasileira no caminho da nossa *evolução social e politica*”¹⁵⁴; “a mais fulgente das datas suas precursoras, em comemoração civica da mais alta valia”, merecedora de “uma sincera homenagem à democracia triunfante na brasileira Patria”¹⁵⁵.

A *escravidão* é caracterizada como um *impecilho invencível* no desafio de educar cívica e moralmente a população, assim como para o seu desenvolvimento econômico. A “mácula escura da nossa civilização” que “foi apagada com a esponja forte e vigorosa das batalhas energicas que lhes deram os apóstolos fervorosos da idéa da emancipação”¹⁵⁶. Considerada uma “instituição nefasta” que “já vinha cambaleante, combatida pelos golpes vibrados por actos governamentais libertários”, a eliminação do

¹⁵³ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1896, p. 1.

¹⁵⁴ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1896, p. 1 – grifo nosso.

¹⁵⁵ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1897, p. 1.

¹⁵⁶ FOLHA DO NORTE, 13/05/1924, p.1.

cativeiro teria constituído “uma questão nacional: a campanha tinha por favor e bem seus o penhor da estima publica do paiz”¹⁵⁷.

No entanto, talvez o aspecto mais expressivo dessas narrativas que destacam a *Abolição* como um dos marcos cívicos mais relevantes da história brasileira seja o protagonismo do povo na construção do fato histórico:

Das ephemerides nacionais é a data de hoje uma das que atestam mais intimamente a nova existencia historica, uma das que caracterizam mais de perto a indole da raça e a importancia do nosso passado, revelando, atravez dos acontecimentos vários e das vicissitudes diversas da nossa evolução, um pensamento dominante, uma orientação propria, uma vontade autonoma, das que nos definem no concerto dos povos sul-americanos.

[...] o facto que atesta a presença real do povo na historia brasileira, e que lembra à alma nacional, impondo-se à ordem social da nossa terra, moldando a vida politica, ao menos por exceção, segundo as naturaes tendencia do nosso character.

A abolição é a conquista do povo, é o seu feito glorioso, o mais nitido vestigio que elle deixa no seculo.

Se Pedro II ou Jose Bonifacio personificam a independencia, e Deodoro da Fonseca ou Benjamim Constant, a Republica, o dia 13 de maio só pôde trazer à memoria uma personalidade, a do nosso povo.

A emancipação do escravo não desceu das mãos régias de uma princesa; não foi uma bandeira de partido. Foi a sentença emanada da soberania efectiva da nação.

*Todos os apostolos, desde os heróes pernambucanos de 1817, até José do Patrocinio, isto é, uma legião de abnegados, em cujas fileiras a vanguarda cearense vem entoando o hymno da liberdade, são apenas ecos de um sentimento, o da profunda e tradicional democracia brasileira, o da fraternidade, que, na terra de Santa Cruz, é mais do que um ideal, é um dos attributos do povo.*¹⁵⁸

Todas as demais efemérides do calendário cívico republicano analisadas contam com frequentes descrições dos personagens principais e seus feitos, tais como os apontados no próprio texto. A *Abolição* é a única aclamada, então, como o resultado exclusivo da *ação do povo* em diversas narrativas, ainda que esta não tenha configurado uma interpretação hegemônica. Por sua *índole*, sua *raça*, pela *natural tendência do seu caráter*, o povo teria sido o grande responsável por essa conquista gloriosa. Por conta disso, no fim do excerto, é possível observar um ataque direto à outra principal versão narrativa, mais tradicional, sobre o evento: a da *dádiva monárquica*.

Esse era, claramente, um tema importante no espectro político de disputas pela memória e cronologia política da Nação, do modo como estava sendo configurada nas primeiras décadas republicanas. Ele representava posições políticas bastante marcadas, e expostas na *esfera do discurso* que foi uma das

¹⁵⁷ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1924, p. 1.

¹⁵⁸ A Província do Pará, 13/05/1900, p. 1 – grifo nosso.

maiores vitrines desses conflitos: os periódicos diários¹⁵⁹. Mesmo que não tenha sido a abordagem mais frequente nas narrativas sobre o *13 de Maio*, desvincular o acontecimento dos seus heróis monárquicos, quer dizer, vinculá-lo diretamente ao povo, reforça duas vezes a *República* – pois conecta o povo com o seu acontecimento mais recente, e à ela, por consequência; e invisibiliza a memória indigesta de personagens históricos do regime anterior.

Outro fato que destaca esse trecho, dentre todos os que comunicam a mesma ideia nos jornais da época, é o vínculo entre a *Abolição* e os fatos históricos anteriores, comunicando novamente e de forma explícita a *linearidade* e o *silogismo evolutivo* da cronologia política da nação. Cada evento histórico, ligado à trajetória corajosa de seus heróis, tem como motor fundamental de mobilização patriótica dois elementos que se assentariam diretamente a características naturais do povo, base, portanto, do próprio avanço da história: a *fraternidade* e o *sentimento da profunda e tradicional democracia brasileira*.

Nesse mesmo sentido, pouco mais de uma década após o feito, circulava na *Folha do Norte* uma ferrenha crítica em relação à quem deveriam ser tributadas as homenagens festivas – ou ainda, à quem não se deveriam:

Registra-o a Historia com todos os fulgores dos grandes commettimentos, e abençoa-o uma raça sobre cuja cabeça cahiram, em santas abluções lustraes, as aguas da redenção.

Certo, - para que negal-o? – obra que não foi essa da mão franzina que nol-a apresentou, não para integrar no civismo nacional as victimas das consciencias em que o mercantilismo crestara a flor da dignidade humana, sim para arrimo de um throno vacilante e fraco, em torno do qual estava, tremenda, a indignação contra meio seculo que se escuara, parte de regresso, parte de uma apathia funesta e enervante.

Era preciso que um acto, alevantado pelo timbre de uma nota vibrante e grandiosa, contivesse a marcha da democracia, a cujos impulsos já os dymnastas de então não tinham mais forças a oppor, nem resistencia a offerecer.

Que podiam um rei quasi senil, um principe todo preocupações de ordem inferior, e uma primogenita, cuja alma só vibrava às pompas pagãs do culto catholico?

¹⁵⁹ Os primeiros exemplares d'*O Paraense*, redigido e impresso em Belém, sob a direção de Felipe Patroni, em 1822, representaram o surgimento da imprensa no Pará. Os jornais da primeira metade do século XIX, especialmente nas décadas de 1820 e 1830, período de maior instabilidade do Primeiro Reinado e das Regências, eram verdadeiros libelos políticos, folhas volantes impressas no tamanho de um pequeno caderno, não ultrapassando cinco páginas. Na província do Pará, davam a sua contribuição na agitação política do movimento cabano. No entanto, a partir de 1870, com a reorganização da província pós-cabanagem acompanhando progresso material da *folie du látex*, houve avanços nas técnicas de impressão e a ampliação do mercado da imprensa. É nesse contexto de *espaço público em construção* que emergem os jornais conservador *A Constituição*, católico *A Boa Nova*, liberais *O Liberal do Pará* e a *Província do Pará* e republicano *A República*, intensificado com o processo de modernização possibilitado pela abertura da navegação internacional do rio Amazonas e a crescente exportação da borracha para o mercado europeu, e pautado no debate político a respeito da direção moral e intelectual desse processo, nas postulações opostas de uma *civilização laica e federativa* e uma *civilização cristã e imperial* na Amazônia (FIGUEIREDO, 2005).

E assim a politica imperial fez a obra da redenpção, que estava para ser realidade em consequencia do avanço que todos os dias lhe imprimiam a imprensa, a tribuna, os centro associativos e a generosidade dos ricos.

Estava, pois, liberta a raça humilde; fecharam-se as senzalas; espedaçaram-se as gargalheiras, sumiu-se o azorrague, mas o Brasil não estava livre, mas isto não bastava.

E como corollarios fatais do grande facto, desenrolaram-se os acontecimentos que produziram a revolução de 15 de Novembro, da qual surgiu o regimen que nos seria honra e proveito, se a ambição incontida de uns, a incompetencia de outros e a improbidade de alguns, não nos afligissem com a suas torvas impertinencias.¹⁶⁰

Este é um trecho de jornal que celebra a *Abolição* no ano em que a *República* completava uma década. Nele, observam-se alguns desdobramentos acerca da representação do *povo* como *protagonista* do acontecimento histórico. O fim da escravidão no Brasil seria, nessa perspectiva, resultado *inevitável* da *marcha democrática*; exatamente por isso, se teria a participação da Família Real, no que compõe a narrativa que atribui à princesa a concessão da liberdade aos escravizados. Dado o avanço inexorável do *progresso* da Nação, o engajamento da realeza lusitana teria se configurado uma tentativa de sustentação do *trono fraco e vacilante*, por meio de um *ato vibrante e grandioso* que agisse de encontro ao *regresso e apatia funesta e enervante* daquela conjuntura.

Poucos anos passados, *A Província do Pará* contava com uma matéria sobre a ligação direta entre os dois eventos, dado que “o nivelamento das classes trouxe as bases mais sólidas para a germinação das idéas egualitarias que tinham de rebentar impetuosas e felicitadoras a 15 de novembro de 1889”¹⁶¹. Aqui também se observa a caracterização da *Abolição* como *éolo*, *complemento* e *preparação* para a *segunda emancipação política* do país e a consolidação do progresso e inserção no conjunto das nações civilizadas:

(...) mostramos, n’esse dia, que o Brazil civilizara-se positivamente: provamos ser capaz a Patria Brasileira de preparar-se para o grande feito com que teria de abolir a realeza, na mais gentil de todas as fidalguias, consolidando com progresso e dentro da ordem o patriotico regimen de igualdade que compete às nações americanas ao fim do século XIX.

Assim, o treze de maio não foi apenas a causa do banimento de um abuso anti-patriotico e ilegal; foi o precursor da segunda emancipação politica do Paiz, o [ilegível] feliz do grande Movimento que restituiu-os ao goso da nossa consciencia encadeiada até ao 15 de novembro.¹⁶²

¹⁶⁰ FOLHA DO NORTE, 13 de maio de 1899, p. 1.

¹⁶¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13 de maio de 1891, p. 2.

¹⁶² Id.

Esta é, portanto, a forma pela qual os acontecimentos eleitos como marcos cívicos foram dispostos linearmente na cronologia política da Nação. Seu vínculo é construído a partir de *relações de causalidade* entre fatos e personalidade selecionados especificamente para compor uma narrativa ascendente, de *progresso e desenvolvimento*, na qual a República assumiria o *ápice* dessa *marcha evolutiva* rumo à *civilidade democrática*, “como nação independente no seio do concerto universal dos povos livres”¹⁶³. No entanto, ainda que hegemônica, essa construção não foi destituída de embates e disputas em torno do protagonismo político-ideológico e do sentido pedagógico que assumiria na *memória* e na *identidade* da população.

Também no caso das comemorações pela bravura dos inconfidentes mineiros, aquelas mesmas ideias liberais apontadas como um dos motores da emancipação política do Brasil já teriam participação nas agitações dos ânimos “que deviam atirar por terra o throno de Luiz XVI, por toda a parte ateavam incendios nos espíritos”¹⁶⁴. Quer dizer, as mesmas ideias são compreendidas como o “fermento revolucionario que foi das nossas ultiores conquistas liberaes de 7 de setembro de 1822 e 15 de novembro de 1889 – que a Republica no dia de hoje commemora”¹⁶⁵.

Pela mesma razão que, por vezes, é possível encontrar narrativas nos jornais nas quais o *21 de Abril* é considerado “a data mater da nossa nacionalidade”, uma vez que, nesse dia, “abroilharam os sentimentos de liberdade que mais tarde se solidificaram ao rebrilhar do sol de 7 de Setembro”¹⁶⁶. No centenário da Independência, a *Inconfidência* é celebrada como “o verdadeiro marco inicial de nossa vida autonoma, conquista que culminou ao alvorecer do glorioso 15 de novembro”¹⁶⁷.

No seu herói “foi encarnada a consubstanciação da propaganda republicana pelo facto, no Brazil, em tudo quanto elle tem de mais patriotico e ousado”¹⁶⁸; o “proto-martyr da ideia da liberdade e da republica”¹⁶⁹; “o iniciador do longo martyrologio que antecedeo ao 15 de novembro”, que “rememora a alma republicana toda a longa serie de victimas, cujo sangue cimentou as bases da instituição que nem a ineptia e os desvarios dos governos, nem as insidias dos mãos hão de derruir”, cuja “execução infamante e vergonhosa, vae para a geração que a fez um ensino de alta significação civica e um estimulo de eminente valia moral”¹⁷⁰.

¹⁶³ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21 de abril de 1922, p. 1.

¹⁶⁴ FOLHA DO NORTE, 21/04/1903, p. 1.

¹⁶⁵ Id.

¹⁶⁶ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22/04/1924, p. 1.

¹⁶⁷ FOLHA DO NORTE, 21/04/1922, p. 1.

¹⁶⁸ A PROVÍNCIA DO PARÁ, 21/04/1902, p. 1.

¹⁶⁹ FOLHA DO NORTE, 21/04/1896, p. 1.

¹⁷⁰ FOLHA DO NORTE, 21/04/1898, p. 2.

Nos jornais, revistas científicas e manuais escolares investigados, foi possível observar variados graus de controle e censura institucional em relação aos signos e versões das narrativas cívicas postas em circulação. Enquanto *esferas do discurso* (BAKHTIN, 1979, 2003), cada um desses espaços sociais de produção (também) histórica contou com protocolos, códigos, públicos e níveis de envolvimento burocrático com o Estado específicos. Todos eles estiveram imbricados nessa rede – política, social e financeiramente –, mas com variações de dependência/suporte. Compreende-se, portanto, que quanto mais forte esse vínculo, maior a atuação dos filtros de (auto)censura, no que diz respeito ao conteúdo dessas narrativas, e, na mesma proporção, menor o intervalo de variações e visibilidade de tons discursivos distoantes dentro do espectro político-ideológico.

É por isso que, nesta escala, o *discurso autorizado* dos Institutos Científicos tende a apresentar a produção historiográfica, no geral, mais coesa e controlada. Compõem uma *esfera* cuja origem e manutenção releva um grau elevado de comprometimento com a reprodução e legitimação do construto ideológico do Estado, dada a sua relação de maior envolvimento e/ou dependência nessa estrutura. O outro extremo disso é que, na produção diária, rápida, fugaz e relativamente mais polissêmica dos jornais, relevam-se, com maior nitidez, notas dissonantes no que diz respeito aos múltiplos discursos sobre os marcos cívicos analisados – mesmo sendo considerada sua linha editorial e relação com esta estrutura político-ideológica. Isso quer dizer que, nos jornais, foi mais fácil identificar o conflito de interesses e sentidos político-pedagógicos na construção da cronologia política republicana, na virada do século.

O sentido de avanço autônomo e progressivo da História vinculou, nas narrativas das efemérides republicanas, uma correspondência linear entre os principais eventos políticos de 1888 e 1889. Movimento encaminhado por “pro-homens dessa jornada gloriosa, cujos idéas alevantados collocaram o nosso paiz ao lado dos mais adeantados do mundo, em tão altas personalidades revemos o historico da brilhante conquista civilizadora”¹⁷¹. Nessa equação, fatos determinados foram eleitos e relacionados entre si como marcos de uma história política evolutiva, que “atesta a marcha da civilização e do progresso de um povo”¹⁷².

Mas, assim como na natureza physica a experiência scientifica, através de vicissitudes, de obstaculos e até de martyrios, vae pelo conhecimento das leis da matéria, tornando a vida mais fácil, mais commoda, mais segura, da mesma forma no mundo moral o expectaculo da historia deve ser uma licção intensa e continua para todos os espiritos que a incapacidade não prive de uma acção qualquer no seio da sociedade em que vivem.¹⁷³

¹⁷¹ FOLHA DO NORTE, 15 de novembro de 1917, p. 2.

¹⁷² FOLHA DO NORTE, 15 de novembro de 1914, p. 1.

¹⁷³ FOLHA DO NORTE, 15 de novembro de 1899, p. 1.

A História, nessa perspectiva, possui um *sentido* – ou melhor, dois: o de *direção*, rumo ao futuro, ao *progresso* e ao aprimoramento inerente à experiência humana no tempo, dada a ainda forte influência das filosofias iluministas do século XVIII; e o de *propósito*, qual seja, sua inserção no conjunto das nações mais desenvolvidas do globo.

CAPÍTULO 2

Heróis Patriotas:

Cultura histórica e pedagogia da nacionalidade na Belém Moderna

No Século XIX, um movimento internacional de modernização e laicização das sociedades ocidentais fez com que a ciência, as línguas nacionais e os conhecimentos históricos e geográficos adquirissem maior projeção político-intelectual. Gradativamente, a educação passou a ser cada vez mais vista como responsabilidade do Estado, na preocupação de formar cidadãos em consonância com as novas configurações socioeconômicas e culturais a partir da consolidação do capitalismo e o fortalecimento das identidades nacionais (NADAI, 2009; FONSECA, 2016).

No Brasil, a disseminação de uma cultura política republicana empreendeu o que Angela de Castro Gomes chamou de *pedagogia da nacionalidade*, por meio da qual narrativas cívicas sobre o passado, difundidas nas mais diversas *esferas do discurso*, ordenaram uma memória, identidade e expectativa para a Nação, nos termos das grandes civilizações de referência daquele momento (GOMES, 2009; BAKHTIN, 1979, 2003). Assim, o recenseamento e a homenagem a *figuras dignas de serem lembradas* esteve também na ordem dessa missão nacional, abraçada pelas elites letradas e seus espaços de culto científico. Foi o caso do “panteão de papel” brasileiro, representado pela produção historiográfica do IHGB e seus correspondentes regionais, mastambém nos periódicos diários e nos materiais da instrução pública (GUIMARÃES, 1989).

Neste capítulo, são analisados alguns aspectos da caracterização dos *personagens históricos* transformados em *vultos cívicos* nas efemérides celebradas nos jornais, manuais escolares e revistas dos institutos científicos dos primeiros anos da República, na capital paraense. Na primeira parte, o foco está em diferentes interpretações acerca da participação de *Dom Pedro I* no processo de Independência do Brasil, frequentemente representado na figura do monarca destacado da agenda portuguesa para a Colônia, numa atitude de abnegação e clarividência: o responsável pela fundação da nacionalidade brasileira.

O *7 de Setembro* foi uma das datas cívicas de maior relevância e expressividade na cronologia política do Brasil, o marco original da Nação independente. D. Pedro I, considerado o fundador da nossa nacionalidade; goza de forte apelo popular em grande parte das narrativas cívicas que circularam durante e além do Império. Depois da Proclamação da República, novas referências

populares foram estimuladas, com maior ou menor grau de sucesso; no entanto, a figura do monarca e a centralidade do evento político da Independência permaneceram como signos do *imaginário social* com os quais o novo regime precisou lidar.

Uma das questões mais frequentes nas narrativas cívicas dos grandes marcos históricos, durante as primeiras décadas republicanas, foi a disputa pela posição de maior importância dentro da cronologia política do primeiro século da nação independente. Generalizadamente, o *15 de Novembro* foi representado como o auge da nossa evolução política e a incorporação junto às referências das principais nações civilizadas do globo. Ainda assim, no conjunto dos grandes marcos cívicos novos ou herdados do Império, a *República* precisou disputar o protagonismo com uma consideravelmente frequente representação da *Independência do Brasil* como o capítulo mais importante dentro da nossa história emancipada, exatamente por se tratar do seu *episódio fundador*.

E mesmo que, numericamente, o novo regime garantisse a sua primazia nas *representações políticas* do calendário cívico em construção, na virada do século XIX para o XX, dois fatores pesaram a favor dos velhos e ressentidos corações monarquistas daquele momento: a ausência de adesão imediata do povo aos signos autorreferenciais de um regime político nascido de um golpe militar; e a significativa popularidade das figuras monárquicas como elementos discursivos do *imaginário social* da Nação, atuando instrumentalmente na lógica da legitimação personificada dos marcos cívicos e da memória imperial.

Nesta seção, estão em questão as *representações* mais frequentes sobre *D. Pedro I* que circularam nos jornais, revistas científicas e manuais escolares, durante as primeiras décadas republicanas, na capital paraense. O objetivo é compreender como a sua permanência na cronologia política da Nação – entre disputas e negociações com os demais heróis nacionais que a República buscou popularizar – informa acerca da constituição da *cultura histórica* (RÜSEN, 1994, 2001) de uma época, e dos protocolos de funcionamento das *esferas do discurso* (BAKHTIN, 1994, 2001), na polissemia de suas relações de poder.

Nos jornais belenenses das primeiras décadas da República, a interpretação mais frequente acerca do valor da participação de *D. Pedro I* no processo emancipatório de 1822 apresenta um príncipe que teria assumido a causa brasileira, seja contra os seus próprios interesses e posição social, seja com a anuência da corte, tomando para si a missão de libertar essa nação cujo destino apontava para o desenvolvimento. Das notícias identificadas que explicitamente apresentavam

considerações analíticas sobre esta participação, a maioria foi laudatória, ao ligar o êxito do acontecimento, em menor ou maior grau, ao futuro Imperador do Brasil.

Neste caso, a figura de *D. Pedro I*, destacado da agenda portuguesa para a Colônia, numa atitude de abnegação e clarividência, foi a que mais apareceu. Nas comemorações do 87º aniversário da Independência, a iminência do evento encontra um príncipe “revoltado contra as exigências e imposições das côrtes portuguesas”, levado ao seu “memorável grito de – *Independencia ou Morte*, entre as ruidosas e delirantes aclamações do povo paulistano”, cujo impulso “ateou o grande fogo da revolução emancipadora”, e fez o Brasil, “de norte a sul, respirar o ar bendito da liberdade, constituindo e unificando uma pátria grandiosa e bella”¹⁷⁴.

O evento é heroicamente narrado na *Folha do Norte* de 1915 da seguinte maneira:

achando-se elle no meio de apparatusa comitiva, sob a fronde das arvores açoitadas pela brisa roçagante e olente, bem perto do arroio Ipiranga, absorta a sua magestade ao contemplar a deslustrante paisagem e os esplendores de tão rica natureza, chega-se-lhe um cavalleiro, que perlustrara invios caminhos e entrega-lhe um maço de papeis bem lacrados, causando isso espanto a todos os circunstantes pela attitude e afan de quem conduzira o estranho objecto. O Principe não se deteve em abril-o, e ao ler as peças daquelle envolvero, annuviou-se-lhe o semblante, mudaram-se-lhe as côres da physionomia, cerraram-se-lhe os olhos e manifestaram-se-lhe os labios os mais evidentes signaes de despeito. O que queria aquillo dizer: articularam entre si os da comitiva. As côrtes de Lisboa annullavam naquelles papeis A CONVOCAÇÃO DE PROCURADORES DAS PROVINCIAS BRAZILEIRAS FEITA PELO PRINCIPE E DETERMINAVA A RESPONSABILIDADE DOS MINISTROS E MEMBROS DA JUNTA DE S. PAULO; NOMEANDO MINISTROS NOVOS, O QUE TOLHIA AO PRINCIPE O DIREITO DE ESCOLHER OS SEUS CONSELHEIROS ETC. Um assomo de indignação e de raiva ruborisou a face de D. Pedro, que antes ficara abatido ao terminar a leitura daquelles documentos, e, num impeto de quem se sente offendido e ultrajado, lança por terra o laço portuguez que trazia ao chapéo, exclamando unisono: - Independencia ou Morte! Tocou ao delirio o magico transporte do Principe ao proferir tão electrizantes e memoraveis palavras, e alli mesmo, entre vivas e applausos, os da comitiva regia saudaram-no como Imperador do Brazil (...). Desde aquelle dia, para sempre memoravel nos factos da historia, passamos a ser um povo livre e independente, percorrendo os estadios mais gloriosos de uma nacionalidade pujante, que occupa entre os paizes cultos posição condigna e proeminente¹⁷⁵.

O brado às margens do Ipiranga, aliás, é frequentemente lembrado em dois sentidos: pela sua *amplitude*, “echoando de norte a sul”, “nos extremos do nosso grande paiz”¹⁷⁶; e pela sua *simbologia*, da quebra dos “élos que ligavam o Brasil, desde a sua descoberta, a Portugal e

¹⁷⁴ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1909, p. 1.

¹⁷⁵ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1915, p. 1.

¹⁷⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1911, p. 1.

constituiu-o nova nação independente”¹⁷⁷, “libertando-o dos seus colonisadores para ter vida própria”¹⁷⁸. Assim, um dos episódio mais amplamente representado nas narrativas históricas, artísticas e pedagógicas sobre a emancipação da Nação, o grito do Ipiranga libertaria não só o Brasil do *status* de anexo de Portugal, mas o próprio monarca, rebelado contra a origem familiar, do jugo da dominação colonial em prol da Pátria escolhida.

A propagação de uma representação imagética dele é citada como fator concorrente para este sucesso, como também no caso da escultura em bronze no Rio de Janeiro, tendo nas mãos a Constituição de 1824 e nos pés os rios Amazonas e São Francisco, “representados por alguns caboclos, e outros exemplares da nossa fauna”. Mas a pintura de Pedro Americo¹⁷⁹ é, efetivamente, a mais lembrada como expressão artística mais marcante da sua figura histórica. A tela é longamente descrita pelo jornal, que encerra a sua homenagem com o poema de Manoel do Nascimento Rodrigues Barreto, de 1843¹⁸⁰.

Responsável pela fundação da nacionalidade brasileira, esse foi o tom assumido na longa matéria da Folha do Norte em comemoração aos noventa anos da Independência, cujo título adianta a posição do veículo: *As Cinzas do Heroe! Do Pae da Patria!*. A abordagem é quase investigativa sobre *D. Pedro I*, em suas diferentes leituras, “feito de um pouco de verdade e um pouco de legenda também”. Sua composição, enquanto expressão histórica, oscilaria entre “nobre e cavalheiresca figura de paladino da Liberdade, aureolado de heorismo e sacrifício na imaginação poética de uns, ou, na opinião dos scepticos, simples instrumento da fatalidade inevitável”. Há ainda, para os mais negativos, a caracterização de “um ambicioso, que soube ir ao encontro dos acontecimentos, em hora mais adequada”¹⁸¹.

¹⁷⁷ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1910, p.1.

¹⁷⁸ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1911, p. 1.

¹⁷⁹ Pedro Américo (1843-1905) nasceu em Areia, Paraíba, no dia 29 de abril de 1843. Em 1852, foi convidado, como desenhista auxiliar, para acompanhar o naturalista francês Jean Brunet em uma expedição científica pelo Nordeste do Brasil. Desde então, dedicou-se ao mundo das artes, estudando no Colégio Pedro II (1854), Academia Imperial de Belas Artes (1856), Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris (1852). Foi aluno de Jean-Auguste-Dominique Ingres, um dos maiores pintores do neoclassicismo francês. Ainda em Paris, estudou no Instituto de Física de Adolphe Ganot, no curso de Arqueologia de Charles Ernest Beulé e bacharelou-se em Ciências Sociais na Sorbonne com a tese “Considerações Filosóficas Sobre as Belas Artes Entre os Antigos”. Suas obras foram consagradas tanto em território nacional quanto internacional. Suas principais obras são: “O Grito do Ipiranga”, uma encomenda da família real, para fazer parte do acervo do Museu do Ipiranga; “Batalha do Avaí”, “Paz e Concórdia”, “Batalha do Campo Grande”, entre outras. É Patrono da cadeira n.º 24 da Academia Paraibana de Letras. Pedro Américo de Figueiredo Melo faleceu em Florença, Itália, no dia 7 de novembro de 1905.

¹⁸⁰ Informações sobre o poema em questão.

¹⁸¹ FOLHA DO NORTE, “As Cinzas do Heroe! Do Pae da Patria!”, 7 de setembro de 1912, p. 1.

O texto do periódico é baseado em obras estrangeiras, mas os títulos ou autorias não são revelados – umas das limitações, própria da natureza do impresso, dos textos veiculados em jornais: a ausência de referência. Uma das ideias veiculadas é a de que a Independência teria sido uma contingência, obra de uma fatalidade: “A America, que a Europa suppunha haver descoberto para explorar em seu proveito próprio, e sobre a qual pensava poder eternamente exercer [...] tinha por força de ser livre”¹⁸². Isso se dá “quando a terra mãe inibe com a sua legislação estreita e egoísta, que o povo sahido do seu grêmio, pague inteiro o seu tributo ao progresso commum da humanidade”. Assim, teria sido “por força dessa lei fatal, que o Brasil rompeu e separou-se. E o príncipe, que devia ser mais tarde o chefe illustre na heroica restauração da liberdade portugueza, fez-se interprete convicto do sentimento brasileiro”¹⁸³.

Dessa maneira, mesmo nas descrições mais positivas, o monarca é incorporado na cronologia política republicana como *intérprete convicto do sentimento brasileiro* – o que é, definitivamente, uma posição de destaque. No entanto, esta caracterização não compromete o sentido de *inevitabilidade* do processo histórico (discutido no capítulo anterior), que aqui também é declarado uma *contingência*. A concepção de uma narrativa *evolutiva, linear e inevitável*, baseada em um devir histórico vinculado ao progresso republicano, relativiza, portanto, a importância do herói lusitano, na medida em que apresenta uma interpretação do personagem como instrumento do processo histórico, cujo desenvolvimento seria autônomo e garantido *por força de lei fatal*.

Numa das narrativas mais panegíricas sobre *D. Pedro I*, Candido Costa descreve o príncipe como um “espírito liberal e cavalheiresco” que, “compreendendo a psychologia do momento historico que apaixonava a alma popular, num arroubo de dignidade de sobrançeria, a 9 de janeiro de 1822, desobedece as côrtes potuguezas e declara arrogantemente ficar no Brazil”¹⁸⁴. Esse também era o tom usado no *A Província do Pará*, quase dez anos depois: “um principe bravo e intelligente, impulsionado pela vontade segura de um patriota decidido, soltava nas campinas paulistas o brado destemeroso da quebra da tutella portugueza”¹⁸⁵. Além do impulso, “actos posteriores deram a conhecer á nação que D. Pedro estava sinceramente devotado à causa popular”¹⁸⁶, tais como a “proibição da execução das leis portuguezas, sem a sua sancção”, e a

¹⁸² FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1912, p. 1.

¹⁸³ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1912, p. 1.

¹⁸⁴ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1915, p. 1.

¹⁸⁵ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1924, p. 1.

¹⁸⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1912, p. 1.

“convocação de um conselho de procuradores geraes no Rio de Janeiro de todas as provincias do Brazil”¹⁸⁷.

Um capítulo à parte, que demonstra as qualidades já pronunciadas pela matéria, teria sido a convocação de uma assembléia constituinte “que estabelecesse as bases da magna lei, que regesse os nossos destinos como nação autonoma”¹⁸⁸. O cenário era dos piores: “Reinava então com intensidade a anarchia na liberrima provincia de São Paulo, a despeito de ser alli o fóco dos que mais desejavam ver realizada a nossa emancipação politica”¹⁸⁹. D. Pedro, “resoluto e nobre”, “contando apenas 24 annos de idade, sympatico, intelligente e magestoso em seu porte”, reconhece a necessidade da ação e parte para São Paulo. Então, “com a sua presença serenaram todas as desordens, tocando ao enthusiasmo as manifestações populares em honra do inelyto Principe, já proclamado DEFENSOR PERPETUO DO BRAZIL”¹⁹⁰.

A partir desse episódio, ao mesmo tempo confirmador e premonitório, *D. Pedro I* teria se aproveitado do “enthusiasmo das massas e adhesão que todos lhe testemunhavam, procurou, numa proclamação bem urdida e eloquente, chamar a concórdia todos os brasileiros desavindos por facções e rivalidades, que perturbavam a marcha victoriosa dos grandes interesses da Patria”. Para ele, segue Candido Costa, “o Brazil estava a cima de todas as discordias e que era preciso terminal-as, para assim de uma vez alcançarem o escopo a que todos visavam”. Suas palavras teriam sido plenamente apaziguadoras. “Na alma popular patenteava-se o mais vivo contentamento e as mais ruidosas manifestações de estima e gratidão a D. Pedro, que não cessava de admirar o enthusiasmo dos paulistas e o seu grande amôr à causa nacional”¹⁹¹.

Assim, a “D. Pedro I os brasileiros deverão ser assás reconhecidos, porque sem elle, sem o prestigio de sua realleza, implantando o regimen monarchico, que tanto nos felicitou, não estariamos hoje unidos”¹⁹². Cinco annos mais tarde, o jornal confirmava esse caráter superior de um “moço, inspirado apenas pelo ardor, pela coragem, pelo heroismo de affrotar as iras da metropole”¹⁹³. Seu destino era fazer “deste lado do Atlantico um Imperio que fosse a grande affirmação de uma nacionalidade futura, alliada ao nacionalismo de uma pleiade numerosa de

¹⁸⁷ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1915, p. 1.

¹⁸⁸ Id.

¹⁸⁹ Id.

¹⁹⁰ Id.

¹⁹¹ Id.

¹⁹² Id.

¹⁹³ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1920, p. 1.

patriotas”¹⁹⁴. Neste sentido, ele se junta a outro símbolo ascendente da jovem República: “Tiradentes e seus companheiros com a sua sonhada – ‘Libertas quae sera tamen’”¹⁹⁵, “que morreu em holocausto pela Patria que amou ardosamente”¹⁹⁶ pela “realização do sonho immortal que muitos annos antes levava a immolar-se pela liberdade, visionando no cadafalso que lhe erguera para a perpetuidade da memoria, a Patria independente que sonhára, retumbando ao clangor de patriotas e heroes”¹⁹⁷.

Portanto, na abordagem mais frequentemente observada nas matérias comemorativas do aniversário da Independência do Brasil, a participação de *D. Pedro I*, “não satisfeito com os processos politicos que da Côrte de Lisboa vinham incidir sobre os nossos destinos”¹⁹⁸, foi sobejamente enaltecida. A corte portuguesa apareceu muitas vezes como o inimigo contra o qual o príncipe teve de se rebelar. Mas em outras versões, sobretudo nas quais a emancipação é interpretada como destino, ela pôde passar menos vilanizada.

Dois anos após o centenário, a coroa veio mesmo a ser vista como mãe, como cuidadora, protetora e promotora, junto com seu herdeiro, da libertação de seu próprio jugo: “A nação luzitana zelara bem pelo futuro de sua colonia. Mas esta não supportava mais um estado de cousas incompativel com a sua grandeza e com o genio altivo de seus habitantes”¹⁹⁹. Nesse caso, o reconhecimento à *D. Pedro I* se estende também à “antiga mãe-patria”²⁰⁰ e “para ella devem ser nesta data todos os votos do nosso reconhecimento e da nossa gratidão”²⁰¹.

Uma versão ainda mais extremadamente positiva da participação portuguesa na independência de sua colônia, o próprio rei D. João VI alertaria ao filho do papel que este deveria desempenhar nos acontecimentos que se desenhavam. Citando o livro de Luiz Francisco da Veiga, *O Primeiro Reinado*, o jornal expressa que “a independencia se realizaria, fatalmente, (...) com Dom Pedro ou sem elle, com a monarchia ou sem ella”²⁰². Prevenindo o filho, D. João afirmaria ao seu herdeiro, “cheio de ambições e avido de gloria”²⁰³, que estando a emancipação à porta,

¹⁹⁴ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1920, p. 1.

¹⁹⁵ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1920, p. 1.

¹⁹⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1927, p. 1.

¹⁹⁷ Id.

¹⁹⁸ Id.

¹⁹⁹ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1924, p. 1.

²⁰⁰ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1902, p. 1.

²⁰¹ Id.

²⁰² A PROVINCIA DO PARÁ, 8 de setembro de 1907, s./p.

²⁰³ Id.

“prefiro que ponhas a corôa na tua cabeça a vel-a [*ilegível*] para a de algum aventureiro”²⁰⁴. E mais, “na phrase incisiva de Joaquim Nabuco”, o primeiro Imperador teria sido “quem creou a nossa nacionalidade”, seguido pelo que “constituiu a Nação, e sua filha, numa curta regencia, realizou a abolição, fundando a egualdade social”²⁰⁵.

Há, no entanto, uma relativização acerca desse papel, reconhecendo-se que, “então chefe da revolução separatista, elle nem sempre foi sincero, pois, ao passo que prestava o seu apoio aos patriotas, carteava-se com Dom João VI, protestando-lhe adhesão”²⁰⁶. Mas as próprias cortes portuguesas “offenderam tantas e tão repetidas vezes o amor próprio do principe regente, querendo obrigar-o a retirar-se do Brazil”, que o teriam impellido a assumir, finalmente, um dos lados.

Em outras interpretações frequentes nas narrativas protagonizadas por *D. Pedro I*, “a independencia do Brazil foi um golpe de audácia”²⁰⁷ das cortes portuguesas de modo a “estreitar ainda mais o jugo da metrópole sobre a sua opulenta colônia”²⁰⁸, ao proclamar o monarca o defensor pertétuo do Brasil. Variando entre caracterizações mais ou menos negativas acerca dessa participação, são os “cidadãos deste paiz, malcontentes com o procedimento das cortes de Portugal, dispendo arbitrariamente de sua sorte, e negando-lhe todas as franquias, não obstante já ter sido elevado á categoria de reino, entraram de agitar-se”²⁰⁹.

Daí que a movimentação teria decorrido em cascata, quando a província de São Paulo imita a de Minas Gerais. Pela pressão incidida sobre o príncipe a permanecer na colônia, sua anuência, e então a proclamação da independência, decorreria um jogo de fato e consequência. Neste mesmo sentido, o volume comemorativo do centenário da Independência trouxe o texto *Em Marcha para a Independencia* do então segundo secretário do IHGP, Manoel Braga Ribeiro, no qual o professor afirma que “a independencia do Brasil era um facto necessario, como consequencia da historia anterior, e não o acto voluntario de um homen. Esse facto é o importante, secundaria a intervenção quasi passiva do príncipe”²¹⁰.

Já numa versão menos frequente, explicitamente negativa em relação à participação da corte portuguesa no processo de emancipação do Brasil, essa correspondência entre pai e filho volta

²⁰⁴ A PROVINCIA DO PARÁ, 8 de setembro de 1907, s./p.

²⁰⁵ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1917, p. 1-2.

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1912, p. 1.

²⁰⁸ Id.

²⁰⁹ Id.

²¹⁰ RIBEIRO, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, V. IV, 1922, p. 453.

à baila, de modo a atestar o seu mau caráter. Com efeito, os Bragança seriam uma família de covardes, fujões e aproveitadores que, assim como se aproveitou das riquezas da Colônia, explorando-a e extorquindo seus habitantes, usou a ocasião inevitável do rompimento com a metrópole para manter-se no poder por meio de um príncipe torpe e falso.

Nas comemorações de 1896, louvava-se a ação dos patriotas que, no incício do oitocentos, assim que entenderam as intenções de Portugal, teriam promovido levantes e cooptar o príncipe. Esse seria o ponto mais irrelevante do episódio todo, “sendo que o *brado do Ypiranga* no dia 7 de setembro não passou de uma exibição cômica”²¹¹. *Dom Pedro I* é caracterizado como “aquelle que trahiu a sua família e a sua nação pela ambição da corôa brasileira, para depois trahir os que o elevaram a imperador e que fôra obrigado a expulsar em 1831, por seus actos de um despotismo constante”²¹².

A participação portuguesa é considerada o erro da revolução que “os *patriarcas* da independência, se fossem melhor avisados”, poderiam ter evitado, pois foi o acordo “que nos veio trazer a vergonha de comprarmos a Portugal a nossa emancipação já consummada, pela quantia de 2 milhões de libras esterlinas, nos veio dar o governo opressor e infecundo de sua dymnastia degenerada”²¹³. À exemplo dessa degeneração, é citada a carta de *D. Pedro I* à seu pai, de 4 de outubro de 1821, na qual jura fidelidade à coroa portuguesa.

Desmentindo o conteúdo explicitamente congratulatório da palestra do Sr. Elyseu Cezar²¹⁴ no teatro da Paz, aos alunos das escolas, a convite da Diretoria da Instrução Pública, na ocasião da data cívica, uma longa crítica é publicada na primeira página do *Folha do Norte* comemorativa de 1900. Em uma conferência “insignificante para os entendidos, incompreensível e massador para o auditorio escolar”, além do conteúdo histórico, alguns outros aspectos foram ressaltados como a demora do palestrante em começar a sua fala, recorrentemente inapropriada ao público, e mesmo a falta de sentido na escolha de alguém sem formação ou atuação pedagógica ou acadêmica para ocupar aquele lugar nas comemorações da data cívica. Já no conteúdo, a crítica afirma que o palestrante “falseou completamente o thema attribuindo a D. João VI de Portugal e a D. Pedro IV,

²¹¹ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1.

²¹² FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1.

²¹³ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1896, p. 1.

²¹⁴ Ver nota 60.

um espirito de observação, um entendimento, e uma bravura, de que eram insusceptíveis aquelles dois reis”²¹⁵.

O pior caso seria ainda o de D. João VI, “que depois de comprometter soffrivelmente o seu pais com allianças tolas e exdruxulas, levou sempre vida de fujão, de Portugal para o Brasil, e de cá pra lá”²¹⁶. O palestrante emprestou “a D. João VI profundeza de vistas, que o fez comprehender que o Brasil devia ser independente, constituir-se em nação, porque era do Brasil que irradiava a luz para Portugal”²¹⁷. Essa leitura destoa estruturalmente da do crítico, para o qual “D. João VI considerou e elevou o Brasil à cathegoria de Estado unicamente para se elevar a si proprio e à sua côrte, uma vez que, fujão, bobo e covarde, aqui havia assentado os seus arraiaes”²¹⁸.

O convidado ainda atribuiu “a D. Pedro IV tanto desinteresse e tanto amor à causa da independencia, quando é facto incontestavel que foi a ambição de ser imperador e rei que conduziu o irmão de D. Miguel aos ultimos extremos”²¹⁹. E esses seriam erros graves já que, “tratando-se de ministrar elementos da historia patria á mocidade das escolas, não podemos nem devemos deixar passar esses e outros erros de historia que pejaram o discurso do sr. Elyseu Cezar”²²⁰.

No *esboço biographico de D. Pedro I*, que compõe a seção *Uma pagina da historia pátria*, no primeiro volume do periódico do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Vilhena Alves²²¹ analisa a participação do príncipe no processo de emancipação do Brasil de 1822 da seguinte maneira:

[...] bem cedo esqueceu D. Pedro as promessas e juramentos feitos, manifestando em seus actos espirito arbitrario e procurando implantar no paiz o regimen absoluto.

[...] a 17 de Julho, sendo demittido o ministerio dos Andradas, passaram-se estes para a opposição. Tenaz, porfiada e brilhante foi ella, porem não anarchica.

Mas o espirito do novo imperador não podia tolerar taes audacias; e por isso, tendo nomeado um ministerio reaccionario, dissolveu a constituinte, mandou prender os Andradas e outros patriotas, e deportal-os para a Europa.

[...] estes e outros actos de violencia começaram a alienar de D. Pedro as sympathias do povo e d’aquelles mesmos que tinham sido seus partidarios. Arregimentou-se a opposição, manifestando-se energica contra as tendencias absolutistas do monarcha.

[...] o reinado de D. Pedro I suscita naturalmente algumas considerações.

²¹⁵ FOLHA DO NORTE, 8 de setembro de 1900, p. 1.

²¹⁶ Id.

²¹⁷ Id.

²¹⁸ Id.

²¹⁹ Id.

²²⁰ Id.

²²¹ Francisco Ferreira de Vilhena Alves nasceu na cidade de Vigia de Nazaré, em 1847, e morreu em Belém, em julho de 1912. Foi professor de turmas do sexo masculino da primeira escola pública do 2º. Distrito da capital, poeta, membro da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e colaborador das revistas *Educação e Ensino* (1890-1898) e *A Escola* (1900-1906).

O illustre príncipe prestou-se aos patriotas de 1822 para facilitar a independência, não por dedicação à causa do Brasil, à vista dos protestos de adesão que elle fervorosamente fazia a D. João VI, sim para pôr em pratica os conselhos paternos.

[...] e a nação conservou-se impassível perante taes actos de arbítrio e tyrannia, isto é, submetteu-se.

Em vez de uma constituição liberal, caucada nos moldes da verdadeira democracia, o que tivemos? Uma carta constitucional que sua majestade houve por bem outorgar, e em que vinha consignado o *poder moderador* como *chave de todos os outros poderes*, e todavia *irresponsavel*: por outras palavras, o despotismo sem o corretivo da responsabilidade legal.

Sua majestade mandou jurar a carta...

E a nação jurou, isto é, curvou-se ao julgo do *senhor* que escolhêra.

Depois de taes actos de pulsilanimidade ou subserviência, - que admira a attitude de D. Pedro, lançando fôra a mascara e patenteando-se tal qual era - agressivo, atrabiliario, violento, sem criterio, exercendo abertamente o despotismo, a ponto de nomear ministerios fôra do influxo das camaras, e menosprezar ostensivamente os decretos do poder legislativo?

Se a nação tivesse levantado em 1823 como levantou-se em 1892, o congresso teria sido reintegrado em suas funções, evitar-se-ia o 7 de Abril, e talvez mesmo naquella occasião fossem proclamadas as instituições republicanas.

A occasião não podia ser mais propicia, pois ainda não havia herdeiro para o throno do Brasil.

Veio depois a revolução de 1831; e a quem confiou D. Pedro os seus filhos, no acto da abdicação? Aquelle mesmo venerado ancião a quem elle perseguira, e que, esquecendo as antigas offensas, perdoou a ingratição de que fôra victima, tomando a si a tutoria dos príncipes.

Lição proveitosa para os posterios!

Que significação teve a revolução de 7 de Abril, quando é certo que os seus promotores apenas queriam mudança de ministerio, e não cogitavam naquella solução, que para todos foi inesperada e imprevista?

O movimento nem ao menos foi dirigido no sentido de depôr o monarcha: este é que tomou tal resolução, talvez não tanto por amor à sua dignidade e aos seus direitos magisticos como por fazer timbre de contrariar sempre, em tudo e por tudo, à vontade da nação.

E o que fez esta?

Atacada de sentimentalismos, vendo um menino de 5 annos nos braços do velho servidor da patria, principal factor da nossa independência, - tomou a criança no collo, embalou-lhe o berço, e assentou-a no throno antes da idade prescripta na carta constitucional.

Não fôra melhor que os patriotas houvessem tido outra orientação, levando a revolução aos seus ultimos limites, - do que manterem, como mantiveram, a monarchia, para depois grilarem durante cincoenta annos contra a omnipotencia do poder pessoal?²²²

Este é um longo comentário que não se furta em exprimir juízo de valor, tanto sobre o comportamento do monarca, nos acontecimentos em torno de 1822, quanto sobre o comportamento da própria população, ao aceitá-lo. Dom Pedro I é caracterizado como um espírito arbitrário, tirânico, despótico, violento, agressivo, atrabiliário, sem critério e pouco confiável. Esquecendo-se de suas promessas e juramentos, ele teria buscado implantar um regime absolutista no Brasil, que apenas contemplasse os seus próprios interesses e os dos seus correligionários. Por conta disso,

²²² ALVES, Vilhena. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Vol. I, 1900, p. 60-62.

Vilhena Alves ainda alerta que, a despeito do legado do seu nome vinculado à emancipação, como fundador da nacionalidade brasileira, qualquer contribuição sua à Independência não teria se dado por amor à causa, mas em obediência aos conselhos do seu pai.

A crítica se estende ainda à população, que teria se curvado a todas as suas más atitudes e escolhas, passivamente. Aqui, além do revisionismo histórico-moral, o autor ainda desenvolve reflexões hipotéticas para os eventos nos quais o povo teria respondido equivocadamente às possibilidades apresentadas. A *República* permanece sendo a principal referência analítica. Assim, Vilhena Alves traça um paralelo entre a reação de 1892, sobre as exigências das forças armadas pela convocação de eleições presidenciais no governo de Floriano Peixoto, como medida de estabilização dos ânimos, quando dos anos de maior agitação política do recente novo regime; e a passividade do povo frente aos despotismos do Imperador, no que diz respeito à dissolução da Assembléia Constituinte, em 1823.

Ele afirma que, se o povo tivesse se comportado no pós-Independência da maneira como se comportaria, décadas mais tarde, no pós-proclamação da República, teria sido possível ter-se evitado os acontecimentos de 1831 – sua abdicação do trono, as regências e todas as improvisações políticas decorrentes do acontecido, que em nada beneficiaram a Nação; quer dizer, acontecimentos que, pelo contrário, apenas atrasaram o seu pleno desenvolvimento, seu ápice: a chegada da *República*. Aliás, Vilhena Alves ainda conjectura que, se comportando de maneira diferente, se tivesse a população avançado na “revolução”, suprimindo os seus sentimentalismos, é possível que aquele momento já nos tivesse levado às instituições republicanas.

Esse é um aspecto de grande relevância para a análise aqui proposta. Trata-se de uma história que concebe os vínculos entre os acontecimentos no tempo de forma linear, evolutiva e inevitável; isto é, um processo independente, progressivo, rumo ao pleno desenvolvimento de uma nação destinada à civilização e ao pareamento com suas grandes referências internacionais. Nessa produção, caberia ao historiador não a construção, mas o desvelamento dessas relações, dessa cronologia racionalizável, numa pesquisa metodologicamente rígida, atenta aos documentos oficiais e expressa em narrativas objetivas, protagonizadas pelo evento em si.

Ainda assim, Vilhena Alves apresenta um *juízo moral* – competência que foge a grade de protocolos do *historiador autorizado*, observadas no capítulo anterior – a respeito do caráter e da participação de *D. Pedro I* e modifica a ordem da relação passado-presente em sua

narrativa histórica. Ao considerar as diferenças que o comportamento da população republicana, isto é, da sua contemporaneidade, teriam acarretado aos acontecimentos do pós-Independência, no que diz respeito à *evolução e linearidade* da cronologia política da Nação, ele inverte o sentido pedagógico da narrativa histórica: ao invés do passado registrar a trajetória inevitável do desenvolvimento histórico, apresentando lições para o *futuro*, o *presente*, as referências republicanas se tornam a lente de interpretação, a medida de avaliação, do *passado* – e não apenas no sentido de projeção para o futuro, mas de efetiva agência no passado.

De certa forma, isso transgrediria alguns dos principais pilares do paradigma historiográfico oitocentista. Em uma narrativa que explanada a trajetória inexorável de desenvolvimento da Pátria, não faria sentido considerar, da maneira como o autor faz, o impacto da agência passiva da população frente ao oportunismo monarquista pós-Independência. Especialmente a partir da admissão de cenários históricos alternativos dentro de uma cronologia linear da evolução dos fatos, baseados em arranjos hipotéticos da parte do historiador que, nesse sentido, assumiria uma destacada posição política frente à narrativa – que não apenas a desvela, mas a constrói, analiticamente.

Entretanto, esta é uma contradição apenas aparente. Fez parte da metanarrativa histórica do século XIX uma auto-representação de conhecimento científico isento e asséptico; de observação e descrição objetivas do fenômeno histórico, aproximadas dos protocolos de construção de conhecimento das ciências naturais. Mas todo o processo de tecitura de qualquer narrativa histórica, e da cronologia política republicana – a partir da revisão das narrativas memorialistas, etnográficas e históricas anteriores e posteriores à constituição do Estado Nacional – é um processo comunicativo político *per se*.

Isto é, contar o passado é um ato essencialmente político, dado que implica a composição e revisão de *representações políticas* (CAPELATO; DUTRA, 2000) do presente, inscritas em um *imaginário social* (BACZKO, 1985) contemporâneo, e com sentidos pedagógicos – de interferência ativa sobre essas referências, esses signos cronológicos – no presente. É por isso que quaisquer considerações de Vilhena Alves acerca da atuação de *Dom Pedro I* ou do povo durante os primeiros anos do Brasil independente informam, efetivamente, sobre as tramas, as ações e as reações políticas que lhes são contemporâneas.

São lições do presente sobre o presente, nas quais o passado se torna um índice político-pedagógico. E por esse caráter político, construído em função da conjuntura política do presente, é

que essa tomada de posição pelo historiador nem sempre é coerente com os protocolos colocados que autorizam a sua narrativa: o discurso historiográfico é sempre harmonioso com os seus propósitos político-pedagógico, que, por vezes, pode contrariar os pressupostos metodológicos estabelecidos para a sua escrita e legitimação enquanto *cultura história*.

José Bonifácio é outro personagem mencionado no excerto do esboço biográfico de D. Pedro I, produzido por Vilhena Alves, no qual ele é caracterizado como “venerado ancião” perseguido pelo monarca, “e que, esquecendo as antigas offensas, perdoou a ingratidão de que fôra victima, tomando a si a tutoria dos príncipes”²²³. Bonifácio é recorrentemente lembrado nas narrativas sobre a Independência, sejam as que rendem elogios à D. Pedro I como fundador da nossa nacionalidade, sejam as que o caracterizam como oportunista ou irrelevante no processo de emancipação. São, inclusive, referências discursivas nas orientações pedagógicas de Raymundo Proença e Silvio Nascimento²²⁴, no seu manual escolar *Noções de Historia Patria*, já na terceira edição, em 1926: “Os vultos que devem ser postos em relevo, neste ponto, são os de José Bonifacio e D. Pedro I, factores principaes da nossa autonomia politica. Fale o professor dos beneficios que para nós advieram da nova situação”²²⁵.

Especialmente nas comemorações do centenário, “o patriarcha da Independencia!”²²⁶ teria encarnado as aspirações do povo brasileiro, aliado a outros vultos da época, “começando de Felipe dos Santos (...) os heróes da ephemera Confederação do Equador; até aos bahianos, aos paraenses em lucta pela adhesão á independencia de sua patria”²²⁷. E o relato do episódio ganha uma proporção teleológica, dado que, “numa dessas passagens pela Terra de Vera Cruz, Deus [*ilegível*] de perto o rithmo apressado do coração brasileiro e, num impulso generoso e bom, estancou o sangue que corria das arterias dos martyres e se fez homem nos Andradas”²²⁸.

A intervenção divina também teria dado “a José Bonifacio a direção do movimento nacional”, podendo ele implantar no “coração bondoso e inquieto de D. Pedro I o fogo sagrado que devorou o carcere em que gemia o Brasil colonia para fazer ressurgir no seio dos povos livres uma

²²³ ALVES, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Vol. I, 1900, p. 60.

²²⁴ Raymundo Proença e Silvio Nascimento, professores e autores paraenses, participaram da elaboração do currículo de História para o ensino primário do Pará, em 1919, e publicaram o manual escolar *Noções de História Pátria* (1920), obra utilizada por diversos anos nas instituições de ensino do estado.

²²⁵ NASCIMENTO, 1926 [3. ed.], p. 26.

²²⁶ FOLHA DO NORTE, “7 de Setembro”, 7 de setembro de 1929, p. 1.

²²⁷ Id.

²²⁸ A PROVINCIA DO PARÁ, “Um Seculo de Existencia”, 7 de setembro de 1922, p. 1.

nação fadada aos maiores acontecimentos”. Pois, uma vez livre, “o Brasil progrediu e marchou vertiginosamente para o lugar que o destino lhe reservou na historia da humanidade”²²⁹.

No entanto, em um longo texto analítico publicado no volume de retorno da revista do IHGP, quando da sua reabertura, em 1917, Raymundo José Martins Bessa²³⁰ trouxe uma particular reflexão, à qual ele chamou de *duvida historica*. O mote do seu revisionismo foi: *Ante a exposição de factos reaes e indesmentíveis poder-se-ha considerar ainda Jose Bonifacio, o patriarcha da Independencia?*

De não pouco tempo, quem escreve estas linhas se perguntava a si mesmo, ante a grandeza augusta do titulo conferido, qual teria sido a acção, que, por força, deveria ter sido importante dessa figura historica que conhecemos por o <Patriarcha da Independencia>. Julgava a esse homem, além de como m’o diziam e ensinaram e elle o foi, em realidade, um sabio, naturalista e tal se o deve considerar, um espirito superior enfim, que, justo é dizer, elle o foi, mas, julgava-o, além disso, homem de acção, agindo por suas idéas liberaes, animado do ideal que vinha de rebentar victorioso na grande e formosa patria dos Encyclopedistas e incentivando por actos e palavras, por gestos e acções, a eclosão desse santo e muito humano ideal da Liberdade, na terra de seu berço e entre seus irmãos e com elles e por elles. Certo, para haver merecido do historiador esse nobre titulo, que assim o santificava à posteridade, elle teria, por força, forte e activamente collaborado e actuado com exemplos de altivez e actos de heroismo em defeza da causa por todos abraçada e pela qual todos pelejaram e que, irmanando-os numa mesma fê, constituiria o anhele sagrado de todos. Que bellas paginas de animo libertario não nos teriam ficado gravadas com seus passos, não nos teria apontado o fulgor de seu verbo arrebatado!

[...]

Assim, pois, qual não foi a decepção que me causou, a que perplexidade d’espírito não me reduziu a leitura do seguinte trecho de um discurso de Barbosa Lima, o qual veio desmoronar por completo o idolo que pre concebidamente minha imaginação se fazia desse homem denominado na historia de meu paiz – o Patriarcha da Independencia.

[...]

Logo, como dahi se conclue, logico é dizer, elle, José Bonifacio, foi completamente extranho àquelle movimento, elle não actuou na minima parcela para o desencadear dos factos precusores da Independencia. Enquanto o povo revolteava e se agitava em continuo pelear pela sua alforria politica, elle, a quem vieram chamar depois não atinamos porque motivo o <Patriarcha>, lá, longe, estava e ficara (tal qual depois qui o fizera, como adeante vamos ver) lá, longe, estava a render preitos aos que, orgulhosos e prepotentes, esmagavam os filhos de sua patria – saturado de sabedoria cosmologica, tendo no seu activo trez ou quatro especies novas mineraes, a saborear as excellencias da releza absoluta, impassivel e indifferente ao heroismo dos Pernambucanos identificado com a politica do - <inclyto Bragança> - o Senhor D. João VI (Barbosa Lima, discurso cit.).

Reparae bem que já dous passos importantes na vida desse homem o caracterisam e assignalam e revellam manifestae palpavel e flagrantemente contrario à Independencia do Brazil, nos echos de cujo movimento elle era e se conservou lá, distante da patria, completamente surdo, apesar de até lá, por onde elle andava, irem ter, esses mesmos echos. Primeiro, aquelle celebre e ja citado panegyrico de D. Maria I, - mandante do assassinato e esquartejamento de Tiradentes, o primeiro martyr da independencia no Brazil – agora, essa sua – impassibilidade e indifferença, indifferença criminosa nelle, como Brasileiro,

²²⁹ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1922, p. 1.

²³⁰ Ver nota 43.

ao heroísmo dos Pernambucanos, luctadores que estes eram, pela causa da qual elle veio depois a ser dado, não sabemos como, continuamos a dizer, como <Patriarcha>, impassibilidade e indiferença, essas, naturalmente filhas mesmas dessa sua conhecida identificação com a politica do - <inlyto Bragança> - o Senhor D. João VI, o soberano portuguez, do qual elle tanto estimara saborear as excellencias da realiza absoluta.

Temos aqui, em toda sua integridade moral, o typo perfeito do cortesão, do palaciano, em José Bonifacio, bem ao contrario do homem que em elle devia haver, de espirito liberal e independente, que mais tarde tão bellamente se manifestou em Pedro I, para só assim poder então ficar, perante a Historia e dentro de suas paginas de oiro, como patrocinador da Liberdade dum povo.

[...]

Si realmente, José Bonifacio era tão liberal, para ficar como o grande patrocinador da victoria das idéas libertarias do Brazil, como admittir que em esse homem se achavam: o orador do tão fallado panegyrico a D. Maria I, cujo nome ficou tinto e manchado do sangue do martyr da Liberdade, o patricio que fica IMPASSIVEL E INDIFFERENTE à sorte dos Pernambucanos, seus irmãos de 1817, batalhadores daquelle santo ideal, ou partidario da alliança do Brazil a Portugal em um só Reino unido, o adversario da reunião da Assembléa Nacional Brasileira que era a expressão mais bella e evidente da nossa emancipação politica, como povo capaz de vida propria e consciente, e porfim o inspirador da implantação do regimen ferrenho duma Monarchia absoluta contra o voto da Nação, que veio a prevalecer e vingou, duma Monarchia Constitucional?!

Vimos de novamente repetir essas cousas, já acima avançadas, para frisar bem ao leitor que José Bonifacio, bem ao contrario do que se pode pensar, de haver cooperado ou colaborado sequer no grande movimento libertador, a sua acção foi sempre e sempre pertinaz e opiniatica e manifestamente contraria e adversa àquelle movimento, ao qual não si sabe como ou si, só por ironia do acaso, elle veio emprestar seu nome, nome aliás respeitavel e justamente reputado no mundo scientifico de sua epoca.

Meditando e refletindo sobre o assumpto, parece-nos, porém, que o fato real é este.

Aquelle grande homem vinha de chegar de um meio completamente differente ao do nosso paiz. Apesar de brasileiro, de tanto ali se haver demorado entre extranha gente, em cujo seio amadurecêra e enriquecêra o espirito, justamente quando em seu terral natal se desenrolavam os principaes acontecimentos significativos de reacção, muito naturalmente se havia tornado um extranho à causa pela qual os de sua patria pelejava e ignorava mesmo o meio real, sério e invencivel por que agiam em seu paiz os batalhadores, mais tarde vicoriosos, daquelle causa. Chegava tarde demais para se adaptar ou se identificar nos defensores della e assim compartilhar com elles na santa peleja, como bellamente realisou o Principe Regente.

[...]

Quando, já de novo em sua patria, elle reabriu os olhos e rasgou à vista ou espectáculo que se abria deante de si, ainda obsecado pela visão do sonho em que vinha e que persistia mentalmente entrevista, ainda extranho à realidade em meio da qual elle ora vivia, tentou ainda por vezes algumas continuar esse sonho, fazer desse sonho uma realidade, foi quando se lembrou de propor a alliança do Reino-Unido de Portugal e Brazil (...) elle conformou-se. Dobrou-se à força tremenda dos factos e assim compactuou nelles. Deram-lhe, com alta nobreza de gesto, as honras devidas à figura do sabio que elle era, mas, é de convir, a obra chegou-lhe às mãos já pronpta e feita, e justo e verdadeiro é dizer, elle, nella e para ella, tal como feita, não trabalhou, aproveitou-lhe com ella o nome, que atravez della vem atravessando, carreira dos tempos, abençoado das gerações.

[...]

No entanto, vejamos, senhores, e seja dito com justiça, homem de talento aprimorado em solida cultura, espirito brilhante, certo teria prestado um grande serviço ao Paiz, si nao lhe viesse desvirtuar o grande cabedal de saber, a formosa intelligencia, a ambição de poder e honrarias, o que em elle existia de immoderado, autoritario, cioso de fastigio e predominio, amante fervoroso da realiza absoluta e despotica, vingativo e janctacioso.

Salvaram, porém, as apparencias. Elle era o vulto em destaque, no mundo politico escientifico.

Enfeitaram-n'ó da auréola alheia...²³¹

O discurso de Barbosa Lima²³², ao qual Raymundo Bessa se refere, foi pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), naquele mesmo ano de 1917, na comemoração do centenário da Revolução Pernambucana. O alcunhado *Demosthenes Brasileiro* relatava que, em 20 de março de 1817, no mesmo mês em que proclamava-se a República de Pernambuco, José Bonifácio recitava, em sessão soleníssima da Academia Real de Lisboa, o panegírico de D. Maria I, a despeito da política impiedosa e retrógrada que caracterizara o seu reinado, assinalado pela sentença de morte e esquartejamento daquele que se tornaria um dos maiores mártires da Nação.

A apresentação desses *factos reaes e indesmentíveis* leva Bessa à revisão sobre a *verdade histórica* por trás do mito de José Bonifácio, como *patriarcha da Independencia*. A exposição sustenta a sua credibilidade e lisura discursiva em dois pilares: por um lado, há o reconhecimento do valor intelectual de Bonifácio, descrito como um *sábio naturalista*, espírito superior e brilhante, de talento e sólida cultura, cujo nome, justamente respeitado, em muito contribuiu para o mundo científico da sua época. Por outro, o autor enumera os comportamentos e ações de Bonifácio como *agente político* – ou ainda, a ausência delas – que colocariam em xeque o merecimento da sua vinculação como um dos personagens centrais do movimento de emancipação política do Brasil.

Afinal de contas, *para ter merecido do historiador esse nobre titulo que o santificava a posteridade*, questionava Bessa, espera-se que o herói em questão tenha sido um homem de ação, movido por ideias liberais e pelo ideal da grande e formosa Pátria, incentivando com palavras, gestos e atitudes a liberdade na sua terra natal, *entre seus irmãos, com elles e por elles*. Mas, ao contrário dessa expectativa, o que se observava de sua parte foi uma afirmativa e manifesta opinião adversa ao movimento. Bonifácio é, então, caracterizado como homem imoderado, autoritário, vingativo, jactancioso, cioso de fastígio e predomínio, e desvirtuado pelo grande cabedal de saber, pela formosa inteligência e ambição de poder e honrarias. Ou seja, a imagem de *patriarca* é substituída pela do *sábio naturalista* com *agência política* nem sempre coerente com os ideais liberais e a própria contribuição na fundação da Nação.

²³¹ BESSA, Raymundo José Martins. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Vol. I, 1917, p. 81-92.

²³² Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931), conhecido como Barbosa Lima, nasceu no Recife, Pernambuco, em 1862. Formado em Engenharia Militar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1887), atuou como professor de Geometria Analítica na Escola Militar de Fortaleza, onde iniciou sua militância política. Proclamada a República, foi representante político em diversos estados brasileiros, atuando como deputado federal pelo Ceará (1890-1892), Governador de Pernambuco (1892-1896), deputado federal por Pernambuco (1896), Rio Grande do Norte (1900-1906) e Distrito Federal (1906-1911). Barbosa Lima faleceu no Rio de Janeiro, em 1931.

Não apenas a sua opinião teria sido *flagrantemente contrária* à Independência, como o seu comportamento teria variado entre *impassível e indiferente* à causa dos seus conterrâneos, e efetivamente sabotador do movimento. Segundo Bessa, isso estava claro pelo fato de Bonifácio ter se demonstrado insensível aos mártires dos episódios anteriores ao *7 de Setembro*; partidário da aliança do Reino Unido que daria continuidade à exploração portuguesa; adversário da reunião da Assembleia Nacional Brasileira, *expressão mais bella e evidente da nossa emancipação política*; além de ter inspirado *o regimen ferrenho de uma Monarchia Absoluta contra o voto da Nação*.

E, no entanto, se seria um mistério o porquê do nome de José Bonifácio ter sido vinculado a uma causa que ele não compartilhava, entrando para as *paginas de ouro da Historia* como o *Patrocinador da Liberdade do povo*; estariam claras as razões que o levaram a tal postura diante dos acontecimentos em torno da Independência. Para o autor, mesmo sendo brasileiro, tendo passado muito tempo no exterior, *entre extranha gente*, período no qual enriqueceu e amadureceu o seu espírito, Bonifácio esteve alheio aos fatos que aqui se desenrolavam, não conseguindo, assim, criar proximidade e empatia, ou mesmo identidade, em relação às demandas da sua própria terra. *Longe estava e longe ficara*, rendendo preito aos opressores dos filhos da Pátria.

E, mesmo quando de volta, *chegava tarde para compartilhar da peleja, como bellamente realizou o Principe Regente*. Dessa forma, Bessa faz um contraponto interessante entre os dois personagens mais destacados nas narrativas cívicas do marco fundador da Nação, antagonizando-os. O monarca lusitano de *espírito liberal e independente* que abraçou a causa brasileira, a despeito dos seus vínculos políticos e familiares; e o brasileiro *cortesão e palaciano*, que não trabalhou pela obra que lhe chegou pronta às mãos, mas pela qual aproveitou as honras. Esse desvelamento da *verdade histórica* seria, portanto, motivo para decepção, perplexidade e desmoronamento do ídolo laureado como o Patriarca da nossa Independência.

Portanto, de um modo geral, as narrativas mais frequentes sobre *D. Pedro I* estiveram ligadas à figura do monarca destacado da agenda portuguesa para a Colônia, responsável pela fundação da nacionalidade brasileira. Portugal apareceu muitas vezes como o inimigo contra o qual o príncipe teve de se rebelar. Em outras, o *7 de Setembro* é considerado um golpe de audácia das cortes lusitanas para intensificar ainda mais o jugo da sua opulenta Colônia, ao proclamar o monarca o *defensor pertétuo do Brasil*. Houve ainda aquelas narrativas que enfatizaram o oportunismo e a dissimulação do príncipe e de sua família de covardes, fujões e aproveitadores que, assim como se beneficiaram das riquezas brasileiras, explorando-as e extorquindo seus

habitantes, teriam usado a ocasião inevitável do rompimento com a metrópole para manter-se no poder por meio de um príncipe torpe e falso.

Tanto *Pedro I* quanto *José Bonifácio* fazem parte daquele conjunto de personagens que a tradição historiográfica brasileira oitocentista preferiu chamar de *homens ilustres* ou *grandes homens*, sob a influência das academias iluministas, e que compuseram o “panteão de papel” brasileiro (ENDERS, 2000)²³³. Quer dizer, foram o assunto de muitos das narrativas históricas dos espaços de maior legitimidade social, no que se refere à produção e veiculação de narrativas sobre o passado, como no caso das revistas científicas do IHGB e seu correspondente paraense, o IHGP. “A História, valendo-se do seu poder de legitimar os agentes históricos merecedores de reconhecimento por toda população, não podia furtar-se de ter como conteúdo, o estudo dos grandes personagens históricos” (BITTENCOURT, 2009, p. 67).

Eles também tiveram forte presença nas narrativas cívicas dos jornais diários e nos manuais escolares indicados pela Instrução Pública, *esferas* cujos discursos acerca desses heróis estabeleceram modos de conhecer, reconhecer e legitimar códigos e comportamentos individuais e coletivos, de influência mútua com os espaços das narrativas históricas científicas (BAKHTIN, 1979, 2003; CAPELATO; DUTRA, 2000).

O herói nacional antes de tudo tem uma finalidade moralista, servindo para avaliar e dirigir capacidades e condutas. [...] Responsabiliza-se pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral num espaço onde é perigoso entrar e quase sempre especular, afinal o herói é herói e ponto final. Discutir seu papel é por em questão a Pátria, a Religião, as Forças Armadas, enfim, todas essas coisas sagradas e intocáveis (MICELI, 1989, p. 10).

São *heróis patriotas* que protagonizaram um dos eventos de maior destaque na História do Brasil independente, porque vinculados ao seu próprio marco fundador. Signos políticos da Monarquia que, já de longa data, compunham o *imaginário social* da Nação; isto é, referências no vasto sistema de signos coletivos por meio dos quais a população se identifica, se particulariza e

²³³ Os termos *pan* (todo) e *théos* (deus) da palavra Panteão significam o templo dedicado a todos os deuses, como no caso do *Pantheon* romano. Com o tempo, o Panteão passou a designar o local de depósito dos restos mortais de homens ilustres e notáveis, que prestaram grandes serviços à Pátria, como forma de cultuá-los, estes “heróis nacionais”. Embora no Brasil não tenha sido efetivamente erigido um panteão cívico material em homenagens aos grandes vultos da história, no século XIX, um processo de sacralização da memória e afirmação da identidade nacional foi encaminhado por meio de várias outras medidas, inclusive escolares, como no caso das comemorações e rituais cívicos, efemérides, estátuas e monumentos históricos (ORÍ, 2014). A própria produção historiográfica do IHGB e seus correspondentes regionais, ao elaborar comentários e biografias históricas, aproximou-se do mesmo sentido de *lugar de memória* (NORA, 1993) do panteão moderno, referências do passado como afirmação de uma cultura do e no presente.

se organiza, coletivamente (BACZKO, 1985). Assim, não era possível de serem ignorados na cronologia política republicana. O próprio fato histórico da Independência disputou protagonismo no calendário cívico republicano, dado o seu alto grau de popularidade e destaque na produção histórica, memorialista e artístico-visual do século XIX, acumulada em décadas de intervenção e financiamento imperial.

Fez parte da propaganda republicana, mesmo a anterior à 1889, o estabelecimento do vínculo entre a República e uma cultura cívico-patriótica com um sentido pedagógico específico: o surgimento de um novo cidadão e fundar uma cidadania republicana. Isto se materializou na promoção de narrativas históricas que fundamentassem determinados valores e simbologias cívicas e morais, reinventando o passado de acordo com seus projetos e projeções para a Nação, em uma espécie de *pedagogia da nacionalidade*, que buscou ensinar por meios acessíveis ao grande público (GOMES, 2009). Daí a justaposição de muitas das representações que a República queria popularizar às referências selecionadas, modificadas, criticadas e até mesmo silenciadas do regime político anterior, em um processo de *bricolagem* repleto de disputas e negociações.

CAPÍTULO 3

Culto Cívico*Adesão popular ao calendário republicano na Belém Moderna*

O estabelecimento de datas cívicas celebradas publicamente é uma tradição já presente no Brasil desde os seus primeiros anos de Nação independente. Ainda em 1826, o Estado monárquico institucionalizou um calendário cívico nacional, na primeira legislatura da Câmara dos Deputados. As datas consideradas de maior relevância naquele momento foram: o *9 de Janeiro*, dia do “Fico”; *25 de Março*, comemorando a primeira Constituição; *3 de Maio*, a chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil, e a abertura oficial dos trabalhos do Parlamento; *7 de Setembro*, dia da emancipação política do país; e *12 de Outubro*, o aniversário de Pedro I e de sua aclamação como o *Defensor Perpétuo do Brasil*.

Depois da proclamação da República, uma das primeiras medidas do então Governo Provisório foi promulgar o Decreto n. 155-B, de 14 de janeiro de 1890, assinalando o novo calendário de festejos cívicos. Como esperado, datas diretamente vinculadas aos signos do regime político anterior foram retiradas das comemorações – foi o caso do *12 de Outubro* e do *25 de Março*. Outras foram incorporadas, de modo a construir, legitimar ou ressignificar símbolos, fatos e heróis mais condizentes com o construto ideológico e as necessidades do novo regime.

O calendário republicano contou, então, com as seguintes datas: *1 de Janeiro*, celebrando a fraternidade universal; *21 de Abril*, reconhecendo os precursores da Independência brasileira, representados na figura de Tiradentes; *3 de Maio*, dia da descoberta do Brasil; *13 de Maio*, comemoração da fraternidade dos brasileiros; *14 de Julho*, festejando a República, a Liberdade e a Independência dos povos americanos; *7 de Setembro*, dia da Independência do Brasil; *12 de Outubro*, homenagem geral aos mortos; e *15 de Novembro*, comemoração da Pátria Brasileira.

Apesar do modo como se estabeleceu a República, em um golpe que surpreendeu diversos setores da sociedade, inclusive dentro das próprias forças armadas (CASTRO, 2000; CARVALHO, 1990, 1987); os grupos diretamente envolvidos no processo já tinham preparadas algumas das propostas de organização do novo regime. “Isto se revela no modelo da bandeira, no decreto de separação entre Igreja e Estado, na forma de tratamento na correspondência oficial usando a expressão ‘Saúde e Fraternidade’ e no decreto do Calendário Cívico” (LEAL, 2006, p. 64) – medidas estabelecidas logo nos seus primeiros meses.

De inspiração Comteana²³⁴, a orientação positivista e cientificista que embasou a organização das festividades, na virada do século XIX para o XX, promoveu uma *pedagogia da nacionalidade* (GOMES, 2009) que intensificou o culto público de exaltação dos heróis e marcos históricos do novo regime, tratados como índices de autolegitimação e identificação coletiva. As celebrações buscaram popularizar uma cronologia *linear e progressista*, na qual a República ocupou o mais avançado estágio da *evolução* política da Nação. E que conferiu ao passado – um passado específico, rigorosa e cientificamente desvelado – as referências para a construção do novo cidadão.

No entanto, o envolvimento da população nas efemérides republicanas foi um tema recorrente nos diversos debates e denúncias que compuseram as narrativas cívicas em circulação, especialmente nos jornais da capital paraense, à época. O engajamento do povo nas comemorações, ou ainda, a ausência dele, fundamentou tanto as críticas quanto a afirmação positiva sobre o desempenho da sua simbologia política. E essa avaliação visou não apenas comentar a participação popular, mas também influenciar a opinião pública acerca da própria capacidade de sustentação do novo regime. Neste capítulo, a análise se concentra nessas representações acerca do *sentimento cívico* da população em relação às celebrações do calendário republicano.

Para esta análise, utilizamos como amostra analítica as notícias referentes às comemorações do *7 de setembro* e do *15 de agosto* veiculadas nos dois jornais de maior circulação em Belém, na última década do século XIX e primeiras do XX. Esta opção foi feita, inicialmente, tomando por base a frequência de textos substanciais, isto é, que contavam com narrativas de caráter histórico-cívico, para além da descrição do cronograma dos cortejos sobre as datas do calendário republicano. *A Independência do Brasil* teve o segundo maior número de ocorrências, atrás apenas da *Proclamação da República*²³⁵. Por sua vez, diretamente vinculada à Independência,

²³⁴ No conjunto da obra de Auguste Comte (1798-1857), cuja proposta filosófica e científica era a descoberta das leis naturais que regiam e organizavam as sociedades humanas, e a proposta política era a conservação da sociedade industrial encarada como estado positivo de vigência dos avanços da ciência, houve duas obras fundamentais: “*Cursos de Filosofia Positiva*”, que propunha uma síntese e um método do conhecimento positivo, e “*Sistema de Política Positiva e Catecismo Positivista*”, ambas propondo uma ciência política e religião positiva. Após a morte de Comte, estas duas obras criaram duas correntes no interior do positivismo, encabeçadas por dois discípulos de Comte: Émile Littré que defendia como principal legado o método positivo, chamado de heterodoxos; e Pierre Laffitte, que aceitava integralmente o sistema filosófico positivista, chamado de ortodoxos. Essas duas escolas foram as principais formas de apropriação do legado comteano entre os positivistas brasileiros. No Pará, dois eminentes positivistas, Lauro Sodré e José Veríssimo, eram seguidores de Émile Littré (ALONSO, 2002; AZZI, 1980; COELHO, 2006; LINS, 1967).

²³⁵ As cinco datas cívicas de maior ocorrência de notícias nos dois periódicos analisados, *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, em ordem decrescente, foram: 15 e 16 de novembro (consideradas juntas a proclamação e a adesão do Pará

os relatos acerca da celebração da Adesão do Pará nos ofertam uma perspectiva local dessas representações sobre o processo de emancipação.

Além disso, partimos da ideia de que, por se tratar do marco de fundação da Nação, que gozou do maior destaque na cronologia política do Império, e com o qual a República precisou lidar, essas narrativas poderiam apresentar maior potencial crítico. O principal indício neste sentido foi o debate veiculado sobre o destaque ou não da Independência em relação às demais datas cívicas, mesmo em comparação com a Proclamação da República, já posterior à 1889 – apresentado no primeiro capítulo.

Um exemplo desse destaque foi a intensa movimentação institucional, desde as celebrações do tricentenário do descobrimento, mas especialmente nos anos que envolveram a reabertura do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917, e as comemorações do centenário da Independência do Brasil e Adesão do Pará, em 1922 e 1923. Naquele momento, personagens conhecidos por encabeçar grande parte das manifestações artístico-intelectuais na capital paraense, nas últimas décadas do século XIX e iniciais do XX, quando o tom das suas produções começa a enfatizar os grandes acontecimentos e vultos do passado, demarcando modos específicos ler as narrativas históricas tradicionais e a participação regional na cronologia política nacional (FIGUEIREDO, 2001).

à República); 7 de setembro (Independência do Brasil); 15 de agosto (Adesão do Pará à Independência); 13 de maio (Abolição da escravidão); e 21 de abril (Tiradentes).

Organizada por Ignacio Moura²³⁶, Theodoro Braga²³⁷ e seus pares, uma *galeria histórica* comemorou a volta do IHGP, no *foyer* do monumental Teatro da Paz²³⁸. Nela, o público entraria

²³⁶ Ignacio Baptista de Moura (1857-1929), nascido em Cametá, interior do Pará, formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e militou na causa republicana e abolicionista. Em 1911, tornou-se professor catedrático de Aritmética e Álgebra do Ginásio Paes de Carvalho. Compunha o club de Engenharia Civil, foi membro correspondente de Geografia do Rio de Janeiro e Deputado Estadual do Pará (MOURA, 1910). Mentor dos festejos do tricentenário da Fundação de Belém, havia divulgado o seu estudo *Sur le Progrés, de l'Amazonie et plus seis Indies*, na mesma época, no Congresso Internacional dos Americanistas em 1908 em Viena, cuja explicação se aproxima da representação de Theodoro Braga, em seu quadro célebre sobre a Fundação de Belém (FIGUEIREDO, 2001). Foi o primeiro diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, quando da sua reabertura em 1917. Uma de suas obras mais importantes foi publicada em 1910 concomitantemente em Rio de Janeiro e Paris, denominada “De Belém a S. João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins. Esta obra é “a reconstituição da viagem realizada por ele em 1896, de Belém do Pará a São João do Araguaia, no Alto Tocantins”, a qual tinha como meta a fiscalização do Burgo de Itacaiúnas, atual cidade de Marabá-PA, a qual foi concedida a Carlos Leitão, pelo Governo do Estado do Pará, para que fosse criada vila e se explorasse a agricultura, a pecuária e o extrativismo da castanha do Pará (CORMINEIRO, 2015).

²³⁷ Theodoro José da Silva Braga (1872-1953), nascido em Belém do Pará e falecido em São Paulo, foi pintor, ilustrador, historiador da arte, decorador e professor. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, estudou na escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, foi professor e inspetor escolar, além de ter ocupado o cargo cobiçado de diretor da Instrução Pública do Pará. A construção na Amazônia, que os historiadores tiveram que conviver com dúbia direção na região, “de um lado a imagem sólida e ancestral da “terra do índio”, e, do outro, as de Belém e Manaus, como “centros de civilização” (FIGUEIREDO, 2001, p.122) foi quebrada pela geração de Theodoro Braga, no século XX, apesar deste ter tido em sua formação escolar as construções anteriores, que estavam reproduzidas nos primeiros livros didáticos de história, publicados a partir da década de 1860 (FIGUEIREDO, 2001). O conhecimento do paisagismo pelo Theodoro Braga se deu através de Jerônimo Telles Júnior (1851-1914), pintor pernambucano que se inspirava na pintura do século XVII, principalmente na obra Franz Post (1612-1680), um dos renomados artistas da época holandesa no Brasil. Sua trajetória como pintor se deu inicialmente em Recife, nesta ocasião com Telles Júnior, aos 20 anos, ainda enquanto cursava o penúltimo período de Direito. Após isto, em 1899, findo o curso de Direito, foi para o Rio de Janeiro para Escola Nacional de Belas Artes, onde teve aulas com a tríade dos chamados círculos cariocas: Belmiro de Almeida (1858-1935), Daniel Bérard (1846-1910) e Zeferino da Costa (1840-1915), ganhando prêmio de viagem à Europa pela referida escola, e um ano após estava em Paris como pensionista na Academia Julian, possuindo como orientadores Benjamin Constant (1845-1902), Henri-Paul Royer (1869-1938) e principalmente do Jean Paul Laurens (1838-1921), este último como um dos mais importantes acerca da pintura história na França. Foi neste ateliê que Theodoro percebeu de fato a história, ou seja, a pintura da história (FIGUEIREDO, 2014), pois com direcionamento de Laurens realizou visitas a vários centros de arte da Europa, no intuito de “aprimorar no estudo das dimensões nas descrições de temas históricos” (FIGUEIREDO, 2010, p.10), período que foi essencial para formar seu estilo próprio enquanto pintor e de iniciar um projeto de representação pictórica da história Amazônia, que se destaca a partir de 1903. Para Theodoro Braga, a história da arte na Amazônia era republicana em sua totalidade. Em 1906, ao retornar da França, começou a fazer sucesso com suas exposições nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e posteriormente, Belém, sua terra de origem. “De volta à Amazônia, sob a proteção de Antonio Lemos, e mais do que nunca impregnado pelo gosto do passado, transformou a história em assunto de Estado e a pintura em tema de interesse popular” (FIGUEIREDO, 2014, p.23), redescobrimo a Amazônia nos fragmentos arqueológicos do Museu Paraense Emílio Goeldi, onde teve a oportunidade de entrar em contato com o traço indígena anterior a Cabral, e portanto, a partir do repensar deste grande pintor histórico elaborou um inovador movimento artístico na Amazônia, o qual tem como cerne a flora e fauna brasileira, que se denomina *neomarajoara*, estilo este que teve vários seguidores. Entre 1903 e 1905 elaborou um movimento de artes plásticas no Pará com a participação de artistas, literatos e autoridades do governo a partir da centralidade temática do nacionalismo, identidade regional e história da Pátria (FIGUEIREDO, 2010). Elaborou telas com temas e motivações diversas, a citar: A Aparição de São Lucas (1903) e Captação d’água (1905). A sua primeira aparição como pintor se deu em 13 de maio de 1906, no Teatro da Paz, “com 45 trabalhos de desenhos, pinturas e arte aplicada” (Id., 2010, p.9) tendo a cada evento maior repercussão pública, com diversos anúncios e comentários presentes nos jornais diários que circularam no Pará, sendo a partir de então que a história passa a tomar conta da arte em sua obra (Id., 2010). Sendo um dos grandes pintores republicanos, no ano de 1908, realizou na capital do Pará uma vernissage, também no Teatro da Paz, vitrine da civilização da borracha, onde se destaca a tela A Fundação de Belém, que foi considerada pela imprensa como sua obra-prima (FIGUEIREDO, 2014),

em contato com 70 heróis da Abolição e da República, demonstrando o melhor da *cultura intelectual e moral*, como forma de *levantar o espírito e o caráter nacional*. O critério principal era simplesmente que representasse um vulto de proporções significativas, seja no âmbito nacional, seja na região, ou especificamente no Pará. E o objetivo, *comme il faut*, expor os fundamentos do caráter nacional, tomados como exemplos: *espelhos sobre os quais devem ser melhor refletidos os aspectos da mocidade atual* (FIGUEIREDO, 2001).

Este chamado nativista e nacionalista conseguiu, de um modo geral, agrupar a intelectualidade artística paraense nas primeiras décadas do século XX, mesmo entre os

sem falar que tal obra foi publicada em livro, onde o autor buscava explicar os conceitos presentes na tela. Além de ser um excelente pintor, era o mais reconhecido na pintura paraense no início do século XX (Id., 2010), sendo também um grande historiador, fazendo da arte história, de maneira criativa, subjetiva, e assim, era para ele fundamental a pesquisa histórica, tanto que trouxe à cena histórica os índios Tupinambás, que viveram no Pará no século XVII e que foram excluídos da história logo no século seguinte (FIGUEIREDO, 2014). Theodoro em 1918 escreveu a obra *A Arte no Pará (1888-1918): retrospecto histórico dos últimos trinta anos (1918)*, e *Historia do Pará: resumo didactico (1931)*. Em 1921, Theodoro Braga saiu definitivamente do Pará e se tornou livre docente da Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro (FIGUEIREDO, 2001). E, finalmente, em 1942 destacamos a obra *Artistas Pintores do Brasil*, além de ter escrito outros livros técnicos e artigos publicados em jornais e revistas.

²³⁸ A Amazônia do século XIX abriu as portas ao progresso, civilidade, higienização e ordenação das cidades, combatendo os costumes considerados atrasados da população. Um projeto político de modernidade orientou a construção de teatros, museus, bibliotecas e escolas. Essas mudanças já vinham ocorrendo desde o século XVIII, quando Belém teve seu poder político e econômico ampliado sob os auspícios da Coroa Portuguesa, como estratégia de manutenção do domínio da parte setentrional de seu território no Novo Mundo. Mas foi só no século seguinte que essas transformações se intensificaram, com a riqueza da economia de exportação do látex. O teatro foi, então, a primeira casa de espetáculos erguida com recursos públicos, depois de inúmeras tentativas, desde a década de 1820. Até a sua fundação, para suprir a ausência de um teatro oficial, a administração da Província arrendava teatrinhos particulares. Com subvenções do governo, eram promovidas temporadas de companhias nacionais e internacionais. A partir da urbanização de 1848, com o dessecamento e aterramento dos pântanos, arruamento do sítio e de outros nos arredores, a área conhecida como Campina tornou-se o novo centro da cidade. Nos anos 1860, a então praça Dom Pedro II se transformou num espaço de diversões e a construção de um teatro provincial. A construção do Teatro da Paz foi realizada entre 1869 e 1874, com a inauguração em 1878. No país, ele foi um dos exemplares de teatro-monumento em estilo neoclássico, de ópera. "A monumentalidade e seu significado para a cultura e a sociedade na Região Norte inscreveram, no Teatro da Paz, uma história bela, homogênea e ideal, sobretudo no marco temporal da belle époque amazônica, entre as décadas de 1890 e 1910, quando a própria cidade passou por uma remodelação. No curso dessas transformações, uma reforma realizada no teatro, entre os anos de 1904 e 1905 (na gestão de Augusto Montenegro, governador do estado, e do intendente municipal Antônio Lemos, personalidades emblemáticas da Belém da *belle époque*), deu a ele as feições luxuosas que ostenta até hoje. Essa foi, na sua história, a segunda obra de vulto e a mais drástica quanto ao resultado" (SOUZA, 2010, p. 100). O Teatro da Paz impactou profundamente a dinâmica cultural da cidade. O monumento foi sendo tomado não apenas no uso de sua função cênica, mas como um artefato sobre o qual recaíam desejos, memórias, disputas e poderes. O teatro estava na boca do povo, nas páginas dos jornais, na publicidade, nas prateleiras das lojas que vendiam roupas e acessórios apropriados para a estação lírica; nos restaurantes, que ofereciam cardápio especial durante as temporadas artísticas; nos bares e cafés que recebiam os artistas. As agências onde eram vendidos os ingressos enfeitavam-se a cada nova temporada. Sem falar na oferta de trabalho para costureiras, sapateiros, camareiras, gráficos e outros operários. O que nele se passava era assunto na cidade, e a cidade era repassada dentro dele, no encontro do público a cada novo espetáculo. O teatro foi frequentado pelos "barões da borracha, banqueiros, comerciantes, pecuaristas, profissionais liberais, famílias tradicionais", quer dizer, a "classe mais ilustrada da população", mas também despertou a curiosidade de diversos outros segmentos sociais, interessada pelo espaço aclamado como a "principal vitrine da civilização da Amazônia" (FIGUEIREDO, 2001, p. 19).

remanescentes tradicionalistas do oitocentos. “A tarefa desses literatos da década de 1910 foi exatamente a de produzir uma dimensão pública da memória privada – conceitos esses ainda muito embrionários nas formulações da época” (FIGUEIREDO, 2001, p. 152). Entre os heróis, estiveram notáveis da esfera eclesiástica, da aristocracia e da ciência – ainda que cá ou lá aparecessem nomes ligados à militância política nos círculos literários, motivados por filiações estéticas, admiração cívica, ou mesmo relações pessoais com os organizadores – que abafaram uma tentativa conservadora de incorporar ao panteão amazônico *gênio da Velha Europa* que evidenciassem *nossa ligação umbilical com o berço da civilização contemporânea* (FIGUEIREDO, 2001).

GALERIA HISTÓRICA DE 1918				
VULTO	BIÓGRAFO	ARTISTA	TÉCNICA	ACERVO
P. Antônio Vieira	M. Braga Ribeiro	Pe. R. Nunes	Pint. Óleo s/tela	Seminário do Pará
Fr. Caetano Brandão	Dr. Azevedo Ribeiro	Manuel Pastana	Pint. Óleo s/tela	Dr. Azevedo Ribeiro
Dr. José F. Soares	Ignacio Moura	Desconhecido	Pintura em <i>grisaille</i>	D. Maria Soares
Dr. Joaquim J. Assis	Firmo Cardoso	F. de Sá	Pint. Óleo s/tela	Dr. Jonas Monteiro
João de D. do Rego	Firmo Cardoso	Maurice Blaise	Desenho <i>crayon</i>	Folha do Norte
Barão de Santarém	Firmo Cardoso	E. L.	Pint. Óleo s/tela	Dr. Augusto Meira
Dr. José Roso Danin	Alves da Cunha	T. Manjur	Pint. Óleo s/tela	Viúva Sra. Danin
Padre Prudêncio	Dr. Azevedo Ribeiro	Manuel Pastana	Pint. Óleo s/tela	Dr. Azevedo Ribeiro
S. Albuquerque	Amafir	Maurice Blaise	Desenho <i>crayon</i>	Mariana Albuquerque
Carlos Gomes	Firmo Cardoso	Roberto Collin	Pastel	Arquivo Público
D. J. Affonso Torres	M. Braga Ribeiro	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Cabido da Sé do Pará
Dr. Joaquim Freiras	Firmo Cardoso	Desconhecido	Fotografia	Sr. Francisco Castro
Júlio Cezar R. Souza	T. C.	Sr. Oliveira	Fotografia	Photographia Oliveira
Dr. Vicente Miranda	P. C.	Desconhecido	Fotografia	Sr. Pedro C. Miranda
Cons. Tito Franco	Ignacio Moura	M. Lassance P. Souza	Desenho <i>crayon</i>	IHGP
Barão do Rio Branco	Firmo Cardoso	Desconhecido	Fotografia	Photographia Oliveira
Henrique Gurjão	Alves da Cunha	Chripim do Amaral	Desenho <i>crayon</i>	Dr. J. Cyriaco Gurjão
Dr. Carlos Novaes	Demetrio Rodrigues	Sr. Rossi	Fotografia	Demetrio Rodrigues
Antonio N. M. Baena	Ignacio Moura	Mathieu Deroche	Pastel	Sr. Baena
Dr. Olynto Meira	Dr. Augusto Meira	Lourdes de Oliveira	Fotografia	Dr. Augusto Meira
Barão de Guajará	Bertholdo Nunes	Christina A. de Souza	Pint. Óleo s/tela	Baronesa do Guajará

Con. Siqueira Mendes	Alves da Cunha	C. Teixeira	Desenho <i>crayon</i>	Liceu Paes de Carvalho
Visconde de Arary	Antonio Chemont	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Baronesa do Guajará
General Gurjão	Alves da Cunha	Desconhecido	Litografia	Dr. J. Cyriaco Gurjão
Fr. Gil Vilanova	Um Marista	Desconhecido	Fotografia	Seminário do Carmo
João Diogo Malcher	Firmo Cardoso	Vienoi & Morisset	Pint. Óleo s/tela	Intendência Municipal
Dr. Augusto Pinto	Dr. Octaviano Pinto	E. Vallois	Fotografia	Dr. Octaviano Pinto
Gal. Bento Fernandes	Ignacio Moura	Desconhecido	Desenho <i>crayon</i>	Palácio do Governo
José F. de Mello	Ignacio Moura	Sr. Oliveira	Fotografia	Artística Paraense
General Andrea	M. Braga Ribeiro	Adalberto Lassance	Desenho <i>crayon</i>	IHGP
Dr. José G. Malcher	Alves da Cunha	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Intendência Municipal
Cel. José A. Roso	Firmo Cardoso	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Palácio do Governo
Heraclito Romano	Ignacio Moura	J. Girard	Fotografia	Dr. Joaquim Cabral
Luiz da C. Carvalho	Ignacio Moura	Desconhecido	Fotografia	Artística Paraense
Major J. V. Cabral	Ignacio Moura	Vienoi & Morisset	Pint. Óleo s/tela	Dr. Joaquim Cabral
Visconde de S. Elias	M. Braga Ribeiro	Desconhecido	Fotografia	Associação Comercial
Francisco S. Castro	Ignacio Moura	Desconhecido	Fotog. em porcelana	Dr. Liberato Castro
Cel. Benedito Valente	Ignacio Moura	Sr. Oliveira	Fotografia	Sr. Raymundo Valente
J. M. do Nascimento	Ignacio Moura	Desconhecido	Desenho <i>crayon</i>	Palácio do Governo
Soares Carneiro	M. Braga Ribeiro	J. Ramos	Desenho <i>crayon</i>	Sr. Joaquim Carneiro
José Veríssimo	Ignacio Moura	F. Malaguerti	Pint. Óleo s/tela	Liceu Paes de Carvalho
D. Pedro II	José P. Neves	J. Maximiano Mafra	Pint. Óleo s/tela	Dr. Abel Chermot
Barão de Marajó	Jayme Abreu	Maurice Blaise	Pint. Óleo s/tela	Intendência Municipal
Dr. Américo S. Rosa	Dr. Henrique S. Rosa	Maurice Blaise	Pint. Óleo s/tela	Dr. Henrique S. Rosa
João Augusto Corrêa	M. Braga Ribeiro	Desconhecido	Fotografia	Associação Comercial
João G. da C. Cunha	M. C.	Vasquez	Fotografia	Associação Comercial
Gomes F. de Andrade	M. Braga Ribeiro	Carlos Hofrichter	Pint. Óleo s/tela	Intendência Municipal
Antonio R. A. Pinto	Ignacio Moura	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Correios do Pará
Dr. Jacques Huber	Jayme Abreu	J. Girard	Pint. Óleo s/tela	Museu Goeldi
Dr. R. Nina Ribeiro	Ignacio Moura	De Angelis	Pint. Óleo s/tela	Dr. Nina Ribeiro
Des. J. R. de Souza	Ignacio Moura	João Affonso	Pint. Óleo s/tela	Viúva R. de Souza
Dr. Manuel Carvalho	M. Braga Ribeiro	Maurice Blaise	Pint. Óleo s/tela	Inst. G. Bittencourt
Manoel L. de Mattos	M. Braga Ribeiro	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	D. Lourença Mattos
Juvenal Tavares	M. Braga Ribeiro	Manoel Pastana	Pint. Óleo s/tela	Dr. Azevedo Ribeiro

Honorio J. dos Santos	M. Braga Ribeiro	A. Santos	Pint. Óleo s/tela	Dr. Cypriano Santos
Tenreiro Aranha	Ignacio Moura	Augusto C. Barradas	Pint. Óleo s/tela	Major Bento Aranha
Pedro da Cunha	M. Braga Ribeiro	Leonel	Desenho <i>crayon</i>	Dr. José Figueiredo
Guilherme F. Cruz	Dr. Eladio Lima	Desconhecido	Fotografia	Dr. Eladio Lima
Arthur Vianna	Ignacio Moura	P. Campofiorito	Desenho <i>crayon</i>	Arquivo Público
Visc. de Souza Franco	Firmo Cardoso	Carlos de Azevedo	Pint. Óleo s/tela	Liceu Paes de Carvalho
D. S. Ferreira Penna	Firmo Cardoso	Adalberto Lassance	Desenho <i>crayon</i>	IHGP
D. Romualdo Coelho	M. Braga Ribeiro	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Cabido da Sé do Pará
D. Macedo Costa	Firmo Cardoso	Carlos Hofrichter	Pint. Óleo s/tela	Cabido da Sé do Pará
D. Romualdo Seixas	M. Braga Ribeiro	A. J. Velasco	Pint. Óleo s/tela	Cabido da Sé do Pará
Couto de Magalhães	M. Braga Ribeiro	Lourdes de Oliveira	Pint. Óleo s/tela	Intendência Municipal
Cel. João de Moura	Z. M.	De Angelis	Pint. Óleo s/tela	Ignacio Moura
Manuel R. J. Ribeiro	Ignacio Moura	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Dr. Nina Ribeiro
Dr. J. L. Paes de Souza	Bento Aranha	Desconhecido	Pint. Óleo s/tela	Dr. Octaviano Pinto
Frederico Costa	Ignacio Moura	R. G. Costa	Pint. Óleo s/tela	Dr. J. M. MacDowel
Dr. A. F. Pinheiro	L. C.	Batard & Cia.	Fotografia	Dr. Liberato Castro

Fonte: *Catalogo da Primeira Série de uma Galeria Histórica*. Belém: Typ. Oficial, 1918

(FIGUEIREDO, 2001, p. 153-155)

A galeria foi, então, comentada pela imprensa não como uma tradicional exposição de natureza artística, mas como obras de *grandes professores de nossos fastos do passado*, sendo citado cada vulto homenageado – o que, na galeria, era acompanhado de uma pequena nota biográfica. O espaço ganhou ares de *templo*, e os heróis, *figuras sacro-cívicas*, cujas vidas seriam lições patrióticas para a formação cidadã.

Muito mais do que uma simples estima pelo passado, esses intelectuais procuraram descobrir, registrar e traduzir antigos fatos, nomes e episódios que eles próprios consideravam desaparecidos da memória do povo. O desprestígio da história era maior até do que o das tradições populares – como as lendas amazônicas, os antigos batuques e carimbós, e os próprios tipos humanos regionais – que também encontravam-se em vias de extinção. No ano seguinte à galeria histórica, o repórter Julio Lobato, da *Folha do Norte*, recordava as enormes dificuldades que os jornalistas, redatores e os demais trabalhadores da imprensa vinham tendo desde a fundação de sua associação, em 1912, para retomar, no gosto do público, o interesse pela história da nação. “Aqui quase ninguém cultivava o civismo”, reclamava, explicando a seguir que o problema começava “pelas escolas, onde as preleções para relembramento dos feitos dos nossos antepassados estavam abolidas das obrigações dos mestres-escolas”. Sem o menor receio, impingia toda a culpa no cidadão

comum que havia de ser acordado do marasmo cívico em que se encontrava [...]. Decretando a morte do passado, os homens da imprensa, com sua labuta diária, teriam restituído-lhe a vida. Inaugurava-se no Pará um interesse pela popularização de relíquias históricas e pela divulgação dos registros do passado em espaços e logradouros públicos (FIGUEIREDO, 2001, p. 160).

Desse modo, fez parte do discurso dos periódicos diários das primeiras décadas republicanas no Pará a afirmação de uma missão dupla: a *cobertura analítica* das iniciativas realizadas pelos letrados e suas agremiações científicas pelo resgate dos feitos e personagens esquecidos ou obliterados da memória pública, em muitas das quais os mesmos jornalistas, e também intelectuais e artistas, eram associados; e a própria *formação histórico-patriótica* que esta comunicação empreenderia, por tabela. Se estabelecia, assim, um ponto de referência entre um passado de *marasmo cívico* e o futuro de uma nacionalidade moderna, ancorada em novas interpretações de narrativas tradicionais acessíveis a todos os cidadãos.

Uma maneira de garantir essa acessibilidade, à exemplo da *galeria histórica*, foi com a celebração atualizada dos principais marcos da cronologia política brasileira, inclusive as anteriores à 1889. As narrativas originais sobre os fatos, episódios e vultos históricos resgatados por essas iniciativas artístico-intelectuais institucionalizadas – e mesmo a composição de um léxico próprio, com os conceitos de *independência*, *adesão*, *emancipação política*, *libertação*, *vida livre* (FIGUEIREDO, 2001) – se materializou na promoção de grandes cortejos de autoafirmação republicana, e sua publicização maciça nas páginas dos jornais, garantindo a repercussão da estratégia de propaganda do regime, para o bem e para o mal, quer dizer, entre louvores rasgados e críticas ferrenhas. A maior parte dessa repercussão, por sua vez, assentou-se na avaliação da *participação popular* nessas manifestações.

De um modo geral, foi bastante equilibrada a frequência das narrativas que apresentaram uma perspectiva positiva ou negativa a respeito do engajamento popular nas comemorações públicas da *Independência do Brasil* e da *Adesão do Pará*. Ainda assim, predominou nos periódicos diários a interpretação de que o *sentimento cívico* foi, de algum modo, prejudicado com a ascensão da República. Nesse caso, as representações principais descrevem um povo desinteressado, desiludido ou apático em relação às festividades, seja pelo descaso do governo com a educação cívica, seja pela ineficiência dos seus onerosos esforços, com os quais a população não conseguiria se relacionar.

As comemorações oficiais seriam recebidas “com a mesma indiferença, com que, de uns tempos a esta parte, passam, quasi despercebidas, as datas que mais justificados jubilos nos deviam despertar, pelas gratas e sublimes evocações que nos trazem”²³⁹. Nenhum cortejo evocaria do povo “alem do que já a nossa indiferença se habituou a vêr”²⁴⁰. “A pasmaceira dos dias de festa... sem festa”²⁴¹. Em certa altura, esta postura da população em relação à celebração da emancipação política da Nação é ainda comparada com a de outros povos, já que: “Em toda a parte, a data da Independencia é um dia de festa nacional”; no entanto, “nós não possuimos esses impulsos sagrados que sentem aquelles que resgataram com o sangue generoso a liberdade do seu paiz. E por isso o anniversario da nossa alforria politica passa sem domonstrações accentuadas de jubilo popular”²⁴².

Esta é uma primeira – e, relativamente, isolada – proposição interpretativa para a indiferença da população em relação às comemorações da *Independência do Brasil*. O fato da nossa emancipação ter se realizado diferente de diversos outros exemplos entre os países vizinhos, quer dizer, sem uma guerra civil ou uma revolução sangrenta, e com a continuidade da família e do sistema monárquico, explicaria o problema. Consequentemente, esse argumento absolveria a República da apatia popular em relação à data cívica, uma vez que, se a razão está no fato histórico em si, na origem da Nação, esta seria uma questão desde os tempos do Império. No entanto, muito mais recorrentes foram as críticas que atribuíram ao novo regime a causa do *embróglio*.

Em sua maioria, as *críticas* foram estruturadas tomando como referência um passado abstrato, implicitamente anterior a 1889, que teria sido fértil em manifestações desse *sentimento cívico* popular, genuíno e espontâneo. Pois, teria havido um tempo, “quando outras eram as condições do povo, quando a este ainda assistia o direito de crer e esperar, que essas datas, com a refulgências de suas nobres significações, despertavam nas massas a fibra do entusiasmo, que se traduziam em commemorações bellas e glorificadoras”. Já naquele momento, “Alem do que manda fazer a tarifa oficial nos dias de festa da República, nada mais, como se verá ocorrerá hoje que denuncie o jubilo popular”; porque “Um povo que soffre, já o dizemos, não póde ter alegrias”. Disso decorreria mais um *7 de Setembro* “sob as sombras da tristeza costumada”²⁴³.

²³⁹ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1902, p. 1.

²⁴⁰ FOLHA DO NORTE, 8 de setembro de 1909, p. 1.

²⁴¹ FOLHA DO NORTE, 8 de setembro de 1900, p. 2.

²⁴² FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1906, p. 1.

²⁴³ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1901, p. 1.

Quinze anos depois dessa denúncia, a *Folha do Norte* permanecia relatando, no aniversário da Independência, a “data maior da nossa patria”, que a festa nacional se dava “sem esse entusiasmo natural de um povo pelos feitos dos seus antepassados, pelas datas gloriosas da sua historia, por lhe faltar o estímulo dos poderes publicos”, posto que, em suas solenidades comemorativas, “não se verifica uma de carater inteiramente popular, em que vibre a manifestação ruidosa pela patria”²⁴⁴. Manifestação popular que deveria ser correspondente à expressividade grandiosa da data no calendário cívico da Pátria, e “se-la-ia, realmente, se já estivesse propagada a educação cívica”²⁴⁵.

A falta de investimento em *educação cívica* é, portanto, verbalmente assinalada como a causa. E seria uma das funções sociais da imprensa esta denúncia, já que: “Estristece essa verdade, mas deve ser dita, para levantarmos o sentimento patrio, os deveres civicos”. Verdade essa que deveria ser lida como um “appelo á mocidade, cheia de esperanças, e de impulsionamentos pelo engrandecimento da patria: apothosemos as nossas datas celebres, incentivando o amôr da patria por todas as camadas sociaes”²⁴⁶. Foi observada, ainda, em uma narrativa específica, nos primeiros anos do regime republicano, a vinculação desta necessária *educação cívica* a um dado problema *atávico* do povo brasileiro:

Volvem-se os olhares da nação, n’este dia, para os resolutos patriotas que realizaram a independencia politica do Brazil, - determinando-lhe a acceleração dos progressos, a sua rapida intromissão no concerto universal dos povos livres.

A displicencia, que é uma das caracteristicas da alma do brasileiro, - no qual tem faltado até hoje o calor de uma forte e disciplinada educação civica, - não abre aso ás ruidosas expansões com que outras nacionalidades, mesmo da nossa vizinhança, commemoram a sua independencia. Nem por isso, contudo, deixa o brasileiro de despertar n’esta data um tantinho emocionado, com um pensamento nobre voltado os factores do evento – e esta rapida lembrança, por fugaz que seja, é a homenagem sincera do espirito da nação.

Que se conserva attento, sob as apparencias de uma indifferente frieza, poderíamos proval-o sem difficuldade, recordando a valorosa energia, o açodamento juvenil com que todos se alevantam, cada vez que a sombra de uma ameaça provoca o arrepio de uma provocação séria, quanto á integridade nacional. Fundamentalmente conservador, não obstante os seus impetos superficiaes de indisciplina, o cidadão brasileiro ama a sua terra, com os mesmos zelos de insondavel carinho que é a face mais docemente grata e mais gratamente piedosa da incomparavel mãe brasileira.²⁴⁷

²⁴⁴ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1916, p. 3.

²⁴⁵ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1911, p. 1.

²⁴⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1916, p. 3.

²⁴⁷ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1901, p. 1.

A *displícência* é, assim, apontada como uma característica da alma do brasileiro, que impediria a manifestação de ruidosas e expansivas comemorações da Independência, como acontece no caso de outras nações, inclusive nossas vizinhas. Mas esta espécie de defeito natural poderia ser combatido com *o calor de uma forte e disciplinada educação cívica*. Na Amazônia, um dos principais expoentes da Geração de 1870, da *política científica* no interior da elite política e intelectual da Província do Pará, José Veríssimo²⁴⁸ participou deste debate sobre a *indolência da raça*, incorporando algumas de suas posições, como o endosso à agricultura, o trabalho sedentário e imigração estrangeira, embora tenha incluído dois elementos novos: a *educação* e a *mestiçagem* (MORAES, 2015; FRANÇA, 2004)²⁴⁹.

Em *A Educação Nacional* (1890), Veríssimo apresentou um diagnóstico sobre a ausência de um *sentimento nacional*, cuja unidade seria *física, moral e intelectual* – bases para a construção da identidade, uma vez que “carecemos primeiramente ser brasileiros”²⁵⁰. Ele afirmava: “estudemos tudo e todos, e principalmente estudemos a nós mesmos”²⁵¹, nossas tradições, costumes e natureza. Uma investigação que partia de uma experiência particular, um ponto de vista específico, *amazônico*, para pensar a nacionalidade brasileira. Portanto, precisávamos, em primeiro lugar, de *educação nacional*, já que o conhecimento, na articulação entre regional e nacional, fomentaria a a identidade e o sentimento de *ser brasileiro*, o “amor da pátria alenta-se do conhecimento do seu passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro”²⁵² (MORAES, 2018).

Com efeito, a narrativa do jornal também afirma que o *sentimento cívico* estaria, sim, presente em cada brasileiro, podendo ser despertado, em maior ou menor medida, de acordo com a ocasião. Este amor à Pátria alcança materialidade em homenagens sinceras do espírito da nação, que evocariam desde a menor emoção, a lembrança fugaz, o pensamento nobre, em relação às celebrações públicas; até expressivas manifestações diante do perigo de situações de séria ameaça

²⁴⁸ José Veríssimo de Mattos nasceu em Óbidos, no oeste do Pará, em 1857. Sua carreira intelectual iniciou na capital paraense, entre 1877 e 1890, e continuou no Rio de Janeiro, de 1891 a 1916 – ano do seu falecimento. Ficou conhecido como um grande intérprete da cultura e sociedade amazônica e um dos principais críticos da história literária no Brasil, ao lado de Araripe Jr. e Sílvio Romero, entre o final do século XIX e o início do XX. Das atividades profissionais no Pará, destacaram-se aquelas dedicadas a instrução pública, como a fundação da *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*, em 1883-1884, e o *Collegio Americano*, de 1884-1890, que visavam reformar a sociedade, sob os auspícios da Geração de 1870 (MORAES, 2018).

²⁴⁹ Este tema será desenvolvido no capítulo a seguir.

²⁵⁰ VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Belém: Editores – Tavares Cardoso & C^a Livraria Universal, 1890, p. 24.

²⁵¹ Ibid., p. 25-26.

²⁵² Ibid., p. 24.

à integridade nacional. Portanto, desse ponto de vista, o sentimento que existe, está lá, ainda que, na superfície, o brasileiro aparentasse frieza ou indisciplina.

Veríssimo ainda transcreveu, no mesmo livro, um trecho de seu ensaio publicado no *O Liberal do Pará*, de 12 de janeiro de 1879, no qual afirmava:

Causou-nos sempre – já notava eu, perdoem-me lembral-o, ha dez annos – e causa-nos ainda profunda impressão, o caracter frio, sem enthusiasmo, sem vida, das nossas festas tão em contradicção com a nossa esplendida natureza... Os grandes dias nacionaes, passamos despercebidos, quasi esquecidos. Que sentimento desperta a data da nossa independencia, essa data tão festejada por todos os povos? Nenhum, o povo vê-a passar todos os annos, com um indifferentismo glacial. Será por convicções politicas? Os outros dias nacionaes, 25 de março, o juramento da Constituição; 7 de Abril, uma bella pagina da nossa historia, a expulsão de Pedro I, nem são lembrados sinão por algum jornalista obrigado pela sua profissão a uma noticiasinha, ou pelo mundo official. Acaso este povo nega o seu apoio moral á lei fundamental do imperio, ou pensa que o que fizeram os homens de 1830 foi um erro politico? Duvidamos

Mas então porque os grandes dias da patria que despertam lá fóra [na Europa e nos Estados Unidos o enthusiasmo mais ruidoso nas grandes festas populares com que se solemnizam esses dias, aqui conseguem apenas accender algumas pallidas e tremulas luminárias em cuja luz vacillante parece retratar-se a tibieza das crenças d'aquelles que as accendem? (VERÍSSIMO, 1890, p. 43-44).

As narrativas históricas publicadas nos jornais paraenses nas primeiras décadas da República demonstraram, acima de tudo, o quanto estes intelectuais que circulavam nos cargos da Instrução Pública, nos institutos científicos, nos periódicos diários, nos circuitos artísticos, enfim, foram muito ativos na construção da memória dos *grandes dias nacionais*. E, pela forma como narravam a história nacional, articulados com eventos da história regional, articulavam passado, presente e futuro, conforme suas teias de relações de poder e interesses políticos e culturais, pessoais e coletivos (MORAES, 2018).

Mesmo nas narrativas que apresentaram uma perspectiva negativa em relação à recepção do povo aos festejos cívicos republicanos, há indícios de uma interpretação esperançosa sobre o futuro ou, pelo menos, indicações de possíveis caminhos para a resolução do problema. E a educação cívica permanece sendo a principal sugestão, para que, a despeito das “sombras da tristeza costumada”, nós “não percamos a esperança de que um dia, regenerada esta República, entregues os seus destinos a outras consciências ainda elle poderá trazer á alma brasileira as

sagradas expansões dos grandes jubillos”²⁵³. A expectativa seria, portanto, “que para lá caminhamos”²⁵⁴.

Em 1911, ainda na *Folha do Norte*, também se apontava para a perspectiva de que parecia que os piores tempos já estavam sendo superados: “Depois de haver passado alguns annos despercebida uma das datas historicas do Pará – aquella em que se commemora a sua adhesão á Independencia do Brazil”, e mesmo que “ainda não tenham a sumptuosidade, a expansão de jubilo incontido, a communhão alacre de todas as classes”; já seria possível, pelo menos, considerar “significativos e prommetedoras de que para o futuro essa data que é toda nossa e que representa homenagens a abnegados patriotas que luctaram pelo engrandecimento de sua terra, terá a consagração devida, nos arroubos entusiasticos da mocidade e de todos os nossos concidadãos”²⁵⁵. Por isso, “demos graça por não passar de tudo despercebido o memoravel acontecimento da historia paraense”²⁵⁶.

Em 1918, o despertar do sentimento patriótico, que “estava adormecido apenas”, teve um nome como responsável: “para despertal-o foi bastante achar-se a frente do governo o vulto illustre do notavel brasileiro, filho desta terra, que é Lauro Sodré”²⁵⁷. Lauro Sodré foi um dos maiores expoentes do republicanismo paraense, fundador do Clube Republicano no Pará (1886), redator do programa dos *republicanos históricos*, e primeiro governador constitucional do Pará (1891-1897). Esta notícia, entretanto, é publicada quando do seu segundo mandato (1917-1921), na *Folha do Norte*, um dos postos avançados da propaganda republicana no Pará, especialmente aquela personificada na sua figura, que ficou conhecida como o *laurismo*. Dessa forma, a consolidação da República e o seu legado orientaram boa parte da disputa oligárquica acerca das transformações materiais e simbólicas do processo de modernização e do imaginário político do regime *no coração do povo* (COELHO, 2002).²⁵⁸

²⁵³ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1901, p. 1.

²⁵⁴ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1911, p. 1.

²⁵⁵ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1911, p. 1.

²⁵⁶ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1914, p. 2.

²⁵⁷ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1918, p. 1.

²⁵⁸ Lauro Nina Sodré e Silva, natural de Belém, nasceu em 1858. Realizou os estudos primário e secundário na capital paraense. Como sua família não tinha recursos para mandá-lo estudar nas faculdades de direito, em 1877 ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, graduando-se em Ciências Físicas e Matemáticas. Benjamin Constant era professor na instituição, cuja postura política republicana e positivista, iniciou uma geração de jovens no debate político. Lauro Sodré era um desses jovens e assumiu as bandeiras da República e da Abolição. Retornou à Belém, em 1883, iniciando a propaganda republicana que viria a se consolidar, em 1886, com a fundação do Club Republicano no Pará e a criação do seu jornal oficial, A República. Com a proclamação da República, Lauro Sodré foi eleito o primeiro governo republicano no Pará, cumprindo mandato entre 1891 e 1897 (COELHO, 2006).

No caso dos festejos do *15 de Agosto*, “dia tão querido aos paraenses”²⁵⁹, o panorama traçado não é muito diferente: “Nunca, como na phase actual, parassaram tão despercebidos á alma publica os grandes dias da Patria”. Os festejos, “rutilantes na sua significação historica”, passariam sem qualquer impacto aos olhos de um povo apático, que não se detinha nem “ao menos para contemplal-os e evocar os feitos que rememoram”. Isso demonstraria que “entre nós perdeu já as antigas vibratilidades, as sensibilidades supremas, a fibra patriotica, - essa mesma fibra que nos enche a historia de heróes e produziu feitos de que se desvanece a nossa nacionalidade”²⁶⁰.

Da mesma forma que nas notícias sobre o *7 de Setembro*, o passado é descrito como um tempo de engajamento popular “em que a comprehensão do dever civico não andava em crise, como, afinal, tudo anda agora, o dia era de festa, manifestando-se amplamente o regosijo do povo”²⁶¹. “Que de enthusiasmos, que de festas deslumbrantes não provocava antigamente em todas as classes”, “que alvoroço radioso não ia por toda esta população, em tempos não remotos, no dia 15 de Agosto!”²⁶².

Tempos de “grandes e magnificos cortejos, serões litterarios, marchas *aux flambeaux*, sessões civicas”²⁶³, “brilhantes festas com iluminação e embandeiramento não só dos edifficios publicos e repartições, cortejos civicos imponentes em que eram conduzidos carros allegoricos”. Por toda a cidade, “viam-se casas embandeiradas, ostentando, á noite, balões chinezes, multicores”²⁶⁴. “Acclamava-se os nomes dos patriotas martyres e gloriosos, da patria, do imperador, da provincia uma ou outra vez dos chefes dos partidos que se degladiavam no poder, e isso sem resentimentos que se existiam, desapareciam no momento em que se glorificava a patria”; e, por muito tempo, eram “o assumpto das conversações em todas as rodas as festas de 15 de agosto, que deixavam saudades”²⁶⁵. Quando “o entusiasmo vibrava então alto, muito alto, comunicando-se a todos e demonstrando o valor de um povo que ainda podia crêr e ainda podia ter esperanças”²⁶⁶.

Todas essas festas sumptuosas, em que o povo manifestava francamente o seu patriotismo, alevantado, enthusiastico, não pesavam nos cofres do municipio e da provincia.

²⁵⁹ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1921, p. 1.

²⁶⁰ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1901, p. 1.

²⁶¹ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1914, p. 2.

²⁶² FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1901, p. 1.

²⁶³ Id.

²⁶⁴ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1906, p. 1.

²⁶⁵ Id.

²⁶⁶ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1901, p. 1.

Os embandeiramentos das ruas, a iluminação das casas, os fogos de bengala, os castellos que se erguiam, era feito pelo povo, á sua custa com producto de [ilegível] verdadeiramente espontaneas.

A republica parece que veio entorpecer os sentimentos patrioticos do povo paraense, que já não se expande, por mais que se façam festas em que o Estado e o municipio gastam centenas de contos de réis, dando-lhes tons phantasticos e retumbantes. Assistidos com indiferença.

Vi as manifestações de hontem; umas officiaes, com toques de alvorada e recolher, melhoramento de rancho, salvas de artilharia, illuminação dos edificios publicos, [ilegível] feita do palacio do governo; outras, promovidas por associações com fins lucrativos, como corridas a pé, de bicycleta, etc. ou commemorativas da sua fundação; ainda ouras, como espectaculos.

Mas quem viu se expandir a alma popular nessas manifestações?

Quem viu casas particulares com bandeiras ou balões chinezes?

Quem ouviu sequer um viva á – Independencia, aos martyres paraenses, aos promotores da adhesão do Pará á independencia brasileira?

Ninguem. Tudo correu evidenciando que o povo não tem nem póde ter alegria; que vive sob uma pressão ferrenha, sem liberdade, sem garantia, espoliado completamente, agonizando ao ver a sua patria em plena bancarrota, endividada até á raiz dos cabellos e entregue á ganancia do agiota que por fim mandará [ilegível] na porta o annuncio de venda para assim se desfazer dos calotes que lhe foram pregados.

O brinde de 15 de agosto deste anno dado pelos representantes do municipio é mais um emprestimo de três milhões de libras esterlinas.

E a artilharia estadual salvou...

Foram as primeiras honras funebres.²⁶⁷

Neste excerto da *Folha do Norte*, de 1906, assinado por Ildefonso Tavares, o pretenso fracasso das comemorações da *Adesão do Pará* à Independência em contar com a participação popular é vinculado a um tema recorrente nesse tipo de notícia nos periódicos: a *questão financeira*. As festas cívicas republicanas são descritas como um peso aos cofres públicos, que não alcança o seu objetivo, pois o povo permaneceria indiferente. No passado, essas manifestações patrióticas teriam sido encabeçadas pelo povo, verdadeira e espontaneamente. Na República, no entanto, uma espécie de entorpecimento, “parecendo que havia amortecido em nós o sentimento do patriotismo”²⁶⁸, o que seria condizente com a situação da população pressionada, sem liberdade, sem garantia e espoliada, pois que “em outras éras se celebrava, sem a intervenção dos governos, por exclusiva iniciativa do povo!”²⁶⁹.

Cinco anos antes, essa também era a tônica dada à notícia das comemorações públicas do *15 de Agosto*, no mesmo jornal paraense. A particularidade estava, por sua vez, numa caracterização menos onírica do passado:

²⁶⁷ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1906, p. 1.

²⁶⁸ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1918, p. 1.

²⁶⁹ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1901, p. 1.

É que este, naquelles tempos, comquanto sob um regimen de accordo com o seu ideal politico e sem as condições precisas para felicitar o paiz não tinha ainda perdido, como succede hoje, ao sopro de amargas desillusões, a confiança e a fé.

O character em geral mantinha-se integro, e os processos postos em pratica pelos governos para manterem-se no poder e para fazerem [ilegível], não operavam os abastardamentos e as torpes apostasias a que actualmente a gente assiste com um profundo sentimento de revolta.

As eleições eram com effeito uma mentira, mas não a mentira desfarçada e impudente que ellas são hoje; a vida era abrohada de difficuldades, é certo, mas não arrastava o proletario aos sacrificios e ás amarguras a que arrasta hoje; e na arte de enricar á custa de posições officiaes não havia o despudor de que se faz praça nos dias que correm. Os governos mandavam tambem espancar e eliminar os que os incomodavam e convertiam-se em estorvos no seu caminho, mas faziam-n'o sem o desplante de hoje, com cautella e algum respeito pela opinião publica. E no dia seguinte a sua imprensa, contrariamente ao que faz a imprensa situacionista que troça as victimas e lhes arranja conquistas amorosas mal succedidas, era a primeira a [ilegível] o facto, a assegurar que se havia de fazer a luz sobre o occorrido, pondo mandatarios e mandantes ao abrigo da suspeita e da condemnação publica.

Havia mais pudor na infamia, se me permitem a expressão.

E entretanto que bella, que lisonjeira seria a nossa situação de hoje, se tudo que se tem ahi feito não estivesse errado, se a Republica fosse patrioticamente comprehendida, como o regimen da verdadeira democracia, tal qual é, como o único capaz de fazer de nós uma nação grande, nobre e profundamente feliz!

Emquanto perdurarem as tristes condições que a ambição dos dominadores creou para o povo, suffocando-lhe todos os sublimes assomos, os grandes dias da Patria hão de passar como estão passando – apenas ao som das salvas officiaes.²⁷⁰

O tempo da monarquia é aqui descrito positivamente, mas com aspectos negativos que tornam a comparação mais complexa e, ainda assim, embasam a crítica ao tempo presente daquele contexto. No passado, *havia mais pudor na infamia*: os carâteres eram mais íntegros; a política menos descarada, no sentido do enriquecimento pessoal às custas de posições officiaes; a imprensa menos parcial; o governo promovia falsas eleições, era violento e corrupto, mas não no grau que então se observava sob o regime republicano. No entanto, o esvaziamento popular nas festividades do novo regime não seria culpa da República, em si – *regimen da verdadeira democracia, único capaz de fazer de nós uma grande nação nobre e profundamente feliz* – mas da ambição dos dominadores.

Em outros tempos, que não vão longe, era um dia de festas e regosijo publico, festas estas feitas pelo povo e das quaes participavam todas as camadas sociaes de Belem.

De há annos pra cá já tem mesmo havido occasião em que passa por completo despercebida a data paraense.

A não ser as demonstrações officiaes dos dias chamados de festa nacional, e constantes de alvorada em frente aos quarteis estaduaes e municipaes, hasteamento de pavilhão nacional, etc., ou outra manifestação de alguma agremiação particular, o quinze de agosto não desperta mais o enthusiasmo de outr'ora, a começar entre a creançada das escolas e os

²⁷⁰ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1901, p. 1.

operarios das officinas até as mais altas corporações, todos empenhados noutro tempo em dar maior realce aos festivaes do dia.

Tudo passou, parecendo que tambem diminuiram as vibrações do patriotismo, atrophiado pela desilusão dos homens que dominam.

Nas festas de quinze de agosto, antigamente, havia as subscrições populares, feitas nos clubs, muitos dos quaes eram organisados para tal fim entre os moradores da cidade, e aqueles que, por um motivo qualquer, deixavam de concorrer ás listas, faziam particularmente as suas manifestações, embandeirando as fachadas de suas casas, illuminando-as com balõesinhos e lampeões multcores.

Nos recantos mais afastados, encontravam-se casas engalanadas, e isso para não falar no qua ia pelo centro, vendo-se pelas praças principaes allegorias allusivas á campanha da independencia.

Belem movimentava-se ao cahir da tarde e à noite estava na rua no grande prestito *aux-flanbeaux*.

E toda essa festa, monumental, não pesava sobre os cofres da antiga provincia ou da camara municipal.

As festas patrioticas hoje saem caras, carissimas, e dão motivo a recheiar de dinheiro os bolsos de certos felizardos.

Por muito que se gaste para que ellas tenham brilhantismo, quando o povo comparece é por mera curiosidade, sem entusiasmo, pois sabe que tem de pagar o que vê com lingua de palmo.

Tais festas são o annuncio de que lhe vão ser augmentados os impostos, de que lhe serão creados mais monopolios para extorquir-lhe o ultimo vintem e tirar-lhe a camisa do corpo.²⁷¹

Mais uma vez, temos a ideia de um passado no qual as manifestações autônomas e genuínas do povo no passado contariam com a participação de todas as camadas sociais, em regozijo coletivo. Em contraposição, as datas cívicas na República passariam, muitas vezes, totalmente despercebidas, restritas apenas a demonstrações oficiais, sem a participação de todas as camadas sociais, em um regozijo coletivo, e sem onerar os cofres públicos, porque contavam com a manifestação autônoma do povo. No início do século XX, elas teriam sido reduzidas “ao feriado, com o fechamento das repartições publicas e uma ou outra sessão solenne, cujo fim não é, especialmente, commemorativo á data”²⁷².

Já nas narrativas que apresentaram uma *perspectiva positiva* em relação ao envolvimento popular nas comemorações do calendário cívico republicano, houve duas principais interpretações: a de que este *sentimento cívico* se desenvolveu com o novo regime, florescendo em todas as classes e “em todos os pontos do territorio brasileiro onde têm chegado as luzes da civilização”, nos quais se compartilharia o “justo orgulho de seu patriotismo triumphante”²⁷³, “n’uma fulguração patriotica que logo resplandece na alma brasileira”²⁷⁴; e a de que esse sentimento se manteve, quando “essa

²⁷¹ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1909, p. 1.

²⁷² FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1906, p. 1.

²⁷³ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1899, p. 1.

²⁷⁴ A PROVINCIA DO PARÁ, 6 de setembro de 1905, p. 1.

data surge no nosso olhar com o mesmo fulgor, a mesma intensidade de patriotismo”²⁷⁵, e “em todos os corações sentimentos de intenso patriotismo, esquecendo todos, por momentos, as luctas e distincções sociaes para confraternisar nos [ilegível] d’um verdadeiro jubilo”²⁷⁶.

Também em relação ao *15 de Agosto*, fala-se do “privilegio da evocação patriótica, comunicando á alma dos paraenses o fogo sagrado das maiores exaltações e dos mais vivos enternecimentos”. Dia de “de triumpho e de glorificação”, em que “a cidade se levanta, [ilegível] e vibrante, para o culto de seus antepassados”. Uma data, ao mesmo tempo, “mercantil e historica”, que “pertence ao presente e pertence ao passado, na reviviscencia dos seus martyres e dos seus heróes, daquelles que a integraram na solidariedade nacional, conferindo-lhe emancipação e lançando os fundamentos da sua grandeza futura”²⁷⁷.

A aproximação entre “governo e povo, na mesma fraternização de sentimentos civicos”²⁷⁸, “legitimos representantes”²⁷⁹ da Pátria, estabelece a afirmação direta e contrária à representação difundida pelas narrativas em questão acerca da alienação da população em torno dos símbolos e eventos oficiais da República. Em uma delas, a estrutura argumentativa é, efetivamente, invertida, e o passado monárquico passa a ser representado pela indiferença popular. A mudana operada nas esferas oficiais, em relação às grandes datas, teria gerado o “contraste com a frieza do governo anterior, e essas publicas demonstrações de civismo, certo, bastante influem na grande massa anonyma que é o povo, aviventando-lhe os mais nobres sentimentos de amor patrio”. As festas, na República, entusiasmariam o povo, “que, desde as primeiras horas da manhã, se derramou alegre e festivo por todas as ruas da nossa *urbs*, igualmente festivas pelo concurso de seus moradores”²⁸⁰.

Nesses relatos de jornais, “todos a uma se unem, tocados do mesmo elevado sentimento de patriotismo, para cultuar a Patria maravilhosa e fertil que lhes deu o berço, que os ampara e os dignifica”²⁸¹. As efemérides são descritas como “ruidosas manifestações civicas que dispertam o povo brasileiro para consagrar hoje todas as suas alegrias á Patria livre nos transportando [ilegível] espirito, numa commovedora evolução do passado”²⁸². Tais celebrações genuínas descreditariam alguns ditos e escritos de jornais, por “agoirentas Cassandras”, que apostavam “que a data mais

²⁷⁵ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1920, p. 1.

²⁷⁶ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1913, p. 1.

²⁷⁷ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1923, p. 1.

²⁷⁸ FOLHA DO NORTE, 8 de setembro de 1910, p. 1.

²⁷⁹ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1898, p. 1.

²⁸⁰ FOLHA DO NORTE, 8 de setembro de 1910, p. 1.

²⁸¹ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1921, p. 1.

²⁸² A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1922, p. 1.

solenne e augusta da historia brasileira, - aquella que rememora a independencia nacional, - passaria inapercebida do povo, esquecida em meio á banalidade das velhas cerimoniaes officiaes”. “E quando o alvorecer do dia foi saudado pelas bandas marciaes nos quartéis da União, do Estado e do municipio, começaram aquellas tristes affirmativas a receber o mais eloquente *desmentido*”²⁸³.

Esses agentes boicotadores, “os lados o embuste consciente, a maledicencia preconcebida, o refalseamento, a indisciplina” não resistiriam ao “manto da verdade politica”. Por isso, “vêm-se agachados os apologistas da intolerancia partidaria, pregadores d’uma inquisição de nossa especie, cuja aspiração é a derrocada dos elementos estaticos da sociedade, arautos de ideas subversivas, apologistas da revolta a todo transe”. Eles seriam silenciados pelo “fogo vivo do amor à Republica é irmão gêmeo do ardor com que se esforçam pela ordem os espiritos conscientes de suas responsabilidades no convivio paraense”; pela “evolução normal dos factos, dentro da lei, do respeito á auctoridade, agindo cada qual na esphera de seus recursos mentaes e na orbita de suas funcções civicas pela grandeza da patria, que foi o escôpo supremo dos factores da independencia brasileira”²⁸⁴.

É possível que as narrativas ainda mais positivas referentes ao engajamento nas festividades cívicas republicanas sejam aquelas produzidas e/ou destinadas ao corpo militar, publicadas nos jornais. Nelas circulam, especialmente, representações sobre a importância da *educação cívica* e do *senso de responsabilidade* que devem ser recordadas nessas situações de celebração pública. Os dois excertos a seguir exemplificam esta característica:

Explicada, sumariamente, a historia da nossa emancipação politica, penso não será enfadonho lembrar a responsabilidade que têm todos os brasileiros e, particularmente, nós os militares perante a figura augusta da nossa gloriosa Patria.

Não é demais lembrar que todos os sacrificios serão poucos desde que se trate da defeza da integridade territorial e de honra nacional.

Si individualmente nos cumpre legar aos nossos descendentes o nome honrado dos nossos antepassados, cumpre-nos também entregar-lhes sem ultrajes o [*ilegível*] que representa a nossa soberania.

É necessario que conheçamos o nosso valor: sermos encarregados da guarda da nossa bandeira, symbolo da nossa nacionalidade, a qual hoje e sempre deverá tremular gloriosa sob a guarda do Porto Brasileiro, representado nas classes [*ilegível*].

É essa honrosa missão que nos [*ilegível*] e estou certo de que desempenharemos com garbo, cumprindo dessa forma o juramento que prestamos ao [*ilegível*] incorporada, ainda mesmo que se torne necessario sacrificio do nosso bem-estar, dos nossos interesses, de nossa familia e de nossa propria vida.

²⁸³ A PROVINCIA DO PARÁ, 8 de setembro de 1902, p. 2.

²⁸⁴ Id.

Hoje, ao commemorarmos o 98º anniversario da Independencia da nossa Patria, eu me congratulo comvosco, convidando-vos a perseguirdes na santa cruzada que luctamos.²⁸⁵

Camaradas! Commemora-se hoje, em todos os recantos do Paiz, o primeiro centenario da emancipação politica da nossa Patria.

Em cada municipio, desde o da Capital Federal para onde convergem todos os apparatus festivos, até os menos populosos e mais affastados daquelle centro, o entusiasmo se manifesta com a intensificação correspondente ao gráo de adiantamento e de recursos de cada um.

Em todas as classes sociaes, onde a acção, intelligente do homem se exerce, na variedade proteica de seus attributos, há um purido de esperança no futuro desse colosso incomparavel possuidor de todos os climas, que tudo póde produzir na grandeza luxuriante de sua extensão, bastando, para isso, assim comprehender o povo que o habita. Em todos os lares, dos mais opulentos aos mais modestos, dos mais ditosos aos menos felizes, dos enfeitados pelas [ilegivel] da fortuna aos que falta o fogo á lareira, nas horas de reunião de seus membros, em torno á mesa de iguarias cheia ou na alegria sã de parques manjares, ou ainda entre tristezas e soffrimentos que as dôres moraes e physicas fatalisam, se ouvirá hoje a prece que se evola de todos os corações para que o nosso querido Brasil occupe, sobranceiro e digno, o logar que lhe cabe no concerto internacional.

Não há hoje, estou certo, coração de brasileiro, qualquer que seja o seu gráo de sensibilidade affectiva, que não vibre com entusiasmo, que não sinta o isochronismo de suas pulsações com as de todos seus patricios, como se fossem espelhos uns dos outros a reflectirem a grandeza moral e material da Nação, que se distingue pelo Cruzeiro, como que nelle symbolizando o seu destino – soffrer duras provações por amor da liberdade até conquistál-a em forma de redempção para os proprios folclores de seus soffrimentos!

No soldado que aprende na escola do sacrificio, a arte de sentir os prazeres da dedicação, que troca a commodidade pelo labor intenso de uma vida de proveito para o bem collectivo, as datas, como a de hoje, despertam os pendores moraes, elevando-o a um gráo de vibratilidade só apreciavel sob a bandeira, vendo-a tremular ovante de alegria, a desdobrar-se em abraços carinhosos ao sopro bando das nossas auras liberaes! Só isso comprehende quem seja capaz de resistir aos combates violentos do instinto de conservação para suster nesta attitude de dominio a nossa flamula de combate amparada pelo braço do soldado que assim a mantém pela injunção imperiosa de seu dever profissional.

A sua educação civica que o fez rir nas alegrias da Patria e chorar em suas adversidades, ainda que para um ou outro caso o seu estado de consciencia se componha. Elle vibra de entusiasmo nos grandes dias da Patria embora sua condição individual seja de fállecimento, como experimenta alegria, deixando a vida objectiva, no momento em que as fanfarras e as bandas marciaes entoam o hymno e os clarins tocam a alvorada, annunciando a victoria das armas nacionaes, a sua alma de patriota assim se evola para regiões celestiaes pelo vehiculo harmonioso de canções que traduzem as grandezas de seu Paiz!

Os que sentem semelhantes emoções, em seu transe derradeiro, ao transpor as fronteiras desta vida, buscando a immortalidade, cingem a coroa de heroe, e os que lhe saccordem em ardor civico ouvirão através dos feitos dos que se alaram para a gloria, o echo daquelle brado que há cem annos retumbou nas margens do Ypiranga, e que nos chegou aos ouvidos como a syntese de um sabio programma para o povo brasileiro, ensinando-lhe que as vidas por muitos vividas sem ideaes de liberdade, não valem a morte de um bravo se sacrificando por aquelles ideaes! O Exercito brasileiro, cujo concurso valioso, registrado nas chronicas da Historia, para que os principios democraticos traçassem a trajetoria luminosa de nossa actividade social, norteou sempre sua conducta no meio nacional, pelo auxilio efficaz ás conquistas liberaes, e após essas conquistas volveu sempre, modesto, abnegado e nobre a seu labor constitucional.

²⁸⁵ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1920, p. 1.

Por isso, hoje, sente a alegria dos justos, quando todos os brasileiros se prostram no altar da Pátria para render-lhe o devido preito de veneração. A elle não foi dado, é certo, comparecer ante a Nação, no dia de seu primeiro Centenario com o seu alto commando estabelecido, com os seus serviços organizados de modo a nada mais desejar, com as suas reservas formadas e aptas a se mobilizarem rapidamente ao appello da Pátria em perigo, com o aparelhamento material enfim para que efficiente seja o seu preparo para a guerra, pois para tanto o espaço de cem annos é demasiado curto e semelhante conquista, fructo de experiente soffrer só se consegue em um largo tirocinio de vida independente, orientdo pela intuição previdente de grandes estadistas.

Se a tanto não atingimos, nos resta a empolgante ventura de alcançarmos o nosso olhar para o Brasil no dia de hoje com as nossas armas em continencia, com o nosso coração a pulsar de alegria, com a nossa alma a vibrar de patriotismo, com a nossa consciencia em extase, analysando nossa conducta no seculo que passa para dizer-lhe, na unção de nossa fé patriótica, no culto da bandeira que nos empolgou sempre nos momentos de sacrificio: - O vosso Exercito nunca teve desfallecimentos na dedicação por vós, oh Pátria, e [*ilegível*] a vossa historia para verdes que elle nunca foi vencido.²⁸⁶

Os excertos compreendem algumas das representações sobre a participação das *forças armadas* no sentimento cívico republicano paraense, na virada do século. A primeira se refere ao *sensu de responsabilidade*, tanto dos próprios militares quanto de todos os brasileiros, pela *integridade territorial* e a *honra nacional*. Essa responsabilidade se manifestaria no âmbito individual, na manutenção da honra aos antepassados, representados pelo nome de família; e no âmbito social, no que diz respeito à soberania nacional. Civis e militares teriam o dever patriótico de garantir o destino da Pátria, simbolizado pelo Cruzeiro, que seria o de sofrer todas as provações, por amor da liberdade, até conquista-la em forma de redenção desse sofrimento.

As comemorações cívicas, como no caso do centenário da *Independência do Brasil* e da *Adesão do Pará*, seriam ainda momentos especiais para despertar do entusiasmo contagiante, em todos os municípios, mesmo os mais afastados e menos populosos. Também em todas as classes sociais, os corações almejavam, nessas ocasiões mais do que em todas as outras, que o Brasil ocupasse, dignamente, *o lugar que lhe cabe no concerto internacional*. Pois, munidos desse *purido de esperança no futuro*, não haveria coração que não compartilhasse do entusiasmo e do sentimento coletivo de identificação com e pela *grandeza material e moral da Nação*.

Ao soldado, especificamente, seriam destinados ainda mais sacrificios e a dedicação em prol do bem social. Para ele, a educação e a celebração das datas cívicas representariam uma função primordial de despertar os pendores morais necessários à resistência em combate e ao engajamento pleno nas demandas da Pátria. Suas referências maiores, os heróis da nossa história, inspirariam a entrega completa a esse *sentimento cívico*.

²⁸⁶ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1922, p. 1.

Outro mote nos trechos dos jornais foi o comentário acerca da intervenção militar brasileira nos grandes acontecimentos da Pátria, pontuada em tom de justificativa e reconhecimento históricos, pela defesa dos princípios democráticos: que estes traçassem *a trajetória luminosa de nossa atividade social*, norteando sempre *sua conducta no meio nacional*, e *pelo auxilio eficaz ás conquistas liberaes*. Garantido o Estado Democrático, o Exército retornaria sempre, *modesto, abnegado e nobre a seu labor constitucional*. Um discurso, aliás, recorrente neste quase século e meio de nossa precária democracia republicana.

Também foi veiculado na *Folha do Norte*, nas comemorações da *Independência do Brasil*, de 1901, uma breve anedota de patriotismo estrangeiro tomado como inspiração para a educação cívica escolar:

Há pouco deu-se o seguinte, que bem mostra quanto são vivas e profundas na Alsacia e na Lorena as recordações da França.

Um inspector allemão visitou certa escola nas imediações de S. Petersburgo.

Entre os alemães destacava-se um rapazinho de olhar inteligente, vestido de [ilegível] carregado.

O inspector manifestou desejo de fazer-lhe algumas perguntas.

- Como te chamas?

- João [ilegível], senhor.

- Que idade tens?

- Doze anos.

- Em que se emprega teu pae?

- Meu pae... morreu pela patria.

- Bem, bem. Não te pergunto isso. Como vaes tu com teus estudos? Sabes geographia?

- Sim, senhor.

- Vejamos. Quaes são as principaes nações da Europa?

O que o pequeno alsaciano respondeu:

- As principaes nações são: a França...

- A França? – bradou o inspector desapontado. E por que a França? A primeira nação da Europa, a mais bella, a mais illustre, é a Allemanha fica sabendo.

O rapasito, pallido, mas resolutivo, redarguiu:

- A França... e nada mais!

- Este pequeno está doido, exclamou o inspector. E diz-me: sabes, porventura, onde está a França? Aponta-m'a no mappa!

O rapazinho levantou-se commovido, com o rosto vermelho e os olhos fulgurantes.

Emquanto os seus companheiros o contemplavam estupefactos, foi collocar-se em frente do inspector, e, desabotoando a *blaise* negra, exclamou, batendo com força no peito:

- Aqui!... Aqui dentro é que está a França!²⁸⁷

O conflito territorial franco-prussiano é palco de uma emocionante demonstração infantil de patriotismo francês. A narrativa, fértil de simbolismos, demarca claramente a intenção inspiradora do sentimento cívico, não por acaso tomando como referência aquela nação

²⁸⁷ FOLHA DO NORTE, 7 de setembro de 1901, p. 1.

considerada então o *farol do mundo* (SARGES, 2002). Reforça o amor pela pátria no leitor, comovido com a desconsertante altivez de uma criança, destacando, inclusive, a natureza prescritiva, de investimento no futuro, da educação cidadã. Ela ainda lembra, por consequência, a importância do ensino cívico em todas as instâncias sociais, mas especialmente no ambiente escolar, onde se passa a história, como política incisiva de formação patriótica.

A construção ou renomeação de praças, ruas e monumentos, institucionalização de feriados e festejos públicos, disseminação do debate nas páginas dos jornais – em todas estas instâncias²⁸⁸, nas quais as narrativas republicanas foram produzidas e reproduzidas, o esforço se concentrou no apagamento de uma cultura monárquica viva, com a qual a República precisou lidar, e a institucionalização oficial e incisiva de novas referências histórico-cívicas para o povo. Tudo isto também esteve presente no campo educacional, mas além da expansão numérica e geográfica do sistema escolar²⁸⁹, os investimentos neste setor assumiram contornos específicos.

Na educação, esteve ainda mais latente um investimento de base para o futuro, que buscava substituir a formação do súdito imperial pelo cidadão todo amor à Pátria, de geração em geração, dentro dos projetos de futuro da República. É exatamente por isso que

Quando se comemora um determinado fato ou acontecimento, o que está sendo colocado em jogo não é apenas o passado de uma sociedade, mas sim, como essa mesma sociedade quer se constituir no presente e projetar seu futuro. (...) Por sua vez, comemorar não significa apenas celebrar, mas, sobretudo, refletir sobre o passado a partir de seus usos políticos e demandas do tempo presente (FERREIRA, 2012, p. 110).

Desse modo, as celebrações do calendário republicano passaram a compor uma parte considerável da estrutura do currículo e do cotidiano escolar. Os símbolos, marcos e heróis nacionais do novo regime compunham agora os diversos espaços da Instrução Pública, os pilares

²⁸⁸ Aquilo que Pierre Nora chamou de *lugares de memória*, no contexto da aceleração do tempo moderno e seus riscos à continuidade das tradições e costumes. São espaços *materiais* que preservam, pelos sentidos, a memória coletiva; *funcionais*, porque garantem a coesão das representações sociais; e *simbólicos*, definindo marcadores identitários dos seus contextos. Eles atuam, portanto, no entrelaçamento entre *passado*, *presente* e *futuro*, nascendo e vivendo “do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

²⁸⁹ Os grupos escolares e o ensino simultâneo foram as principais modificações e emblemas do novo cotidiano escolar da República, ainda que não tenham conseguido a abrangência à qual inicialmente se propuseram. Não fazia muito tempo que a rede de escolarização doméstica (ou o ensino particular) era superior à rede pública estatal e que uma produção nacional de livros para a instrumentalização das aulas vinha sendo realizada. “Apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que, na República, o novo, reconciliado com a nação, plasmava uma pátria ordeira e progressista” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 25).

da formação e “republicanização” pedagógica dos professores²⁹⁰, e as narrativas avaliadas e autorizadas para o ensino da leitura, história e educação cívico-moral do alunado: “Amai a Republica; porque amando-a engrandecereis a vossa patria, e a patria deve ser o objecto do vosso amôr maior, depois de Deus”²⁹¹.

O amor à Pátria foi um dos pilares da formação cívica da população, no presente e no futuro, e da escola a responsabilidade, por excelência, por esta função. Nos manuais das primeiras décadas republicanas, este conteúdo foi institucionalmente organizado e legitimado no sentido da produção e reprodução de *representações políticas* sobre os fatos, marcos e vultos históricos fundamentais ao processo pelo qual se pretendia alcançar a estabilidade e engajamento social no construto ideológico do novo regime. Ao ensino cívico escolar, foi delegada a função de formação do sentimento patriótico das próximas gerações, a partir do qual se alcançaria, satisfatoriamente, a cidadania. “A própria *missão* do professor era, fundamentalmente, cívica: a reprodução de um ideário político-social que contribuísse na construção da nação brasileira” (COSTA, 2011, p. 84).

Portanto, o espaço escolar foi responsabilizado por um conteúdo cívico que despertasse nos futuros cidadãos os sentidos mais profundos de identidade coletiva e patriotismo. O amor à Pátria se torna condição *sine qua non* para a cidadania. Professores eram orientados à esta *praxis* socioideológica, que fundamentava uma expectativa particular acerca da sua profissão e do seu papel para o desenvolvimento da sociedade. Deste modo, contava-se com uma base comum de formação e expectativas, sobre o aluno e o professor, de matriz moral e cívica, que deveria conduzir a instrução pública, a partir de 1889.

Os feriados nacionaes e as datas principaes de cada mez.

Nas vespersas dos dias de feriado nacional, é necessario que os professores de qualquer curso, primario, secundario e até superior, tratem nas suas aulas, por 10 a 15 minutos, do motivo do feriado que se vae commemorar no sai seguinte, pois é uma verdadeira lição de civismo lembrar sempre á mocidade os principaes acontecimentos historicos.²⁹²

²⁹⁰ Na dissertação de mestrado, investiguei o ideal de formação de professores proposto no discurso oficial do novo regime, a partir da concepção de “bom professor” veiculada pela revista “A Escola: revista oficial do Ensino no Estado do Pará”, entre os anos de 1900 e 1905. No geral, identifiquei que esta formação foi encaminhada pela compreensão do trabalho docente como “sacerdócio”; que discussões internacionais e nacionais estiveram presentes no campo educacional local; e que esta formação dos “mestres” visava, em última instância, a consolidação da República, por meio da instrução de um conteúdo moral e cívico. Uma espécie de “republicanização” destes profissionais, dado que, sendo a escola um espaço tão estratégico de alcance da população geral, urgia transformá-lo segundo os novos moldes político, para que, por ele, fosse difundido o construto ideológico republicano (COSTA, 2011).

²⁹¹ AMANAJÁS, Hygino. *Alma e Coração*. 2. ed. Typ. Imprensa Official, 1905 [1900], p. 22.

²⁹² MOURA, Ignacio. *Ensaio de Educação Moral e Cívica*. Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928, p. 46.

Esteve presente na literatura cívica escolar indicada pela Instrução Pública para as escolas de Belém, nos últimos anos do século XIX, este incentivo ao engajamento popular nas festividades cívicas da agenda republicana nacional. A tríade datas-fatos-vultos fundamentou o estímulo privilegiado ao sentimento patriótico dessa formação cidadã republicana (CARRETERO; GONZÁLEZ, 2004). Neste sentido, Juvenal Tavares²⁹³ abria a lição sobre as *Festas Nacionaes*, do seu manual de *Ensino Cívico* (1898), indicando a validade do estabelecimento deste calendário no contexto das grandes civilizações universais:

O regimen republicano, diz o Dec. n. 155 B de 14 de Janeiro de 1890, se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal; esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um *systema* de festas publicas destinadas a commemorar a continuidade e solidariedade de todas as gerações humanas; e cada patria, enfim, deve instituir taes festas segundo os laços especiaes que prendem os seus destinos aos destinos de todos os povos.²⁹⁴

Ao mencionar diretamente o decreto que estabeleceu as comemorações cívicas nacionais de 1890, Juvenal Tavares tece uma relação necessária entre a manutenção do regime republicano e o desenvolvimento de um *profundo sentimento de fraternidade universal*. Este sentimento, por sua vez, só poderia ser garantido por meio de um *systema de festas publicas* que confeririam o devido relevo à continuidade e solidariedade entre as *gerações humanas*. Quer dizer, cada Nação teria a autonomia para fixar as suas festividades, de acordo com os seus contextos histórico-culturais, mas o sentido maior disso estaria no fato de que esses sistemas, independentemente das suas particularidades, conectariam o destino de cada Pátria *aos destinos de todos os povos*.

Deste modo, fez parte do debate público das primeiras décadas republicanas uma crítica constante à perda do *sentimento cívico*, antes espontaneamente presente nas manifestações populares. Este passado idealizado, em que o povo nutriria um valor genuíno pela Nação, seus vultos e marcos históricos, é com frequência identificado durante o período imperial e, em alguns casos, nos primeiros anos do novo regime. Por outro lado, quase na mesma proporção, também foram identificadas narrativas exatamente contrárias a essa ideia. Nelas, a *República* teria aflorado

²⁹³ O patrono da Academia Paranaense de Letras, Luiz Demétrio Juvenal Tavares (1850 -1907) nasceu em Cametá (Pará). Dedicou-se aos estudos do conto e da poesia, trabalhando também como jornalista e professor. Suas obras primaram pela vida na roça e na Amazônia Brasileira.

²⁹⁴ TAVARES, Juvenal. *Ensino Cívico* – noções e princípios geraes de educação cívica e direito pratico. Pará – Brazil: Typ. De. Pinto Barbosa e Cia., 1989, p. 64.

o engajamento popular nas celebrações do calendário cívico, fazendo com que suas manifestações nos festejos organizados ou estimulados pelo Estado fossem maiores e mais belas, em detrimento de um passado de ausência de estímulo, investimento e adesão.

Este debate esteve particularmente presente nas páginas dos jornais que analisamos, os de maior circulação na virada do século em Belém, *Folha do Norte* e *A Província do Pará*. No caso dos manuais escolares, encontramos referências mais pontuais; e já nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), nenhuma remissão à questão. Consideramos isto um dado relevante para a pesquisa, na medida em que são confirmadas algumas das expectativas sobre a disposição das contradições ou temáticas politicamente mais delicadas, de forma distinta, de acordo com os objetivos, públicos e relações de poder estabelecidas por essas *esferas do discurso*.

Cada instância de produção e reprodução de narrativas históricas vinculadas à cronologia política republicana contou com seus processos específicos de construção de discurso, com protocolos e sequenciamento de elaboração, que contemplaram códigos de censura e validação. Os filtros de censura dessas esferas atuaram, diferenciadamente, de acordo com os seus sentidos políticos, zonas de atuação e públicos-alvo. Pelos protocolos que seguem, partimos da compreensão de que os jornais tendem a manifestar narrativas mais plurais em relação a esses sentidos políticos, ainda que não deixem de se orientar por diretrizes e demandas de diferentes naturezas, internas e externas à instância, em sua produção.

As revistas dos institutos científicos e os manuais escolares possuem, por sua vez, por outros protocolos, de acordo com os seus propósitos materiais, seus sentidos político-culturais e também sua periodicidade – que passam por outros espaços e tempos de produção. Esses protocolos editoriais específicos fazem parte da própria produção dessas *esferas do discurso*. Em todas elas, as narrativas cívicas produzidas e postas em circulação, dentro e fora da escola, foram dotadas de sentidos pedagógicos, na medida em que assumiram um lugar de instrução e instrumentalização de saberes para diferentes públicos, em constante interação.

A interação demonstra o vínculo entre as instâncias na produção das narrativas cívicas, cuja densidade de camadas informativas conferem credibilidade histórica e, portanto, capacidade de formação e mobilização do *imaginário social*. O *sentido pedagógico* reside na própria especificidade de cada uma das esferas, ligadas a questões de autoria, público e estratégias narrativas. As narrativas de cada *esfera do discurso* dão voz a agendas e interesses políticos, sociais, econômicos, artísticos, intelectuais; e estruturaram, na tensão e nas disputas em que foram

questionadas ou legitimadas, pelos filtros e códigos de censura internos e externos às próprias instâncias, uma *cultura histórica* que fundamentou a construção de uma identidade moderna do regional e do nacional.

Da mesma maneira que uma concepção tripartida do tempo, cuja articulação passado-futuro era estabelecida pelas demandas políticas do presente. Nesse sentido, ao fomentar a identidade nacional vinculada a República e ao incorporar fatos e vultos regionais a história nacional vinculados à uma visão de temporalidade tripartida, tais narrativas estavam, em outras palavras: produzindo uma leitura *modernista* que se articulava na tensão entre nacional e regional e se modulava pela relação passado-futuro em função do presente.

Trata-se de uma ampla rede de pessoas e instituições com projetos políticos, artísticos ou historiográficos, que disputaram espaço e propuseram narrativas sobre o passado e o presente, e mesmo projeções de futuro, registradas em diferentes tipos de publicações da época. No caso dos manuais escolares e, acreditamos, também das revistas científicas, houve uma singularidade: incorporou-se uma orientação ideológica e uma pragmática voltada para o progresso e construção do coletivo nacional que se tornaram objeto de estágios adicionais de regulamentação, controle e censura nos âmbitos cultural, ideológico, curricular e didático-pedagógico (MAGALHÃES, 2011)²⁹⁵.

Disciplinar e censurar, nessa perspectiva, significou a normalização da leitura, a sistematização do conhecimento e a disciplinarização do pensamento, enquanto meios reguladores da sociedade. Daí o conjunto e a hierarquia de órgãos e regulamentos que estruturaram os campos da autoria, edição, circulação e utilização desse material. Integrados na cultura escrita, as narrativas cívicas dos livros escolares, jornais e periódicos científicos comportaram uma orientação ideológica e uma pragmática voltadas para a construção e o progresso do coletivo nacional, objeto de controle em diversos âmbitos.

²⁹⁵ Essa abordagem foi construída a partir da leitura de uma obra específica e do diálogo estabelecido com o autor na experiência do estágio intercalar na Universidade de Lisboa, financiado pela CAPES, entre abril e agosto de 2017. Em novembro de 2011, Justino Pereira de Magalhães publicou “O Mural do Tempo: manuais escolares em Portugal”, pelas Edições Colibri em parceria com o Instituto de Educação da UL. Nele, o autor sintetiza algumas de suas considerações conceituais e metodológicas em relação à pesquisa do manual escolar, com o qual trabalha há bastante tempo. Nessa perspectiva, os manuais configuram o principal suporte da cultura escolar, representando um caso particular no quadro mais amplo da cultura escrita. Dentre outras considerações, Justino defende que o estudo da sua regulação ressalta os diferentes aspectos da racionalidade educativa subjacente e determinada pelo suporte didático, visto que em todas as fases de sua materialidade, configuração e uso esteve presente um quadro educativo (MAGALHÃES, 2011). Nas reflexões sobre o objeto desta pesquisa, a *cultura histórica* em Belém do Pará na virada do século XIX para o XX, podemos tecer algumas inflexões a respeito dos protocolos de produção, regulação e censura do livro escolar naquele contexto, e dos suportes materiais das outras instâncias analisadas.

Nos casos específicos dos manuais e revistas analisadas, somaram-se aos condicionamentos de qualquer texto escrito, preceitos especificamente escolares e científicos: definições prévias dos conteúdos, geralmente acompanhadas de orientações metodológicas, bem como a promoção de concursos e produção de listagens de livros recomendados, autorizados ou excluídos. Dessa forma, autores, editores e leitores permaneciam previamente informados sobre a natureza dos objetos culturais, ideológicos e educacionais legitimados, da mesma maneira que conheciam os campos de liberdade e os níveis e mecanismos de punição. Por outro lado, censores e avaliadores também tendiam a se justificar por esses parâmetros e a incorporar uma função pedagógica a seus pareceres.

Esses suportes materiais da cultura escrita cumpriram igualmente a função de testemunho e memória sobre as narrativas históricas legítimas, e se fez numa ferramenta de consulta para além dos seus espaços originais. Comportaram em si uma memória do futuro, prevenindo-o e normatizando-o, visto que fomentaram e organizaram a mudança. Foram instrumentos do porvir. As diretrizes editoriais e protocolos de seleção e aprovação das comunidades dessas esferas agiam por antecipação. As narrativas sobre os fatos, datas e heróis foram incorporadas a partir do princípio de um amanhã desejado e projetado, dando forma, ordem e significado a um ideário político.

Assim, esse conjunto de elementos conformaria o processo de construção, circulação e consumo social destas narrativas, que, ao mesmo tempo, é pedagógico e político. Quer dizer, o político é pedagógico, porque pressupõe, necessariamente, nas suas relações de poder – filiações, negociações e disputas – estratégias de autolegitimação. Por esta razão, a educação é entendida como uma dimensão ativa do processo de constituição do social, da prática política, que produz, intervém e transforma as relações de poder nas suas diversas manifestações (VEIGA, 2008). Portanto, em todas essas diferentes esferas, a produção de *representações políticas* está vinculada a uma determinada formação cívica, na qual é inalienável o *sentido pedagógico*.

Portanto, circulando em espaços escolares e não-escolares, essas narrativas históricas nortearam interpretações sobre o passado e construíram memória ancoradas em demandas políticas diversas do presente. O *sentido pedagógico* delas corroborou com a estruturação de um *imaginário social*, orientando pertencimentos e identidades coletivas, na tensão entre o nacional e o regional, nas leituras sobre o passado que, disputando espaço nesse imaginário, compuseram a *cultura histórica* num dado presente e suas projeções para o futuro. Uma *cultura história* com evidente contorno *modenista*.

CAPÍTULO 4

Nacionalismo Amazônico***O pioneirismo e os silêncios na História do Grão-Pará***

Os anos áureos da comercialização internacional do látex transformaram a paisagem urbana das principais capitais amazônicas, nos moldes da *Belle Époque*. Essa estrutura deu suporte à nova atmosfera político-cultural da região, inscrita no cenário modernista nacional, que impulsionou uma rede de produção, circulação e financiamento artística e intelectual, interessada na construção da identidade da Nação, a partir de uma perspectiva regional.

Do passado, vieram as referências para o projeto republicano de unidade e reconhecimento coletivo, que pretendia atualizar a memória, os ritos cívicos e a cronologia política da Pátria em franca ascensão. Narrativas sobre os notáveis acontecimentos e personagens da nossa história – aqueles que deveriam ser lembrados – foram veiculadas nos principais jornais, revistas científicas e manuais escolares da época, e assumiram um *sentido pedagógico* estrutural na formação patriótica da população, provendo os pilares e os limites do novo cidadão.

Essa história foi pensada e disseminada em diversas *esferas do discurso*, de acordo com os seus distintos propósitos e públicos-alvo, em constante interação. Mas não se tratava de qualquer história: inspirada nos protocolos da produção de conhecimento das ciências naturais, este também é o momento da hegemonia dos rigores do método e da prevalência do fato em detrimento do observador. Foi o caso, especialmente, da produção dos institutos científicos, espaços por excelência de *desvelamento das verdades* sobre o passado, organizado *linear e evolutivamente*.

Mas a história que se tecia no cotidiano do minguido mundo letrado da época, fosse ela escolar ou não escolar, contou com a participação ativa de outras instâncias, que produziram e reproduziram narrativas sobre os marcos, novos ou atualizados, do calendário cívico republicano. Elas propagaram os exemplos dos *heróis* a serem seguidos, estimulando o *sentimento cívico* de uma população que necessitava ser *republicanizada*.

Essas narrativas também expressaram as tensões, os apagamentos e as inadequações das perspectivas regionais em relação às versões tradicionais de grandes eventos, fatos e vultos históricos, que passaram a perturbar a comunidade ilustrada local. Criou-se, assim, uma demanda por *alternativas originais* para tais desconfortos. O nosso último capítulo trata de dois desses casos.

4.1 – Engodos da civilização moderna: o problema da raça

Quando os literatos modernistas das décadas finais do século XIX e iniciais do XX dirigiram seus esforços para a redescoberta do *homem mestiço*, inclusive do indígena e do caboclo amazônico, uma longa tradição memorialista e historiográfica os fazia sombra, com representações variadas acerca do nosso território e seus habitantes. Desde o século XVI, os conquistadores ibéricos relatavam suas primeiras impressões do Novo Mundo de forma bastante fantasiosa, especialmente na porção espanhola da América. Criou-se uma série de mitos, como a existência de *eldorados, amazonas, serras de prata, lagoas mágicas e fontes da juventude* (HOLANDA, 1959).

Embora os portugueses apresentassem descrições relativamente mais racionais, ainda assim apresentaram em suas missivas as terras brasileiras como uma espécie de *cópia do Éden*, de geografia exuberante e recursos naturais abundantes²⁹⁶. Antes da América Portuguesa, uma África paradisíaca já era narrada pelos lusitanos, com aspectos ambientais em muito aproximados do Éden medieval; e, com a chegada ao lado de cá do Atlântico, as expectativas sobre a existência material do paraíso perdido foram intensificadas. O imaginário, baseado nas referências bíblicas e impulsionado pelas grandes descobertas ultramarinas, fez com que a *crença na realidade física e atual do Éden* parecesse *inabalável* (DAMATTA, 1993; HOLANDA, 1959).

A maior parte dessas descrições, dos primeiros tempos da colonização, carregaram um sentido exageradamente positivo do Novo Mundo. Daí que as notícias de um continente que “se achasse apto a receber qualquer impressão e assumir qualquer forma, suporta assim, entre muitos deles, as idealizações mais inflamadas”. Idealizações que assumiriam, por sua vez, um sentido de “negativo fotográfico deste nosso mundo entorpecido e incolor, em que parecia ganhar atualidade histórica a possibilidade de remissão” (HOLANDA, 1959, p. 237).

No entanto, se a terra foi constantemente lembrada como paraíso, o retrato parece ter sido diferente com relação aos seus habitantes: “Essa humanidade diversa, que lembrava o negro dos escravos africanos e o amarelo dos povos indígenas, que praticava o canibalismo e a feitiçaria e agia com lascívia, devia ser condenada” (SCHWARCZ, 2001, p. 15). Mas essa foi uma representação posterior. Nos primeiros contatos com os nativos, os relatos sobre a ingenuidade dos

²⁹⁶ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as *visões* do paraíso se manifestaram de formas diferentes entre portugueses e espanhóis, pelo caráter plástico lusitano e a alta capacidade de abstração e idealização espanhola sobre a realidade empírica. A plasticidade portuguesa se manifestaria principalmente no ajustamento tradicionalista da experiência concreta e imediata, em contraste com o idealismo tipicamente renascentista castelhano (HOLANDA, 1959).

indígenas criaram também seus paralelos cristãos, designando-os como os *herdeiros de Adão e Eva*. É o tom assumido na carta inaugural de Pero Vaz de Caminha para o Rei de Portugal, de 1 de maio de 1500, cujo relato falava de nativos *inocentes, selvagens* e também *salváveis*, justificando a sua cristianização²⁹⁷.

Quando essa visão sobre os indígenas começou a se transformar, eles passam a ser descritos como *libidinosos e pecadores*. No setecentos, se estabelecem duas principais perspectivas acerca das populações nativas. “Céu e Inferno se alternavam no horizonte do colonizador, passando paulatinamente a integrar também o universo dos colonos e dando ainda espaço para que, entre eles, se imiscuisse o Purgatório” (SOUZA, 2009, p. 372). O *voluntarismo iluminista* e a ideia da *perfectibilidade humana*, disputariam agora espaço com correntes pessimistas, que anunciavam a *debilidade* ou *imaturidade* do continente americano: a qualidade da terra, a condição do céu, o grau de calor e umidade – tudo contribuía para a degeneração da terra e de sua gente (SCHWARCZ, 2001).

No século XIX, a interpretação sobre a natureza humana, comparada entre as diversas partes do mundo, ganha um verniz científico, quando os atributos fenotípicos e culturais passaram a designar elementos essenciais e definidores da *moralidade* e do *dever* dos povos. A noção de *raça* entre os homens foi então usada, no início do oitocentos, em transposição direta da biologia para a sociologia, pelo naturalista francês Georges Cuvier, que indicou a “existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Neste contexto, diferentes visões foram forçadas na tentativa de explicar um problema ainda mais remoto: as origens da humanidade. Dentre elas, destacam-se a corrente *monogenista*, de inspiração bíblica, que admitia uma procedência única para todos os povos, sendo suas diferenças notáveis o resultado da *degeneração* ou *perfeição* do Éden; e a *poligenista*, para a qual existiriam vários focos de criação, que corresponderiam às diferenças raciais observadas naquele momento, corrente esta que acabou prevalecendo.

Estas teorias, de grande expressão durante o século XVIII na Europa, chegaram tardiamente ao Brasil e foram bem acolhidas pela reduzida comunidade ilustrada e seus diversos estabelecimentos de pesquisa (SCHWARCZ, 1993). Tratam-se de um conjunto de formulações de cunho *social e biológico* que, com o respaldo do discurso científico, classificou os povos do mundo

²⁹⁷ A CARTA de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em 20/12/2017.

em *raças hierarquicamente diferenciadas*. No entanto, suas proposições literais não davam margem a interpretações promissoras para a realidade nacional, marcada pela miscigenação desde a chegada dos primeiros europeus ao litoral brasileiro, e agravada pela inserção da mão-de-obra escrava africana (AZEVEDO, 1990).

Foram teorias que ganharam amplitude no Brasil quando, em 1840, o recém-nascido Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) promoveu um concurso para premiar o melhor *plano para a escrita da história nacional*, em consonância com os novos ânimos trazidos pela Independência (1822). O vencedor foi o naturalista alemão Karl Von Martius que, aos moldes da *ciência evolucionista* do momento, propôs uma narrativa histórica baseada no resultado da união de três *raças*, cujas contribuições seriam: dos *brancos*, a herança da civilização; do *negro*, a força e o trabalho; e do *índio*, a ingenuidade e a pureza (DAMATTA, 1993; ORTIZ, 1985; SCHWARCZ, 1993, 2001).

No entanto, a mistura que havia se desenvolvido por séculos aqui era condenada por essa perspectiva *biologizante*. No contexto europeu, as teorias *raciológicas* foram sistematizadas em duas vertentes principais: *evolucionismo cultural* e *darwinismo social*: a primeira não chega a encarar a miscigenação como degeneração, enquanto a segunda não vislumbrava possibilidade de mistura de raças, já que se afirmava a pureza racial como um sinal de superioridade biológica e social. No Brasil, a primeira delas foi defendida por Sílvio Romero, um dos principais críticos e historiadores da literatura brasileira; e a última, representada principalmente pelo médico criminologista Nina Rodrigues, da Escola de Medicina da Bahia. O *laboratório racial* foi tido por intelectuais estrangeiros e muitos nacionais como um povo de raças degeneradas pela miscigenação e propenso ao insucesso (SCHWARCZ, 2001, 1993; SKIDMORE, 1976).

O que se fez, então, no Brasil, foi um uso criativo do *racismo* científico, descartando o que não interessava e ressaltando tudo aquilo que pudesse abrir uma brecha para a interpretação de que esta era uma nação rumo à *civilização* e ao *progresso*. Passou-se a abordar a miscigenação não mais como elemento de condenação da nação – tal qual, de fato, uma leitura literal dessas teorias afirmaria – e sim, como saída capaz de proporcionar o *embranquecimento* da população. A mistura, antes tida como o elemento que condenava a nação, fadada ao insucesso racial, quiçá à extinção,

já que se chegou mesmo a questionar a fertilidade do mestiço, passou então a representar o meio pelo qual seria alcançado o ideal *branco e civilizado* europeu.²⁹⁸

No Pará, essa discussão também foi encarada para pensar a viabilidade do homem amazônico. O seu principal expoente foi José Veríssimo²⁹⁹ que, nas suas obras de caráter histórico e etnográfico, promoveu estudos sobre religiosidade *fetichista e supersticiosa* dos *selvagens*, como no caso do seu ensaio *Raças Cruzadas no Pará* (1878), compondo a seção “Estudos” do livro *Primeiras Páginas*, depois de revisto e aumentado se tornou *As populações Indígenas e Mestiças na Amazônia* (1886), estudo introdutório do livro *Scenas da Vida Amazonica*.

Em Veríssimo, a relação entre *raça e religião* era um importante índice de investigação do *estado de civilização* da população amazônica. As evidências compiladas sobre a religiosidade popular, interpretadas entre a *ciência* e o *folclore*, representaram uma forma *científica* de entender a *cultura popular* e o modo de vida nômade da população indígena e mestiça, considerada *degradada*, em oposição à vida sedentária burguesa. Também apontava a *mestiçagem* como o meio mais eficaz para o *branqueamento* e a *civilização* da população amazônica. Por essas conclusões, Veríssimo se tornou uma referência intelectual sobre a sociedade e cultura amazônica no final do século XIX (FIGUEIREDO, 2008).

Observe-se, então, mais uma vez, como as teses desenvolvidas por Veríssimo acerca dos diversos aspectos das populações indígenas e mestiças da Amazônia sempre terminam por confirmar seu juízo, construído sob o prisma naturalista, evolucionista e positivista: somente os cruzamentos raciais, por meio da imigração e povoamento da Amazônia por grupos étnicos superiores, podiam possibilitar, concomitantemente à ação pedagógica, a regeneração das raças cruzadas na região, recolocando-as no caminho da civilização (BEZERRA NETO, 1999, p. 564)³⁰⁰.

Ao lado destas balizas científicas, pautado no debate político da província, há uma transição da sua visão *darwinista social*, com a ideia da *degradação* das *raças cruzadas*, para uma visão *evolucionista cultural*, quando essas populações passam a ser lidas a partir do prisma da *mestiçagem*, e o elemento nacional representado no *mestiço*, passível de aperfeiçoamento,

²⁹⁸ Sobre a teoria do *embranquecimento*, ver: SCHWARCZ, 1993; VENTURA, 1991; DAMATTA, 1987; ORTIZ, 1985; SKIDMORE, 1976; VIANNA, 1932.

²⁹⁹ Ver nota 248.

³⁰⁰ José Maia Bezerra Neto (1999) realizou um mapeamento das obras históricas e etnográficas de José Veríssimo, produzidas entre o Pará e o Rio de Janeiro, entre 1877 e 1915. Neste levantamento, Bezerra Neto demonstra a incorporação pelo pensamento social de José Veríssimo das principais teses do *racismo científico* em voga, sobretudo, o *evolucionismo cultural*, ao mesmo tempo, que assegura sua associação à outras vertentes do *cientificismo* da época, como o *naturalismo* e o *positivismo*, os quais balizavam o seu plano de reforma.

comungado a outros elementos civilizatórios, tais como educação, o emprego da agricultura, trabalho sedentário e a imigração estrangeira (MORAES, 2018). A educação, nesse sentido, despontaria no pensamento social de Veríssimo como um instrumento de reforma intelectual, de regeneração social. No já mencionado *A Educação Nacional* (1890), ele assentaria, portanto, as suas ideias pedagógicas aplicadas na sua experiência quando diretor do Colégio Americano (1884-1890), e transformadas em políticas públicas, uma vez Diretor da Instrução Pública no Pará, durante o governo provisório republicano (1889-1891), cuja continuidade foi observada nas reformas educacionais do primeiro governo republicano de Lauro Sodré (MORAES, 2011, 2009)³⁰¹.

“Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista” (SCHWARCZ, 1993, p. 65). Com alguns rearranjos teóricos, o modelo racial, que servia para explicar as diferenças e hierarquias, já não impedia a viabilidade de uma *nação mestiça*. E, ainda que o seu resultado não tenha sido plenamente alcançado, porque, enfim, não se conseguiria *branquear* a população, viu-se em uma nação miscigenada a nova *bandeira nacional*: o elemento que identificava a nação brasileira e a distinguiu de qualquer outra, além de servir para a coesão social – o país da mistura, da cordialidade, da *democracia racial*³⁰². Essa ideia garantia a ausência do ódio que tanto assolava

³⁰¹ Os estudos mais recentes sobre José Veríssimo procuram apontar a relevância de suas obras histórico-etnográficas para o pensamento social brasileiro, ao analisar a sociedade e cultura amazônica do ponto de vista do *racismo científico*. Estes escritos produzidos no Pará, geralmente, são avaliados como obras *imaturas* e de *juventude*, se comparadas com as obras produzidas no Rio de Janeiro, mais dedicadas à crítica e história literária, da pena do intelectual maduro e consagrado – embora a Amazônia fosse um tema constante nas reflexões do intelectual paraense, entre o Pará e o Rio de Janeiro. Para evidenciar a relevância de José Veríssimo nos estudos antropológicos oitocentistas, Aldrin Figueiredo (2008) analisou a incorporação ativa das obras de José Veríssimo pelo considerado “pioneiro” da antropologia brasileira, Nina Rodrigues, no seu estudo *As raças humanas e a responsabilidade pena no Brasil*, de 1894. Essa incorporação, conforme Figueiredo, criou duas imagens sobre a Amazônia: “terra de índio” e escassa presença africana. Portanto, José Veríssimo foi um legítimo representante da geração 1870 na Amazônia.

³⁰² Da década de 1930 data a obra de Gilberto Freyre que, mesmo não cunhando a expressão *Democracia Racial*, popularizou no *imaginário social* a ideia do *convívio harmônico* inter-racial proporcionado pela miscigenação (GUIMARÃES, 2002). Seu trabalho mais emblemático, *Casa Grande & Senzala* (2005), publicado inicialmente em 1933, marcou diversas áreas do conhecimento social do país, tornando-se um marco divisório entre os estudos acerca da adequação da realidade brasileira aos parâmetros cientificistas do século XIX, e a constituição de uma base singular para a nossa identidade: o *país da mistura*. Trinta anos mais tarde, um grupo vinculado a Florestan Fernandes promoveu um estudo financiado pela UNESCO, cujo objetivo era encontrar o *segredo* dessa *harmonia racial*, exemplo para um mundo recém-saído de duas grandes guerras com fortes motivações raciais. O tiro saiu pela culatra, uma vez que a pesquisa conclui pela existência da estratificação racialmente demarcada da sociedade brasileira, herança direta do passado escravista ainda tão recente. Este estudo representou um dos marcos iniciais dos estudos acadêmicos sobre as relações raciais no Brasil, ainda que tal denúncia já viesse sendo feita, desde a década de 1920, por vários grupos, artistas e pensadores ligados ao Movimento Negro (GUIMARÃES; HUNTLEY, 2000), em seus diferentes vieses (HANCHARD, 2001). Fernandes defendeu, no entanto, que, com o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade capitalista, pouco a pouco essa realidade seria modificada e o racismo extinto. Já na década de 1970, Carlos Hasenbalg

o mundo em guerra, na primeira metade do século XX, tornando-se um elemento basilar para a construção da identidade nacional (SCHWARCZ, 1993, 2000; DAMATTA, 1993; ORTIZ, 1983).

Nessa perspectiva, trata-se de uma reação notadamente *modernista* dos intelectuais brasileiros diante da necessidade de atualização dos paradigmas culturais e científicos que se desenvolviam internacionalmente. O processo promoveu um movimento *simultâneo, contínuo e plural*, definido pela busca da *brasilidade*, nos domínios regional e nacional da afirmação identitária. Da visão pessimista sobre a nacionalidade, marcada pela inferioridade racial e o atraso cultural, a *miscigenação* passou a ser interpretada como a saída para a *aceleração evolutiva* e integração do Brasil no contexto das grandes nações (VELLOSO, 2006; HARDMAN, 1992).

Este foi, portanto, um tema articulador da comunidade ilustrada brasileira, na virada do século passado. O diálogo intenso com o pensamento europeu tornava quase impossível ignorar essa *inadequação* fundamental que precisava ser superada, nos moldes do pensamento da época, para a construção da nacionalidade e da cultura brasileira. Pela própria circulação desses *homens de ciência*, o problema da *raça* foi pautado em várias *esferas do discurso* e expresso de diferentes formas, de acordo com os seus protocolos de produção, regulação, divulgação e públicos-alvo. E, mesmo quando não abordaram o assunto, isso também é um dado relevante *per se*, já que os discursos se relacionam com todos os demais enunciados com as quais interagem no universo cultural, interagindo e comunicando não somente pelo que afirmam, mas também pelo que *negam* e *silenciam* (BAKHTIN, 1979, 2003).

Em trabalhos anteriores, demonstramos que, no caso dos manuais escolares utilizados na instrução primária de Belém, durante a Primeira República, o termo *civilização* foi recorrentemente utilizado como sinônimo da própria ideia de *progresso*, e *nação* como o de *pátria*. O modelo de cidadão republicano almejado teria por principais características o *amor à pátria* e uma *moral notadamente cristã*, o que, na prática, significava o conhecimento e execução dos deveres cívicos e o respeito às autoridades e às leis. E que caracterização desta *nação* brasileira, que rumava ao

é quem vai completar uma das bases do pensamento da maior parte dos trabalhos sobre o tema até hoje: segundo o autor, de fato, a discriminação e as desigualdades raciais do país estariam ligadas ao período escravista, mas não somente a ele. Novas restrições ratificam tais desigualdades raciais a cada ciclo da vida social, formando o que ele chamou de *ciclo de desvantagens* dos negros no Brasil (GUIMARÃES, 2002). Esta tese fundamentou também o desenvolvimento de estudos que organizaram a implementação de ações afirmativas no Brasil. Sobre o tema da historicidade das relações raciais no Brasil do século XX, sugerimos: GOMES, 2004; CAVALLERO, 1996; MUNANGA, 1996; SISS, 2005; BRANDÃO, 2005; SANTOS; LOBATO, 2003; SANTOS, 2005; BERNARDINO, GALDINO, 2004; MEDEIROS, 2004; HOFBAUER, 2006; ANDRÉ, 2008; SCHUCMAN, 2010; PEREIRA, 2013; PAIXÃO, 2014.

progresso e à civilização, não sabia muito bem como lidar com o elemento racial: a concepção de *raça* foi, no geral, ignorada nesses manuais, quando se tratava do Brasil (COSTA, 2009)³⁰³.

Isto pôde refletir uma certa tensão vivida por estes autores na produção dos materiais, entre meios e objetivos paradoxais, já que o mais alto grau de desenvolvimento do povo, nestas teorias, esteve destinado às nações compostas por uma *raça* específica, propensa a tal lugar de supremacia: os *caucasianos*. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas³⁰⁴, no terceiro livro do seu *Ensaio de Leitura* (1910), dissertou sobre os habitantes das cinco partes do mundo divididos em *raças* hierarquicamente distintas, das *mais civilizadas* às *menos civilizadas*.

Em alguns paizes vivem em choupanas feitas de barro ou de estacas e sustentão-se apenas de caça, que matão com arco e settas. Estes considerão-se no estado selvagem. Os índios da America, parte dos negros da África, alguns habitantes da Ásia e a maior parte dos da Oceania são selvagens. Em outros paizes um pouco mais adiantados já se vêem casas construidas em parte de pedra, em parte de barro. Os povos, que as habitão, possuem poucos livros, pois a instrucção entre elles é quasi nulla; não têm igrejas nem capellas e adorão os ídolos. Taes são a maior parte dos negros da África e muitas tribus da Ásia. E' este o estado chamado de barbarie. Os indivíduos que nelle se achão dizem se bárbaros. Alguns dos seus costumes são verdadeiramente cruéis. Há ainda paizes onde os habitantes, em geral, possuem casas soffríveis, ricos e sumptuosos palácios. O povo cultiva algumas artes com perfeição, porém o ensino na escola esta alli muito atrazado, e poucos indivíduos aprendem a ler e escrever. Os Chins, os Índios, os Turcos e algumas outras nações da Ásia com alguns habitantes da África e da Europa achão-se nessas circumstancias, que se pôde bem designar por estado de civilisação. Na maior parte dos paizes da Europa e da America as habitações são commodas, a instrucção está disseminada por toda a população, existem boas escolas, magníficas igrejas; há barcos a vapor, telegraphos elétricos e caminhos de ferro, que facilitão as communicações. São estes os povos, que se dizem estar no mais alto grão de civilisação.³⁰⁵

As formas de moradia, de alimentação e alguns costumes típicos são utilizados como critérios de distinção do nível de adiantamento dos povos, categorizados como *civilizados*, *bárbaros* e *selvagens*. O espaço destinado ao tema foi significativo no manual, inserido em uma discussão sobre o lugar do povo brasileiro no espectro internacional. O termo *raça* só é utilizado

³⁰³ A pesquisa investigou quatro livros escolares que circularam durante a Primeira República no Pará em busca dos reflexos da discussão intelectual local acerca da adequação da realidade étnico-racial brasileira, notadamente miscigenada, ao projeto civilizatório europeu, o qual, em sua origem, não considerava como positiva esta realidade – o chamado *dilema brasileiro* (COSTA, 2009).

³⁰⁴ Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (1829-1898) nasceu em Cametá (Pará). Formou-se em Medicina pela Universidade de Salvador e prosseguiu seus estudos por diversos países da Europa. Retorna ao Brasil em Belém do Pará em 1855, e, a partir de então, passa a assumir tanto cargos políticos quanto educacionais. Em 1874, assume o cargo de diretor da Instrução Pública. Ao longo de sua vida publicou diversos livros escolares, dentre eles: *Noções de Geographia e Historia do Brazil* (1863); sua série graduada *Ensaio de leitura* 1º, 2º e 3º livros e um compêndio de *Desenho Linear*. Faleceu em 1898.

³⁰⁵ FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. *Ensaio de Leitura* – para uso das escolas da Amazônia (terceiro livro). S/E: Paris, 1910. p. 22.

quando se refere a outros povos, ainda que a perspectiva de uma *nação rumo ao progresso* devesse levar em consideração a miscigenação do brasileiro. Quanto ao estágio de desenvolvimento, apenas o dos *índios da América* foram mencionados: classificados como selvagens (o mais inferior). Mas, à exceção da composição racial, tudo nesta sociedade estava próxima do tão almejado *mais alto grau de civilização*.

Naquela altura, concluímos que este foi o principal motivo da quase ausência do termo *raça* nas narrativas de caracterização da nação brasileira: vivia-se um *dilema*, o esforço de se adequar a realidade do território e seu povo às orientações teóricas em vigor internacionalmente, que propunham uma posição a ser alcançada – o estágio mais avançado da *civilização*. Ao mesmo tempo, essas teorias condenavam alguns povos por sua *composição racial* e, mais ainda, pela *miscigenação*. A elite letrada brasileira, que se queria tão *civilizada* quanto as nações europeias nas quais se inspirava em seus sonhos *belepoqueanos*, estaria condenada por estas teorias. Os manuais escolares refletiriam, portanto, este *incômodo* (COSTA, 2009).

No entanto, avançando na análise documental da pesquisa atual, observamos que as narrativas cívicas que circularam na capital paraense, na virada do século XIX para o XX, veicularam *representações* um pouco mais complexas e plurais sobre a questão da *raça* no Brasil e no mundo. De fato, este é um termo pouco utilizado, seja nos manuais, seja nos jornais e nas revistas científicas da época. Mas ele está lá. E, no geral, a *raça* passou a ser tematizada, delicadamente, em discursos que salientaram muito mais os progressos da *civilização* – cristalizados nos grandes marcos da cronologia política republicana – do que, efetivamente, no que apresentaria de problemático.

No já mencionado *Alma e Coração* (1905)³⁰⁶, Hygino Amanajás³⁰⁷ fez o seu protagonista relatar *in verbis* a lição ministrada pelo professor, na ocasião da *comemoração da fraternidade brasileira*.

Não vireis amanhã á escola, disse-nos hontem o nosso professor, ao terminar a aula: a patria celebra um dos seus mais gloriosos dias, e a idéa republicana, à sua primeira conquista ao governo de herança, com a promlgação da lei aurea, que iniciou a redempção dos escravos do Brazil.

O Brazil não era livre, não podia ser livre, emquanto conservasse, como um direito, a escravidão dos homens, ignominia que se transmittia com a procreação.

A liberdade é um direito incontestado do homem: sem ella, não há responsabilidade, sem responsabilidade, não há moral.

³⁰⁶ Ver nota 94.

³⁰⁷ Ver nota 95.

A escravidão foi o resultado do direito da força, que imperava nos povos barbaros; mas, entre os civilizados, todos os homens devem ser irmãos, isto é, eguaes, sem essa preferencia absurda de côres, mero accidente das raças; ou ainda de direitos, o que constitue privilegio, sempre odioso.

A campanha abolicionista, sustentada com ardôr e perseverança por espiritos patrioticos e esclarecidos, espalhou no meio do povo brasileiro essas idéas altruisticas e moraes, dando como resultado a lei de 28 de Setembro de 1871, arrancada do governo monarchico pelas aspirações populares.

O primeiro passo estava dado: o filho do captivo nasceria livre.

Desde que no Brazil ninguém mais nascesse escravo, a escravidão estava morta na nossa terra.

Era uma conquista republicana, sem duvida, a primeira applicação desse lemma:

- *liberdade, egualdade, fraternidade*; mas era tambem a gloria d'esse espirito eminentemente superior, o Visconde do Rio Branco, que dirigia o ministerio de então, e teve a energia sufficiente para dominar a resistencia fortíssima do interesse contrariado, lavando a nossa patria da negra nódoa, que lhe maculava a historia.

Mais tarde, João Alfredo, outro patriota intemerato, teve a suprema felicidade de poder declarar: - *não há mais escravos no Brazil!* – com a publicação da lei que concedeu liberdade incondicional e completa a todos os captivos existentes no nosso territorio, em 13 de Maio de 1888.

Era o espirito republicano, o espirito de egualdade, que triumphava; e assim bem o comprehendeu a grande e previdente intelligencia do barão de Cotegipe, quando exclamou, por ocasião de promulgar-se essa lei:

- A monarchia está morta no Brazil!

Sim, a monarchia estava morta desde esse momento; porque a idéa republicana triumphava até no seio do proprio governo do Imperador; mas o Brazil conquistava o seu logar de nação livre no convívio universal e reparava a mais tremenda das injustiças, que é a escravidão.

Injustiça, porque era a violação de um direito sacratissimo; o aviltamento de uma raça, em beneficio de outra; a victoria da força contra a fraqueza; a oppressão de innocentes, e o que era ainda mais: - tudo isto sancionado, e protegido por leis de um povo, reputado livre!

Felizmente tudo passou, como um sonho mau, e em nossa patria se respira hoje o ar purissimo da liberdade, á sombra de leis garantidoras dos nossos direitos. E tudo passou, entre flores e festas.

Honremos, pois, o nome dos heróes, combatentes de então e triumphadores de hoje, desde o humilde jangadeiro do Ceará, não permittindo macular o seu barco primitivo, com o transporte da mercadoria negra, até o ministro que teve a coragem civica de promulgar a lei nobilitante.

No estudo da historia patria apprendereis todos esses nomes aureolados pelo patriotismo acendrado, e ahí vereis tambem o povo brasileiro, sem exclusão d'aquelles que tão prejudicados eram por essa lei, erguer-se então à altura dos povos mais livres e civilizados, celebrando, com o entusiasmo alevantado e digno dos espiritos esclarecidos, o acto que redimia completamente a patria e ennobrecia o amor do escravo, tornando-o equal ao dos outros homens; porque antes esse sentimento era um crime, concorrendo para o augmento dos desgraçados sujeitos ao captiveiro.

O dia de amanhã é dedicado à 'Commemoração da fraternidade brasileira'; lembrai-vos sempre, meus caros meninos, que todos os homens são eguaes em obrigações e deveres, e o direito da liberdade é uma das suas mais bellas conquistas.

LIBERDADE para todas as opiniões e para todas as crenças; EGUALDADE em todos os direitos e em todos os deveres; FRATERNIDADE completa, respeito mutuo; porque o homem é sempre o mesmo ente racional, sob todos os climas, em todos os logares, e em todas as circumstancias da vida; é sempre o mesmo, pela sua aspiração, que deve ser – a conquista da verdade e do bem'.

E tem razão o nosso professor, minha mãe. Amanhã deve ser um dia de jubilo para todos os brasileiros: é a data memoravel da reparação d'essa mosntruosa injustiça, que

sanccionava e legalizava os horrores da escravidão, ignominia e desgraça tremendas, a transmitir-se de individuo para individuo.³⁰⁸

Amanajás estrutura a sua narrativa a partir de três fatos entrelaçados que, *linearmente*, representariam o progresso da Nação: a *escravidão*, a *abolição* e a *República*. A *escravidão* é caracterizada como o *aviltamento de uma raça, em benefício de outra; a victoria da força contra a fraqueza*. Uma instituição de *povos bárbaros*, uma vez que, *entre os civilizados, todos devem ser irmãos, eguaes*, e a liberdade é *um direito incontestado do homem*. Além disso, *sem liberdade não existiria responsabilidade*, e a falta desta comprometeria determinadamente a *moral*.

A *raça* é, portanto, um marcador do nível de desenvolvimento dos povos, mas não da maneira como originalmente foi preconizada por aquelas teorias científicas: uma sentença fatal, o empecilho ou a garantia para a sua ascensão. Aqui, as diferenças raciais compõem o discurso como *mero accidente*, fator que não é nem elogiado nem criticado, *porque o homem é sempre o mesmo ente racional, sob todos os climas, em todos os logares, e em todas as circunstancias da vida*. A especificidade da miscigenação brasileira não é sequer mencionada. Neste sentido, a disposição hierárquica entre os povos se daria, efetivamente, pela abordagem em relação a essas diferenças raciais, e não sobre as diferenças em si. Nações civilizadas cultivariam o lema da *liberdade, egualdade e fraternidade*, portanto, *sem essa preferencia absurda de cores*.

Assim, a campanha abolicionista do século XIX é representada como um marco do desenvolvimento do Brasil em direção à sua incorporação no panteão das grandes nações civilizadas do mundo. Ela teria sido *sustentada com ardor e perseverança por espíritos patrióticos e esclarecidos* que, com suas *idéas altruísticas e moraes*, conquistaram o fim da escravidão por nascimento, em 1871, etapa para a total *redenção dos escravos do Brazil*, em 1888. Desse modo, teriam infligido o golpe letal no coração daquelas estruturas: *a monarchia estava morta desde esse momento*, quando extinta a *nódoa negra que maculava a nossa história*, e o Brasil *conquistava o seu lugar de nação livre no convívio universal*.

A abolição se torna, desta forma, uma estratégia discursiva de legitimação da própria República, em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque narrada como *conquista republicana*, do *espírito de egualdade*, o que fez com que *a idéa republicana* triunfasse *até no seio do proprio governo do Imperador*; e, em segundo lugar, porque teria sido *arrancada do governo monarchico pelas aspirações populares*. Trata-se de um *silogismo histórico* a favor da afirmação e

³⁰⁸ AMANAJÁS, Hygino. “13 de Maio”. In: _____. *Alma e Coração*. 2. ed. Typ. Imprensa Official, 1905, p. 64-68.

popularização do novo regime. Quer dizer, se a abolição era a *vontade do povo* e, ao mesmo tempo, uma *conquista republicana*; logo, a República também deveria gozar do apreço popular.

Outra menção ao *13 de Maio* foi realizada por Ignacio Moura³⁰⁹, nos seus *Ensaio de Educação Moral e Cívica* (1928). Quase noventa anos após a proposição inaugural do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o plano de Karl von Martius para a escrita da história nacional atesta o seu sucesso em um curso elementar para a juventude paraense.

13 de Maio, consagrado à confraternização dos brasileiros, por ser data da lei que extinguiu a escravidão no Brasil. N'esse dia é preciso que cada brasileiro medite profundamente na união das tres raças: a branca, a vermelha e a negra, que se teem unido neste paiz n'uma alliança de amor e patriotismo, formando o cunho da nossa gente e da nossa nacionalidade. A trilogia da liberdade, igualdade e fraternidade, não tem outro paiz do mundo, em que possa ser demonstrada com mais eloquentes exemplos.³¹⁰

O mito das três *raças – branca, vermelha e negra* – é atualizado, de acordo com os ditames da elaboração científica original que aqui se empreendeu, na virada do século. Em uma *alliança de amor e patriotismo*, a (não verbalizada) mistura entre essas três matrizes se tornaria o fundamento da *nossa gente e da nossa nacionalidade*, fazendo com que a harmonia racial brasileira se transformasse no exemplo mais eloquente da vivência dos ideais modernos de *liberdade, igualdade e fraternidade* no mundo.

Nas narrativas cívicas dos jornais do *7 de Setembro* e *15 de Agosto*, o tom também foi majoritariamente positivo na caracterização da questão racial brasileira:

A opressão que o Brasil colonia vinha soffrendo por parte da metropole, tendo as veias abertas nos sangrentos acontecimentos que antecederam o glorioso dia 7 de setembro de 1822, sentindo-se exaurir as fontes de suas riquezas collossaes em detrimento de suas mais [ilegível] aspirações, resolveu se emancipar, o que levou a effeito com a coragem e a [ilegível] da raça formada ao [ilegível] dos trópicos.

[...]

Retomemos nossos passos para o futuro cheio de esperança na victoria do direito e da Justiça, plenos de confiança no valor da nossa raça, com as vistas voltadas para Deus, tendo como divisa as miraculosas palavras de Alambert – IDE AVANÇANDO SEMPRE QUE A FÉ VOS ALENTARÁ.

Viva o Brasil indepenente e grande!³¹¹

³⁰⁹ Ver nota 236.

³¹⁰ MOURA, Ignacio. “8º Ponto - Explicação das principaes datas nacionaes: as consideradas dias feriados e o 25 de Maio, 11 de Junho e 19 de Novembro”. *Ensaio de Educação Moral e Cívica*. Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928.

³¹¹ A PROVINCIA DO PARÁ, 7 de setembro de 1922, p. 1.

A despeito dos trechos incompreensíveis³¹² do excerto de *A Província do Pará* acima, celebrando o centenário da Independência do Brasil, é possível apreender uma relação imediata estabelecida entre a ideia de uma *raça* vinculada aos *trópicos* e a combatividade contra a exploração colonial portuguesa. Dessa força, portanto, do povo, teria sido impulsionada a emancipação política do país – e não da bondade, iluminação, ou mesmo do oportunismo de um monarca. Ela atestaria ainda o imperativo dessa premissa patriótica, que compreende a nossa formação cidadã em termos *confiança no valor da nossa raça*.

A mesma abordagem favorável é utilizada na *Folha do Norte*, nos cem anos da Adesão do Pará à Independência, em uma longa homenagem à Belém e sua diversidade harmoniosa. A cosmopolita capital paraense, a *Paris n'America*, é louvada por sua multiplicidade de *raças, nações e povos*, que coexistiriam *sem distinção de classe e de crença, de côr e de profissão*.

Bel é, Belem invicta, que dos teus templos os minaretes brancos alcem para os ceos a cruz de ouro da Liberdade redemptora, que te fez eleita, que te converteu em Pantheon e em Olympo, em cidade luz, em cidade monumento, periphéria e centro onde se adensam, como num concerto universal, todas as raças, todas as nações e todos os povos, sem distinção de classe e de crença, de côr e de profissão.³¹³

Com efeito, a capital paraense vivia uma efervescência cultural materializada pelo grande volume de capitais em circulação, nas últimas décadas do século XIX e primeira do XX, que a transformou em um polo de atração e passagem de muitos espetáculos e artistas nacionais e internacionais. As mudanças na estética e na infraestrutura da cidade impactaram e foram impactadas diretamente por este novo ritmo, *moderno*, de cidade cosmopolita – *periferia e centro* independente, autônomo, com canais financeiros e culturais diretos com as grandes nações do globo.

Já no volume de comemoração do centenário da Independência da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), a coisa muda completamente de figura. Palma Muniz³¹⁴ interpreta a escravidão como uma necessidade, tanto populacional quanto econômica, e atribui ao negro africano escravizado os *vícios da raça* que acabariam flagelando o país.

³¹² Os jornais analisados estão microfilmados na seção *Obras Raras* da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), em Belém. As condições de leitura são razoáveis, mas diversos trechos estão incompreensíveis por conta da degradação do material antes da microfilmagem. As revistas do IHGP têm melhores condições de acesso, já que foram digitalizadas disponibilizadas pelo próprio Instituto. Os problemas para a leitura vêm, pontualmente, por conta da qualidade da digitalização. E os manuais escolares foram fotografados para esta pesquisa diretamente do impresso.

³¹³ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1923, p. 1.

³¹⁴ Ver nota 66.

Não obstante a introdução do negro escravo, importado da Africa, trazendo-nos, entre os seus vicios de raça, o terrivel morbus da morphéa, verdadeiro flagello para um paiz novo como o nosso, depois de sacrificados os innumerados milhares de indios povoadores da bacia amazonica, este grande territorio que precisa de milhões de habitantes para desenvolver-se valorisar os seus recursos, o estado economico geral da Provincia do Grão-Pará estava muito aquem do que devia ser depois de dois seculos de colonisação.³¹⁵

Um pouco mais à frente, no mesmo volume, Manoel Braga Ribeiro³¹⁶ comenta que

A vida social dos povos tem, como os homens, o seu berço, a sua adolescencia e a sua maioridade. Nascemos em uma das mais sedutoras regiões do Globo e tivemos a nos embalar em o berço as audaciosas e felizes caravelas da mais afortunada nacionalidade da Terra, naquelles tempos heroicos e legendarios em que a Europa foi sacudida, maravilhada, com a noticia da descoberta da america, gloria levada à Hespanha pelo genio allucinado de Christovam Colombo.

Educamo-nos aos embates das effervescencias ideaes, que deram à França Robspierre e Danton, a Portugal Sebastião José de Carvalho e Mello – o extraordinario e energico Pombal – e ao mundo inteiro a Revolução Franceza. Viamos as nossas irmãs da America desaugemarem, uma a uma, aos sustos beneficos da Liberdade, os grilhoes do captiveiro. E, <se grandes foram os hespanhóes no seculo XVI, conquistando um mundo material, maiores foram os seus descendentes iberos-americanos, conquistando no seculo XIX a liberdade daquelle mundo. Se os primeiros subiram, calcando imperios aos cumes dos Andes, os segundos escalaram vulcoes inacessiveis para desfraldarem sobre as neves eternas a bandeira da Revolução.

Se foi heroico a uns vencerem a resistencia de imperios populosos, não menos heroico foi aos outros arrazarem a fortaleza trez vezes secular do fanatismo ignorante, a monarchia despotica e a rotina cega. Uns e outros realizaram titanicas empresas: - durante trez seculos não degenerou a raça>. [Nicolau Esbevaner-Resumos de la Historia de America-pag. 215]³¹⁷

Manoel Ribeiro tece uma analogia entre as fases do desenvolvimento humano e os estágios de desenvolvimento dos povos, da infância *selvagem* à *civilização* amadurecida. Nessa perspectiva, o contato com os conquistadores, quando dos *tempos heroicos* das grandes descobertas, teria agido imperativamente para o avanço do estágio no qual as populações tradicionais da América se encontravam. Ele utiliza ainda uma referência estrangeira para sustentara sua ideia de que as revoluções e conquistas ultramarinas europeias inspiraram e educaram *aos embates das efervescências ideaes* os povos ibero-americanos. Vencendo o império do *fanatismo ignorante*, a *monarchia espotica* e a *rotina* em prol da Liberdade, também teríamos realizado aqui

³¹⁵ MUNIZ, Palma. “A Provincia do Grão-Pará nos fins da Dominação Portugueza”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. IV, 1922, p. XX.

³¹⁶ Ver nota 98.

³¹⁷ RIBEIRO, Manoel Braga. “Em marcha para a Independencia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. IV, 1922.

as nossas *titânicas empresas*. Essa descendência nos teria legado a própria verve do combate, e em tudo isso, *durante trez séculos não degenerou raça*.

Outra tese que compôs o volume especial de 1922 da revista do IHGP foi a do Conego Ricardo Felipe da Rocha, *O Clero e a Independencia*. Nela, ele aponta a contribuição da Igreja no processo de emancipação política do Brasil, mas também na sua formação racial ainda enquanto Colônia:

O genial estadista, o patriota dedicado que era Joaquim Nabuco, escreveu essas palavras que muito dizem: <sem o fervor religioso fôra o Brazil seguramente vasado em varios moldes, adquirindo nacionalidades diversas, portugueza, franceza, hollandeza, espanhola e mui provavelmente ingleza.

Se não foi o Catholicismo, foi o Jesuita. Não fôra Portugal feito ainda em tempo de Loyola uma Provincia da Companhia, outro destino tivera o Brasil. Sem o P. Nobrega não teriam os Francezes sido expulsos do Rio de Janeiro, sem os Pes. Manoel Gomes e Diogo Nunes, não seriam também do Maranhão. Sem os Jesuitas não houvera população fixa até muito tarde, e desapareceriam as raças indigenas nos sertões, e em vez de igrejas e aldeias, o paiz teria unicamente que mostrar, por largo espaço, os caminhos do trafico de escravos atravez das florestas como na Africa portugueza.³¹⁸

O Catolicismo, especialmente o jesuítico, é apontado como um dos mais importantes elementos conformadores da população Brasileira. Ele teria atuado na manutenção direta na preservação das comunidades indígenas. Dessa forma, a Igreja também teria garantido que a única fonte na composição racial do país – afora a portuguesa, e isso também teria sido um dos seus louros – não fosse a do escravo africano.

O extenso volume comemorativo da revista é finalizado com a transcrição do discurso de Henrique Americo Santa Rosa³¹⁹, presidente do Instituto à época. Ele enfatiza aspectos da importância e da manutenção do IHGP, seu destaque entre os pares, seus compromissos e dificuldades na escrita da história da região – uma história séria, documentada, metódica – e que já estaria sendo realizada, a despeito das críticas que teriam sofrido neste sentido:

Para estimular o nosso empenho bastará volvermos as vistas para os outros Estados da Federação, onde se manifesta a mesma ansiedade de lançar luz sobre os nossos fastos historicos, rebuscando os archivos e confrontando os velhos documentos, de onde, muitas vezes, tem sido desvendados grandes vultos, que na sombra do esquecimento aguardavam o momento de uma justa rememoração.

Verdade absoluta não ha na affirmativa de Paul Adam de que - <é singular a negligencia dos Brasileiros pelo seu passado e por suas tradições> a que allude Alberto Rangel,

³¹⁸ ROCHA, Ricardo Felipe. “O Clero e a Independencia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. IV, 1922.

³¹⁹ Ver nota 78.

sustentando por sua vez, que <*damos a idéia de ser um pobre povo resolvido a fazer julgamentos à priori*>

Em termos mais severos se expressa Oliveira Vianna quando diz que: <*nós somos um dos povos que menos se estudam a si mesmos; quasi tudo ignoramos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas regiões, às nossas tradições, à nossa vida, emfim, como agregado humano independente*>

Que ha exagero em tão acerbas observações, dão prova as varias publicações que tem apparecido, nos ultimos tempos, como fructos amadurecidos de investigações cuidadosas, e o prodigioso concurso de monographias e momeorias eruditas, apresentadas aos differentes congressos realizados dentro do paiz com referencia à sua historia, à geographia e à ethnographia.³²⁰

O presidente do IHGP menciona as críticas de Paul Adam e Oliveira Vianna sobre a produção de conhecimento histórico, geográfico e etnográfico nacional e regional. A breve alusão à composição racial brasileira se insere no comentário citado de Vianna, para o qual ainda teria muito a ser feito pelo desenvolvimento do conhecimento sobre o Brasil, no que diz respeito à *terra, raça, regiões, tradições e vida*. Esses são critérios que, portanto, estruturariam a investigação da Nação, e sobre os quais Santa Rosa fustiga a ideia de que não estivessem sendo investigados, pois, em todas as partes do país, haveria o *empenho* e a *ansiedade de lançar luz sobre os nossos fastos históricos e grandes vultos*.

Na imprensa pedagógica, o tema da *raça* também foi abordado. Exemplo disso é a revista *A Escola*, periódico que circulou entre os anos de 1900 e 1905, dando suporte ao professorado do Estado em diferentes temas nas áreas da história, língua portuguesa, matemática, entre outros— e que também investigamos em trabalho anterior (COSTA, 2011). Se discutia ainda no periódico orientações metodológicas sobre como o professor poderia ou deveria abordar determinados conteúdos. Nesse conjunto de assuntos, são identificados alguns esboços explicativos sobre a questão da composição étnica brasileira.

Desde o momento em que o colono se achou impotente para, na lucta com o solo, arrancar d'este o minério precioso, escravizou o índio, estabelecendo a escravidão vermelha. Esta porém foi pouco dura, porquanto o gênio indomável do aborigene impellia-o sempre á liberdade, não se conservando na submissão, na passividade esperada pelo escravizador. Fugia, revoltava-se ou morria o índio, sem ter prestado os grandes serviços ambicionados pela cobiça. Além d'isso, em favor do gentil ergue-se a voz poderosa do jesuíta, que abre por isso lucta franca com o colono. E a começar de 1570 consegue que Dom Sebastião reconheça a liberdade de seus protegidos, o que ainda foi feito em 1603 por Felipe II, mais tarde, em 1679, no governo de João IV. Um homem extraordinário, um grande defensor do índio evidencia-se em 1653. O padre Antonio Vieira que vem trazer o concurso do seu talento, a subtileza convincente do seu argumento, a potencia de sua

³²⁰ DISCURSO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. IV, 1922.

oratória, á causa dos opprimidos. Muito lucha, muito soffre, porém muito consegue o grande padre que, em sua fê inquebrantável de apóstolo, no seu infatigável entusiasmo de evangelizador vergasta os tyranos e defende os escravizados. Com este apoio não cessam as perseguições, é verdade; falham, entretanto, as tentativas do completo escravizamento. Aparece então a idéa de escravizar o africano já conhecido, cujas disposições phisicas e moraes se prestavam ao fim visado pelo colono (...). De natureza preguiçosa e estúpida, as vezes mesmo de uma bruteza, tocando ás raias da imbecilidade, degradado até a animalidade, entregando-se a toda espécie de vícios, o negro tem logo contra si a tortura, os castigos e espantosos que infligiam os seus bárbaros senhores (...). No Brazil, felizmente, não foi tão cruel a prepotência dos senhores. Ahi o africano, apesar dos martyrios da senzala, gosou melhor vida (...) e com essa melhorava o africano: tornava-se mais diligente, mais disciplinado (...).³²¹

Observa-se, no trecho da revista, um comentário sobre o histórico da escravidão indígena e africana no Brasil. Elas se justificariam pelas dificuldades em lidar com a exploração das riquezas da terra. Primeiro a *vermelha*, que, no entanto, teria sido *pouco dura* e inviabilizada pelo *gênio indomável* do indígena, que *impelia-o sempre á liberdade*. Substituído pelo escravo de origem africana, outros teriam sido os problemas: *de natureza preguiçosa e estúpida*, a sua *bruteza* chegaria *ás raias da imbecilidade, degradado até a animalidade, entregando-se a toda espécie de vícios*.

Mais uma vez, neste excerto, observa-se a remissão à contribuição jesuítica na preservação do nativo indígena que, apesar de *selvagem*, portanto, hierarquicamente inferior na escala de desenvolvimento dos povos da Terra, não é necessariamente representado de maneira negativa. De fato, as narrativas que o descrevem como insubmisso flertam com a admiração, como se esta fosse uma contribuição quase positiva à formação do povo brasileiro – apesar de, explicitamente, esta característica fosse sempre atribuída ao colonizador conquistador. Da escravidão negra e do escravizado africano a interpretação é bem diferente. Instituição e elemento são rechaçados, e o discurso assume o tom de que ambos deveriam ter sido evitados.

A única inflexão feita sobre a materialidade do fato histórico, e seu impacto no presente e no futuro da nação, é a de que sua submissão ao trabalho compulsório poderia ser interpretada como *regeneradora* de sua natureza *degenerada*. Mas a violência infligida contra o escravo não é defendida em nenhum momento dessas narrativas *republicanas, abolicionistas e libertárias*, por isto foram qualificados como *bárbaros senhores*. Agora, a escravidão mais branda, que teria possibilitado uma *melhor vida* ao africano, se comparada às suas experiências em outras colônias,

³²¹ *A Escola*: revista oficial do ensino no Estado do Pará, 1900, n. 7, p. 7.

apezar dos martyrios da senzala, poderia ter um efeito salutar à raça, tornando-o mais diligente, mais disciplinado.

Este tipo de caracterização do africano como justificativa ideológica do sistema escravista, reproduz grande parte do pensamento raciológico do século XIX – com raízes profundas, desde o imperialismo europeu do século XVI – para o qual se tratava de uma *raça inferior*, passível de uma necessária *tutela* que contribuiria no seu desenvolvimento. A compreensão positivada da escravidão como elemento *redentor da raça* ancorava-se, ainda, em um argumento anterior: o de que a África não seria um espaço *bom* para eles. Pelo contrário, lá eles sofreriam ainda mais e ainda permaneceriam em seu estágio de *selvageria*:

É hoje idéa muito seguida que a escravidão foi um beneficio para o africano: foi a sua reabilitação, porquanto por intermédio d’ella adquiriu elle direitos, idéa que na Africa jamais coseguiria, porque ahi a escravidão é eterna para o negro e durará, pensa muito bem um historiador, enquanto houver deserto por onde elle vaguear perseguido pelo inimigo a quem o prende á mesma tradição ethnica. Na Africa o negro é ainda selvagem ou errante nos areaes; degradado, miserável na própria liberdade não apresenta um progresso, nem tendência para se humanizar [...]. tudo é primitivo e rudimentar entre elles, quer na vida moral quer na vida physica.³²²

O continente africano é caracterizado como um lugar inóspito, de constantes guerras e perseguições entre seus grupos componentes. Ambiente primitivo, onde tudo é rudimentar e inapropriado ao progresso moral e cívico. Deste modo, ainda que incorporados de maneira violenta e compulsória a outro ambiente que não o seu de origem, por tratar-se de uma sociedade *civilizada*, tendente ao *progresso*, o africano seria sendo beneficiado, adquirindo *direitos* e tendendo a *se humanizar*, visto que o meio lhe proporcionaria condições de *desenvolvimento racial*, para além do seu estágio de *selvageria*. Daí a importância da intervenção externa:

Entretanto, praticamente, n’esta raça degradada, foi demonstrada a aptidão para civilizar-se. (...) O negro reabilitado mostrou que o seu espírito é susceptível de educação, adquiriu a consciência viril e justificada de novos horizontes, demonstrando hoje um grão de civilização compatíveis com sua mentalidade, participando assim dos progressos do paiz.³²³

A educação é apresentada, então, como um campo onde este desenvolvimento é possibilitado ao negro, dentro dos limites de sua raça, um *grão de civilização compatíveis com sua*

³²² *A Escola*: revista oficial do ensino no Estado do Pará, 1900, n. 7, p. 7.

³²³ Id.

mentalidade, em prol do progresso geral do país, e construção da Nação. Elemento presente na composição étnico-racial brasileira e importante no que diz respeito à sua contribuição ao desenvolvimento econômico do país, tal qual representado pela forma como se orientou a escrita da história do Brasil – preconizado no *mito das três raças* –, o negro poderia, então, ter seus elementos de atraso racial minimizados (DAMATTA, 1993).

Dessa forma, a caracterização veiculada no periódico sobre o africano e o sistema escravista no Brasil refletiu, fundamentalmente, discussões presentes no meio intelectual internacional, de cunho *evolucionista*, e que nacionalmente alcançaram elevada relevância, dado o seu impacto no próprio projeto de nação engendrado por todo o século XIX e impulsionado com o advento da República, em seu esforço de legitimação do seu construto ideológico e pleno exercício do poder. Especialmente por se tratar de uma revista pedagógica, o campo educacional foi objeto das discussões veiculadas n’*A Escola* que refletiram também outro aspecto do *dilema brasileiro*, no que diz respeito ao modo como a intelectualidade nacional conduziu o problema da adequação da sua natureza miscigenada ao projeto internacional de *civilização*, imprescindível à construção da Nação, cujo modelo europeu condenava a mistura racial.

A utilização parcial desta base teórica internacional incorporou à compreensão nacional os aspectos que não contradiziam as suas possibilidades de desenvolvimento, ignorando aqueles que condenavam o seu sucesso (SCHWARCZ, 1993, 2001). Ou seja, ainda que a intelectualidade brasileira considerasse as discussões internacionais e também incorporasse as representações sobre o modelo de nação civilizada veiculada pela Europa para o resto do mundo, utilizando tal modelo para a condução do projeto de Nação aqui engendrado, tal influência não se deu de maneira linear e integral. Portanto, fez parte dessas narrativas, escolares e não escolares, representações *tensionadas* sobre os objetivos de tal empreendimento e as condições de sua execução, assim como as projeções dos seus possíveis resultados.

Considera-se ainda no periódico que

Há no carater brasileiro uma grande tendencia para a imitação, e, no que concerne á instrucção dos nossos concidadãos, ella se tem acentuado consideravelmente. Não quero que se despreze totalmente o ensinamento dos mestres, as lições dos que mais têm estudado; é preciso porém ter muito em conta o meio em que vão ser praticadas essas lições e os modos por que ellas o devem ser. Não só algumas vezes a grande questão da diversidade de raça; mas a modalidade do clima, a porção geographica e até os costumes populares que se apresentam pôr bobices ao bom desempenho da missão de mestre. (...)

Adaptar o que de bom as nações irmãs descobrem nas investigações da sciencia ao meio em que vivemos.³²⁴

O jogo de *bricolagem* em relação a essas teorias, a adaptabilidade que deveria ser empreendida, em todos as esferas nas quais essas narrativas eram produzidas e reproduzidas, inclusive a escolar, ganha ênfase no excerto acima. Um paralelo internacional seria, portanto, importante, mas dentro dos limites da especificidade requerida que superasse *uma grande tendência para a imitação* reconhecida no *carater brasileiro* no que diz respeito à instrução e formação do cidadão.

O excerto exprime ainda a relevância na realização do trabalho docente da abordagem sobre o problema da *raça*, bem como de outros elementos, como o clima, a posição geográfica, a cultura etc., presentes na argumentação das teorias raciológicas europeias no tocante à justificativa da hierarquização dos povos do mundo. Neste sentido, ao mesmo tempo em que se legitimam as representações sobre os grupos e sobre as determinantes veiculadas por estas teorias, seriam apontados os encaminhamentos particulares que se devem dar, em âmbito educacional (COSTA, 2011).

Em síntese, o *dilema brasileiro* se revela nessas narrativas como uma importante questão sobre a qual se debruçaram os participantes de diferentes esferas em diálogo intenso com o contexto intelectual mundial daquele momento. No âmbito educacional, enquanto importante espaço de construção e intervenção político-ideológica, não esteve ausente desta discussão. Por sua vez, ele fomentou e refletiu os elementos estruturais do debate, encaminhando a sua mobilização seletiva e original, aproximando-se e diferenciando-se da abordagem empreendida nos meios científicos pelos quais a temática foi inserida e reproduzida, tal qual nas revistas dos institutos de pesquisa e demais agremiações (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993, 2001).

O debate acerca da questão racial, bem como os encaminhamentos tomados para a sua resolução, compõe a pauta no campo educacional, onde todas essas discussões fundamentais foram, em alguma medida, representadas, o encaminhamento proposto para a incorporação dos elementos internacionais seguiu a mesma matriz seletiva, no sentido de apontar para o professor, principal agente responsável pela condução dos processos escolares, a utilização das diretrizes educacionais nacionais e internacionais acerca de vários aspectos do cotidiano escolar, mas sempre a partir da priorização e adequação à realidade local.

³²⁴ *A Escola*: revista oficial do ensino no Estado do Pará, 1901, n. 10, p. 235.



Ao invés de uma raça degradada, o professor instruiria uma população em vias de *civilizar-se*, na qual a *mestiçagem* é o meio, e o *branqueamento* é o fim. Exemplo disso é a tela de Modesto y Brocos, *A redenção de Cã* (1895), que apontava a história e os desafios da Nação brasileira na ótica do *racismo científico*. A Nação republicana é uma Nação em transição: a avó negra é o passado; os pais mestiços, o presente; e o filho branco, o futuro.

Dessa forma, nas narrativas que trataram do problema da nossa *raça*, na virada do século XIX para o XX, diferentes abordagens foram identificadas. Elas variaram em um

intervalo de representações que contemplaram desde uma visão radicalmente pessimista acerca da viabilidade do progresso de um povo *degenerado*; até a transformação da mistura na saída para a *redenção civilizada*. No meio dessa escala, diferentes níveis de interpretação negociaram os termos do diálogo com o paradigma científico da época, de acordo com a realidade nacional e local.

Nessas negociações, a educação formal, moral e cívica da população é reconhecida como uma estratégia de investimento e reforma, de transformação de um determinado desarranjo biológico ou natural. A *raça* se torna um problema superável, ou, pelo menos, administrável. Via de regra, foi um termo acionado para dar conta de especificidades da composição étnica da população brasileira naquilo que ela poderia demonstrar de potencial para o desenvolvimento da Nação. Mesmo nos pontos mais críticos, como no caso do elemento *vicioso* original da África, esta poderia ser uma terra de *regeneração e ascensão*, ainda quando limitada.

O futuro seria, assim, uma descendência purgada.

4.2 - O pioneirismo do sentimento patriótico amazônico

Nas narrativas cívicas que circularam nos jornais, revistas científicas e manuais escolares paraenses das primeiras décadas republicanas, estiveram pautadas questões emblemáticas do interesse político-intelectual e artístico da época. Exemplo disso foi o *problema da raça*, e as diversas formas de se pensar, alternativamente, a adequação do paradigma científico à realidade étnica do país e as especificidades de cada região. Uma outra questão, mais particular, que fez parte das inadequações da elite ilustrada amazônica, em relação às narrativas historiográficas e memorialistas tradicionais do século XIX, foi o incômodo de ter sido a última província a ser incorporada ao Brasil independente.

Essas foram formas modernistas de lidar com demandas daquele contexto. Quer dizer, formas originais de reagir às transformações materiais e das mentalidades da modernidade, organizadas em torno da construção da *brasilidade* e da expectativa de uma Nação grande e civilizada. Elas formularam maneiras de lidar com as incongruências e contradições das grandes narrativas do século XIX, frente aos novos litígios sociais, e serviram, acima de tudo, para ditar aquilo que se queria ser no futuro. Assim, novas narrativas foram construídas e institucionalizadas dentro das *esferas* do discurso autorizado sobre o passado, em diálogo com todas as representações tradicionais ou transgressoras em circulação nas demais esferas, que transformaram aspectos da *cultura histórica* sobre os marcos fundadores do país e da região.

Na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, de 7 de setembro de 1922, a proposta de Palma Muniz foi incorporada pelo governador do Estado, Dr. Souza Castro³²⁵, no programa oficial dos festejos do centenário da Independência. Nela, novas e polêmicas versões acerca da participação e adesão do Pará seriam estruturadas em 30 teses, a serem incluídas em um

³²⁵ Antônio Emiliano de Sousa Castro (1897-1951) nasceu em Belém, filho de Antônio Emiliano de Sousa Castro e de Mirandolina Fernandes de Sousa Castro que, através de decreto assinado em 1888 pelo imperador D. Pedro II, receberiam o título de barão e baronesa de Anajás. Seu pai, juntamente com o médico paraense Camilo Henrique Salgado, fundou em 9 de janeiro de 1919 a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foram, respectivamente, diretor e vice-diretor. Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e formou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foi médico clínico e professor catedrático. Ainda antes de formar-se iniciou a carreira política, sendo eleito deputado estadual em 1912, e deputado federal em 1918. Em 1921, ao se encerrar o segundo governo de Lauro Sodré, foi eleito governador do Pará. Empossado em 1º de fevereiro daquele ano, durante seu governo fundou a *Lazarópolis do Prata*, primeiro leprosário do Brasil, criado com o objetivo de isolar e oferecer atendimento aos leproso do estado. Inaugurado em 1924, o leprosário ficava localizado a 150 quilômetros de Belém, na colônia agrícola de Santo Antônio do Prata. Além de ocupar diversos cargos na política, também atuou como docente da Faculdade de Medicina do Pará, exercendo as funções de Consultor da Superintendência Nacional do SESP e consultor do SESP da Amazônia. Faleceu em 1951, no Rio de Janeiro.

volume especial seguinte da revista. Seriam postos em peculiar perspectiva os fatos e personagens envolvidos, “de tal modo que a história das lutas contrárias à formação da nacionalidade brasileira se transformassem exatamente no oposto – nas lutas pela adesão à Corte do Rio de Janeiro e ao Império do Brasil” (FIGUEIREDO, 2001, p. 177).

As teses visaram, portanto, recontar uma histórica conhecida, a partir de um ponto de vista particular da participação da região no processo, e seus impactos no todo nacional:

PROPOSTAS DE THESES REFERENTES AO MOVIMENTO DE ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	
I	O 14 de abril de 1823 em Belém e suas conseqüências
II	O 28 de maio de 1823 em Muaná
III	A adesão do Grão-Pará à Independência
IV	A ação de Patroni na Independência
V	A adesão do município de Belém à Independência
VI	A adesão do município de Bragança à Independência
VII	A adesão do município de Cametá à Independência
VIII	A adesão do município de Chaves à Independência
IX	A adesão do município de Curuçá à Independência
X	A adesão do município de Macapá à Independência
XI	A adesão do município de Maracanã à Independência
XII	A adesão do município de Óbidos à Independência
XIII	A adesão do município de Santarém à Independência
XIV	A adesão do município de Vigia à Independência
XV	A interferência da imprensa na Independência
XVI	A ação do cônego Batista Campos na Independência
XVII	O papel de Grenfell na Independência
XVIII	A interferência militar pró e contra a Independência
XIX	O clero e a independência
XX	Manifestações de nativismo e seus efeitos antes e depois da Independência
XXI	O estudo social do Grão-Pará na época da Independência
XXII	Biografias de homens que interferiram nos acontecimentos da Independência
XXIII	Relações do governo do Grão-Pará com as metrópoles portuguesa e brasileira nas lutas pela adesão
XXIV	Organização administrativa da Província do Pará após a Independência
XXV	Estado dos conhecimentos geográficos e estatísticos da Província do Pará na época da adesão à Independência
XXVI	A ação dos deputados paraenses nas Cortes Gerais de 1821
XXVII	O estado intelectual do Pará na época da Independência
XXVIII	Interferência da maçonaria na adesão do Pará à Independência
XXIX	Assistência aos doentes e desamparados na época da Independência
XXX	Causas que influíram para o retardamento da adesão do Pará à Independência

Fonte: *Atas do IHGP*, sessão de 7 de setembro de 1922 (FIGUEIREDO, 2001, p. 177)

De todas as teses da proposta inicial da comissão da revista, apenas 6 foram apresentadas, no geral, pelos próprios membros do Instituto; e mais um ensaio de Braga Ribeiro. Essas teses empreenderam um revisionismo das produções historiográficas oitocentistas clássicas, vinculadas diretamente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que definiram a emancipação

política como o próprio processo de formação do Império. Sob a direção de Palma Muniz, secretário do IHGP na época, esses intelectuais definiram então uma versão civil da história paraense sobre a Independência: “O ideário da nação não passaria mais pela constituição de um país branco e europeizado, e ao invés de um Estado suficientemente forte e centralizado, a ênfase recaía agora sob a noção federativa e republicana” (FIGUEIREDO, 2001, p. 178).

Das seis teses publicadas na revista, três tiveram a autoria de João de Palma Muniz: “A adesão do Grão-Pará à Independência”, “A adesão do município de Maracanã à Independência” e Apontamentos biográficos de alguns vultos que figuraram no período de 1821 a 1823”. Por essa razão, admite-se essa empreitada como um esforço pessoal do secretário do Instituto, que encabeçou o tom e a forma geral do projeto. Além delas, “A adesão do município de Bragança à Independência”, Augusto Corrêa; “A interferência miliar pró e contra à Independência”, de Luiz Lobo; “O clero e a Independência”, de Ricardo Rocha; bem como a inclusão de “Em marcha para a Independência”, de Manuel Braga Ribeiro³²⁶.

Apesar de ter consciência de estar tratando de um assunto polêmico, tenso e excessivamente ambíguo, Palma Muniz apostava no tom conciliador que o conceito de adesão traria para o ânimo de sua geração em resignificar a identidade nacional, dialogando com o regional. Por isso mesmo, sua leitura procurou endossar uma certa projeção do Pará para a trajetória do novo país que iria nascer (FIGUEIREDO, 2001, p. 179).

O tom conciliador foi materializado na própria fundação do léxico específico que denominou o acontecimento como uma *adesão*. As narrativas produzidas pelo IHGP nas comemorações do centenário da Independência do Brasil buscaram atualizar o legado historiográfico do século XIX, a partir de um tom conciliador em relação ao processo de adesão do Grão-Pará. Nas teses publicadas pelo volume 4 da revista do Instituto de 1922, mesmo sendo a última a incorporar o Império independente do Brasil, a província teria sido a primeira a responder um chamado anterior, da revolução constitucionalista que abalaria o absolutismo português, em 1820, fruto do convencimento de Felipe Patroni. Depois de convencer seus conterrâneos a aderir o movimento do Porto, Patroni teria reavaliado a posição marginal da sua terra em relação aos interesses e prioridades da Corte, surgindo daí, pela primeira vez, o sentimento nativista na Colônia (FIGUEIREDO, 2001).

³²⁶ Ver nota 98.

A trajetória nacionalista de Felipe Patroni e diversos outros personagens – todos já anteriormente homenageados na *Galeria Histórica*, de 1918 – passaria por uma insolência com o Rei, na qual teria explicitamente previsto a emancipação como resultado das insatisfações do povo em relação às tiranias sofridas; até a fundação dos jornais *Gazeta do Pará* (1821) – denunciando as desigualdades entre a realidade local e a vida na Corte, os desvios de renda pública e defendendo a constituição como instrumento de resolução dessas questões. Estaria fundada a nacionalidade brasileira – e *O Paraense* (1822), no qual “Patroni fundaria de vez a nacionalidade brasileira, vista sob o ângulo do Norte” (FIGUEIREDO, 2001, p. 180).

As perseguições que se seguiram a tais insubordinações seriam a prova cabal do nascimento do sentimento nacional no Grão-Pará, de acordo com a reelaboração do Instituto. *O paraense* foi rebatizado como *Luso-Paraense*; os insurgentes de 14 de abril de 1823 que tomaram o quartel e o parque de artilharia da capital paraense, sendo todos os 270 condenados à morte e, posteriormente, mandados a julgamento em Lisboa; por fim o episódio trágico do *brigue Maranhão*, que merece aqui algumas linhas, baseada na inspiradora narrativa histórico-literária sobre *A miserável revolução das classes infames*, de Décio Freitas (2005), e na repercussão do episódio nos jornais paraenses das primeiras décadas republicanas.

O clima estava carregado no Grão-Pará nos meses do desenrolar dos acontecimentos que culminaram e sucederam a adesão da província à Independência, em 15 de agosto de 1823. A insatisfação se generalizava entre os membros do partido lusitano, composto majoritariamente por comerciantes portugueses, mas também alguns brasileiros ricos; e entre os do partido brasileiro, encabeçado pelo carismático cônego Batista Campos³²⁷, famoso por sua oratória entre os populares. Ele passou a integrar a Junta Provisória Governativa instaurada pela nova situação e que contava com mais um brasileiro e três portugueses.

Todos estavam humilhados pelo modo como, prontamente, as autoridades civis e militares locais reconheceram D. Pedro I, já Imperador do Brasil há quase um ano, depois do blefe de um

³²⁷ João Baptista Gonçalves Campos (1782-1834) foi um destacado cônego, jornalista e advogado paraense, nascido na cidade de Barcarena. Foi redator do primeiro jornal publicado em Belém, *O Paraense*. Importante ativista político da história do que atualmente é o estado do Pará, desde a época que antecedeu a Independência do Brasil até as lutas partidárias que culminaram com a explosão do movimento da Cabanagem. Apresentou forte resistência ao governador da província Bernardo Lobo de Sousa, tendo de refugiar-se no interior da Província, para escapar às perseguições do governo. Faleceu em 1834, por conta de um ferimento infeccionado. Seu corpo foi enterrado na Vila de Barcarena e, mais de 150 anos depois, em 1985, seus restos mortais foram retirados do local de sepultamento, colocados em uma urna, e levados em carreta pela cidade de Belém, na comemoração dos 150 anos da Cabanagem, sendo posteriormente carregados a um monumento comemorativo na capital paraense. Em 14 de fevereiro de 1904 foi inaugurada a Praça Batista Campos uma homenagem dedicada pelo então intendente do governo paraense Antônio Lemos.

mercenário inglês. Em agosto, John Pascoe Greenfell³²⁸ aportou em Belém, sob ordens do comandante geral da esquadra imperial, Lord Thomas Alexander Cochrane³²⁹, encarregado de impelir os retardatários para a causa da independência. Greenfell comunicou a Junta que toda a esquadra de guerra de Lord Cockrane, que havia ficado no Maranhão, estava aguardando a sua conclusão na barra do rio Pará, presença confirmada pelo persuasivo ofício que tinha em mãos com a assinatura do comandante e data do mesmo dia.

Os soldados, milicianos e civis que se levantaram logo após as comemorações do aniversário de Pedro I, em 12 de outubro de 1823, não teriam a mesma sorte daqueles que insurgiram no *14 de Abril*. Dos fogos de artifícios, às cinco da manhã, até a missa em ação de graças pela Independência, celebrada na catedral, e que só terminaria ao escurecer, todo o dia foi tomado pelos festejos. Participaram os membros da Junta, da Câmara, vice-cônsules de oito países, comerciantes, oficiais militares e pessoas gradas, que assistiram a aclamação de D. Pedro I pelo presidente da municipalidade.

Passados três dias, foi a vez de aproximadamente mil homens tomarem o Largo das Mercês, em marcha para a casa do cônego Batista Campos. Eles pediam que os acompanhasse ao Palácio para cobrar a demissão de funcionários portugueses, incluindo o próprio presidente da Junta. Batista Campos assumiu então a presidência e assina as demissões, dispersando o povo, que à noite voltou às ruas. Residências e estabelecimentos comerciais portugueses são arrombados a machadadas e saqueados, sob o disparo de vivas ao Imperador e tiros a esmo. Na tarde do dia seguinte, saem novamente às ruas. Preocupado com a inflamação, Batista Campos recorre à

³²⁸ John Pascoe Greenfell (1800-1869) foi um militar inglês que serviu como tenente nas lutas da Guerra da Independência do Chile e, em 1823, acompanhou Cochrane ao Império do Brasil, já no posto de comandante (1822-1823). Em 1824, deixou o Pará e, embora houvesse ordem de prisão contra ele, conseguiu escapar. Ofereceu mais uma vez os seus serviços ao Imperador, desta vez para combater os revoltosos republicanos da Confederação do Equador, em Pernambuco. Após derrotá-los, retornou ao Rio de Janeiro, onde foi absolvido de seus crimes pelo Conselho de Guerra. Durante o Período Regencial foi destacado, em 1836, para reprimir a Revolução Farroupilha, no sul do país. Em 1841 foi nomeado vice-almirante e, em 1846, cônsul geral do Brasil em Liverpool. Retornou ao Brasil nomeado comandante-em-chefe das forças navais brasileiras na bacia do Rio da Prata. Em 1852, reassumiu as funções de cônsul na Inglaterra, onde veio a falecer.

³²⁹ Thomas Alexander Cochrane (1775-1860) foi um aristocrata e político escocês que se destacou como oficial da Marinha Real Britânica durante os movimentos de independência da América. Após afastar-se do governo britânico, Cockrane serviu na Marinha do Chile e na Armada Imperial Brasileira. À convite do Império do Brasil, assumiu a patente de Primeiro-almirante, caso único de patente concedida a um estrangeiro. Assumiu imediatamente o comando-em-chefe da Esquadra, embarcando na nau Pedro I. Tomou parte nas lutas da independência da Bahia e do Maranhão, em 1823, quando foi elevado por D. Pedro I ao grau nobiliárquico de Marquês do Maranhão. Prestou serviços ao Império do Brasil até 1825. Em 1831, com a morte de seu pai, tornou-se o Décimo Conde de Dundonald. Em 1832 foi readmitido na Marinha Real Britânica. Morreu em Londres aos 85 anos, durante uma cirurgia para extração de cálculos renais.

Greenfell. Naquela noite, o inglês manda fuzilar sem formalidades dois sargentos, dois soldados e um civil. Prende o próprio cônego, acusado de instigar o levante, e o ata à boca de um canhão aceso, sendo demovido em seguida pela clemência da Junta e do bispo.

Segue-se uma série de detenções que excedem a capacidade da prisão local. No dia 21, Greenfell transporta uma parte dos prisioneiros para o porão do brigue *Palhaço*. São 256 tapuios, pardos e negros, aglomerados num espaço de 30 palmos de comprimento por 20 de largura e 12 de altura, com as escotilhas fechadas e apenas uma pequena fresta para entrada de ar. O que aconteceu a partir daí foi relatado por João da Chuva, marujo do *Palhaço*, a cinco membros do partido brasileiro, além de Jean-Jacques Berthier – um bretão exilado em Caiena que escapou para Santa Maria de Belém nas primeiras décadas do século XIX, de cuja correspondência Décio Freitas compõe a narrativa:

Apinhados no porão, os prisioneiros mal podem mover os braços. Transpiram copiosamente, sentem dores violentas na cabeça e no peito. Numa vozeria desesperada, suplicam água. Passada mais ou menos uma hora, abre-se a escotilha e joga-se água numa grande tina. A decisão foi do imediato, insubordinando-se contra o comandante, que quer deixá-los morrer de sede. A água tirada do rio é turva e insalubre. De novo joga-se água pela escotilha. Como todos querem ao mesmo tempo chegar à tina, explode um tumulto infernal. Depois de beber água, alguns perdem os sentidos, outros sentem dores ainda mais violentas na cabeça e no peito. Põem-se inteiramente nus, abanam-se com roupas e chapéus. Lançam-se contra o costado da embarcação para lambar sua umidade. Na luta por espaço e ar, gastam a restante energia. (...) Muitos são acometidos de febre ardente e se matam golpeando a cabeça no piso do porão. O bramido que se ouve no convés é tão terrível que os marujos dão sinais de descontentamento. Temendo um motim, o comandante resolve fazer cessar o bramido, ordenando tiros de fuzil para dentro do porão. Ato contínuo manda despejar grande quantidade de cal e correr a escotilha. Agora o porão está hermeticamente fechado (FREITAS, 2005, p. 63).

Na tarde seguinte, João da Chuva é encarregado com outros doze marujos a lavar o porão do brigue. Lá encontram quatro homens muito fracos, três dos quais morreriam no hospital sem se somar aos 252 corpos levados à margem do rio, onde escravos cavaram uma grande vala. À José Bonifácio, ministro e secretário dos negócios do Império, a Junta Governativa relatou que os presos haviam se matado uns aos outros, movidos por sentimentos próprios de “feras”. Por isso, “graças mil” deveriam ser dadas “ao hábil e intrépido comandante das forças do mar”. A Independência havia de ser “ordeira”, responderia o ministro. Greenfell deixa a província em pouco tempo, “depois de vender uma galera e dois brigues, raspar os cofres públicos, subtrair mercadorias de comerciantes e apossar-se de escravos alugados para trabalhar na fragata” (FREITAS, 2005, p. 65).

Nos jornais paraenses da recém proclamada República, a tragédia do *brigue palhaço* é pontualmente narrada como o capítulo mais sangrento da história da Independência do Brasil, “o mais covarde e barbaro attentado que para sempre tornou execrado o nome de Greenfell (...) manchando a sua corôa de gloria”³³⁰. Isso, no entanto, não o impede de figurar entre os mais importantes vultos da memória do 15 de agosto: “há uma figura que passou de seus registro para os da Historia, de onde projecta aos contemporaneos os claros e [*ilegível*] da sua personalidade, muitas vezes exaltada e outras muito combatida. Essa figura é a do almirante da Armada brasileira João Pascoe Grenfell”³³¹.

Entre os “numerosos martyres do sacrosanto ideal libertador”³³², alguns nomes se destacaram e foram recorrentes nos periódicos. Entre eles estão igualmente os do levante frustrado do 14 de abril “e tantos outros, que gemiam nos cárceres desta capital e de Lisboa e alguns deportados para logares insalubres da Provincia”. O paladino daquele movimento é Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente³³³, “que aportou a Belem, vindo na galéra ‘Nova Amazonas’ a 10 de dezembro de 1920, conseguindo, devido a seus esforços, fazel-as proclamar a 1º de janeiro do anno seguinte, ficando elevada a capitania do Grão-Pará á categoria de provincia portugueza”³³⁴. Patroni é proclamado “um dos mais poderosos elementos nessa causa patriotica, como em outras que se seguiram, e o seu nome faz honra á terra que lhe foi berço”³³⁵, “que fazia da palavra, tanto na tribuna das côrtes portuguezas quanto na imprensa, estimulando os seus conterraneos, a mais terrivel e [*ilegível*] vencedora arma de combate em prol de nossa independencia”³³⁶.

Sua importância histórica dá lugar a uma crítica conhecida a respeito da política de construção dos símbolos pátrios nas primeiras décadas da República:

(...) enquanto se procura erguer estatuas a quem ainda está vivo e engossativamente se lhe quer tecer corôa de gloria, enquanto cada um procura perpetuar o seu nome dando-o a tudo que se inventa, jaz esquecido o nome de Felipe Patroni, que foi luctador imperterrido pela nossa patria. Não há uma rua sequer que lhe tenha o nome; alguns dos

³³⁰ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1907, p. 1.

³³¹ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1930, p. 1.

³³² FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1921, p. 2.

³³³ Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (1798-1866) foi um paraense nascido na cidade do Acará, que foi estudar Direito em Coimbra, em 1816. Em 1822, fundou o primeiro jornal do Estado chamado *O Paraense*. Participou de forma ativa do movimento constitucional no Brasil, sendo a província do Pará a primeira a aderir à Revolução Constitucionalista do Porto. Primeiro brasileiro a falar nas sessões da Assembleia Constituinte, em 5 de abril de 1821. Foi delegado da Junta Provisória do Governo do Pará e deputado provincial pelo Pará na legislatura de 1842 a 1845.

³³⁴ FOLHA DO NORTE, 15 de agosto de 1921, p. 2.

³³⁵ FOLHA DO NORTE, 16 de agosto de 1906, p. 1.

³³⁶ Id.

livros de educação das nossas escolas apenas tratam ligeiramente do grande e denodado paraense. Patroni merecia mais do que isso, merecia um monumento. O futuro, porém, estou certo, há de fazer a devida justiça ao glorioso patricio³³⁷.

Além dele, destacam-se com menções individuais: Baptista Campos, Tenreiro Aranha, Soares Carneiro, João Balby, D. Romualdo de Seixas Coelho, entre outros patriotas³³⁸, campeões do primeiro movimento revolucionario a favor da Independencia no Pará³³⁹. Eles são louvados nas comemorações da adesão do Pará à Independência como “heróis da nossa emancipação politica, da perfeita integridade da nossa nacionalidade”³⁴⁰:

Homenageiam-se com ardor patriotico os verdadeiros heroes da independencia do Pará, estando o caracter de cada um delles, a constancia, a intrepidez, o valor e o patriotismo, que se revêem em cada um dos seus actos praticados a favor da sacratissima causa da liberdade da Patria. Glorifique-se ao arcepreste Romualdo Antonio de Seixas, que, sem ostentação do seu patriotico e desprendido amos à grandiosa ideia da emancipação politica do povo brasileiro, escravizada ao jugo oppressor de Portugal, se expondo às iras, odios e vinganças dos Villaças e Mouras, esposou a causa sagrada dos chefes dos martyres da luctuosa insurreição altruistica de 14 de abril, sugerida aos paraenses pelo brado do Ypiranga: - Independencia ou Morte. Não se esqueçam de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, grande propugnador das liberdades patrias, precursor da gloriosa ideia em Belem da independencia do povo brasileiro e do abolicionismo do elemento servil do Brazil; nem de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que depois de haver prestado contas de dinheiros e bens da fazenda nacional, a seu cargo, nem dous dias subseqentes ao 14 de abril, livrou-se sem que o prendessem, apesar de ser elle o orador maçonico, que propagava e dirigia a insurreição, que mallogrou, por trahição, sem [*ilegível*] algum *heroe* creado a ultima hora por [*ilegível*], de quemquer que seja, e [*ilegível*] hoje como principal promotor daquella desventurosa insurreição. Depois delle haver salvado a sua probidade e honradez de funcionario publico, retirou-se, levando na sua companhia, para o rio Guamá, Pedro Henrique Seabra, Marcos Antonio Rodrigues Martins, José Joaquim de Figueiredo Vasconcellos, João Possidonio, Braz Odorico Pereira e João Pereira da Cunha, e alli se homisiam, á excepção dos três ultimos, que tomaram o rumo de Muaná, com outros, para, na villa, proclamarem, como o fizeram, no dia 28 de maio, a Independencia do Brazil, o que lhes custou serem presos e recolhidos á cadeia publica de Belem. Contra Tenreiro Aranha expediram-se pelo juizo do crime precatório e uma escolta para o Guamá, na qual se recommendava a sua prisão, assim como se punha a premio a sua cabeça, podendo ainda esse documento ser encontrado archivado nalgum dos cartorios dos escrivães do crime de Belem³⁴¹.

Tenreiro Aranha e Felipe Patroni mereceram relevo entre os grandes vultos que ilustravam as narrativas do 15 de agosto, porque teriam sido os primeiros a registrar fidelidade e patriotismo ao Brasil independente, propagando os *Manifestos e Decretos de Sua Magestade*

³³⁷ FOLHA DO NORTE, “O 15 de Agosto”, 16 de agosto de 1906, p. 1.

³³⁸ FOLHA DO NORTE, “Adhesão do Pará á Independencia”, 15 de agosto de 1914, p. 2.

³³⁹ A PROVINCIA DO PARÁ, “15 de Agosto”, 15 de agosto de 1920, p. 2.

³⁴⁰ A PROVINCIA DO PARÁ, “15 de Agosto”, 15 de agosto de 1920, p. 2.

³⁴¹ FOLHA DO NORTE, “Salvè, 15 de Agosto!”, 14 de agosto de 1911, p. 1.

Imperador “a bem da Independencia do Brazil”. Tenreiro participou “incansavelmente na mais arriscada occasião (...) a 14 de abril de anno passado de 1823, pelo que arriscou a propria vida e interesses, soffreu as mais terriveis perseguições dos inimigos da Causa e do Imperador do Brazil”³⁴².

As narrativas de Freitas e dos jornais se inscrevem, assim, numa tradição historiográfica inaugurada com as teses de Palma Muniz e os demais membros do IHGP e convidados, publicadas nas comemorações do centenário da Independência, sobre o processo de adesão do Grão-Pará, publicadas na revista do IHGP de 1922. Essas teses objetivaram atualizar o discurso sobre a participação regional no processo em relação a sua inserção no projeto de Nação, que atenuasse os incômodos causados pelas contradições e resistências do fato histórico e sua transformação em marco cívico *republicanizado*.

No volume especial da revista do IHGP, a terceira tese, intitulada “Adesão do Grão-Pará à Independencia”, de autoria de João de Palma Muniz, os *Antecedentes da Revolução Constitucionalista de 1821 no Grão-Pará* constituíram uma seção. Nela, o primeiro secretário do instituto afirma que

Apezar de moroso em attender o brado de 7 de Setembro, de difficil audição, pela enorme distancia entre o Ypiranga e as margens e valle do grande rio Amazonas, echo temporizado ainda pela prepotencia portugueza, que tudo assoberbarva, póde, entretanto, orgulhar-se o Grão-Pará de haver dado, por primeiro, no Brasil, o formidável abalo inicial nas multiseculares columnas absolutistas do throno portuguez, levando a effeito a revolução constitucionalista de 1º de janeiro de 1821.

Disse-o Costa Rubim, com perfeita justeza de apreciação dos factos: <foi por ahi que começou a série de revoluções que mudou a ordem das cousas no Brasil>.

Para que se produzisse a revolução de 1º de janeiro de 1821, havia necessidade de um periodo preparatorio, porquanto as sedições revolucionarias não nascem sem causas anteriores e sem preparo de golpe, em maior ou menor tempo prévio.

Evidentemente o exito da revolução em Portugal muito contribuiu Grão-Pará como argumento mais importante para se pensar em um movimento de adhesão immediata, attento o estado de animos, descontente com a Junta Interina de Successão. Entretanto, idéas de tão grande monta não nascem sem um elemento propulsor que consiga arrastar opiniões a fazer adeptos.³⁴³

Nesse trecho, são anunciadas as duas faces da questão. O problema da adesão tardia, nesse caso, justificada pelas dimensões geográficas do país e políticas da região, *pela enorme distancia entre o Ypiranga e as margens e valle do grande rio Amazonas, echo temporizado ainda pela*

³⁴² FOLHA DO NORTE, “Salvè, 15 de Agosto!”, 14 de agosto de 1911, p. 1.

³⁴³ MUNIZ, João de Palma. Antecedentes da Revolução Constitucionalista de 1821 no Grão-Pará. These III - Adesão do Grão-Pará à Independência. *Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará*, vol. IV, 1922, p. xx.

prepotência portuguesa; e a solução narrativa, que foi identificar uma espécie de sentimento nacionalista de vanguarda no Grão-Pará, materializada na sua participação nos acontecimentos anteriores e *previdentes* da Independência, *período preparatório das sedições revolucionárias*. Além disso, a experiência ativa dessa participação na revolução constitucionalista da metrópole teria, portanto, preparado o terreno para a própria emergência da ideia da emancipação.

Em outra seção da mesma tese, Palma Muniz disserta sobre *A acção primaria da Junta Revolucionaria*. O apoio paraense, encabeçado por Felipe Patroni, à Revolução do Porto é, então, interpretado da seguinte forma:

Pode-se afirmar que, com a seidição militar de 1º de janeiro de 1821 nasceu no Grão-Pará o nacionalismo, depois desenvolvido, e, com explosões violentas, no dia 14 de abril e 28 de maio de 1823, na adesão à independência e nos tristes dias da cabanagem, cuja historia ainda não está feita, nas suas causas, no seu desdobramento e nos seus efeitos.

De facto a commoção nacionalista no Grão-Pará perdurou de 1821 a 1837, periodo notavel da nossa existencia regional, cujo primeiro conhecimento nos é dado nos Motins Politicos de Raiol, mas cuja historia ainda não está escripta, sob o ponto de vista moderno exigido por essa sciencia.

(...)

O seu vaticinio de ser o Paraense <o grande povo que soube libertar os Brasileiros da dupla escravidão em que jazião>, de facto realizou-se, porque a revolução constitucionalista de 1º de janeiro de 1821, em Belem do Pará, constituiu o primeiro passo dado no Brasil na senda das reivindicações libertarias que conduziram a nossa Patria à independência³⁴⁴.

É explicitamente afirmado que *nasceu no Grão-Pará o nacionalismo* nesse episódio, *depois desenvolvido e, com explosão violenta, no dia 14 de abril e 28 de maio de 1823*, todos ainda antecedentes à Adesão do Pará à Independência. O revisionismo histórico também é realizado, com as polidas deferências à maior referência oitocentista, o Barão de Guajará, que inaugurou essas narrativas da participação regional nos acontecimentos políticos da primeira metade e meados do século XIX.

A despeito do seu empreendimento, segundo Muniz e o pensamento ilustrado do centenário da Independência, esta história ainda não estaria escrita *sob o ponto de vista moderno exigido por essa sciencia*. Ele ainda afirma que “é necessario bem explicar a nossa historia local, ainda pouco conhecida e menos estudada nas minucias dos seus factos. (...) Nos seja perdoada em relação a tão notavel autor a contradicta, produzida a bem da verdade historica”³⁴⁵. No entanto,

³⁴⁴ MUNIZ, João de Palma. A acção primaria da Junta Revolucionaria. These III - Adhesão do Grão-Pará à Independência. *Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará*, vol. IV, 1922, p. xx.

³⁴⁵ Id.

Raiol teria já na sua época enxergado o pioneirismo paraense *na senda das reivindicações libertarias que conduziram a nossa Patria à independência*.

A mesma ideia é reforçada na seção *Os Primeiros Pioneiros das Idéas da Independencia*. Percebe-se que o *pioneirismo* também faz parte do léxico que se inaugurou com essas narrativas em relação à *adesão*. Curiosamente, o *separatismo* político em relação à Portugal, cujo sentimento teria nascido no Grão-Pará, é materializado, segundo essa narrativa, na sua adesão, em 1823. Não há remissão à existência de um Brasil já independente quando dos acontecimentos em torno do *15 de agosto*.

Nasceram pode se dizel-o, no Grão-Pará as idéas nativistas com a rebellião de 1º de janeiro de 1821, quando o sentimento nacionalista acordou do vasto lethargo da opressão colonial, manifestando a justa ambição de interferir nos negocios publicos, cujos portaes se conservavam interdictos aos que não juravam subordinação absoluta aos interesses reínoes.

(...)

A revolução constitucionalista sacudiu e acordou as energias adormentadas até então, promovendo o desenvolvimento de idéas novas que vieram fazer vibrar a alma paraense e mostrar-lhe ser já tempo de iniciar o movimento de competições para a conquista das posições elevadas, germen necessario do futuro separatismo, realizado com a adhesão à independencia.

Desde a installação da Junta revolucionaria entrou a opinião nativista em um periodo evolutivo, que accelerou-se com o apparecimento da imprensa.

(...)

Pelo mesmo caminho do constitucionalismo vieram as primeiras idéas de emancipação.

(...)

Si Pernambuco se tornou glorioso na Historia Patria pelo sacrificio de um sangue illustre em lançamento de principios de liberdade, jogando com elementos importantes de riqueza interna, o Pará tem o direito de emparelhar-se ao nobilissimo irmão pela afoiteza e destemor de seus filhos ao lançar, sem recursos, sem elemento partidario arregimentado, sem armas, a idéa de independencia, que, no momento só podia ser taxado de loucura.

Sem apoio algum fóra dos ideaes, sem dinheiro, sem polvora e balas e sem um chefe idoneo, teriam os patriotas de fracassar e seguir o caminho dos carcerees, como de facto succedeu.

(...)

Essa evolução avassaladora, sentiu-a a Junta do Governo, profundamente arraigada ao systema reinol, comprehendendo dia a dia o enfraquecimento da sua força moral.

O estado de vibração da consciencia nacional explica a facilidade da entrada dos ideaes de liberdade, viessem de onde viessem, mesmo sem fundo material pratico a apoial-os.

(...)

Demasiado imprudentemente procederam os irmãos Vasconcelos na sua propaganda, sendo logo colhidos pelas malhas da justiça de então.

Lançaram, entretanto, abertamente as idéas de independencia no Grão-Pará, quando no Sul do Brasil não se ousava pronunciar tal expressão, forte demais para os ouvidos dos magnatas, ainda muito chegados a Portugal.

É certo, porém, que são elles os que no Pará primeiro padeceram pela independencia do Brasil; encarcerados e expatriados, com os braços apertados pelas algemas da dominação

portuguesa, deixaram a semente fecunda, só germinada depois de amanhã com o sangue e martyrios dos patriotas de 14 de abril e 28 de maio.³⁴⁶

A experiência nos acontecimentos de 1821 é considerada o marco inicial de sensibilização e despertar desse sentimento cívico, pois teriam promovido *o desenvolvimento de idéas novas que vieram vibrar a alma paraense e mostrar-lhe ser já tempo de iniciar o movimento de competições para a conquista de posições elevadas, gremem necessario do futuro separatismo*. O Grão-Pará é, assim, emparelhado em honra aos *ermãos pernambucanos e seu sacrificio de sangue*, em 1817, ambos pela *afoiteza e destemor de seus filhos na loucura* da ideia de Independência.

Este é um episódio cujo fracasso atestaria menos a inexequibilidade do propósito, do que a única inadequação da situação. É um capítulo de uma história evolutiva que se construía, passo a passo, empurrando os homens a realizarem seus grandes feitos e conduzirem a Nação à supremacia para a qual sempre teria estado destinada. Em 1821, os paraenses, mesmo malsucedidos, teriam abalado a Junta Governativa o suficiente para fazer sentir os temores premonitórios da emancipação. *As idéas da independencia no grão-Pará estavam lançadas quando no Sul do Brasil não se ousava pronunciar tal expressão, forte demais para os ouvidos dos magnatas, ainda muito chegados a Portugal*.

Esta é uma alfinetada especialmente interessante quando se pensa nas relações sociais, comerciais, econômicas e mesmo familiares de origem lusitana no território no Grão-Pará, e a força política disso na manutenção da província sob o domínio português. É a mesma manobra historiográfica que passa a interpretar o movimento da Cabanagem, de 1835-1840, como *uma guerra de Independência tardia*, em que os insurgentes deixam de ser *malvados* ou *sediciosos*, como nas narrativas de Domingos Antonio Raiol, para serem considerados como *patriotas* (RICCI, 2001, 2007). Portanto, o Grão-Pará teria saído na frente, no sentimento nacionalista, em comparação ao Rio de Janeiro, muito antes do grito às margens do Ipiranga, e isso, por si só, teria um efeito amenizador o dado factual da sua adesão demorada.

Embora ainda não houvesse notícias do Rio de Janeiro, a tendência nacionalista no Grão-Pará era pela separação de Portugal.

Não podemos por enquanto discernir desse momento da nossa historia local, tendo somente ao alcance os documentos legados pela situação portuguesa, então dominante nas Provincias do Norte do Brasil.

(...)

³⁴⁶ MUNIZ, João de Palma. Os Primeiros Pioneiros das Idéas da Independencia. These III - Adhesão do Grão-Pará à Independência. *Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará*, vol. IV, 1922, p. xx.

É certo, entretanto, que no Grão-Pará, na sua capital, existiam espiritos que, si não tinham a comunicação material com os pro-homens da independencia do Rio de Janeiro e de São Paulo, possuíam a communhão das idéas, tendentes a separar da escravidão do reino da Europa a grande Amazonia.

(...)

Não se pôde dizer que houvesse no Pará qualquer organização, mesmo secreta, em pról do movimento de emancipação politica, mas existia a tendencia de sacudir de qualquer fôrma de jugo despótico que o general Moura intentava tornar cada vez mais pesado, procurando absorver para seu uso proprio até as prerogativas administrativas da Junta do Governo Civil.³⁴⁷

Assim, na seção *Successos do anno de 1822 no Grão-Pará*, Muniz defende, mesmo não existindo a *comunicação material*, haveria uma certa comunhão de ideias, que teria sincronizado um ideal de Nação independente de Norte a Sul do país, de modo *a separar da escravidão do reino da Europa a grande Amazonia*. Existiria, na região, uma *tendencia de sacudir qualquer fôrma de jugo despótico*. Uma *tendencia* exprime naturalidade, inclinação, devir – ideia que é corroborada quando se admite a sincronicidade das movimentações insurgentes, independente de comunicação direta. Quer dizer, a emancipação era o destino da Pátria, e o seu germe teria primeiramente despontado no longínquo Norte do país.

Nas *Repressões Militaristas ao Sentimento Nacional*, com ou sem derramamento de sangue, os acontecimentos seguiriam o seu rumo, independentes.

Resultou a formação do partido da independencia no Grão-Pará de uma serie evolutiva de factos, concatenados successivamente desde a victoriosa revolução de 1º de janeiro de 1821.

Antes desse evento o elemento nativista da grande provincia do norte do Brasil nenhuma possibilidade tinha de ascender aos medios e altos postos do regimen administrativo, a menos que não fosse ao Reino, onde todos os provimentos eram feitos, independentemente de outra interferencia, alem da de El-Rei, ou do ministro dos negocios ultramarinos.

(...)

Advinda a rebelião de 1821, apresentada e realizada a faculdade da escolha do governo local pelos elementos da Provincia e com elementos della sahidos, verificando-se a eleição de pessoas genuinamente paraenses, surgiu naturalmente a idéa do nativismo.

Esta principiou a tomar certo vulto, no uso e abuso das novas liberdades, em periodo em que a metropole, pelas luctas internas de principio, afrouxava os antigos laços de absolutismo, mal tendo tempo de cuidar de si mesma, deixando por isso correr a uma certa revelia os seus interesses coloniaes.

Os povos, pelo seu lado, com a divulgação das idéas revolucionarias e reaccionarias já tão espalhadas na Europa, sentiam-se cançados daquelle absolutismo, tendendo para a conquista de liberdades novas.

O Brasil jazia acorrentado, principalmente nas provincias do extremo norte, onde o analfabetismo predominava em todas classes do povo.

³⁴⁷ MUNIZ, João de Palma. Successos do anno de 1822 no Grão-Pará. These III - Adhesão do Grão-Pará à Independência. *Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará*, vol. IV, 1922, p. xx.

Approvada a revolução, sancionado o principio da escolha dos governos pelos proprios elementos locais, appareceram as idéas nativistas, fomentando-as alguns patriotas, idéas que foram tomando curso e avolumando-se (...)

(...)

Apezar das difficuldades de communicação, as novas idéas do sul do Brasil vinham chegando ao Grão-Pará, introduzindo-se e echoando vantajosamente no meio social brasileiro.

(...)

O apparecimento da imprensa, com o periodico *O Paraense*, veio trazer mais um elemento à causa nativista, com o andar dos tempos.

(...)

O grilhão luso, bem o demonstravam as prepotencias de Moura e de Villaça, era já muito pesado, e a perspectiva de voltar a ser colonos de um paiz longinquo repugnava aos paraenses.

De qualquer fôrma, mesmo com derrame de sangue, era necessario fazer um Brasil unido e independente.³⁴⁸

Nas Repressões Militaristas ao Sentimento Nacional, o ponto de referência de 1821 é novamente mencionado. O *elemento nativista* já estaria presente na *grande provincia do norte do Brasil* mas não teria chance de *ascender aos medios e altos postos do regimen administrativo* antes daquele episódio. Com ele, e a eleição de *peçoas genuinamente paraenses*, *surgiu naturalmente a idéa do nativismo*. Essas ideias, *já tão espalhadas a Europa*, teria fermentado os ânimos desse lado do Atlântico, *tendendo para a conquista de liberdades novas*.

A história é caracterizada como uma *serie evolutiva de factos, concatenados sucessivamente*; e o analfabetismo generalizado, *em todas as classes do povo*, é apontado como uma justificativa para a dominação colonial. Nesse caso, as ideias revolucionárias já são reconhecidas como vindas do Sul do território, *introduzindo-se e achoando vantajosamente no meio social brasileiro*. Novamente, ponto de inflexão, a partir dos acontecimentos de 1821, essas ideias teriam se avolumado.

Já no *Adhere a Provincia do Grão Pará a Independencia completando a Paria Brasileira*, Muniz proclama que

Se pelo influxo geral de um povo se constituiu o nosso paiz, tambem com o seu esforço disseminado pelo nosso vasto territorio se creou a nossa historia.

Os feitos regionaes recolhidos serão os que têm de explicar os grandes fastos da nação.

No capitulo especial da historia da nossa independencia essa these é um facto altamente palpavel, desde que se aprofunde o estudo da historia regional no Brasil.

Quanto à contribuição do Pará, muito ainda ha a fazer, porque os seus archivos apenas começaram a ser pesquisados em seriação regular.

³⁴⁸ MUNIZ, João de Palma. Repressões militaristas ao sentimento nacional. These III - Adhesão do Grão-Pará à Independência. *Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará*, vol. IV, 1922, p. xx.

Na idéia de publicar documentos, já o dissemos, organizamos este trabalho, em que, neste capítulo, mais do que nos anteriores se applicou o nosso esforço.

Repetindo a expressão de Costa Rubim e adaptando-a ao torneamento da nossa phrase dizemos que a rebellião constitucionalista de 1º de janeiro em Belem do Grão-Pará <deu começo à série de revoluções que modou a ordem de cousas no Brasil>.

Ainda o Rio de Janeiro, a cabeça governante do immenso imperio portuguez, deslumbrado com a suprema honra de hospedar El-Rei absoluto, não havia pensado em afrouxar os grilhões de um regimen de governo definido com a expressão *voluntas regi*, quando, em virtude da propaganda do paraense Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, o Grão-Pará resolveu rebellionariamente adoptar os principios constitucionalistas exaltados em Portugal, e refulgar o governo absoluto, depondo a Junta Governativa que o representava e elegendo o novo governo provincial consoante as novas idéas de liberdade. Esse assomo revolucionario plantou no campo da sujeição colonial a primeira semente de nativismo, destinada a fecunda germinação e florescia.

Delle nasceu a imprensa com opinião subjugada por uma série de contingencias, mas com alicerce sufficiente para enfrentar o absolutismo e a prepotencia, sem receio da destruição, resurgindo de cada vez das proprias cinzas.

A evolução do nativismo paraense, de 1º de janeiro de 1821 a 11 de agosto de 1823, constitue um phenomeno de effeitos crescentes, com vitalidade propria, ostentando viçosas flores de patriotismo legitimamente brasileiro: desabrochadas essas flores na propaganda dos irmãos Vasconcellos, exhalaram perfumes nas campanhas do *O Paraense*, com Patroni, Baptista Campos e conego Serra; colorindo-se de nobre sangue nos movimentos revolucionarios de 14 de abril e 28 de maio, receberam os doces bafejos dasauras da independencia a 11 de agosto de 1823.

Nesse periodo relativamente curto passou o nativismo do estado embrionario para a efficiencia, subindo vertiginosamente a rampa do patriotismo, até galvanizar-se do puro ideal da – Patria livre e independente.

No sul do Brasil a emancipação da Patria não assomava entre os ostensivos committimentos e já no Grão-Pará se deportavam paraenses, por haverem tido a ousadia de propugnar idéas de independencia, de separação do Brasil do reino de Portugal.

Estudando a historia, repassando a documentação legada pelas gerações passadas, verificamos que, no Grão-Pará, a idéa definida de independencia, de separação do Brasil de Portugal, para constituir um paiz livre e independente, data de outubro de 1821, com a propaganda dos irmãos Vasconcellos.

Si de facto, como diz Oliveira Lima, <D. João VI veio crear e realmente fundou na America um imperio>, essa criação e fundação attingiu o norte do Brasil, prncipalmente o Grão-Pará, pela dedicação, pelo esforço, pelo sacrificio e pela vontade dos seus filhos em querer a separação de Portugal e a união com o sul, sem mais outro auxilio que o apoio moral, trazido pelo brigue *Maranhão*, insufficiente como força material para nos impor a independencia.

A propaganda dos irmãos Vasconcellos, muito embora levados elles à prisão e deportação, descobertamente implantou o primeiro marco de idéas, tendendo para o pensamento em uma Patria independente.

Tão grande impressão produziu no meio de então o novo idéal, que se considerou o facto um attentado à ordem publica e à segurança da *adherencia* do Grão-Pará a Portugal, motivando extensas denuncias de portuguezes e do Senado da Camara de Belem, corporação toda constituída de elementos profundamente reinoes, exigindo prisões, devassas, deportações, e até subrogação de leis, si tanto fosse necessario.

E Filippe Patroni, então em Lisbôa, soffreu a accusação de principal instigador de tão *nefandas idéas*.

Não obstante os rigores empregados, os patriotas paraenses, em hausto mais pujante, pagaram o tributo de sangue, em tentamen pela emancipação da Patria, a 14 de abril e a 28 de maio de 1823; e, mais do que o sangue, deram os nossos paladinos da independencia o duro sacrificio de ignominiosa e martyrisante prisão, até quasi os fins de 1824, nos carceres da Torre de S. Julião de Barra, em Portugal, onde terrivel epidemia os dizimou.

E, se não fôra o quasi unanime consenço da opinião e do patriotismo paraense, no desejo de irmanarem-se ao sul do Brasil, para formar uma unica nação independente, não seria o estratagema de Grenfell, logo descoberto, que viria nos reduzir.

À chegada desse capitão de marinha de guerra a Belem, já todo o Grão-Pará, nos seus filhos natos, tinha o coração e alma independentes.

[...]

O Grão-Pará adheriu porque o sentimento nacional já repugnava a dominação reinol e adheriu à independencia porque os seus filhos fizeram essa adhesão, e depois a tornaram effectiva contra os elementos hostis existentes na Provincia, sem haver recebido auxilio algum do sul.

a documentação historica o demonstra exhuberamente. Era ella uma aspiração anterior, já avermelhada com sangue e dignificada desde 1821 pelo martyrio e encarceramento de paraenses, pronunciados e não pronunciados, pelo crime de aspirarem uma Patria independente.³⁴⁹

A história é então descrita como o fruto de um esforço e uma ação coletiva, que se desenvolveria em todas as partes do território. Todos os feitos seriam primeiramente regionais, antes que contemplem *os grandes fastos da nação*. Portanto, ainda muito haveria de se fazer *desde que se aprofunde no estudo da historia regional no Brasil*. Para Muniz, essa era uma história que começava a ser escrita, uma vez que aquele era o momento dos primeiros desbravamentos dos arquivos que *apenas começam a ser pesquisados em seriação regular*.

O movimento pela emancipação do Brasil teria, assim, nascido no Grão-Pará, dado que, equanto no Rio de Janeiro ainda se estava *deslumbrado com a suprema honra de hospedar El-Rei absoluto*, a propaganda de Felipe Patroni pela adoção dos princípios constitucionalistas, refulgando o governo absoluto, depomdo a Junta Governativa, enfim, rebelando-se contra a *sujeição colonial*, no que teria configurado *a primeira semente de nativismo, destinada a fecunda germinação e florescencia*.

De janeiro de 1821 a agosto de 1823, o Grão-Pará teria tecido uma história de *evolução do nativismo, um phenomeno de efeitos crescentes, com vitalidade propria, ostentando viçosas flores de patriotismo legitimamente brasileiro*. O desnômeno descreveria, então, a trajetória do desenvolvimento do nativismo de um *estado embrionario para a eficiencia, subindo vertiginosamente a rampa do patriotismo, até galvanizar-se do puro ideal da - Patria livre e independente*.

Daí que Palma Muniz estrutura a sua tese no terreno da história científica, baseada em fatos comprovados por documentos válidos, que proporcionariam a segurança para a sua afirmação

³⁴⁹ MUNIZ, João de Palma. *Adhere a Provincia do Grão Pará a Independencia completando a Paria Brasileira*. These III - Adhesão do Grão-Pará à Independência. *Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará*, vol. IV, 1922, p. xx.

de que *a idéia definitiva de independencia, de separação do Brasil de Portugal, para constituir um paiz livre e independente*, no pioneiro Grão-Pará, *data de outubro de 1821*.

O impulso pela adesão não teria vindo do episódio do blefe, *insuficiente como força material para nos impor a independencia; mas sim pela dedicação, pelo esforço, pelo sacrificio e pela vontade dos seus filhos, sem mais outro auxilio que o apoio moral*. Pois, *se não fôra o quasi unanime consenço da opinião e do patriotismo paraense, no desejo de irmanarem-se ao sul do Brasil, para formar uma unica nação independente, não seria o estratagema de Grenfell, logo descoberto, que viria nos reduzir*.

O episódio vexatório da adesão frente à ameaça armada é, assim, minimizado e deslocado dos fatores históricos determinantes para o evento histórico, pois quando da chegada do capitão da marinha, o povo do Grão-Pará já teria *o coração e a alma independente*. Essa adesão seria um fruto do *sentimento nacional* que *repugnava a dominação reinol e adheriu à independencia porque os seus filhos fizeram essa adesão*. A seu favor, Muniz indica *a documentação historica* que *o demonstra exhuberantemente*.

As teses do volume especial de comemoração do centenário da Independência, da revista do IHGP, encabeçadas pelas proposições de Palma Muniz, consolidaram uma interpretação original dentro do pensamento intelectual amazônico, em relação à sua participação na grande narrativa da Nação. Trata-se de um ponto de vista particular sobre os grandes acontecimentos da cronologia política da Pátria, que há algumas décadas fermentava e era expresso, por diferentes recursos narrativos e esferas do discurso, no que diz respeito ao lugar que se queria assumir na história da conformação de um jovem país de promissor futuro.

A institucionalização de uma história científica, firmada em protocolos metodológicos definidos e fontes confiáveis, com gana de desvelar um passado racionalizável, não deixou de conformar as adaptações, negociações e contradições entre os propósitos, os limites e as forças políticas que estruturaram essa produção. Narrativas originais compartilharam espaço nas diversas esferas do discurso, de modo a reorganizar o espaço referencial de diversos pontos de vista sobre eventos já tradicionais no meio ilustrado nacional e regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No circuito econômico internacional oitocentista, Belém e Manaus forneceram matéria-prima para a nascente indústria automobilística. Os fluxos de capitais ingleses e de bens simbólicos franceses marcaram a inserção da Amazônia na modernidade, reestruturando e embelezando seus centros urbanos segundo a razão econômica e a estética cosmopolita do mundo burguês (COELHO, 2002). Reorganizou-se o espaço público, de acordo com as necessidades crescentes de circulação de capitais, mercadorias e pessoas, seguindo o modelo urbanístico francês que primava pela funcionalidade urbana e beleza arquitetônica. Belém se tornava a *Paris nos Trópicos*: a capital importadora de *civilização* e exportadora de borracha.

Esse complexo processo de relações materiais, políticas, culturais, sociais e mentais burguesas e sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo industrial, no final do século XIX, criou a identidade da bela época. Sujeitos sociais emergiram dessas novas condições, com linguagens, gostos, atitudes, estéticas e sociabilidades que se reproduziram mundialmente, legitimando formas de ser e de agir nos tempos do proclamado triunfo do *progresso* e da *civilização* (COELHO, 2011).

Daí a instalação de energia elétrica; a construção do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário; adoção de iluminação pública; instalação de bondes elétricos; estabelecimento do calçamento, arborização e coleta de lixo; edificação de praças, hortos, amplas avenidas e bulevares; e a regulamentação, controle e fiscalização dos comportamentos nos logradouros públicos, segundo rígidos critérios de *moralidade* e *urbanidade*.

O avanço da industrialização, da imigração europeia e das *campanhas civilizadoras* modificaram a vida nos grandes centros. As imposições modernizadoras impactaram tanto na dinâmica e legitimidade de formas de cultura e sociabilidades dos setores populares; como nos modos de distinção e hierarquização das elites, que reforçavam a sua hegemonia, impondo o seu modo de vida e visão de mundo sobre o conjunto da sociedade, a partir de um *autoritarismo*, ora violento, ora paternalista (CARVALHO, 1998).

Essa estrutura deu suporte à atmosfera artística e intelectual dos centros urbanos amazônicos, inscrita no cenário modernista nacional, que impulsionou uma rede de produção, circulação e financiamento político-cultural, interessada na construção da identidade nacional por uma perspectiva regional. A produção cultural da época se voltou para o passado, realinhando sua memória a narrativas históricas mais adequadas às ambições dos novos tempos.

Essa história esteve presente na imprensa, institutos científicos e literários e nos estabelecimentos da Instrução Pública, espaços aqui entendidos como partes de uma mesma dimensão política de constituição do imaginário social moderno e republicano na região. A revisão de questões ligadas à *pátria*, ao *povo* e à *nação* levou ao desenvolvimento de narrativas que fundamentaram esforços de pertencimento nacional e regional. Narrativas históricas veiculadas em jornais diários, revistas semanais/mensais, publicações pedagógicas destinadas ao professorado local e manuais escolares, dentre outros meios.

A maior parte delas se inscreve em uma cronologia política que pretende dar conta dos eventos mais importantes da construção da recente nação, em um processo de seleção que parte de significados políticos do *presente*. Quer dizer, a própria escolha dos eventos transformados em marcos cívicos ocorre segundo a significação que o passado tem a explicar, legitimar, reforçar no presente. Nesse caso, a ideia central é a de que estes marcos são organizados de modo a, linearmente, informar sobre uma narrativa maior de evolução política da nação, até a proclamação da República.

A publicização dos eventos, dos vultos e dos fatos históricos desta cronologia fomentou um debate público, especialmente nos jornais daquele contexto, marcado pela crítica constante à perda desse *sentimento cívico*, supostamente presente nas manifestações populares de um passado idealizado. Enquanto isso, o *discurso autorizado* dos institutos científicos, na mesma medida em que se empenhava no *desvelamento metódico* da *verdade histórica*, buscava *alternativas originais* para as contradições da sua inserção nas grandes narrativas de fundação da identidade nacional.

Muitas transformações fizeram parte das etapas da investigação, até chegar a este texto final, com gosto de inconclusão – como imaginamos ser a regra. Frustrações e abandonos construíram a trajetória, mas muitos foram os avanços também. A ideia original desta tese cresceu em tratamento metodológico e aprofundamento conceitual, e, por isso, estamos quase satisfeitas. Ficam pelo caminho questões não respondidas, perguntas não feitas, abafadas na confusão das hipóteses ou silenciadas pela ansiedade dos prazos, pelo medo do vespeiro. Ficam como um convite. Acalentam os sonhos das pesquisas perfeitas e irrealizáveis.

No diálogo com a orientadora, professora Thais Nivia de Lima e Fonseca, e com o professor Justino Pereira de Magalhães, durante o estágio intercalar, algumas delimitações do objeto, recorte temporal e das fontes de pesquisa foram repensadas. O período, que inicialmente contemplava toda a Primeira República, foi diminuído para até 1923, quando das comemorações

do centenário da Independência e Adesão do Pará. Desse modo, estes marcos cívicos acabaram se destacando nas narrativas analisadas.

O novo recorte concentrou a investigação na produção histórico-cívica paraense, anterior a Semana de Artes de 1922, de modo a aprofundar as reflexões a respeito da geração da virada do século XIX para o XX, bem como expressar a relevância dessa perspectiva conceitual que compreende o Modernismo no Brasil como fenômeno político, artístico e intelectual, inaugurado pela Geração de 1870. Foi, portanto, uma opção político-metodológica, e que, assim, esperamos que seja considerada.

As revistas pedagógicas que compunham o *corpus* documental original, foram retiradas da análise – exceto por pontuais inclusões. Assim como as revistas de variedades, com conteúdo que contemplava temas sócio-culturais e que articulavam grupos de artistas e intelectuais específicos, de determinada época e lugar – como no caso da *Belém Nova* e a geração dos modernistas paraenses pós-1922 – que chegamos a consultar, mas que foram excluídas por opção metodológica, dado o volume de fontes e o encaminhamento da análise no decorrer da escrita.

Por isso, consideramos essas tipologias documentais ricas possibilidades para futuras investigações. É o mesmo caso de materiais da Instrução Pública que não chegaram a ser arrolados nesta pesquisa, mas que podem representar uma salutar dimensão do campo educativo institucional, tais como: os relatórios de governo; a construção da legislação educacional republicana; a produção não escolar dos mesmos autores daqueles manuais; revistas de outras agremiações seculares; jornais de circulação limitada ou restrita; além de provas, trabalhos, relatórios docentes e demais registros do cotidiano escolar.

Contudo, reconhecemos nossa contribuição em relevo à produção histórica que toma os processos educativos como objeto, para além dos espaços escolares, admitindo a educação como uma dimensão ativa da construção, legitimação e reprodução do *político*. Nesse caso, defendemos a ideia das narrativas cívicas plurais que compõem a *cultura histórica* de um contexto, como elementos dotados de um *sentido pedagógico* que interviu e fomentou o *imaginário social* daquela época. É ainda mais importante quando diz respeito à Amazônia, que ainda conta com um déficit na produção acadêmica em relação aos pólos mais tradicionais dessa produção, referências nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS. Acadêmicos, Cadeiras n.1-10, Nº 6 (Patrono) Aristides Lobo. Disponível em: <<http://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-01-a-10/146-aristides-lobo>>. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros*. Brasília: LGE Editora, 2008.

AZEVÊDO, Eliane. *Raça: conceito e preconceito*. 2ª ed. – São Paulo: Ática, 1990.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. São Paulo: Ed. Loyola, 1980.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológica da ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. 2011. 277f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2011.

BARROSO, Wilson da Costa. *Educação e cidadania no republicanismo paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889-1897*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém-PA: [s.n], 2005.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, set.89/fev.90, p. 29-42, 1990.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, 42(3), 539-564, 1999.

_____. O homem que veio de Óbidos: pensamento social e etnografia em José Veríssimo (1877/1915). *Anais do Arquivo Público do Estado do Pará*, Belém, v. 3, n. 2, p. 239-262, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Modernismo / Modernização. In: _____. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Unb, 1998, p. 766-777.

BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano (1824-1929): ensaio histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. A Escola Metódica. In: _____. *As Escolas Históricas*. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 1990. p.97-117.

BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. *Modernismo: guia geral 1890-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *As Cotas na Universidade Pública Brasileira: será esse o caminho?* Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política, o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 227-267.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política? In: _____. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, [p. 37-54], p. 38.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “Alma e Coração”: O Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da História escolar no Pará republicano (1900-

1920). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2013.

CARRETERO, Mário; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. Imágenes históricas y construcción da la identidade nacional: una comparación entre la Argentina, Chile y Espana. In: CARRETERO, Mario; VOSS, James F. (Comp.). *Aprender y pensar la historia*. Buenos Aires: Amorroutu, 2004.

CARVALHO, José Murilo. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMF, 1998, p. 107-129.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação*. Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temistocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História* (São Paulo), v. 24, p. 207-240, 2005.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 159-207, 2007.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria & Educação*. n. 2. Porto Alegre: Pannonica, 1990. p. 177-229.

COELHO, Alan Watrin. *A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2006.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. *Escritos V - Revista da Fundação Casa Rui Barbosa*, ano. 5, n. 5, 2011 (p. 141-168).

_____. *No coração do povo: o monumento à república em Belém – 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. *História e Ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

COELHO, Maricilde Oliveira. Um livro proveitoso para a mocidade estudiosa da Belém do Pará no começo do século XX: alma e coração. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória-ES, 2011. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_506.htm>, acesso em 15/12/2017.

_____. *Memórias Literárias de Belém do Pará: o grupo dos novos (1946-1952)*. 2003. 478f. Tese (Doutorado) – Departamento de Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

COSTA, Rafaela Paiva. *A formação de professores da Primeira República no Pará (1900-1904)*. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011.

_____. *Manuais escolares e o "Dilema Brasileiro": o esforço civilizatório e a Educação da Primeira República no Pará (1890-1930)*. 2009. 53 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2009.

DAMATTA, Roberto. Digressão: Fábula das Três Raças, ou Problema do Racismo à Brasileira. In: _____. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 58-85.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, p. 41-62, 2000.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. Cultura histórica, ensino de história e múltiplos saberes. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 22, ja./jun., p. 163-172, 2010.

FARIAS, William Gaia. *Os Intelectuais e a Primeira República no Pará (1886-1891)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, 2000.

_____. *A construção da Primeira República no Pará (1886-1897)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado em História Social (setor de moderna e contemporânea). Niterói, 2005.

FERNANDES, Florestan. “Introdução”. In: _____. (Org.). K. Marx, F. Engels: História. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984. p. 9-144.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. Demandas Sociais e História do Tempo Presente. In: VERELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo Presente e Usos do Passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 101-124.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 20-42, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20524>>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2018.

_____. Quimera Amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. *Clio. Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 28, p. 71-93, 2010.

_____. *A Cidade dos Encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950*. Belém: EDTUFPA, 2008.

_____. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. *Margens, Revista Mutidisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT/UFPA*, v. 2, n. 3, pp. 243-266, 2005.

_____. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 2001. 315f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2001.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2011.

FICO, Carlos. A pós-graduação em história: tendências e perspectivas da área. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, jul.-set. 2015, p. 1019-1031.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 16, jan./jun., 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, São Paulo, pp. 439-462, 2002.

_____. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. 2001. 355f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

FREITAS, Décio. *A Miserável Revolução das Classes Infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREITAS, Iza Vanessa Pedroso de. *O Patronato das letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)*. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Contradições da Modernidade: o jornal Aurora Brasileira (1873-1875)*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editorial Nacional: Publifolha, 2000.

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*. 2000.

GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2010.

_____. República, Educação Cívica e História Pátria: Brasil e Portugal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, *Anais da XXV ANPUH*, Fortaleza, 2009.

_____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

_____. A escola republicana: entre luzes e sombras. IN: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. Política: história, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos – Historiografia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-87, 1996.

GOMES, Nilma Lino Gomes. *Afirmando Direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade* (Org.) Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOODSON, Ivor. F. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Vozes, 1995a.

_____. F. *Historia del currículum: la construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1995b, p. 99.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito e Discriminação*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. Raça e Pobreza no Brasil. In: _____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002a, p. 47-75.

_____. *Democracia Racial*. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002b.

_____; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2011.

_____. A Revista do IHGB e os temas de sua Historiografia (1839-1857). *Fazendo a História Nacional*. In: _____. *Origens do IHGB: ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, p. 21-41, 1989.

_____. *Nação e Civilização dos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1988.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EDERJ, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 289-305.

HARVEY, David. Passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea. In: _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 13-108.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 65-110, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. *A Era do Capital (1848-1870)*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. *A Era dos Impérios (1870-1914)*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. Introdução. In: _____ & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Unesp, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. Leopold von Ranke 1795-1886. In: _____. *50 Pensadores da História*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 288-293.

JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*. 1 ed. Vecchi Editor: Rio de Janeiro, 1941.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. São Paulo: Edusp, 2009.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990, p. 149-178.

LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

LIMA, Nathacha Regazzini Bianchi Reis. Motins Políticos, de Domingos Antônio Raiol. Memória e historiografia. *Revista Intellectus*, ano 04, v.1, 2005. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27593>>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2018.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Kátia Gardênia Henrique da. Hygino Amanajás e sua Produção de Livros de Leituras Escolares para o Ensino Primário: fragmentos da história da leitura no Pará. *Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo*, Campinas (SP), v. 1, n. 1, p. 48-67, jul./dez., 2015.

MAGALHÃES, Justino. *O Mural do Tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2011.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold von Ranke (1795-1886). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A Constituição da História como Ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil - Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MEIRA, Octávio. *A Primeira República no Pará: desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891*. Belém: Falangola, 1981.

MENDES, J. A. *A crise amazônica e a borracha*. Manaus: Ed. Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. História e Teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamariom; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MICELI, Paulo. *O mito do Herói Nacional*. São Paulo: Contexto, 1989.

MORAES, Felipe Tavares de. *José Veríssimo, intelectual amazônico: a Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. [NO PRELO]

_____. *José Veríssimo, intelectual amazônico: a construção de um lugar de produção (1877-1891)*. In: XVIII Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2015, Florianópolis, p. 1-16.

_____. *A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em Educação, Belém, 2011.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72 – 2010.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

NADAI, Elza. O ensino de História e a pedagogia do cidadão. In: PINSKY, Jaime (Org). *O ensino de história e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Érito Vânio Bastos de. *Modernidade e Integração na Amazônia: intelligentsia e broadcasting no entre SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira*. *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. Jan./jul., 2009.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Pensando a História da Educação com Raymond Williams. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 257-276, jan./mar. 2014.

ORIÁ, Ricardo. Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, p. 43-66, 2014.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAIXÃO, Marcelo. *A lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e o projeto de Estado-Nação*. Curitiba: Editora CRV, 2014.

PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro*. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Pallas/Faperj: Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, Lúcio Flávio. *Que fizeram os cabanos?* Jornal Pessoal, Minas Gerais, agosto/2013. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1602>>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2018.

QUEIROZ, José F. S. *Manifesto e Poesia em revista: o papel da revista Belém Nova na formação do Modernismo paraense*. In: IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia, 2013. Fronteiras Linguísticas e Literárias na América Latina. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REIS, Luciano Demetrius Barbosa. Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre Motins Políticos nos séculos XIX e XX. *Antíteses*, v. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 589-619. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2018.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RIBEIRO, De Campos. *Graça Aranha e o Modernismo no Pará*. Belém: Conselho Est. de Cultura, 1973.

RIBEIRO, Paulo de Tarso Rabelo. *A educação no Pará durante o ciclo da borracha (1870/1913)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília/SP, 1996.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo* [online]. 2007, vol.11, n.22, pp.5-30.

_____. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos”, *Anais do Arquivo Público do Pará*, vol. 4, tomo I, Belém, 2001, p. 241-274.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. 2004. 441f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Solange Pereira. População, compadrio e trajetórias de gente negra na cidade da paraíba oitocentista. *Saeculum- Revista de História*, nº 33, número temático “O Oitocentos”; João Pessoa, jul./dez. 2015. Disponível em

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/27722>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. 2. ed. Revista e ampliada. Belém: Cejup, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Um Liberal Português do século XX: Fidelino de Souza Figueiredo. *Revista Carta Mensal*, órgão da Confederação Nacional do Comércio (Rio de Janeiro), v. 5, nº 539, fevereiro, 2000. p.36-63. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FIDELINO.pdf>>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2017.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Reende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

_____. ¿Qué és la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. In: FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, J. *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Trad. F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. p. 3-26, 1994.

SADDI, Rafael. Didática da história como sub-disciplina da Ciência Histórica. *História & Ensino*, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, 144 (2001), 151-180.

SANTOS, Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Col. Educação para todos).

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas construindo a belle époque (1870-1912)*. 3. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

_____. Memória iconográfica e mecenato durante a época áurea da borracha na Amazônia: o projeto artístico- civilizador de Antonio Lemos. In: *XX Simpósio Nacional de História: História, fronteiras*, 1999, Florianópolis. *XX Simpósio Nacional de História: História, fronteiras*, 1999.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras / Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira. *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. Jan./jul., 2009.

_____; RIZZINI, Irma. “Tradições Inventadas” de uma Belle Époque Paraense: escola primária e “modernidade republicana” no Estado do Pará. In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2011, Vitória. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória: SBHE/UFES, 2011. v. 1. p. 1-15.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. ver. amp. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Leandro Maciel. *Tristão de Alencar Araripe e a história da província do Ceará: contribuição à história nacional*. 104 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5978>>. Acesso em: 09 de Fevereiro de 2018.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro. Quartet: Niterói: PENESB, 2003.

SOUSA, Eveline Almeida de. *Os ideais de civilização na Amazônia Imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)*. 2011. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e Proclamação como molduras da História: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. *Hist. Historiog.*, Ouro Preto (MG), n. 18, ago., p. 213-230, 2015.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Roseane Silveira de. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v. 18, n. 2, p. 93-121, jul./dez., 2010.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Brasil). *Ministros: Tristão de Alencar Araripe*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=344>>. Acesso em: 09 de Fevereiro de 2018.

TEZZA, Cristóvão. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro:Rocco, 2003.

ULYSSEI@S. Enciclopédia Digital sobre escritores e outros Criadores em deslocação. Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILCML). Disponível em <<http://ulysseias.ilcml.com/?glossary=figueiredo-fidelino-de&lang=pt>>. Acesso em: 14 de Dezembro de 2017.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural. In: _____; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro:Campus, 1997, p. 127-162.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set./dez., p. 90-103, 2002.

_____. História Política e História da Educação. In: _____; FONSECA, Thais Nivia de Lima e(Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. 1. ed. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 13-48.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a Questão Nacional. In: FERREIRA, Jorge;DELGADO, Lucila de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente(1889-1930)*. Vol. 1, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 353-386

VENTURA, Roberto. *O estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo. Cia. das Letras, 1991.

VIANNA, F. J. O. *Raça e Assimilação*. 5. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional,1932.

VIDAL, Diana Gonçalves; FILHO, Luciano Mendes de Faria. Os tempos e os espaços escolares nos processos de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago. n. 14. 2000.

VILAR, Pierre. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo:Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London: Chatto & Windus, 1961.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando História Pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniene Rabêlo de;ROVAI, Marta G. de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 53-63.